

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Atores em disputa de sentido:

jornalismo e homofobia nas
narrativas da *Folha de S. Paulo* e
O Globo

Carlos Alberto de Carvalho

Carlos Alberto de Carvalho

Atores em disputa de sentido:
jornalismo e homofobia nas narrativas
da *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

Belo Horizonte

Faculdade Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

2010

Carlos Alberto de Carvalho

Atores em disputa de sentido:
jornalismo e homofobia nas narrativas
da *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Comunicação Social

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea
Linha de Pesquisa: Meios e Produtos da Comunicação

Orientador: Professor Doutor Bruno Souza Leal
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
UFMG
2010

Banca de avaliação composta pelos professores:

Profº Dr. Bruno Souza Leal
Fafich - UFMG

Profº Dr. Elton Antunes
Fafich - UFMG

Profº Dr. Luiz Gonzaga Morando Queiroz
Centro Universitário de Belo Horizonte

Profº Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Universidade Federal de São João Del Rei

Profº Dr. Márcio de Vasconcellos Serelle
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ao meu pai, Antônio Leite de Carvalho,
sempre presente

Agradecimentos

Sem a acolhida generosa e a orientação criteriosa do Bruno Souza Leal, a quem agradeço em primeiro lugar, esta tese não teria se materializado.

O percurso no doutorado contou com a colaboração indispensável de diversos professores do Programa: Simone Rocha, César Guimarães, Vera França e Paulo Bernardo, os dois últimos também responsáveis pela análise criteriosa do projeto definitivo da tese. A todos sou grato.

Sou grato pelas contribuições dos professores Elton Antunes e Marco Aurélio Prado, por ocasião da qualificação.

O convívio e as discussões com Laura e Jorge, colegas do doutorado, constituíram gratas surpresas.

Durante fases distintas da pesquisa o convívio e as discussões com os bolsistas, mestrandos e doutoranda vinculados aos projetos de pesquisa Mídia e Homofobia, Narrativas do Real e Jornalismo e Homofobia foram indispensáveis para o clareamento dos rumos da tese. Meus agradecimentos se estendem a eles: Michele, Lucas, Ana, Pellipy, Bruno, Nuno, Adriana Agostini, Flávio, Bianca, Betânia, Samuel, Débora e Bárbara.

Apoios financeiros importantes vieram da Capes, sob a forma de bolsa de doutorado durante um período da tese; da Universidade Federal de Ouro Preto, sob a forma de auxílio parcial à elaboração da tese; e do Ministério da Saúde/Unodc, sob a forma de bolsa de estágio e recursos para coleta de dados durante a realização do projeto Mídia e Homofobia.

A infraestrutura do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT foi auxílio decisivo em diversas etapas do desenvolvimento da tese.

Agradecimento especial ao Phelippy Jacome, pela organização dos textos jornalísticos e confecção dos gráficos.

Sou extremamente grato pela acolhida dos meus alunos da Universidade Federal de Ouro Preto, especialmente os que compartilharam comigo a deliciosa experiência da disciplina *Cinema e Relações de Gênero*.

Amigos de longa data me suportaram e deram suportes calorosos no percurso da tese e a eles meu afeto: Rita, Hércules, Serginho, Adélia, Carla, Juarez, Maurício, Polliane e tantos outros, a quem, mesmo não referindo diretamente, estendo agradecimentos.

Wander Lamago, além do incentivo, indicou livros que me ajudaram no esclarecimento de questões importantes sobre (homo)sexualidades.

Novos amigos de generosidade ilimitada foram conquistados nestes últimos tempos e a eles devo parte dos momentos de alívio, especialmente na fase final de preparação da tese, e a certeza de que o mundo é também povoado por almas encantadoras: Virgínia, Fernanda e Diego.

Meus familiares, sempre fundamentais em momentos decisivos, não se fizeram ausentes também neste percurso: minha mãe, Maria do Carmo (Mary), meus irmãos Quena, Cléber, Juliana e Cláudio, e meus cunhados, Renato e Renata.

Das conquistas afetivas ao longo da vida uma merece agradecimento especial, pelo carinho e compreensão: Geraldo, companheiro de largo coração.

Lista de gráficos

Dados totais	167
Agentes	174
Assuntos	182
Identidades	185
Modalidades narrativas	193
Natureza do acontecimento	259

Sumário

1. Introdução	1
1.1. Notas históricas sobre a <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	9
1.2. Metodologia	12
2. Algumas dimensões históricas e teóricas da homofobia	19
2.1. Contornos históricos da homofobia	26
2.1.1. Produtividade e sexualidade: do econômico ao simbólico	27
2.1.2. Os fundamentos religiosos da homofobia	33
2.1.3. Pedagogias da sexualidade	37
2.1.4. A medicalização do sexo	39
2.1.5. A sujeição da sexualidade	44
2.1.6. O campo jurídico da sexualidade	47
2.2. Contornos teóricos da homofobia	52
2.2.1. Da homofobia individual à social	56
2.2.2. O armário e suas ambiguidades	58
2.2.3. A injúria	68
2.2.4. A heteronormatividade misógina e os desafios teóricos da homofobia	69
3. O jornalismo	82
3.1. O jornalismo como ator social e a construção social da realidade	83

3.1. A metáfora teatral e as condições do jornalismo como ator social	62
3.2. O jornalismo como ator político	92
3.3. A metáfora teatral e as condições do jornalismo como ator social	97
3.4. O jornalismo como ator e palco	109
3.5. Enquadramento	112
3.6. Enquadramento jornalístico	116
3.7. O acontecimento	130
3.8. Acontecimentos produzidos e programados para as mídias	138
3.9. Narrativa	143
3.10. A tríplice mimese e a narrativa jornalística	152
4. Que jornalismo e que homofobia trazem os jornais?	165
4.1. Elementos para compreensão do total de narrativas identificadas	167
4.2. A inserção dos agentes nas narrativas	173
4.3. Os assuntos mais recorrentes	181
4.4. Identidades e hierarquias de visibilidade	184
4.5. As narrativas com suas vozes e a tessitura da intriga	189
4.5.1. O caso Ronaldo X travestis	202
4.5.2. O caso dos sargentos gays	217
4.5.3. A Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo	236
4.5.4. A campanha anti-Aids focada em homens que fazem sexo com homens	246

4.6. A construção dos acontecimentos	257
5. Considerações finais	270
Bibliografia	282
Textos noticiosos consultados na internet	292

Resumo

Em que medida a homofobia – realidade complexa fortemente enraizada culturalmente – é desafiadora para as noções do jornalismo como ator social, na perspectiva de agente que negocia permanentemente com outros atores sociais os sentidos possíveis dos acontecimentos noticiados, é o objetivo central desta tese. Partimos de algumas definições históricas e teóricas da homofobia, às quais seguem discussões sobre o jornalismo como ator social, especialmente as condições para que sua ação se concretize. Como ator social, as disputas de sentido nas quais o jornalismo se envolve se materializam na produção de narrativas que promovem enquadramentos dos acontecimentos noticiados. Assim, apresentamos as noções de enquadramento, acontecimento, e narrativa, para que nos seja possível melhor compreender os modos como se realizam as coberturas de acontecimentos ligados à homofobia e às pessoas por ela afetadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, no período de 18 de fevereiro a 18 de agosto de 2008.

Palavras-chave: Homofobia; Jornalismo; Enquadramento; Acontecimento; Narrativa

Abstract

The extent to which homophobia - the complex reality deeply rooted in our culture - is challenging for the notions of journalism as a social actor, from the perspective of the agent who constantly negotiates the possible meanings of the events reported with other social actors, is the central objective of this thesis. We took into account some historical and theoretical definitions of homophobia, which follow discussions about journalism as a social actor. As a social actor, the dispute in which journalism is involved reflects on the production of narrative frameworks that promote the events reported. Therefore, we introduce the concepts of framing, event and narrative, so that we can understand more the ways they carry out the coverage of events related to homophobia and people affected by it in the newspaper *Folha de S. Paulo* and *O Globo*, from February 18 to August 18, 2008.

Keywords: Homophobia; Journalism; Framing; Event; Narrative

1. Introdução

Disseminada nas sociedades ocidentais, a homofobia é um fenômeno social cujo alcance vai muito além das pessoas identificadas como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT) e da violência física. Em sua esteira, pessoas não identificadas com as performances de gênero e sexuais heteronormativas são ameaçadas de morte, sofrem agressões corporais de diversas ordens, além de traumas psicológicos, promovidos por xingamentos, escárnios e outras formas de depreciação injuriosa, que representam a face mais visível de sentimentos e práticas que têm mobilizado entidades as mais diversas. Estas colocam em cena programas e ações de conscientização com o objetivo de buscar visibilidade pública a partir de denúncias e de atividades educativas que têm por alvo, além da população em geral, veículos noticiosos. Estes, por sua vez, pautados por acontecimentos programados e produzidos para a mídia e para a sociedade (paradas do orgulho LGBTT e datas de conscientização contra a homofobia, por exemplo) ou por acontecimentos diversos (assassinatos motivados por ódio homofóbico, dentre outras formas de intolerância, por exemplo), são responsáveis por parcela significativa do que se difunde socialmente acerca do tema, ainda que muitas vezes ocultando determinadas ocorrências ou aspectos relevantes de fatos noticiados.

Os modos como a homofobia é revelada e/ou ocultada em narrativas jornalísticas publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, no período compreendido entre os dias 18 de fevereiro e 18 de agosto de 2008, constituem o foco desta pesquisa, cujo objetivo principal é identificar as maneiras como o jornalismo – ator social – interage com outros atores sociais na construção de sentidos de temas controversos, a partir das articulações entre enquadramento, acontecimento e narrativa. Os dois jornais foram escolhidos porque ambos têm circulação nacional, são lidos por formadores de opinião nas áreas da política, economia, cultura, esportes, entretenimento, movimentos sociais, direitos humanos e outras, fato que os coloca na categoria de publicações de referência. Não raro, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* produzem notícias cujas repercussões pautam outros veículos informativos. Quanto ao período da análise, a escolha se deu porque ela abrange datas importantes na agenda de eventos programados para chamar atenção sobre a homofobia e temas correlatos, como o Dia Mundial de Combate à Homofobia (17 de maio) e a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, realizada normalmente entre o final de maio e a primeira quinzena de junho.

No primeiro capítulo, buscamos identificar algumas questões históricas e teóricas em torno da homofobia, permitindo traçar aspectos relacionados ao seu surgimento e disseminação, a partir da história das sexualidades, das homossexualidades e das relações de gênero, priorizando algumas das diversas instâncias que se ocuparam de construções discursivas sobre estes fenômenos. Este primeiro movimento nos leva a um perfil das dimensões da homofobia como realidade social problemática e problematizadora quando vista sob o prisma da cobertura noticiosa. Nesse sentido, ela ajuda a compreender as próprias formas como o jornalismo articula, cotidianamente, as narrativas noticiosas que coloca em circulação, revelando mais concretamente sua dimensão de ator social, que negocia sentidos com outros atores sociais com os quais interage.

Privilegiamos, na história das (homo)sexualidades, algumas das diversas ordens discursivas que delas se ocuparam nas sociedades ocidentais, especialmente a partir do século XIX, como a medicina, as religiões, o direito, as ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise), a pedagogia e a economia. Seguindo as pistas de Michel Foucault, principalmente em sua trilogia sobre a história da sexualidade e a perspectiva da arqueologia do saber, pensamos as produções discursivas sobre as (homo)sexualidades como instauradoras de regras, de constrangimentos sociais e simbólicos que buscam impor padrões de normalidade no que diz respeito às práticas sexuais e às performances de gênero, a partir de jogos de poder. Mas, precisamente porque criam regras, as discursividades normativas, de matriz heterossexual, misógina e reprodutivista, instigam a produção de seu contrário, levando a rupturas geradoras de novos comportamentos sexuais e ao embaralhamento das noções de gênero – forças concretas de oposição aos jogos do poder normatizador. É assim que a trajetória histórica das (homo)sexualidades revela-se rugosa, contraditória, permeada por disputas de sentido e por mobilizações politizadoras.

O fluxo histórico das (homo)sexualidades, embora não se confunda com o da homofobia, é a primeira pista para compreendermos os preconceitos contra as pessoas que fogem às regras e normas sexuais e de gênero, indicando que, para além do ódio aos homossexuais, noção reducionista adotada por muitos, a homofobia é algo mais complexo, envolvendo relações assimétricas de fundo sexista, racista, cultural, dentre outros, que se manifesta nos níveis individuais e sociais. Começando as reflexões

teóricas sobre a homofobia com as contribuições de Daniel Borillo, que a inscreve no campo mais amplo dos rechaços contra quem foge à heteronormatividade compulsória, preparamos o terreno para a problematização da imposição do silêncio às pessoas LGBTTT, na proposição de Eve Kosofsky Sedgwick da epistemologia do armário. Segundo a autora, silenciar-se e ocultar-se tem sido, historicamente, a estratégia mais recorrente e cruel para homossexuais, posto que contraditória, pois acaba por supostamente preservar as vítimas do preconceito de prejuízos os mais diversos, simultaneamente ao fato de submetê-las a opressões e chantagens de toda ordem, levadas a cabo por quem desfruta das posições de poder conferidas pelos discursos de sexo e gênero hegemônicos. Em sua dimensão epistemológica, o armário é esclarecedor, na visão de Sedgwick, de algo que marcou profundamente a cultura ocidental a partir do século XX, uma vez que o armário aplica-se também a outras vítimas de preconceitos, como judeus e ciganos.

Ainda nas discussões teóricas sobre a homofobia abordamos a injúria como ato de nomeação que oprime ao submeter os nomeados a sensações de que são pessoas inferiores, moral e socialmente. O capítulo termina com reflexões sobre alguns limites do conceito de homofobia, especialmente o risco de tomá-la como doença, esvaziando a necessária politização que leve a estratégias para sua superação. Neste momento propomos que uma boa alternativa é pensar a homofobia como realidade instaurada e difundida a partir da heteronormatividade misógina, entendida esta como a depreciação fundada em duplo preconceito: contra as mulheres e contra as homossexualidades. As raízes da heteronormatividade misógina se encontram ainda na cultura grega clássica, período em que a possibilidade do contato sexual entre dois homens se inscrevia em rígidas normas éticas e morais, com a condenação do sexo passivo para homens adultos, sob a pena de desonra pública. Uma das razões principais, senão a mais importante, para a interdição do sexo passivo para homens adultos estava na associação deste tipo de ato com a sexualidade das mulheres – que ocupavam posição inferior na Grécia Antiga. Na atualidade, paradigmática das relações entre a heteronormatividade misógina e o rechaço às homossexualidades é a injúria talvez mais comum e a primeira na experiência de muitos homossexuais masculinos: ser xingado de mulherzinha.

Começamos o segundo capítulo apontando a natureza social das atividades jornalísticas, identificando o jornalismo como ator social importante para e nas sociedades atuais, não

somente porque constitui nossa principal referência para conhecimento dos acontecimentos que nos cercam, mas também porque, ao promover (in)visibilidades, o jornalismo participa, ao lado de outros atores sociais, dos processos de construção social da realidade, tal como propõem diversos estudiosos, sob inspiração da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann. Por essa razão, buscamos conceitos que nos permitem qualificar o jornalismo como importante ator social, com base, inicialmente, na metáfora teatral desenvolvida por Erving Goffman. Mas o jornalismo, além do papel de ator social, desempenha simultaneamente o de palco onde são encenadas interações de outros atores sociais em busca de visibilidade para suas ações, postura que encontra sustentação nas noções de esfera pública contemporânea, em suas vertentes que propõem as diversas modalidades de mídias – com destaque para as noticiosas – como grandes responsáveis pela instauração, ampliação e manutenção de debates públicos, não somente a partir dos interesses particulares das mídias, mas também de setores da sociedade que desejam promover seus pontos de vista. As reflexões dessa parte inicial do capítulo trazem ainda um panorama sobre outra perspectiva teórica, que advoga ser o jornalismo apenas um ator político, noção que consideramos menos adequada, especialmente quando acompanhada da noção do jornalismo como um “quarto poder”, pairando acima dos demais poderes instituídos e da sociedade como um todo.

A inserção do jornalismo nos processos de construção social da realidade, por sua vez, se dá a partir de operações complexas, que envolvem, na concretização das narrativas sobre os acontecimentos noticiados, enquadramentos, no sentido da promoção de saliência de aspectos selecionados a partir de quadros de referência que buscam formas específicas de inteligibilidade do que é narrado. Desse modo, com o conceito do jornalismo como ator social como permanente pano de fundo, são desenvolvidos os três tópicos que complementam o capítulo 2. O primeiro tópico cuida da noção de enquadramento, conceito originário de Erving Goffman, a quem novamente recorremos nesta tese, que diz respeito aos quadros de referência que utilizamos, em nossas interações cotidianas, para decifração das cenas diante das quais nos encontramos. O primeiro esforço é o de apresentar os principais pressupostos dos enquadramentos, tal como Goffman os propõe, com a contribuição de comentadores, que alertam para o fato de haver lacunas na conceituação dos quadros de referência, o que exige esforços de buscar coerência diante de um “conceito fraturado”. Optamos pela perspectiva dos quadros de referência como equivalentes à noção de contexto, o que parece atender

adequadamente as necessidades de articulação da noção originária do enquadramento com a atividade jornalística, à medida que aponta para as condições mais amplas de disputas de sentidos perceptíveis nas narrativas noticiosas.

Como tomamos o conceito de enquadramento como o que articula os modos de construção do acontecimento pelas narrativas jornalísticas, o primeiro tópico se encerra com os principais elementos que compõem as teorizações sobre os enquadramentos jornalísticos. Neste momento, convocamos a contribuição de Maurice Moulliaud, que trabalha o enquadramento a partir da metáfora cinematográfica e do quadro que moldura a fotografia. Autora mais difundida pela apropriação do conceito de enquadramento de Erving Goffman, aplicando-o ao jornalismo, Gaye Tuchman é a primeira referência em nossa avaliação crítica sobre como tem se desenvolvido a noção dos quadros de referência para a compreensão dos processos jornalísticos. As discussões da autora fazem parte de esforços de definir, a partir da etnometodologia, os constrangimentos institucionais que pesam no momento de decidir que acontecimentos merecem ser notícia – mas especialmente a partir de quais enfoques. Promovendo uma crítica ao que consideramos reducionista na abordagem de Tuchman, buscamos outros autores que nos permitiram melhor situar a dinâmica dos enquadramentos jornalísticos, culminando com a perspectiva dos quadros de referência como vinculados ao contexto de eclosão dos acontecimentos e das cenas que buscamos interpretar.

Sendo os acontecimentos os objetos dos enquadramentos, o tópico que vem na sequência cuida de algumas abordagens sobre eles, começando por sua problematização nas ciências humanas e sociais, a partir do que sugere Louis Quéré. Para o autor, o acontecimento surge potencialmente de campos já problemáticos, naturais, mas especialmente sociais, e contribui para aprofundar, assim como para ajudar a esclarecer tais campos. Contraditórios, os acontecimentos podem significar continuidades, mas também rupturas, inaugurar novos tempos, e não escapam à lógica da cobertura noticiosa, aspecto que Quéré insinua, sem se propor desenvolver. O desenvolvimento das noções do acontecimento apanhado pelo jornalismo adota duas vertentes complementares: uma primeira, diz respeito aos modos como os acontecimentos normalmente são objeto da cobertura jornalística, principalmente a partir da concepção mais tradicional, que lida com as perspectivas dos acontecimentos acidentais, de escândalo e de rotina, para citar algumas nomenclaturas largamente empregadas; uma

segunda lida com um conceito mais contemporâneo, o de acontecimento produzido e programado para as mídias, que deriva da proposição dos acontecimentos midiáticos, formulada por Elihu Katz e Daniel Dayan. Levados a cabo por atores sociais diversos, os acontecimentos produzidos e programados transformaram-se, já de algum tempo, em estratégicos para a visibilidade de causas sociais, especialmente quando envoltas em questões socialmente controversas, de que são paradigmáticas as paradas do Orgulho LGBTQT, como a de São Paulo, considerada hoje a maior do mundo.

Encerramos as discussões teóricas sobre o jornalismo com as noções de narrativa e de narrativa jornalística. No que diz respeito à primeira, lembramos suas origens nas teorias literárias, envolvendo noções como personagens, armação da intriga, polifonia, recepção e outras, passando pelas propostas de que narrativas, para alguns teóricos, são também certas modalidades da historiografia, ou mesmo de certos relatos científicos, como propõe Jean François Lyotard. Nosso interesse maior, no entanto, está nas narrativas jornalísticas, motivo pelo qual buscamos, primeiro, evidências que nos permitam afirmar as tessituras noticiosas como formas narrativas, encontrando pistas nesse sentido em Paul Ricoeur, autor de uma das mais importantes discussões sobre as relações entre narrativa, tempo e a intriga. É neste autor que também nos baseamos para propor a tríplice mimese como ancoragem privilegiada para o desenvolvimento das narrativas jornalísticas, das condições que a antecedem (mimese I, *grosso modo*), à sua recepção e reinterpretação (mimese III, *grosso modo*), com a mediação da construção narrativa propriamente dita (mimese II, *grosso modo*). Nas narrativas é que são materializados os enquadramentos dados aos acontecimentos, fazendo com que elas apontem os jogos de poder, as disputas de sentidos e os atores envolvidos nas interações com o jornalismo – inclusive tomando-o como palco para encenação de interesses para uma plateia mais ampla, aquela propiciada pelos veículos noticiosos, cujo alcance hoje é quase universal. Razão para que trabalhemos também com o conceito de polifonia, à medida que ele tem muito a esclarecer sobre a presença (ou ausência) de vozes diversificadas nas narrativas sobre a homofobia e pessoas por ela afetadas.

O capítulo 3 é dedicado à cobertura da homofobia e temas e pessoas a ela correlatos, momento em que trabalhamos com quatro acontecimentos nucleadores, escolhidos por terem sido os de maior repercussão internamente à *Folha de S. Paulo* e ao *O Globo*. São ainda acontecimentos cobertos pelos dois jornais, o que nos permitiu observar

semelhanças e diferenças nas abordagens e enquadramentos dados por cada publicação. Como parte da metodologia de trabalho, que lida com a perspectiva dos acontecimentos acidentais e dos acontecimentos planejados e produzidos, analisamos dois em cada categoria. Dos acontecimentos a princípio acidentais analisamos os casos Ronaldo X travestis e sargentos gays. O primeiro trata do envolvimento do jogador de futebol Ronaldo com as travestis Andréia, Carla e Veida, episódio que acabou por revelar posturas homofóbicas por parte dos jornais por nós analisados. O segundo eclodiu quando da prisão, primeiro, de Laci Marinho, e posteriormente do seu companheiro, Fernando Alcântara, apresentados como os primeiros oficiais do Exército a assumirem publicamente a homossexualidade. A análise, dessa vez, revela certo nível de engajamento da *Folha* e *d'O Globo* na denúncia de práticas homofóbicas, mais precisamente, as que teriam sido perpetradas pelo Exército contra seus dois sargentos. Nos acontecimentos planejados e produzidos analisamos a Parada do Orgulho Gay de São Paulo, que em 2008 foi realizada no final do mês de maio, reunindo mais de 3 milhões de pessoas, e o lançamento pelo Ministério da Saúde da campanha anti-Aids dirigida a homens que fazem sexo com homens.

Nossas considerações finais apontam para os riscos de tomar como pressuposta a validade universal de certas categorias jornalísticas, a exemplo de acontecimento acidental. Ainda que elas possuam valor heurístico no esclarecimento de comportamentos mais prováveis do jornalismo e das mídias jornalísticas em seu conjunto, quando observadas mais de perto revelam-se, além de incompletas, limitadoras de percepções mais enriquecedoras sobre as dinâmicas da produção noticiosa e das interações/negociações do jornalismo com outros atores sociais. À luz da análise dos acontecimentos, foi possível também tecer relações entre as teorizações e os modos como concretamente a homofobia se manifestou na cobertura dos quatro casos por nós trabalhados.

Ao longo das discussões priorizamos tratamentos que buscaram evitar sexismo na linguagem utilizada, o que nem sempre foi possível, especialmente no capítulo 2, em função mesmo das normas da língua portuguesa, que generaliza a partir do masculino, como por exemplo, pesquisadores significando universalmente homens e mulheres que fazem pesquisas. No lugar de usarmos a noção de sexo (pessoas de mesmo sexo), preferimos utilizar a noção de gênero (pessoas de mesmo gênero), por duas razões

principais: sexo diz historicamente de uma noção pautada rigidamente pelas concepções biologizantes, simplificadoras das performances sexuais a partir do conceito restrito de “homem” e de “mulher”; mas também porque a noção de gênero, especialmente a partir da contribuição de algumas correntes teóricas feministas, politiza as múltiplas dimensões implicadas nas relações afetivas e sexuais da espécie humana e desta com o conjunto social. A palavra homossexual busca abranger as relações afetivas, eróticas e sexuais entre pessoas de mesmo gênero, embora haja controvérsias, especialmente no que diz respeito ao fato de que a expressão encobre e, portanto, torna invisível, a especificidade da lesbianidade. A intenção é evitar a palavra gay, considerada ainda mais restritiva à inclusão das lésbicas. Os cuidados e as explicações sobre os usos de palavras refletem, em certa medida, as próprias discussões teóricas que desenvolvemos na parte referente à homofobia e são indicativas da complexidade do fenômeno que se busca compreender.

Ainda no campo das terminologias, utilizamos as palavras acontecimento, fato, evento e episódio como equivalentes, para efeito exclusivamente da nossa economia de escrita, pois assim evitamos repetições de um mesmo termo na mesma frase ou mesmo parágrafo. Quando necessário, elas estarão acompanhadas dos seus significados mais correntes. É também pela mesma necessidade que as palavras narrativa, notícia, relato e texto aparecerão como equivalentes, especialmente no percurso da análise, desenvolvido no capítulo 3. Suas definições, quando necessárias, aparecerão acompanhando-as. Especialmente o conceito de narrativa é trabalhado em suas implicações teóricas.

Nas citações preservamos o modo original de escrita, o que implica textos com a forma portuguesa de Portugal e do português brasileiro correspondente às regras gramaticais de diversas épocas. No texto de nossa responsabilidade, foi utilizado o português segundo as normas gramaticais recentemente implantadas. Relativamente a terminologias e conceitos, empregamos as palavras matérias, narrativas e textos, bem como suas formas no singular, como sinônimas, uso que ocorre principalmente no capítulo de análise, e que tem por objetivo exclusivamente a necessidade de evitar repetições. Nossa perspectiva é que narrativas, no sentido que discutimos no capítulo dois, é a nomenclatura que melhor traduz a abordagem que propomos do jornalismo.

1.1. Notas históricas sobre a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

Ambos considerados jornais de referência, pela capacidade de pautar outras mídias, mas também porque compõem o leque de publicações lidas por formadores de opinião nos meios políticos, intelectuais e culturais, dentre outros, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* possuem circulação nacional, estando dentre os poucos veículos noticiosos impressos brasileiros nessa categoria¹. Consumidos por maioria de leitores urbanos das classes A e B, principalmente nas regiões metropolitanas onde são editados, são vendidos por meio de assinaturas e em bancas de jornais e revistas, o que facilita a circulação pelo território brasileiro. Ainda em comum, as empresas que os editam são sócias na publicação do jornal *Valor Econômico*, também de circulação nacional, diária, especializado em economia e negócios.

Fundada em 19 de fevereiro de 1921, na cidade de São Paulo, com o nome *Folha da Noite*, a *Folha de S. Paulo* pertence atualmente ao Grupo Folha, com negócios também nas áreas de internet, telecomunicações, agência de notícias e um instituto de pesquisas (Datafolha), que realiza pesquisas de opinião para os próprios veículos do *Grupo* e para terceiros. Antes da sua aquisição pela família Frias de Oliveira, na década de 1960, quando passou a ter o nome atual, o jornal teve outros proprietários, período em que sua repercussão limitava-se à cidade onde é publicado. Atualmente a publicação continua a manter fortes vínculos com a cidade e o estado de São Paulo, justificados pela importância econômica, política e cultural que possuem e que transcenderiam as limitações regionalistas. A transformação da *Folha* em jornal de referência começou no final dos anos 1970, com a decisão de adotar uma política editorial mais avançada, entendendo-se por isso, basicamente, a luta pela redemocratização do Brasil, então sob o comando ditatorial de governos militares. O grande marco da transformação editorial da *Folha de S. Paulo*, no início dos anos 1980, foi o seu engajamento na campanha das “Diretas Já”, que pedia a volta das eleições democráticas para presidente do Brasil.

No final daquela década o jornal passa por uma reforma editorial resultante de autocríticas sobre o papel desempenhado na cobertura da campanha pelas eleições diretas, quando fica decidido que a política editorial será marcada doravante pelo

¹ Todos os dados deste tópico foram adaptados a partir de informações de *sites* oficiais: www.folha.com.br e <http://memoriaglobo.globo.com>. Como não temos o objetivo de detalhar a história dos dois jornais, contrapondo-as, nem tecer considerações aprofundadas sobre posicionamentos políticos e linhas editoriais, o tópico limita-se a breves descrições.

apartidarismo e por um jornalismo crítico em relação à realidade brasileira em todos os seus setores, especialmente políticos. Nesse sentido, entendeu-se que o engajamento na campanha das Diretas foi claramente militante, impedindo uma cobertura mais equilibrada e, especialmente, capaz de identificar as contradições do processo, dificultando, por exemplo, antever a derrota da Emenda Dante de Oliveira (nome do deputado que apresentou a emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para presidente). A partir daí, prevalece a orientação editorial de tratar todos os temas pelo princípio do não engajamento em questões políticas, e mesmo em questões mais polêmicas, resguardando a *Folha*, no entanto, o direito de opinar sobre o que entende ser o melhor relativamente a elas. Para a *Folha de S. Paulo*, entende-se como moderno o jornalismo capaz de identificar as tendências mais avançadas em curso na sociedade, capazes de provocar mudanças estruturais. Como pano de fundo, está a defesa da democracia, do livre mercado e da liberdade de imprensa, pontos de vista que coincidiriam com o público majoritário do jornal, formado por setores das classes médias e altas urbanas, com elevado grau de escolaridade, consumo regular de produtos culturais e vida social intensa.

A *Folha de S. Paulo* foi o primeiro impresso diário brasileiro a criar o cargo de *ombudsman* (no final dos anos 1990), responsável por ouvir críticas e sugestões dos leitores, além de produzir relatórios analíticos sobre o desempenho do jornal, para circulação interna, e uma coluna semanal de reflexão crítica sobre a imprensa, com predominância de análises sobre a própria *Folha*. Dados divulgados pelo próprio jornal indicam que no mês de março de 2010 a circulação diária paga foi, aos domingos, de 332.634 exemplares, número que caiu para 285.958 exemplares nos dias úteis, com média de 292.626, de segunda a domingo.

Também fundado no início do século XX, em 1925, na cidade do Rio de Janeiro, por Irineu Marinho, que antes havia sido dono do jornal *A Noite*, criado em 1910, o jornal *O Globo* sempre foi controlado por uma mesma família, atualmente proprietária de um conglomerado de negócios na área da comunicação, iniciado com o jornal, que inclui rádio (Sistema Globo de Rádio), televisão (Rede Globo, GloboSat), revistas (Editora Globo), jornais (Infoglobo Comunicação e Participações S.A.), cinema (Globo Filmes), música (Som Livre) televisão a cabo e por satélite (Net e Sky, sob a forma de participação acionária) e internet (Globo.com), além de participação em uma série de

negócios em outras áreas de atividades econômicas. Com a morte de Irineu Marinho, poucas semanas depois de fundar *O Globo*, o jornal passou para as mãos de Roberto Marinho, responsável pela criação das empresas que se tornaram as maiores e mais influentes nos negócios da comunicação brasileira. Ao longo da sua história, *O Globo* teve sua imagem fortemente associada à de Roberto Marinho, jornalista e empresário acusado de negócios pouco claros com governos e de apoio ao ideário conservador, incluindo a Igreja Católica e os governos ditatoriais, aos quais prestou solidariedade até próximo do fim do regime militar. Mesmo após a morte de Roberto Marinho, os herdeiros mantêm viva a sua memória e importância para a consolidação do estilo de administração e de condução editorial dos veículos geridos pelo conglomerado, incluindo a decisão do patriarca, desde a época inicial d'*O Globo*, de contratar especialistas em cada área de atuação, profissionalizando as relações de trabalho e a atuação empresarial. Essa decisão sempre implicou em relativa autonomia nas tomadas de decisão sobre conteúdos difundidos pelas mídias impressas e eletrônicas das Organizações Globo.

Por ter sido fundado na então capital brasileira, o jornal *O Globo* esteve mais próximo, desde o início das suas atividades, dos centros de poder republicano, buscando exercer influência sobre estes setores antes da *Folha de S. Paulo*, que como vimos, busca influências mais abrangentes a partir dos anos 1970. Em relação ao perfil editorial, o jornal *O Globo* está situado em espectro mais conservador do que a *Folha de S. Paulo* e, ao contrário dela, faz pouco alarde sobre políticas editoriais, raramente tornadas públicas, à exceção da afirmativa de produzir jornalismo ético e objetivo, o que não é indicativo de posições muito concretas, pela impossibilidade mesmo de consenso relativamente ao significado de tais princípios. Por entender que a cidade do Rio de Janeiro continua a ser importante para o Brasil, pois ali ainda está parte da burocracia do governo federal e de suas empresas, como a Petrobras, além de ser a cidade um forte símbolo do turismo nacional, a política editorial d'*O Globo* privilegia muito a cobertura local. Editorialmente, também *O Globo* direciona as abordagens dos seus temas a um público marcadamente urbano, de bom padrão de consumo de bens materiais e culturais e elevado nível de formação escolar. O jornal *O Globo* é uma das publicações diárias brasileiras de referência com maior tiragem, um pouco abaixo dos números de venda da *Folha*. Ao contrário do jornal paulista, *O Globo* não divulga oficialmente os dados de

sua tiragem, sendo essas inferidas aqui e acolá em textos de *sites* especializados nos negócios da comunicação.

1.2. Metodologia

A leitura dos jornais impressos, para ser reveladora de significados, carece de procedimentos que permitam identificar as articulações entre elementos que são os responsáveis pela construção de sentidos do que é narrado. No nosso caso, o desafio é identificar em narrativas sobre acontecimentos relativos à homofobia, publicados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, como eles são enquadrados, o que requer a articulação entre os conceitos de acontecimento, enquadramento e narrativas, destacando, em relação às últimas, os conceitos de polifonia, personagem, fonte e tríplice mimese. Como pano de fundo de todas as etapas da análise, está a perspectiva de que o jornalismo é um ator social, que negocia sentidos com os demais atores das sociedades no qual está inserido. Essa perspectiva levou-nos a delinear, brevemente, as diferenças entre os dois veículos que compõem nosso *corpus* de investigação, permitindo, na leitura das narrativas publicadas por cada um, identificar as formas particulares de empreendimento das suas relações com os demais atores sociais. Com isso, podemos evitar o erro de universalizar para o conjunto das mídias noticiosas características que dizem respeito a uma situação bem específica: modos de enquadrar acontecimentos e narrá-los, circunscritos a dois jornais impressos. A brevidade com que abordamos alguns aspectos relativos à *Folha de S. Paulo* e ao *O Globo* tem a ver com a perspectiva de que não estamos lidando com uma investigação histórica, muito menos com a estratégia de desvendar no conjunto suas políticas editoriais, interessando-nos os modos como ambos enquadram acontecimentos sobre homofobia e pessoas por ela afetadas ao construí-los e fazê-los circular sob a forma de narrativas.

As narrativas aparecem aqui em dupla condição: a de “materialidades”, posto que constituem nossa realidade empírica palpável, e em sua dimensão epistemológica, ao acionarem uma série de questões de ordem teórica e metodológica. Assim, identificamos as narrativas quanto aos gêneros (notícias, reportagens, editoriais, entrevistas etc.), pelo fato de eles permitirem uma primeira aproximação com a importância dada aos acontecimentos narrados – dizer de um acontecimento em um

editorial, por exemplo, é atribuir-lhe maior relevo do que simplesmente citá-lo em uma nota não assinada por colunista fixo do jornal. A partir de uma planilha (física e em base de dados computacional) de registro e classificação das narrativas coletadas, foram estabelecidas categorias para análise: identidades (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis etc.); natureza do acontecimento (programado ou acidental); agentes (movimentos sociais, poderes instituídos, personalidades, anônimos e outros); e assuntos reveladores sobre os contornos da homofobia (violência física, violência simbólica, comportamento sexual, família, direitos humanos e outros). A análise das categorias, bem como dos gêneros, receberão dois tratamentos complementares, um quantitativo e outro qualitativo. As categorias analíticas serão apresentadas adiante.

No que diz respeito à análise quantitativa, sua importância reside no fato de ela permitir a verificação de regularidades no aparecimento de cada item componente das categorias analíticas, indicando hierarquias na seleção de temas. Do ponto de vista do tratamento e apresentação dos dados, a estratégia foi a confecção de gráficos que dão uma dimensão visual das prevalências para cada categoria analítica, acompanhados de uma breve consideração sobre o resultado obtido. Por sua natureza mais generalizante, as considerações não detalham, por exemplo, os motivos que estariam por trás da tendência verificada, uma vez que eles estão explicitados na análise qualitativa. A principal razão para uso dos dados qualitativos, assim sendo, está no fato de o tratamento estatístico dessas regularidades constituir-se em um importante indicador para a etapa de análise qualitativa, abrindo-lhe caminhos para interpretações mais profícuas.

Em síntese, a análise dos dados quantitativos tem como objetivo compor um quadro objetivo e representativo: a) dos principais gêneros narrativos presentes nas coberturas sobre a homofobia; b) das identidades; c) da natureza dos acontecimentos; d) dos agentes; e e) dos assuntos. Dessa análise, foi possível uma primeira aproximação com a dinâmica de cada veículo no tratamento da homofobia, revelando posições e preferências relativamente às variáveis acima referidas.

Da análise quantitativa emergiram narrativas que foram tomadas como exemplares para as abordagens qualitativas, escolhidas em função da expressividade do acontecimento narrado. Para tal definição, nos valem da repercussão do acontecimento a partir dos próprios veículos que compõem o *corpus* de análise, considerando a quantidade de

vezes que ele ou tema a ele correlato foi noticiado, os agentes e personagens envolvidos e o grau de mobilização social, também identificado a partir de atores sociais postos em evidência na própria construção das narrativas. Foram ainda consideradas como exemplares narrativas nas quais os veículos se posicionaram claramente frente a questões referentes à homofobia e aos sujeitos por ela afetados, em editoriais, artigos e cartas de leitores, ou posicionamentos indiretos, perceptíveis, por exemplo, a partir da escolha de fontes favoráveis ou desfavoráveis ao tema e sujeitos implicados, assim como a iniciativa de tratar de acontecimento que coloca em circulação questões relativas à homofobia e temas e/ou pessoas por ela afetadas.

A coleta dos materiais e a proposição das categorias analíticas, aqui ligeiramente modificadas, foram realizadas por uma equipe de pesquisadores, coordenada pelo professor doutor Bruno Souza Leal e composta por alunos de graduação (bolsistas e voluntários) e pelo pesquisador que ora apresenta esta tese, dentro de pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde, em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e realizada com o apoio institucional do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais e do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania GLBT (NUH).

A análise das narrativas foi feita sob a perspectiva que Bruno Leal define como “olhar narrativizante”. Partindo do pressuposto de que as narrativas constituem promessas analíticas que permitem compreender a complexidade dos vínculos sociais, diz-nos o autor:

Sob essa ótica, as narrativas surgem como um fenômeno complexo, cuja existência se dá em pelo menos três dimensões: como metáfora – portanto fazendo visível um conjunto de relações teoricamente elaboradas – como objeto – ou seja, como fenômeno social que inclui o pesquisador, sendo também externa a ele –; e como procedimento analítico, daí implicando categorias e pressupostos. Os diferentes estatutos e usos da narrativa acentuam, por um lado, sua amplitude e sua importância; por outro, marcam uma atitude epistemológica de constituição de um objeto de pesquisa fundado no diálogo e no trânsito de saberes e realidades culturais. (LEAL, 2006, p. 21)

Trata-se, assim, de uma perspectiva de análise que coloca em cena as narrativas jornalísticas sobre a homofobia – temática problemática e problematizadora – a partir daqueles referenciais teóricos delineados anteriormente. Nossa inserção como sujeito de

pesquisa está aqui indicada como a de um intérprete, à luz das perspectivas hermenêuticas, o que implica em reconhecer a necessidade de aliar aos critérios de objetividade analítica a objetivação, entendida como não estar alheio ao fato de que as escolhas teórico-metodológicas e analíticas não se dão a partir da mera descrição. Importante ainda foi a definição de categorias, indicadas na sequência, articuladoras da análise, a partir das quais buscamos dar conta das formas como os acontecimentos foram enquadrados pelas e nas narrativas jornalísticas. Aqui elas se encontram explicadas de forma sintética, com a indicação das contribuições específicas de cada uma para a verificação dos modos como os acontecimentos foram enquadrados.

Como elementos que funcionaram como organizadores das análises específicas sobre as narrativas, trabalhamos as noções de polifonia e de tecer da intriga, centrais em uma diversidade de pesquisas que tomam narrativas de diversas naturezas como objetos de escrutínio. Ambos os conceitos são delineados no capítulo 2. Embora a existência da polifonia não esteja assegurada, ao menos não em todas as narrativas identificadas, a sua possível ausência pode ser tão significativa quanto a presença, uma vez que indica níveis diferenciados de compromisso em retratar a homofobia a partir da complexidade que o tema possui na sua própria relação com o social. O conceito, também transformado em uma espécie de “categoria operatória”, foi ainda fundamental para a identificação das personagens e fontes que frequentam as narrativas jornalísticas sobre a homofobia. Por meio das personagens e das suas vozes pudemos averiguar o nível de inserção que a homofobia, como tema problemático e problematizador, tem na sociedade brasileira, apontando, por exemplo, dimensões de questões morais, éticas, comportamentais e outras que gravitam em seu entorno.

Todo o trajeto analítico está centrado na definição dos enquadramentos jornalísticos, tal como já apresentamos sinteticamente no primeiro tópico da introdução e desenvolvemos em detalhes no capítulo 2, considerando que os quadros primários que servem de guia para a produção dos enquadramentos são tomados aqui como referindo-se ao contexto de ocorrência dos acontecimentos e das cenas neles destacadas. Pelos enquadramentos nos foi possível identificar de maneira mais consequente as articulações entre acontecimentos e narrativas, mas especialmente como se consolida a perspectiva do jornalismo como ator social em interação e negociação com outros atores sociais.

Na sequência estão as categorias analíticas utilizadas nas análises quantitativas e qualitativas.

- **Modalidades narrativas:** *Notícias, reportagens, entrevistas, editoriais, artigos, cartas de leitores, charges, ilustrações etc.* Consideradas por alguns estudiosos do jornalismo como gêneros, as modalidades narrativas se inscrevem especialmente nas categorias da informação e da opinião. São, por excelência, o dado de “materialidade” do *corpus* de análise, bem como nelas é que podemos identificar com maior clareza os gêneros e suas relações com a hierarquização dos acontecimentos narrados. Por pressuposto, as modalidades mais opinativas estão menos abertas à polifonia, a exemplo de um editorial, que tende a refletir, quase por exclusão dos demais, os pontos de vista da empresa jornalística. Em compensação, neles podemos, em tese, verificar maior expressividade das formas de tessitura da intriga. As modalidades narrativas são ainda indicadoras da importância atribuída pelos operadores jornalísticos a um determinado tema: narrar um evento a partir de uma notícia, e não de uma reportagem, indica graus distintos de relevância atribuídos ao que é relatado. Nossa análise das narrativas se ocupará, basicamente, da verificação da tessitura da intriga, a partir de três elementos: a) as fontes e personagens, com cuidado especial para os modos como as personagens são construídas, b) a presença ou não de polifonia, e c) e a construção da tríplice mimese;
- **Agentes:** *Executivo, judiciário, legislativo, celebridades, anônimos etc.* Os agentes tendem a aparecer como programadores de acontecimentos, como “apanhados” pelos acontecimentos acidentais ou como “comentadores” das duas formas de acontecimento. São importantes na identificação das estratégias de enquadramento, assim como, pelas potencialidades de serem simultaneamente fontes, devem ser levados em conta na análise dos níveis de polifonia. Constituem a categoria fundamental na identificação dos diversos atores sociais com os quais o jornalismo estabelece contatos e/ou negociações, sendo, por isso, essenciais para a indicação de eventuais conflitos no acionamento de quadros de referência interpretativos. A maneira como os agentes são dispostos é reveladora das posições de cada veículo, contribuindo para melhor delineamento dos modos como cada um se insere

nos debates acerca da homofobia, quais são os interlocutores que cada um privilegia, com quais estabelece distensões e com quais compartilha pontos de vista sobre o tema;

- **Assuntos:** *União civil, comportamento sexual, comportamento afetivo, violência física, violência simbólica etc.* A partir dessa categoria será possível identificar os diversos modos pelos quais a homofobia se manifesta na sociedade brasileira e é apresentada pelas narrativas. Os enquadramentos delas resultantes, ao mesmo tempo em que são reveladores dos modos de apreensão dos acontecimentos, poderão nos indicar as próprias maneiras como eles se estendem no tempo e no espaço, por exemplo, quando um acontecimento referente a um dos assuntos repercute para além da sua ocorrência mais próxima da edição do jornal que primeiramente o divulgou;
- **Identidades:** *Gay, lésbica, bissexual, travesti; transexual etc.* A categoria é fundamental na identificação das pessoas expostas à homofobia e suas consequências. Pela natureza controversa dos próprios significados identitários, fruto da diversidade das práticas e performances sexuais e de gênero, é reveladora dos procedimentos de enquadramento dos acontecimentos envolvendo a homofobia, assim como das suas formas de manifestação. A categoria é profícua também na identificação dos processos de vocalização, por exemplo, na observação se as pessoas LGBTT são ouvidas diretamente ou referenciadas a partir de terceiros, implicando um posicionamento do jornal como ator social que reconhece ou não nas identidades atores sociais de importância;
- **Natureza do acontecimento:** *Produzido e Programado* ou *acidental*. O acontecimento pode ser acidental, identificado como aquele que independe, para a sua ocorrência, de qualquer tentativa de controle, ou produzido e programado, quando deliberadamente planejado, com vistas a alguma estratégia de visibilidade. Os últimos são importantes na identificação dos acontecimentos midiáticos e nos enquadramentos dados a eles, revelando conflitos de pontos de vista. Por exemplo, paradas organizadas tendo como um dos seus objetivos a luta por direitos humanos de pessoas LGBTT podem ser enquadradas apenas como eventos importantes para a indústria turística, por seu potencial de transações econômicas. Os primeiros são importantes para a revelação do grau de interesse dos veículos na cobertura dos temas

ligados à homofobia e às pessoas por ela afetadas, pois pressupõem mobilização da própria redação no sentido de pautá-los.

Essas categorias se apresentam válidas por seu caráter operatório, facilitando a realização dos objetivos da pesquisa. Como toda classificação, no entanto, estão sujeitas a incompletudes, mas especialmente podem engessar a análise, se vistas sob a perspectiva de que o objeto terá que se submeter à comprovação da sua validade para além da operacionalização analítica. Queremos evitar que, de categorias meramente operatórias, elas se transformem em conceitos rígidos. Por essa razão também evitamos, como procedimento metodológico, construir hipóteses, que facilmente tornam míope o pesquisador. Ao lidarmos com certos pressupostos, a exemplo do jornalismo como ator social que negocia sentidos com outros atores sociais, a intenção é alargar as potencialidades de compreender as práticas jornalísticas como fundamentais na difusão de temáticas na atual configuração das nossas sociedades. A partir daí é que emergem as tensões que marcam essa presença difusora.

2. Algumas dimensões históricas e teóricas da homofobia

Pesquisas de opinião divulgadas em 2009 e 2010, realizadas por diferentes institutos de sondagem, dão uma mostra da dimensão e da complexidade da homofobia e dos preconceitos contra pessoas LGBTT no Brasil, atingindo os seus direitos constitucionais de tratamento igualitário com o restante da população. O primeiro levantamento, feito pela Fundação Perseu Abramo², indica que embora não seja fenômeno isolado no que diz respeito a preconceitos sociais entre brasileiros, que também manifestam rejeições a idosos e por motivos raciais, as indicações de homofobia são mais complexas, à medida que podem misturar-se a questões religiosas, sexistas e racistas. O resultado da medição da homofobia pela Fundação Perseu Abramo traz dados de leitura instigante, pois se há uma percepção clara da existência do preconceito contra pessoas LGBTT, o mesmo não ocorre quando se trata de admitir o próprio preconceito.

Indagados sobre a existência ou não de preconceito contra as pessoas LGBT no Brasil, quase a totalidade das pessoas entrevistadas respondeu afirmativamente: acreditam que existe preconceito contra travestis 93% (para 73% *muito*, para 16% *um pouco*), contra transexuais 91% (respectivamente 71% e 17%), contra gays 92% (70% e 18%), contra lésbicas 92% (69% e 20%) e, tão freqüente, mas um pouco menos intenso, 90% acham que no Brasil há preconceito contra bissexuais (para 64% *muito*, para 22% *um pouco*). Mas perguntados se são preconceituosos, apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis (e só 12% *muito*), 28% contra transexuais (11% *muito*), 27% contra lésbicas e bissexuais (10% *muito* para ambos) e 26% contra gays (9% *muito*). (VENTURI, 2009, p.1, com destaques do autor)

As diferenças entre perceber e admitir o preconceito, se por um lado tornam difíceis as explicações sobre o fenômeno da homofobia, por outro indicam claramente a sua existência como dado social observável e, até certo ponto, quantificável, posto que metodologias podem variar em seus graus de precisão, mas as sondagens, no mínimo, apontam dados para reflexão. O mesmo pode-se dizer a respeito de outra pesquisa, realizada pelo Instituto Datafolha e divulgada em fevereiro de 2010, revelando que somente 2% dos brasileiros se declaram homossexuais, frente a uma estimativa de que o grupo representaria até 12% da população mundial, segundo o mesmo Instituto³. Ficar

² Retirado de <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1768>, consultado no dia 09 de fevereiro de 2010, às 23h51, na base permanente da Fundação Perseu Abramo, no site www.fpa.org.br.

³ Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2102201011.htm>, consultado em 21 de fevereiro de 2010, às 12 horas, sob o título “Entre o armário e o preconceito”.

no armário como estratégia para evitar, dentre outros, prejuízos emocionais e profissionais, como veremos adiante, não constitui exceção, mas regra, fato que se evidencia também na pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de cujos dados é ainda possível verificar dificuldades que as pessoas LGBTTT enfrentam nas relações familiares e sociais, de forma ampla.

Outra pesquisa, realizada pelo Instituto Datafolha no final do mês de maio de 2010, dois meses após decisão inédita do Superior Tribunal de Justiça favorável à adoção de crianças por casais homossexuais⁴, revela que a maioria da população brasileira (51%) é contra tal prática, aprovada por 39% dos entrevistados. Um dado que chama atenção é que, dentre os religiosos, 41% dos católicos são favoráveis à adoção, enquanto 47% são contrários, índices muito diferentes dos evangélicos pentecostais, com índices de reprovação de 71% e aprovação de 22%. Não há informações sobre o posicionamento de outras crenças religiosas⁵.

Em levantamento que aborda as consequências físicas da homofobia, pesquisa anual realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)⁶ revela que em 2009 foram cometidos 198 assassinatos motivados por crime de ódio homofóbico, com um total de 3.196 mortes entre 1980 e 2009, o que colocaria, segundo o GGB, o Brasil na posição de “campeão mundial nessa modalidade de crime”⁷. Alguns detalhes do levantamento são importantes para a compreensão da dinâmica de tais assassinatos:

⁴ Retirado de <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/28/agora-eles-terao-os-mesmos-direitos-de-outros-filhos-diz-casal-gay-que-ganhou-direito-de-adotar-criancas.jhtm>, sob o título “Agora eles terão os mesmos direitos de outros filhos”, diz casal gay que ganhou direito de adotar crianças”, consultado em 29 de abril de 2010, às 20 horas; de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2804201001.htm>, sob o título “STJ garante direito de adoção a casal gay”, consultado no dia 28 de abril de 2010, às 11h33; e de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2804201003.htm>, sob o título “Projetos vetam adoção por casais do mesmo sexo”, consultado no dia 28 de abril de 2010, às 11h36.

⁵ Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/745396-maioria-e-contra-adocao-por-casal-gay-no-brasil.shtml>, sob o título “Maioria é contra adoção por casal gay no Brasil”, consultado em 04 de junho de 2010, às 9h17.

⁶ Ao contrário das pesquisas realizadas pelo Datafolha e pelo Instituto Perseu Abramo, especialistas em pesquisas de opinião, portanto, trabalhando com base em metodologias cientificamente válidas para o tipo de trabalho que realizam, a metodologia do Grupo Gay da Bahia é limitada. Os números de assassinatos são levantados em jornais impressos e *sites*, não abrangendo todos os estados brasileiros, por limitação de logística. Essa limitação diz mais provavelmente de um número mais elevado de assassinatos do que mais reduzido. Um elemento da pesquisa é particularmente importante para nossas discussões, pois a base de dados para os totais obtidos são publicações jornalísticas, apontando para a relevância de jornais na difusão da homofobia como problema social.

⁷ Retirado de <http://mixbrasil.uol.com.br/pride/relatorio-aponta-crescimento-de-mortes-de-lgbt-no-brasil.html>, consultado em 14 de março de 2010, às 23 horas, sob o título “Relatório aponta crescimento de mortes de LGBT no Brasil”, e de

Este levantamento criminal, realizado todos os anos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga ONG de defesa dos direitos humanos dos homossexuais, segundo o Prof. Luiz Mott, “é apenas a ponta de um iceberg de ódio e sangue: os requintes de crueldade como estes gays e travestis foram assassinados comprovam que se tratam mesmo de crimes de ódio, cumprindo o provérbio popular ouvido de norte a sul no país: ‘viado tem mais é que morrer!’. (...) As *causa mortis* refletem o ódio anti-homossexual, várias vítimas tendo sido torturadas, espancadas, queimadas. Travestis geralmente são mortas a tiros na rua, enquanto os gays são mortos dentro de casa a facadas⁸. (GGB, 2008, com destaques no original.)

Os crimes homofóbicos, indica o levantamento do Grupo Gay da Bahia, atingem indistintamente pessoas das mais variadas posições sociais, profissões e idades, o mesmo valendo para quem assassina. Há, no entanto, maioria de crimes em que estes dados não podem ser coletados, por dificuldades que vão do descaso das autoridades policiais nas investigações à recusa das famílias em prestar esclarecimentos, especialmente pelo medo da exposição pública. Como os dados não fazem referências aos assassinatos ocorridos em todo o território brasileiro, devido aos limites metodológicos implicados em pesquisas realizadas a partir de recortes parciais de veículos noticiosos impressos e eletrônicos, e não em fontes diretas, como secretarias municipais e estaduais de segurança pública, ou mesmo junto a algum órgão do Ministério da Justiça, eles não refletem a totalidade do problema da homofobia no país. Ficam excluídas também outras formas de agressões físicas e psicológicas, violências não menos importantes no rol das práticas homofóbicas e que, muitas vezes, não alcançam a dimensão de visibilidade pública.

Ainda que fundamentadas em metodologias distintas, pois as sondagens de opinião seguem os princípios de representatividade da população brasileira, estratificadas estatisticamente com base em dados do IBGE, ao contrário da precariedade metodológica do levantamento do GGB, as quatro pesquisas são claramente indicativas do problema da homofobia no Brasil. A partir delas, temos uma noção da disseminação dos preconceitos contra pessoas LGBTT por diversos estratos da população brasileira, as correlações dos preconceitos sexistas com outras formas de depreciação e indicações

<http://www.ggb.org.br/dossier%20de%20assassinatos%20de%20homossexuais%20em%202009.html>, consultado em 14 de março de 2010, às 23h15, sob o título “Relatório Anual divulga números de Homossexuais assassinados no Brasil em 2009”.

⁸ Dados retirados de In: http://www.ggb.org.br/onda_de_assasinatos_2007.html, em consulta realizada no dia 22 de agosto de 2008, às 18h07, sob o título “Onda de assassinato de gays no Brasil”.

da religiosidade como fator que torna ainda mais arraigadas as práticas homofóbicas. Os dados apontam, ainda, para a transformação do ódio em prática de eliminação física.

Se os crimes são apenas a “ponta de um iceberg de ódio e sangue”, nas palavras de Luiz Mott, definir a homofobia tem sido uma tarefa complexa, à medida que se trata de realidade que atinge os níveis individuais e sociais, com intrincadas formas de ocorrência. Outro indicador de tal complexidade está nas estatísticas da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais (Ilga), apontando que

Nada menos que 80 países do mundo consideram a homossexualidade ilegal e que em 5 deles – Iran, Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão e Iêmen – e em algumas partes da Nigéria e da Somália, atos considerados homossexuais são punidos com a morte. Embora muitos dos países mencionados no relatório não apliquem sistematicamente as suas leis homofóbicas, a sua simples existência reforça a cultura de que uma parcela significativa dos cidadãos tem de se esconder do restante por causa do medo. (OTOSSON, 2009, p. 4)

Os países que criminalizam a homossexualidade e que, portanto, institucionalizam legalmente a homofobia, estão distribuídos pela África, Ásia, Europa, América Central, América do Sul e Oceania. O fato de muitos desses países estarem fora da cultura ocidental, alguns de forte tradição religiosa islâmica, aponta pelo menos duas implicações. Uma primeira diz do quão disseminados são as práticas e sentimentos homofóbicos, ainda que manifestos em tradições culturais, políticas e religiosas muito distintas daquelas que orientam as referências sobre sexualidades, homossexualidades e homofobia que referenciam as discussões que fazemos aqui. No tópico sobre as influências das tradições religiosas na constituição e disseminação da homofobia retomaremos, sob a perspectiva das religiosidades, as diferenças que marcam, em parte, sentimentos homofóbicos fora da tradição ocidental e judaico-cristã. Uma segunda implicação está no fato de muitos governos dos países de tradição islâmica acusarem exatamente o mundo ocidental de exportar comportamentos homossexuais para seus países, justificando, assim, as violências contra práticas homossexuais, posto que seriam um “presente envenenado importado do Ocidente decadente” (OTOSSON, 2009, p. 4).

Outra consideração importante para compreender os objetivos, alcances e limites do relatório da Ilga é recorrer à metodologia utilizada em sua preparação:

A pesquisa compilada se baseia em estudos factuais em escala macro e micro dos sistemas legais e das legislações em detalhes ou de fontes

de segunda mão quando textos legais não foram possíveis de serem obtidos. Considerando que este relatório se propõe a apresentar a informação mais atualizada, a maior parte dela foi extraída de websites de órgãos governamentais e de ONGs, e não de materiais impressos. A pesquisa só trata de legislação que caracteriza como delito todo ato sexual consensual entre indivíduos do mesmo sexo em esfera privada e maiores de idade. Legislações referentes a tais atos em público, com menores, com força ou por qualquer outro motivo, não foram incluídas. Tampouco incluímos países onde estes atos foram legalizados. (OTOSSON, 2009, p. 6)

O ódio gerado pelas posições homofóbicas tem sido, na maioria das vezes, negligenciado como um problema social grave, criando um sentimento de naturalização das reações preconceituosas contra pessoas LGBTT. Eve Kosofsky Sedgwick (1990), lembrando os diversos genocídios, assim como matanças de homossexuais ao longo da história ocidental, chama atenção para as fortes reações contra gays quando da expansão da Aids nos anos 1980, momento em que setores religiosos e outros interpretaram a síndrome como castigo divino contra aqueles que desrespeitavam “leis naturais” da sexualidade. Tais reações, na avaliação da autora, estão assentadas também em um imaginário heterossexista, em parte tributário de concepções sobre o homossexual que foram construídas a partir de finais do século XIX, assim como uma tendência à prática dos genocídios como marca da cultura ocidental.

Se uma trajetória de fantasia, utópica em seus próprios termos, em direção a um genocídio tem sido endêmica na cultura ocidental desde as suas origens, então, também pode ter sido verdade que a trajetória em direção ao genocídio gay nunca foi claramente distinguida de algo mais amplo, a trajetória apocalíptica em direção a algo parecido com o omnicídio. O impasse do século passado entre compreensões minorizantes e universalizantes da definição do homo/heterossexual pode ter apenas aprofundado este vínculo fatal no *imaginaire* heterossexista. (SEDGWICK, 1990, p. 128, com destaque da autora)

Desse conjunto de dados sobre formas de violência e de manifestações preconceituosas, percebe-se que a homofobia, como buscaremos conceituar, não se restringe aos crimes de ódio contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais e tem mesmo uma história longa, embora as tentativas de apreendê-la teoricamente sejam mais recentes. Uma boa maneira de iniciar o percurso teórico, parece-nos, é identificar algumas das raízes históricas que, no mundo ocidental, antecedem o fenômeno das práticas e sentimentos homofóbicos tal como conhecemos na atualidade e que são fundamentais para a busca de uma origem para a homofobia. Ao proceder assim, evitamos a naturalização da homofobia, ao percebê-la como construção social

historicamente localizável em sua constituição, desenvolvimento e consequências para as pessoas por ela afetadas. Assim sendo, a história da homofobia, com suas formas de manifestação, encontra-se ainda em construção, o que requer a necessidade de perceber suas regularidades/irregularidades, suas linearidades/interrupções (FOUCAUT, 1987, a propósito das potencialidades de uma “arqueologia do saber”). Enfim, sua permanência como fenômeno continuamente modificado pelas ações humanas, sujeita aos fluxos que se encontram nas próprias consequências que ela traz para as pessoas por ela afetadas. E, sobretudo, como objeto de diversos discursos que buscam apreendê-la, revelando sua permanência rugosa como realidade empiricamente verificável e de complexa elaboração teórica.

Estamos conscientes, ao escolher como método de análise da homofobia as formas da sua constituição histórica, dos riscos inerentes às proposições “construcionistas” que nelas podem ser identificadas. Tal como alertam em relação aos estudos feministas sobre gênero e sexo, dentre outros estudiosos, Judith Butler (2007; 2008), a posição construcionista tem servido, ainda que tentando desmitificá-la e negá-la, para reafirmar a naturalização das condições de gênero e de sexo, fazendo retornar ao biológico o que de início buscava ser contestado: que gênero é uma forma de apreensão e superação das relações de poder que historicamente marcam as concepções binárias do sexo como dado exclusivamente biológico. Para Butler, em diversos momentos as teorias construcionistas sobre sexo e gênero avançam somente até a desmistificação de que essas seriam categorias dadas pela natureza, cada indivíduo nascendo predeterminado a ser “homem” ou ‘mulher”. A partir daí, essas proposições construcionistas falham em identificar as condições concretas em que as construções de sexo e gênero se dão, nas suas mais variadas modalidades discursivas. É como se a construção não se desse, primeiro, por pessoas e instituições concretas, limitadas historicamente por suas posições no tempo e sociedades específicas, e segundo, que elas fizessem parte de jogos de poder.

Desse modo, nosso recurso metodológico a um “retorno à história das (homo)sexualidades” não tem por objetivo naturalizar as diversas formas discursivas que têm buscado explicar a homofobia, a partir, sobretudo, da naturalização da norma heterossexista (SEDGWICK, 1990, 2007; BORILLO, 2001; LOURO, 2004, 2007; GONZÁLEZ, 2007; SIMONIS, 2007; BUTLER, 2007, 2008; dentre outros). Pelo

contrário, o objetivo é deixar claro que há relações sociais concretas, instituições e pessoas envolvidas nas construções discursivas que buscam legitimar a homofobia e que identificá-las é um primeiro passo para superação.

Compartilhamos, assim, do que propõe Judith Butler em sua crítica às perspectivas construcionistas e essencialistas nos estudos sobre sexo e gênero – que têm marcado algumas posições na tradição do feminismo – entendendo que elas podem se aplicar também aos estudos sobre a constituição histórica da homofobia.

Crucialmente, pois, a construção não é nenhum marco singular, nem um processo causal iniciado por um sujeito, culminando em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas ocorre *no* tempo, mas é, ela própria, um processo temporal que atua através da reiteração de normas; o sexo é produzido e, ao mesmo tempo, desestabilizado no curso dessa reiteração. Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma. Esta instabilidade é a possibilidade *des*constitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o “sexo” é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do “sexo” em uma crise potencialmente produtiva. (BUTLER, 2007, pp. 163-164, com destaques da autora)

Feita a ressalva, destacamos que a trajetória que tem sido adotada na percepção da homofobia como construção histórica tem contemplado ao menos duas dimensões, que se justapõem e se complementam em direção à compreensão do fenômeno. Uma primeira trajetória diz respeito à construção das noções de sexualidade, especialmente para a sua institucionalização, cujo sinal mais visível seria a construção das noções de normalidade das atividades sexuais, entendendo-se por normais as relações entre pessoas de gêneros diferentes, com fins procriativos, originando o que diversos autores definem como norma heterossexista, anteriormente aludida.

A segunda trajetória se dá na busca de uma história das homossexualidades, que contempla relações entre pessoas de mesmo gênero em períodos nos quais a noção de homossexualidade ainda não havia entrado para os circuitos discursivos das sexualidades e que se manifestam não somente como forma pura de desejo homoafetivo, mas como parte de rituais, por exemplo, de iniciação na vida adulta ou mesmo como estágio de preparação para os laços matrimoniais com pessoas de gênero

diferente. O procedimento mais comum é a remissão às culturas clássicas, especialmente gregas e romanas (SPENCER, 1996; DOVER, 2007), mas com diversos estudos que também procuram evidências das relações afetivas e sexuais entre pessoas de mesmo gênero em culturas ameríndias, das culturas orientais e das tradições do mundo islâmico (FOUQUÉ, 1953; DOURADO, 1967; SPENCER, 1996; TORRÃO FILHO, 2000; TREVISAN, 2000; NAPHY, 2004; FOUCAULT, 2005; 2006; 2007; ALLEN, 2006; dentre outros).

É ainda importante lembrar que o fato de a homofobia poder resultar em consequências como violência física e simbólica não quer dizer que ela tenha as mesmas origens, desenvolvimento e formas de manifestação em todos os tempos e sociedades. Do mesmo modo, suas maneiras de manifestação não são necessariamente idênticas para gêneros e/ou performances de gêneros diferentes (BORILLO, 2001; GONZÁLES, 2007; SIMONIS, 2007; SÁNCHEZ, 2009).

2.1. Contornos históricos da homofobia

Tomando como referência os estudos de Foucault (2005; 2006; 2007) sobre a história da sexualidade, muitos autores têm afirmado que não é possível entender as práticas homofóbicas, bem como sua disseminação por diversas sociedades atuais, sem a perspectiva dos modos como a sexualidade foi construída por uma série de discursos sociais. Nesse sentido, um dos elementos para os quais Foucault chama atenção é o engano segundo o qual a sexualidade teria sido reprimida pelo poder. Pelo contrário, propõe-nos, os diversos discursos que, a partir do século XVII, buscaram entender o sexo, colocaram-no em um novo patamar. Das novas ordens discursivas, as mais importantes foram a medicina, a pedagogia, o direito, a psiquiatria, a biologia, a economia (com a contribuição das perspectivas burguesas no estabelecimento do capitalismo), a psicanálise, a psicologia e as religiões. Se até aquele momento o sexo era visto como degenerescência, a estratégia foi modificar o foco das atenções e abordagens, que passou a um outro domínio: o da sexualidade, categoria mais adequada aos “discursos de saber” proferidos pelas entidades anteriormente referidas.

Dimensão mais sutil, a sexualidade não diz respeito apenas ao ato sexual, mas a uma série de práticas e desejos, que não são alvo direto de repressões que a impedisse de se manifestar. Em outros termos, relativamente às manifestações da sexualidade são levadas a cabo análises e controles racionais, a exemplo das prescrições médicas de higienização das e nas práticas sexuais, ou a sexualidade é alvo de discursos morais, proferidos pelas mais variadas religiões. Lembre-se que a medicalização/psiquiatrização da sexualidade teve como uma das suas consequências a inclusão da homossexualidade como uma doença, só recentemente deixada de assim ser considerada (COSTA, 1992). As religiões, em sua maioria, colocam a homossexualidade na categoria do pecado e de prática anti-natureza. Desse modo, sobre a sexualidade, categoria que já nasce para dizer de uma condição humana sujeita a mal entendidos, são produzidos múltiplos discursos, bem como há um incitamento a que todos dela falem, ainda que prevaleçam, em muitos momentos, silêncios e interditos.

Uma síntese dos diversos discursos proferidos sobre a sexualidade, bem como as interpretações e “usos” dela feitos por instâncias também diversificadas, é reveladora da ambiguidade entre escrutiná-la e discuti-la ou admiti-la abertamente, no último caso especialmente quando a referência são as práticas individuais, particularmente aquelas envoltas em preconceitos. Nos próximos parágrafos nos valeremos de Foucault (2005; 2006; 2007), presente como pano de fundo, portanto, não necessariamente citado de forma direta, para apresentarmos algumas das formas como as sexualidades foram relacionadas aos agentes sociais já referidos anteriormente. Às contribuições de Foucault acrescentaremos dados de estudiosos que, seja sob a perspectiva mais direta da compreensão da homofobia, seja sob a perspectiva dos estudos sobre as sexualidades, seja sob a perspectiva dos estudos sobre as homossexualidades masculina e feminina, ou mesmo do já proscrito termo “homossexualismo” (da época em que o afeto entre gêneros iguais era doença catalogada), nos ajudarão a esclarecer as múltiplas dimensões das práticas e sentimentos homofóbicos.

2.1.1. Produtividade e sexualidade: do econômico ao simbólico

O início dos discursos sobre as sexualidades, a partir do século XVII (SPENCER, 1996; FOUCAULT, 2006), coincide com os processos de transformações políticas,

econômicas, sociais e culturais que levaram a burguesia ao poder e, por meio dela, o capitalismo. Ao contrário da aristocracia, que tinha no mito do “sangue azul” uma metáfora para dizer da sua “pureza” ancestral, a burguesia teve que lançar mão de outros elementos discursivos para legitimar-se como para e do poder, dentre eles o cultivo da ideia de uma “sexualidade sadia”. Desse modo, diz-nos Foucault, não são verdadeiras as proposições segundo as quais a burguesia impôs, como uma extensão da luta de classes, um tipo de comportamento sexual ao proletariado. Na busca de um posicionamento social de respeitabilidade, antes a burguesia se impôs e testou em si mesma os métodos, técnicas e comportamentos do que seria uma “sexualidade sadia”, fundada em práticas normatizadas, garantidoras da diferenciação frente aos demais componentes da sociedade. É somente quando se colocam problemas econômicos tais como o controle das populações, que a sexualidade do trabalhador passará a constituir problema para a burguesia, a essa altura, em função também da necessidade de deter as doenças sexualmente transmissíveis. Controle que não se dá sob a forma de uma censura direta, mas sutilmente disfarçada em discursos de entidades que se apresentam autônomas em relação à nova classe no poder. São essas as entidades que melhor revelam as modalidades discursivas sobre a sexualidade normatizada e suas formas de disseminação pelo conjunto social, inclusive porque muitas delas já vinham construindo seus discursos contra as “sexualidades desviantes” em épocas anteriores à ascensão burguesa.

Das revoluções Francesa e Industrial em diante, as bases de sustentação política e econômica da burguesia se assentam no capitalismo e sua noção fundamental de produtividade. Desse modo, para uma compreensão dessas dinâmicas, é importante nos determos, brevemente, no conceito de produtividade. Dentre as suas muitas acepções dicionarizadas, encontramos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa que “produtividade (*s.f.*) (é) característica ou condição do que é produtivo; capacidade de produzir” (HOUAISS & VILLAR, 2001, p. 2304). Na singeleza aparente das definições, encontramos pistas para explicações mais complexas. Em sua dimensão econômica, a produtividade pressupõe formas racionais de organização do trabalho, coletivizado e em larga escala, além de cada vez mais executado a partir de inovações tecnológicas, em favor da apropriação privada que gerará lucros (GIDDENS, 2005), realizado, ao longo da história, em condições muitas vezes degradantes, especialmente para mulheres e crianças (HUBERMAN, 1986). Tais condições somente são

parcialmente superadas à medida que a combinação de lutas políticas com a necessidade de criação e/ou ampliação dos mercados de consumo acontecem, levando, progressivamente, à constituição de um mercado de consumo global, no qual, inclusive, cria-se a ilusão de uma integração cultural pela posse de bens materiais, culturais e simbólicos (FEATHERSTONE, 1995; CANCLINI, 1996). Está na estratégia de universalização do consumo, que se concretiza, contraditoriamente, a partir da promoção, simultaneamente, da indiferenciação e das particularidades, uma das bases de explicação para a lógica do consumo dirigido às pessoas LGBTT, que abordamos adiante.

À medida que avançam as condições de produção e os alcances da lógica comercial sobre todas as esferas da produção humana, as especializações no mundo do trabalho vão se tornando também elas mais complexas e ramificadas, a ponto de alguns autores sugerirem que certos labores seriam mais adequados a performances produtivas específicas de gênero. Desse modo, assim como um tipo de senso comum atribui às mulheres habilidades, por exemplo, para trabalhos manuais e artesanais, estudos já apontaram que homossexuais masculinos teriam aptidões especiais para trabalhos artísticos e intelectuais (ERIBON, 2008).

Ser produtivo, no entanto, não se reduz a estar envolvido nas engrenagens de produção, circulação e consumo de bens materiais. Tal como apontam perspectivas analíticas de inspiração marxista, a produtividade humana, em todas as suas dimensões, está ligada ao trabalho, este entendido em suas realidades físicas e espirituais, realizando-se como a própria dimensão ontológica, como o processo de humanização permanente requerido pela espécie humana em seu curso de desenvolvimento histórico (KOSIK, 1986). Desse modo, somente pelo trabalho o ser humano é capaz de produzir e acumular riquezas materiais, mas também capital cultural e simbólico. Estes últimos se espalham por todas as esferas da vida e neles não é forçoso incluir os muitos modos como as sexualidades convocam os corpos a se produzirem, assim como também produzem corpos (FOUCAULT, 2005, 2006, 2007; BUTLER, 2007; LOURO, 2007). No sentido da produtividade simbólica que aqui estamos apontando, e dentro das especificidades que nos interessam relativamente à homofobia, fundamental também é lembrar a modelagem dos corpos das travestis, inclusive como estratégia econômica, na lógica do comércio sexual (BENEDETTI, 2005), bem como a adequação das anatomias genitais

de transexuais, permitindo o ajustamento da performance física aos sentimentos de pertencimento de gênero (BENTO, 2006). Como formas específicas de produtividades simbólicas, as modelagens corporais se inscrevem tanto na lógica normativa que busca impor padrões de suposta normalidade, quanto na lógica de subversão das atribuições normativas de gênero, apontando para potencialidades de embaralhamento das identidades sexuais em sua histórica limitação biologizante.

Essas noções de produtividade colocam em dúvida, assim, sugestões como a de Colin Spencer, para quem, em sua fase inicial o capitalismo considerou que as manifestações de desejo homossexual seriam contraproducentes, desviando o foco das necessidades de acumulação de riquezas (SPENCER, 1996). A análise de Colin Spencer, ao traçar uma história da homossexualidade, toma o capitalismo isoladamente como forma econômica, não considerando suas evoluções posteriores, como o fato de ser este regime também impregnado por noções como democracia, liberdade, opinião pública, lucratividade ilimitada e outras. É preciso, pois, destacar que o capitalismo tem papel ambíguo na sua relação com as homossexualidades (PRADO e MACHADO, 2008).

Além disso, para o capitalismo é imperiosa a necessidade de inclusão sempre crescente de novas estratégias de obtenção de lucro, que fazem com que ele incorpore, e/ou coopte, o máximo de consumidores, incluindo os homossexuais. Ademais, a incorporação dos homossexuais como mercado de consumo segmentado (SULLIVAN, 1996; NUNAM, 2003, GONZÁLEZ, 2007), se por um lado reflete a flexibilidade do sistema capitalista em termos de realização econômica, por outro diz das próprias conquistas políticas dos movimentos de lutas por direitos humanos e cidadania das pessoas LGBTT (TREVISAN, 2000; NUNAM, 2003; FACCHINI, 2005)⁹. Temos, assim, uma outra visão, contrária à noção contraproducente apontada por Spencer: o consumo por parte dos homossexuais constituindo uma das formas de efetivação da acumulação de riquezas, a partir da expansão das bases que se assentam nas noções de produtividade, não apenas econômica, como também simbólica, como veremos adiante.

⁹ Vale lembrar, por isso mesmo, que o marco da moderna luta por direitos humanos homossexuais se encontra na histórica luta ocorrida entre policiais e homossexuais, lésbicas e travestis no bar Stonewall-Inn, em Nova York, em junho de 1969, estabelecendo, assim, laços simbólicos entre ativismo político LGBTT e consumo. Após várias batidas policiais no bar, sob alegação de falta de licença, os frequentadores iniciaram batalhas com os militares que resultaram em prisões e novos protestos, que se espalharam por outros locais, modificando o enfrentamento do preconceito contra as homossexualidades nos Estados Unidos e outras partes do mundo ocidental (conferir, dentre outros, GIDDENS, 2005).

Ainda importante é destacar que, conforme atestam os próprios estudos sobre as homossexualidades, os agrupamentos sociais, na atualidade, são compostos por pessoas originárias dos mais diversos segmentos socioeconomicoculturais. Consequentemente, qualquer análise que contemporaneamente insista em divisões dos estratos sociais em termos exclusivos de burguesia e sua classe oponente, o proletariado, está fadada a não captar a dinâmica que move as sociedades. Se as classes sociais podem ser estratificadas a partir de critérios quantitativos que indicam classificações em função de poder econômico e/ou capital cultural, qualitativamente os pertencimentos identitários são mais difusos do que sugerem as supostas unidades socioeconomicoculturais (BAUMAN, 2005; CASTELLS, 2006; PRADO e MACHADO, 2008). As múltiplas formas de manifestações culturais, identitárias e comportamentais, no entanto, não escapam às tentativas de normatização, que se realizam, também, a partir da adoção de princípios de produtividade, tanto no nível econômico (particularmente no que diz respeito a padrões de produção e consumo), quanto no simbólico. Contra as tentativas de normatização, porém, novas formas de manifestação podem se insurgir, levando a rearranjos produtivos e novas modalidades de consumo (CANCLINI, 1996), que apesar de não necessariamente se contraporem aos princípios da economia de mercado, obrigam-na a adaptar-se a novos estilos de aquisição material, cultural e simbólica, a partir de uma dinâmica de reflexividade, em que as pessoas também se veem às voltas com a necessidade de adequação a novos padrões.

Vale, por isso mesmo, retomar a ideia de ambiguidade na relação do capitalismo com o consumo homossexual, pelo que ela ilumina em termos da realidade econômica do capitalismo e suas formas de obtenção de lucro, mas também pelo que pode ajudar no clareamento das próprias noções de construções identitárias a partir das homossexualidades. Em texto que discute as fusões entre passado e presente na constituição da homofobia, Alessandro Soares da Silva assim coloca o problema:

Claro está que a compreensão da organização social do espaço sexual e a organização sexual do espaço social são decisivos para a compreensão da construção psicopolítica da identidade. Nesse sentido, podemos dizer que se, por um lado, a emergência do chamado *mercado rosa* constituiu um marco importante para a construção da homossexualidade não apenas como um comportamento sexual, mas como um estilo de vida e de expressão social e, portanto, para a construção de identidades, por outro, ele acabou por determinar a aceitabilidade apenas de certas identidades coletivas, de certos estilos de vida e de expressão social. Dessa maneira, o mercado acaba por

não deixar revelar realmente cenas tão múltiplas da experiência homoerótica, acaba por assumir o papel de determinante hegemônico, não mais moral, mas comercial. Ainda que “[...] *uma indústria do entretenimento enraizada na subcultura gay, mas que se estende além dela e adquire um certo apelo cult junto a heteros progressistas (ou ousados)*” (...) contribua para a consolidação desta *subcultura* e dessas identidades e para a interação entre homossexuais e heterossexuais, ela também determina quais performances identitárias terão ou não espaço nesse processo. Assim, se por um lado é verdade que ele amplia a participação social de homossexuais na vida cotidiana, também é verdade que o faz apenas para um certo número de homossexuais que se encontram enquadrados nos padrões identitários mercadológicos. (SILVA, 2007, p. 173, com destaques do autor)

Para além dos processos identitários que podem ser forjados unicamente em função de uma lógica de consumo supostamente indicativa de um “modo de ser homossexual”, estão colocados problemas como as inevitáveis diferenciações a partir de desníveis de poder aquisitivo, que hierarquizam, inclusive no interior dos agrupamentos das pessoas LGBTT, segundo lógicas que podem reforçar preconceitos internos e externos aos grupos. Isso, além das possibilidades de criar e/ou reforçar noções como as de estilos de vida extravagantes, escandalosos, perdulários e adjetivos afins, indicativos de uma suposta vida desregrada e degradante por parte das pessoas LGBTT, no limite máximo do hedonismo. As ambiguidades, portanto, não se encontram restritas às formas como o capitalismo lida com as homossexualidades, mas também, e talvez principalmente, com as armadilhas que uma entrada privilegiada em análises identitárias de pessoas LGBTT a partir de hábitos de consumo traz em termos de essencialização, reforçando preconceitos. Dito de outro modo, é preciso reafirmar a noção de que as identidades de gênero nunca são estáveis e, especialmente, que não podem ser compreendidas a partir de um único aspecto das vivências e performances vinculadas, em um determinado momento, a uma ou outra dimensão da sexualidade. Por essa razão, padrões de consumo supostamente típicos de pessoas LGBTT devem ser percebidos, como indicado anteriormente, no entrecruzamento entre os interesses capitalistas e as reivindicações de acesso a todas as formas de estar no mundo, potencializando análises nas quais as normas são permanentemente colocadas em xeque a partir, precisamente, da força que exercem, muitas vezes de forma esmagadora, sobre determinadas coletividades. Vistas assim, as relações entre capitalismo e pessoas LGBTT podem esclarecer a noção de produtividade que aqui buscamos desenvolver: a das potencialidades da produção da norma e, simultânea e contraditoriamente, da sua superação.

Do que acima se expôs, pode-se concluir, acerca da noção de produtividade, que ela está envolta em contradições, mas também em potencialidades explicativas. Em suas contradições, embora a produtividade econômica capitalista não tenha conduzido àquilo que o marxismo apontava como mudanças que levariam o proletariado a superar politicamente a burguesia, por meio do comunismo, a partir da agudização da exploração do trabalho, ela tem levado à necessidade de permanente reinvenção das estratégias de consumo e de produção. Se elas não superam as diferenças econômicas, pelo contrário, tem as aumentado, são capazes, por outro lado, de elevar variados estratos sociais ao mundo do consumo, inclusive pela lógica da segmentação, sem conseguir, apesar disso, evitar desigualdades que excluem outros tantos do acesso a bens materiais, culturais e simbólicos. As estratégias de agregação de consumidores pelas vias da segmentação, no entanto, levam a que o capitalismo incorpore, ainda que mantendo traços homofóbicos, produtores e consumidores homossexuais. Quanto às potencialidades da noção de produtividade, verifica-se que das contradições inerentes às tentativas de produções culturais e simbólicas normatizadoras, outras virtualidades produtivas se apresentam. Em alguns tópicos seguintes retomaremos a noção de produtividade, buscando explorar seus potenciais e contradições no que diz respeito a outros aspectos da história das sexualidades e da homofobia.

2.1.2. Os fundamentos religiosos da homofobia

Para as religiões judaico-cristãs, e ainda antes da emergência da burguesia como classe no poder e do capitalismo, a normatização da sexualidade concretiza-se na sua restrição ao casamento heterossexual e à sua função exclusivamente procriativa. Este é o motivo pelo qual, ainda hoje, algumas doutrinas, como a católica, entram em conflito com as propostas de controle da natalidade por métodos contraceptivos. As divergências contrapõem-se, por exemplo a advertências de especialistas em demografia sobre os riscos representados pela expansão da população, assim como pela medicina, preocupada, com problemas de saúde que determinada gravidez poderá trazer para a mulher. Embora a Igreja Católica seja sempre a mais lembrada quando da associação entre religião e homofobia, ela não é a única doutrina religiosa a combater os laços homoafetivos. Assim, diz-nos Luiz Angelo Dourado, autor de um dos primeiros estudos no Brasil sobre “homossexualismo”, em que ele apresenta, a partir de perspectivas

psicológicas e psicanalíticas, reinantes até os anos 1970 do século XX, as razões que associam as práticas homossexuais à delinquência:

A luta enérgica contra a homossexualidade começou com o judaísmo. O monoteísmo desenvolveu o monossexualismo. Além das razões religiosas, os judeus orientaram a questão sexual no sentido da procriação e enriquecimento em número da humanidade, condenando formalmente o vício helênico. O texto bíblico é claro em sua reprovação ao homossexualismo e o fogo divino foi a pena imposta a Sodoma e Gomorra. A Igreja Católica impossibilitada de coagir a pederastia com recursos espirituais decidiu-se, no ano 342, a puni-la criminalmente. Desencadearam-se impiedosas perseguições. O homossexualismo tornou-se execrando vício, castigado com as masmorras e as penas eternas do inferno. Em plena Idade Moderna, ainda continuava-se a queimar vivos, em vários países, os réus do então chamado “crime nefando”. (DOURADO, 1967, p. 18)

Particularmente importante na análise de Dourado é a indicação de que, em suas origens, a condenação judaica às relações entre pessoas de mesmo gênero tiveram como princípio a necessidade de aumento da população, partindo da premissa de que relações entre gêneros iguais colocariam em risco a própria sobrevivência das raças. Nota-se, aí, que impera um princípio de produtividade, marcada por elementos demográficos – com finalidades inclusive de preparação para eventuais guerras – como força de regulação dos laços afetivos e sexuais, que se manifestará também em outros momentos e culturas, como salientaremos adiante quando das discussões sobre as relações entre gêneros iguais nas culturas clássicas, incluindo a estratégia de manter como amantes soldados e guerreiros. O resultado dessa visão homofóbica, no entanto, sobrevive a diversas mudanças ao longo dos séculos, inclusive quando o problema da procriação passa a uma ordem inversa, com a necessidade de controle da natalidade, revelando a passagem de uma ordem discursiva sobre produtividade do campo mais imediatamente material para o simbólico. Em outros termos, fixaram-se as noções de condenação das relações entre pessoas de mesmo gênero de tal forma eficientemente, que invertidas as condições de aumento populacional pelo crescimento das taxas de natalidade, mantiveram-se intactas, e mesmo foram potencializadas, as injúrias e demais formas de depreciação contra amantes do mesmo gênero, agora justificadas por “leis naturais”.

Voltando às influências religiosas na condenação da homoafetividade, diz-nos Willian Naphy, em livro que aborda a história da homossexualidade:

Onde deparamos com uma diferença acentuada, historicamente, nesta reacção humana universal à homossexualidade é nas três grandes religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo, islamismo. Como já vimos, porém, a reacção islâmica tem sido menos inflexível e mais complacente com os actos homossexuais, exigindo no entanto que o requisito de procriar seja cumprido. Esta atitude resulta sobretudo da grande segregação dos sexos – na realidade, o compromisso implica que algumas actividades homossexuais sejam ignoradas para permitir a reclusão sexual das mulheres. O judaísmo e o cristianismo, por outro lado, adoptaram uma atitude muito menos conciliadora com a homossexualidade. A realidade, contudo, é que durante quase dois milénios o judaísmo não esteve em condições de regulamentar a vida de indivíduos e, nessas circunstâncias, coube em grande parte ao cristianismo regulamentar a sexualidade no mundo “judaico-cristão”. (NAPHY, 2004, p. 284)

Assim como a análise de Luiz Dourado aponta para o Judaísmo como religião que condena a homossexualidade com base na necessidade de aumento da população, Willian Naphy também aponta no islamismo tendência a inserir as relações sexuais no campo da necessária procriação, embora em sentido distinto, pois as religiões islâmicas tenderiam a “fechar os olhos” para as práticas homoafetivas, desde que elas não interfiram na reprodução da espécie, assim como preservem as mulheres. Nesse sentido, a abordagem de Naphy destaca que a constituição de haréns acabaria, em algumas tradições islâmicas, necessitando mesmo de relacionamentos entre pessoas de mesmo gênero, em consequência de uma certa “escassez” de mulheres, principalmente para estratos da população masculina de menor poder econômico e pouco prestígio social. A acrescentar, no entanto, que a relativa tolerância do islamismo com a homossexualidade está restrita aos princípios religiosos, pois acontecimentos recentes em países de tradição islâmica são claramente indicadores de ações políticas e jurídicas de criminalização das relações entre pessoas de mesmo gênero, inclusive com a pena de morte¹⁰ (PAPÍ, 2007, OTOSSON, 2009).

¹⁰ Leia-se, a propósito, notícias publicadas sobre o tema, retiradas de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u86191.shtml>, sob o título “Nobel da Paz condena enforcamento de homossexuais no Irã”, consultado no dia 01 de outubro de 2009, às 9h26; de <http://noticias.gospelmais.com.br/direito-dos-gays-divide-brasil-e-paises-islamicos-na-onu.html>, sob o título “Direitos dos gays divide Brasil e países islâmicos na ONU”, consultado no dia 01 de outubro de 2009, às 9h53; de <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/outubro-2008/islamicos-querem-impedir-entidade-do-brasil-de-defender-gays-na-onu/>, sob o título “Islâmicos querem impedir entidade do Brasil de defender gays na ONU”, consultado no dia 01 de outubro de 2009, às 9h56; e de <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL66907-5602,00-IRA+CONDENA+A+MORTE+POR+ESTUPRO+ADULTERIO+E+HOMOSSEXUALIDADE.html>, sob o título “Irã condena à morte 20 por estupro, adultério e homossexualidade”, consultado no dia 01 de outubro de 2009, às 9h28.

No entanto, se parece haver consenso quanto às origens judaico-cristãs da condenação da homossexualidade, ao lado da tradição islâmica (NAPHY, 2004; PAPI, 2007), está longe de haver consenso sobre a interpretação de trechos bíblicos e dos livros sagrados do islamismo como explicitamente condenadores da prática do amor entre pessoas do mesmo gênero (HILTON, 1992; SPENCER, 1996; ALLEN, 2006; PAPI, 2007; ERIBON, 2008). Na esteira do conflito, especialmente aqueles relativos à exegese dos textos do Antigo Testamento e de São Paulo, encontramos igrejas e instituições de cunho religioso que condenam veementemente as homossexualidades, inclusive procurando “curá-las”, a exemplo da Êxodus Internacional (DAVIES e RENTZEL, 1997). Mas há também igrejas e religiosos que buscam nos mesmos textos bíblicos e nos textos sagrados da tradição islâmica que condenariam as relações homoafetivas as razões para a sua aceitação com base no amor de Deus (HILTON, 1992; PAPI, 2007). É assim que, atualmente, as formas religiosas são, ora francamente hostis às relações homoafetivas, ora francamente favoráveis a elas, inclusive com a criação de igrejas inclusivas criadas com a finalidade de acolher pessoas LGBTT (SÁNCHEZ, 2009), ora ambíguas quanto à condenação ou aceitação, o que pode incluir diferenças no interior de uma mesma congregação religiosa. Juan Antonio Ferriz Papí, ao analisar as formas de manifestação da homofobia em diversas vertentes do cristianismo, do judaísmo e do islamismo, afirma que o recrudescimento de posições monolíticas e fundamentalistas no interior das três tradições religiosas tem provocado a criação de movimentos em sentido contrário. Estes têm promovido leituras anti-homofóbicas dos textos sagrados dessas tradições religiosas, em ações claramente políticas, contando, inclusive, com homossexuais de todos os gêneros nessa militância (PAPI, 2007).

Apenas a título de ilustração, sem pretender abarcar a multiplicidade de congregações e pensamentos religiosos, são visíveis as discrepâncias entre a condenação veemente que o Vaticano faz da homossexualidade e as políticas de tolerância¹¹ de certos setores dentro do catolicismo (VIDAL, et al., 1985; LEERS e TRANSFERETTI, 2002; PAPI,

¹¹ As práticas de tolerância, amplamente convocadas por grupos ou pessoas quando da constatação de suas atitudes e ações preconceituosas, no entanto, podem não resultar em comportamentos anti-homofóbicos. Tolerar pode ser simplesmente ignorar os relacionamentos entre pessoas de mesmo gênero, com a condição de que elas se anulem, bem como não deixem transparecer seus afetos, trejeitos, desejos e amores. Tolerar, assim, está muito distante de aceitar e, mais importante, não garante, pelo contrário, a suposta normalidade dos rechaços com forte matização homofóbica. Vale lembrar que a tolerância tem sido reivindicada não somente por instituições religiosas, mas por uma grande diversidade de instituições das mais variadas esferas sociais: políticas, econômicas, culturais, sindicais etc., bem como por pessoas em múltiplas localizações sociais.

2007). Do mesmo modo, é interessante notar outra forma de tolerância, dessa vez do espiritismo, que propõe-se não julgar, mas compreender a homossexualidade, a partir do princípio espírita de que as manifestações da sexualidade encontram-se na esfera da evolução espiritual de cada ser (VIEIRA, 2007). Portanto, até que o espírito esteja evoluído, ele passará, assim como em outras esferas, por aperfeiçoamentos também na da sexualidade.

2.1.3. Pedagogias da sexualidade

A disseminação dos preceitos da sexualidade segundo os dogmas religiosos começa em ações educativas iniciadas desde a infância, ainda que indiretas, uma vez que a ideia de uma educação sexual não ortodoxa é assustadora aos olhos de diversas instituições religiosas. Assim, entra em cena uma nova pedagogia e, diferentemente das antiguidades clássicas, em que o pedagogo era o iniciador sexual dos meninos (FOUQUÉ, 1953; SPENCER, 1996; NAPHY, 2004; FOUCAULT, 2005; 2006; 2007; ALLEN, 2006; DOVER, 2007, dentre outros), como forma de inseri-los no jogo social, ele passa a estar a serviço de uma ação educativa na qual alguns pontos são centrais. Um exemplo são alertas sobre as ameaças das práticas onanistas, potenciais ameaçadoras, no futuro, das capacidades reprodutivas da criança ora recebendo os ensinamentos sobre como controlar seu corpo sexualizado. Da produção ritualística dos corpos e mentes dos meninos, prevalecente nas culturas clássicas (FOUCAULT, 2005; 2006; 2007; ALLEN, 2006; DOVER, 2007, dentre outros), passamos à produção de corpos e mentes que não deverão ser imaculados por atos e pensamentos sexuais.

O que se observa, portanto, é uma visão diferente de produtividade, em sua dimensão cultural e simbólica, que as ações pedagógicas sobre as crianças e adolescentes devem cumprir. A partir de então, o tipo de educação que as antiguidades clássicas reservavam aos ingressantes na vida adulta, essencialmente produtiva, tanto material quanto simbolicamente, no sentido de que os preparavam para os novos papéis sociais, ao mesmo tempo em que os qualificavam cultural e moralmente, passa a ser moral e legalmente condenado. Importante, ainda, é ressaltar que a iniciação sexual do jovem por um educador mais velho estava envolta em uma série de códigos de conduta, fazendo com que devessem ser respeitados princípios, a exemplo do papel de ativo na

relação sexual, que cabia exclusivamente ao tutor (SPENCER, 1996; FOUCAULT, 2005; 2006; 2007; ALLEN, 2006, DOVER, 2007). Essas e outras regras, no entanto, eram permanentemente rompidas, indicando que, para além das funções sociais, as relações sexuais entre pessoas de mesmo gênero, bem como as heterossexuais, desde a antiguidade clássica, têm sido cambiantes e, a despeito de todas as regras e coações morais e físicas, ricas em suas formas de expressão. (SPENCER, 1996; NAPHY, 2004; FOUCAULT, 2005; 2006; 2007; ALLEN, 2006; dentre outros).

Ainda como parte de espécies de ações pedagógicas nas antiguidades clássicas, encontramos um tipo particular de educação para a guerra que prevaleceu em alguns momentos das culturas gregas e romanas, também elas envoltas na necessidade de produtividade simultaneamente material (preparar os corpos para enfrentar a guerra) e simbólica (preparar mentalmente para o enfrentamento do inimigo). Naquele momento, o Estado incentivava as relações de afeto e sexuais entre soldados, como formas de torná-los mais unidos e, portanto, melhor dispostos na defesa mútua, com a conseqüente transformação deles em bravos guerreiros prontos para derrotar o inimigo, posto que envolvia a defesa dos seus amantes (SPENCER, 1996; TORRÃO FILHO, 2000; ALLEN, 2006; DOVER, 2007, dentre outros). Interessantes, ainda, são as formas de iniciação para a vida adulta em diversas tribos, espalhadas em vários continentes, nas quais os meninos são isolados das mulheres e recebem, a partir de ritos fundamentados em várias modalidades de práticas sexuais, os ensinamentos necessários para a vida adulta, incluindo o casamento com finalidades reprodutivas (SPENCER, 1996). Em comum, pode-se observar nas duas modalidades pedagógicas um forte sentido de produtividade cultural e simbólica, garantindo formas específicas de relações sociais, laços de solidariedade e coesão.

As modificações na ação pedagógica, reveladoras dos modos como se constroem formas de homofobia, se inicialmente foram promovidas e/ou incentivadas pelas religiões, não têm apenas as formas religiosas como suas promotoras, fazendo com que, mais modernamente, uma série de outros atores, como especialistas de determinadas correntes educacionais, também as incluam no rol de preocupações e atitudes educativas. Atitudes que, como apontam os estudos de Foucault sobre as sexualidades, levaram, a partir do século XVII, a uma progressiva disciplinarização dos corpos, manifesta, dentre outras estratégias, nos cuidados com o vestir-se, alimentar-se e

comportar-se. Mas é Foucault quem chama atenção para o fato de as normatizações produzirem também resistências ao longo da história. Contra práticas disciplinadoras e normatizadoras dos corpos, assim sendo, têm-se se insurgido ao longo dos tempos diversas correntes pedagógicas. Contemporaneamente, as correntes pedagógicas de inspiração *queer*, essencialmente anti-homofóbicas, destacam-se na busca de novas configurações educativas, para as quais não é suficiente o mero reconhecimento das pluralidades culturais.

Uma pedagogia e um currículo *queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, em que as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocarem em discussão as formas como o “outro” é construído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria *dentro*, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições de sujeitos. (LOURO, 2004, pp. 48,49, com destaque da autora)

Perspectivas pedagógicas de inspiração *queer* desafiam os diversos discursos sobre as sexualidades, de natureza cientificista ou marcados por crenças religiosas. Ao buscarem instaurar novos princípios de respeito às diversidades, no campo das sexualidades ou quaisquer outros, formas inovadoras de educação preparam melhor para que as lutas por reconhecimento politizem o problema da homofobia como concernente ao conjunto da sociedade. Problema que, conforme indicam estudos realizados em escolas brasileiras, atinge alunos (as) e professores (as), tanto como vítimas, quanto propagadores (as) de ações e comportamentos homofóbicos (JUNQUEIRA, 2009).

2.1.4. A medicalização do sexo

A medicina foi também fundamental na disseminação e pluralização dos discursos sobre a sexualidade, ao instaurar uma série de procedimentos pelos quais são determinadas

práticas sexuais em acordo com uma suposta visão científica, condenadora das práticas homossexuais, ou de atitudes que poderiam levar a elas (FOUQUÉ, 1953; DOURADO, 1967; ECK, 1970; SPENCER, 1996; NAPHY, 2004; ERIBON, 2008, dentre outros). Embora hoje as práticas médicas, exceto em casos particulares de profissionais preconceituosos, não se destinem mais a buscar a “cura” para homossexuais, é esclarecedor, para os propósitos de uma história da homofobia, o que se pensava nos anos iniciais do século XX, na citação de Charles Fouqué, mantida com a grafia da época da publicação de seu livro no Brasil.

O homo-sexualismo representa um desvio. É o menos que se pode dizer. O médico deve, portanto, esforçar-se em combatê-lo (...). Inicialmente deve-se adotar uma profilaxia no cuidado com as crianças que resultará, pelos seus benefícios, numa profilaxia do onanismo. Magnus Hirschfeld provou que certas inversões têm origem no onanismo. Uma das causas do onanismo vem da irritação das partes sexuais, cujo prurido leva o bebê à masturbação. A limpeza meticulosa desta região deve constituir para as mães o primeiro cuidado. É um capítulo da Puericultura. Quando necessário, não se deve hesitar em operar a fimóse, intervenção cirurgica banal e destituída de qualquer perigo. Certas crianças acariciam-se quase por instinto. Uma boa medida de prevenção é fazê-las dormir de luvas, durante algum tempo, pois as luvas impedirão a disseminação do impetigo da genitalia. É preciso distrair a criança desse hábito mas de forma a não despertar-lhe a atenção sobre êle. (FOUQUÉ, 1953, pp. 98-99)

Os primeiros discursos médicos foram poderosos, à medida que não falariam em nome de especulações, de falsas crenças, mas supostamente de um lugar de objetividade e em função de observações criteriosas, de controles metodológicos que garantiriam uma verdade irretocável. No entanto, como o cuidado pretendia-se global, a medicina se via misturada a questões também morais, pois os conselhos médicos incluíam alertas sobre a escolha de domésticas e babás, para evitar aquelas que poderiam incutir “vícios” nas crianças, assim como outras medidas para que elas crescessem saudáveis:

Tanto quanto possível, principalmente se não estamos absolutamente seguros do perfeito equilíbrio moral de cada uma delas, não se deve deitar, habitualmente, duas crianças juntas. Isso deve ser evitado mesmo acidentalmente. (FOUQUÉ, 1953, p. 99)

Ainda que não mais pelas medidas profiláticas difundidas pelas práticas médicas, não estamos de todo livres de algumas das crenças acima descritas, como o provam cartas a médicos, psicólogos e sexólogos com perguntas de adolescentes sobre os perigos da masturbação, regularmente publicadas em jornais, revistas e páginas da internet, assim

como difundidas em programas de rádio e televisão. São ainda nestes espaços que muitos adultos e adolescentes manifestam suas angústias psicológicas, bem como dúvidas morais e religiosas acerca das práticas homoafetivas. Cartas assim são apenas um dos indícios de que práticas e pesquisas médicas têm sido generosas no que diz respeito às explicações das “causas” da homossexualidade, com algumas questões remontando ao início dessas investigações. A mais recorrente das buscas encontra-se na tentativa de encontrar uma explicação genética e hereditária (JUNQUEIRA, 2007), de que se tem valido os pesquisadores das conquistas das últimas décadas no campo da decifração e manipulação genética¹². A propósito dessas tentativas, pessoas ligadas aos movimentos de direitos humanos e cidadania LGBTTT têm manifestado posições ambíguas. Se por um lado comprovar uma origem ou uma causa genética para a homossexualidade poderia abrir caminhos para a aceitação das relações homoafetivas, posto que independentes de escolhas individuais, por outro poderiam recrudescer a homofobia, a partir da “purificação” das sexualidades pelo controle genético dos filhos gerados, na esteira de promessas já em curso de ser possível escolher, por manipulação genética, a cor dos olhos da criança, por exemplo.

Historicamente, é fundamental ressaltar, as práticas médicas que contribuíram para a instauração e solidificação da homofobia levaram à humilhação e mutilações de milhares de homossexuais, de todos os gêneros, travestis, transexuais e interssexuais, principalmente pela contribuição da psiquiatria. Os métodos incluíram as medidas profiláticas anteriormente aludidas (FOUQUÉ, 1953), mas métodos muito mais cruéis, como castrações físicas e químicas, práticas de lobotomia, choques elétricos de variados níveis de intensidade, choques convulsivos induzidos por estimulantes químicos e tratamentos hormonais, mesmo quando tais procedimentos mostravam-se absolutamente inócuos e causadores de terríveis sofrimentos físicos e psicológicos aos “pacientes” (SPENCER, 1996).

Uma das mais famosas vítimas dos tratamentos para a “cura do homossexualismo” no século XX foi o matemático Alan Turing, apontado como responsável pela decifração dos códigos secretos dos nazistas, o que teria sido fundamental para os destinos da Segunda Guerra Mundial. Para não ser preso, uma vez que ser homossexual na

¹² Dentre as muitas informações a respeito, leia-se: <http://cienciaesaude.uol.com.br/ultnot/bbc/2007/10/26/ult4432u708.jhtm>, sob o título “Homossexualidade pode ser genética, diz estudo”, consultado em 26 de outubro de 2007, às 8h45.

Inglaterra dos anos 1950 era crime, Turing foi proibido de continuar trabalhando no serviço secreto, pois homossexuais eram considerados um risco à segurança, por serem vítimas de chantagem, além de ter sido submetido a tratamentos hormonais, com injeções, que o deixaram fisicamente deformado. Humilhado, ele cometeu suicídio em 1954¹³. Ainda que na atualidade estes métodos não se apliquem mais diretamente como punição pelo desejo por pessoas de mesmo gênero, inclusive com pedidos de perdão, caso do governo inglês relativamente ao episódio Alan Turing, eles ainda pairam como ameaça de fundo homofóbico. Vale lembrar a este propósito, projeto de lei que tramita no Congresso Brasileiro prevendo a castração química de pedófilos, em troca de redução de pena, quando de primeira condenação, e obrigatoriamente, no caso de prisão por reincidência na pedofilia. Um dos argumentos para aprovação da lei é o fato de países como Estados Unidos e Canadá já adotarem essa prática, que está em via de implantação na França e na Espanha¹⁴. Uma das possibilidades de aplicação da pena é para casos de atentado violento ao pudor que, na ausência de uma lei no Brasil que criminaliza práticas sexuais entre pessoas de mesmo gênero, pode ser usada para punir, por exemplo, pessoas suspeitas de práticas sexuais em vias públicas, disfarçando prisões ou condenações que tenham, na verdade, motivação homofóbica (TREVISAN, 2000). A considerar, ainda, o fato de haver amplo apelo no imaginário popular para a relação do pedófilo com o homossexual, realidade reafirmada pela posição de religiosos católicos, por exemplo¹⁵.

Além disso, é necessário sempre lembrar dos muitos casos de métodos medicocientíficos que têm sido, ao longo da história, sujeitos a equívocos, sendo o mais comum, contemporaneamente, a divulgação de resultados parciais ou de descobertas provisórias. O aparecimento da Aids e sua difusão massificada no início dos anos 1980 é ilustrativo do quanto conhecimentos médicos precários e parciais divulgados em larga escala podem ser danosos para a potencialização da homofobia (CARVALHO, 2009). De imediato, o surgimento da Aids, atribuída inicialmente a “grupos de risco”

¹³ Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1209200901.htm>, consultado no dia 12 de setembro, às 9h45, sob o título “Governo britânico pede perdão a matemático gay”.

¹⁴ Retirado de <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/16/e16095273.asp>, consultado em 29 de setembro de 2009, às 23h11, sob o título “CCJ adia votação da castração química para pedófilos”, e de <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/09/18/materia.2009-09-18.0192573385/view>, consultado no dia 29 de setembro de 2009, às 11 horas e 15 minutos, sob o título “Para presidente da CPI da Pedofilia castração química favorece criminoso”.

¹⁵ Leia-se, a propósito, informação retirada de <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/cox/2010/04/17/homossexualidade-nao-e-a-mesma-coisa-que-pedofilia.jhtm>, consultada no dia 17 de abril de 2010, às 11h25.

(homossexuais, prostitutas, haitianos, hemofílicos e usuários de drogas endovenosas) pareceu colocar em xeque todas as conquistas que nos anos 1960 e 1970 marcaram novas possibilidades nos campos das sexualidades e dos comportamentos. Passado algum tempo, no entanto, alguns estudiosos dão conta de que a Aids não teria tido apenas reflexos negativos para os homossexuais, posto que ao lado da visibilidade negativa, os próprios desafios de lidar com os dramas sociais e com o recrudescimento da homofobia teriam criado novas redes de solidariedade e formas de atuação política que contribuíram positivamente para reafirmar a necessidade de por fim aos preconceitos sexuais e de gênero e suas consequências (GIDDENS, 2005, dentre outros).

Ramo científico às vezes pouco preciso, por misturar, em algumas de suas vertentes, medicina, psicologia, psiquiatria e psicanálise, a sexologia também tem sido importante na elaboração discursiva sobre as sexualidades. Embora também classificado na área da biologia, o estudo sobre as sexualidades humanas empreendido por Alfred Kinsey nos anos 1940 e 1950, nos Estados Unidos, pode ser um exemplo da área da sexologia. Submetido a controvérsias e críticas desde o seu aparecimento (GAGNON, 2006), os relatórios produzidos pela equipe de Kinsey, apesar dos eventuais limites, tiveram o mérito de mostrar, com ampla amostragem populacional (DOURADO, 1967), o quanto as manifestações da sexualidade humana são variadas, colocando em xeque quaisquer noções de normalidade, e revelando que o desejo sexual está situado num *continuum* entre o puramente heterossexual e o puramente homossexual ao longo das biografias individuais. Para Anthony Giddens, um dos marcos mais importantes para as conquistas de direitos homossexuais a partir da segunda metade do século XX, inclusive, estaria nos estudos de Kinsey:

A passagem dos homossexuais das margens da sociedade para o seu centro ainda não se completou, mas se testemunhou um rápido progresso nos últimos anos. Algumas mudanças cruciais podem ser apontadas. Em primeiro lugar, a publicação do relatório Kinsey sobre o comportamento sexual trouxe a público a predominância da homossexualidade na sociedade norte-americana (...). Essas descobertas foram chocantes para muitas pessoas, mas ajudaram a minar a falsa crença de que os homossexuais eram um minúsculo grupo de desviados com distúrbios psiquiátricos. Um segundo momento crítico ocorreu em 1969, com as revoltas de Stonewall, um episódio brutal de violência entre policiais e a comunidade *gay* de Nova York. Stonewall eletrizou o movimento de liberação *gay*, não somente nos Estados Unidos, mas também em outros países.

Finalmente, o surgimento da epidemia da AIDS, no início da década de 1980, foi um acontecimento crucial na recente história da homossexualidade. Embora a AIDS tenha sido devastadora para a população *gay*, devido ao grande número de indivíduos que foram infectados e morreram, ela fortaleceu a comunidade gay e tornou a homossexualidade um assunto publicamente aberto. (GIDDENS, 2005, pp. 120-121)

Os atos de brutalidade de Stonewall citados por Giddens, claro, não se situam no campo das práticas médicas, embora delas tenha recebido parte de contribuição, à medida que os estudos apontam para a medicina como uma das responsáveis pela difusão dos sentimentos homofóbicos. Adiante, quando das discussões sobre as contribuições do direito para a disseminação da homofobia, Stonewall reaparecerá, ao lado de outros episódios que levaram à articulação de resistências contra a ordem homofóbica reinante.

2.1.5. A sujeição da sexualidade

Um breve inventário sobre as contribuições medicocientíficas para a história das homossexualidades e da homofobia não pode excluir as chamadas ciências *psi* (psiquiatria, psicologia e psicanálise). Os modos como elas teriam contribuído para a constituição de práticas e sentimentos homofóbicos estão envoltos em controvérsias, à medida que tais ciências têm sido também apontadas como importantes nas estratégias de combate à homofobia, ainda que às vezes produzindo discursos contraditórios neste terreno (COSTA, 1992; CARRARA, GREGORI e PISCITELLI, 2004; CHILAND, 2005; BUTLER, 2008; ERIBON, 2008). Quanto à psiquiatria, além das indicações anteriores sobre tratamentos para a “cura” de homossexuais à base de choques elétricos e por indução química, é preciso acrescentar os diversos estudos que buscaram nas práticas homoafetivas explicações a partir de noções como desvio, implicando, portanto, em considerar as sexualidades a partir de um suposto padrão de normalidade (heterossexual) e transtornos, como sinônimos de anomalias, resultando em amplos catálogos, por exemplo, de tipos específicos de neuroses que, uma vez combatidas, poderiam reconduzir a uma “sexualidade normal” (FOUQUÉ, 1953; DOURADO, 1967). Desde que a homossexualidade foi retirada do catálogo das doenças, no entanto, as abordagens psiquiátricas tiveram que rever seus conceitos sobre a homossexualidade, acrescentando que desconsiderar como doença o desejo por pessoas de mesmo gênero contou com a contribuição de novas abordagens psiquiátricas. O que não se desfaz, no

entanto, segundo Foucault (2006), é o fato de a psiquiatria e a psicanálise manterem, relativamente às (homo)sexualidades, uma posição de poder, a partir da relação que elas instauram com as múltiplas possibilidades da confissão/ocultamento do desejo e as formas de administração daí advindas.

Às vezes aproveitando-se dos métodos da psiquiatria, mas com ela promovendo rupturas teóricas e metodológicas radicais, a psicanálise é, de todas as ciências que se ocupam das sexualidades, aquela que melhor entendeu a centralidade da questão na vida de qualquer ser humano (CHILAND, 2005). Com a psicanálise, definitivamente a ordem discursiva sobre a sexualidade atinge seu *status* mais elevado. Primeiro, em termos de refinamento e de afirmação de que todas as questões humanas articulam-se, de uma ou outra forma, em torno da sexualidade, seja como desejo, prática ou interdições. Em segundo lugar, porque pela primeira vez instaura-se a profissionalização de alguém que se especializa em ouvir discursos sobre as sexualidades individuais, com vistas a permitir um convívio aceitável com eventuais conflitos derivados dessa ordem. As confusões acerca da condenação ou não das homossexualidades pela psicanálise, ou de considerá-las como desvios doentios, começaram desde os primeiros estudos de Sigmund Freud, segundo Colette Chiland. Para a autora, as principais confusões giram em torno do que seria uma atribuição excessivamente biologizante da sexualidade em Freud, que ela refuta, assim como interpretações equívocas sobre sexualidades desviantes como sinônimo de anormais, sujeitas, assim, a processos de “correção”.

Freud proclama a importância da sexualidade e amplia sua definição. Ele a vê presente em qualquer idade, desde o chupar do lactente. Não é preciso mais que isso para que o acusem de *pansexualismo*. No entanto, Freud nunca sustentou que só existiria o instinto sexual. Ele apenas afirmou que a sexualidade é um dos pólos do conflito que se resolve em saúde psíquica ou perdura na doença mental; ela é, portanto, um dos componentes da vida psíquica, da personalidade e patologia mental. Ele variou quanto ao *outro pólo do conflito*. Esse conflito, do qual todo sujeito humano sofre, Freud primeiro o situou em grande parte entre o mundo interior do sujeito e o mundo exterior. Ele via a existência de um conflito interno entre o instinto sexual e os instintos do eu [*moi*] ou de autoconservação. Mas esse conflito interno acabava num conflito externo, pois o instinto sexual, a libido, punha o indivíduo em conflito com a moral do grupo, a moral civilizada; os instintos do [*moi*] conduziram o indivíduo a se submeter às regras sociais. (CHILAND, 2005, p. 18, com destaques da autora)

O conflito da libido com a moral social, portanto, é uma das principais questões a se considerar no tocante à instauração de noções de “sexualidades normais” e

“sexualidades anormais”, lembrando, naturalmente, que se a psicanálise nasce com Freud, ela tem muitos desenvolvimentos posteriores, que não serão aqui aludidos em função da nossa abordagem panorâmica¹⁶. De todo modo, as muitas possibilidades de interpretações e abordagens psicanalíticas, salvo por infringimento de regras éticas, na atualidade não se prestam a terapias de “cura” de afetividades entre gêneros iguais.

As abordagens psicológicas têm sua importância em campos próximos da psicanálise no tocante à explicação da sexualidade como fator importante na constituição das subjetividades. Na história das homossexualidades, uma das contribuições da psicologia foi na construção/compreensão do que seria o homossexual. Para Jurandir Freire Costa, esse empreendimento se dá no século XIX e décadas iniciais do século XX e pode ser percebido nitidamente em importantes obras literárias então produzidas.

Sugiro que antes desse período não se tinha nem se podia ter a noção de que existe uma “personalidade” ou um “perfil psicológico” comum a “todos os homossexuais”, como acreditamos hoje em dia. (...) nossas idéias aparentemente espontâneas e intuitivas sobre o “que é um homossexual” nada mais são do que decantações imaginárias de um estereótipo humano, inventado para funcionar como antinorma do ideal da conduta sexual masculina adequada à formação da família burguesa. (COSTA, 1992, p. 12)

Do equívoco de se pensar uma unidade psicológica que explicaria a homossexualidade (homoerotismo, na preferência de Jurandir Freire Costa, que opõe o termo a homossexualismo) por características absolutas e universais, conduzindo a uma percepção única do homossexual, nasceram práticas de tratamento psicológico que visavam restituir a heterossexualidade perdida. Se tais práticas são hoje condenadas pelas normas éticas da psicologia, ainda não se desfez um tipo de imaginário que atribui aos psicólogos a capacidade, primeiro, de identificar a homossexualidade em crianças levadas por pais aflitos aos consultórios e, segundo, de evitar que a criança se transforme no adulto homossexual. Na esteira de demandas originadas de sentimentos homofóbicos, ainda hoje encontramos profissionais da psicologia que se propõem a “curar” homossexuais, como a brasileira Rozângela Alves Justino, que mistura religião

¹⁶ Para uma leitura crítica das posições da psicanálise sobre as sexualidades, remetemos a BUTLER, 2008.

e supostos princípios psicológicos na oferta de tratamento para quem deseja “livrar-se” da homossexualidade¹⁷.

2.1.6. O campo jurídico da sexualidade

As contribuições do direito à história das homossexualidades e da homofobia também são marcadas por controvérsias, por posições contraditórias quando verificadas nos marcos institucionais de países diversos. É assim que, se num primeiro momento suas preocupações estavam na busca de instrumentos punitivos, na atualidade é possível verificar princípios legais punitivos, mas também aqueles que visam assegurar que as muitas ameaças advindas de sexualidades fora dos “padrões de normalidade” não venham a importunar a tranquilidade social, de que é paradigmática a luta contra a pedofilia. Por outro lado, princípios jurídicos têm sido fundamentais para o reconhecimento de direitos iguais para pessoas LGBTT e mesmo para a criminalização da homofobia, com visíveis contrastes, pois no interior de um mesmo país é possível encontrar regiões que criminalizam a homofobia com outras em que tal prática encontra resistências para aprovação legal.

Uma breve história das relações do campo jurídico e legal com as homossexualidades, contribuindo para o reforço da homofobia, aponta, em primeiro lugar, para a estreita relação entre as religiões, especialmente a Católica e a nascida da Reforma Protestante (DOURADO, 1967; SPENCER, 1996; NAPHY, 2004). As fogueiras inquisitoriais constituem as marcas mais trágicas dessa relação, instaurando um clima de terror sem precedentes para pessoas que se relacionavam com gêneros iguais.

A partir do século XIV na Europa, a homossexualidade, já associada à heresia e à usura, foi ligada a algo mais sinistro – feitiçaria e demonismo. Não surpreende, portanto, que a natureza humana relacionada com isso fingisse que o ato da união homossexual era coisa que não lhe dizia respeito. (SPENCER, 1996, p. 121)

As perseguições não pouparam nem mesmo religiosos, como os reveses sofridos pela Ordem dos Templários (SPENCER, 1996), fazendo com que a melhor alternativa fosse criar estratégias de dissimulação das relações com pessoas de mesmo gênero. Para Colin

¹⁷ Retirado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1407200913.htm>, sob o título “Psicóloga que diz ‘curar’ gay vai a julgamento em conselho”, consultado no dia 30 de outubro de 2009, às 11h45, e de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1407200915.htm>, sob o título “É a Inquisição para héteros”, diz terapeuta, consultado no dia 30 de outubro de 2009, às 11h45.

Spencer, as relações entre religiosidades e práticas jurídicas não foram rompidas nem mesmo com o surgimento do Iluminismo, que em sua avaliação, em nada contribuiu para reverter o quadro de condenação das práticas homossexuais, ao contrário do que se poderia esperar de um sistema de pensamento comprometido com a superação da “era das trevas”.

As grandes transformações no tocante aos artifícios legais referentes às relações entre pessoas de mesmo gênero começam a se verificar a partir do século XIX, com a abolição das penas de morte em quase todos os países da Europa e nos Estados Unidos, porém com a sua substituição por outros dispositivos jurídicos que em nada aliviavam os preconceitos e a condenação ética, moral e legal da homossexualidade. Pelo contrário, na avaliação de alguns estudiosos (SPENCER, 1996; NAPHY, 2004), tornando ainda mais arraigados os sentimentos homofóbicos, posto que as novas ordens jurídicas tinham agora à sua disposição, além da condenação moral de fundo religioso, novos discursos, mais poderosos, já que revestidos de suposta racionalidade. Estes foram oferecidos pelas mais diversas descobertas em variados campos das ciências, que começam, com o Iluminismo, a ocupar o lugar das tradições mi(s)ticas e religiosas. Às teses medicocientíficas gerais sobre as homossexualidades somaram-se estudos desenvolvidos especificamente por pioneiros do que poderia ser considerada a primeira investida de pesquisadores declaradamente homossexuais, incluindo literatos, como André Gide, cujas obras, ironicamente, acabaram por auxiliar no reforço da perseguição legal aos amantes do mesmo gênero (SPENCER, 1996; NAPHY, 2004; ERIBON, 2008).

É assim que entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX a homofobia será amplamente difundida por princípios legais, com a condenação por crimes de sodomia, vadiagem e outros, em proporções, segundo alguns estudiosos, muito maiores do que aquelas verificadas no período das trevas impostas pela inquisição (SPENCER, 1996; NAPHY, 2004). No Brasil, país que naquele período, como na atualidade, não havia legislação criminalizando os relacionamentos entre pessoas de mesmo gênero, as condenações não deixaram de existir. As perseguições policiais e condenações judiciais foram realizadas a partir do artifício jurídico da condenação por vadiagem (TREVISAN, 2000). Paradigmática do alcance legal da homofobia foi a condenação, na Inglaterra, do escritor irlandês Oscar Wilde, próximo à virada do século:

A palavra homossexualismo tinha sido recém-incorporada à língua e Wilde foi sua primeira vítima. Com sua condenação, a homofobia institucionalizada atingia seu ponto mais alto, embora, infelizmente, fosse atingir um patamar ainda mais alto, que se manteve durante os 70 anos seguintes. [...] Wilde tem um significado extra para esta história, porque imprimiu uma característica indelével na própria homossexualidade. Sua condenação e prisão a criminalizaram; depois dessa data, nenhum homossexual podia estar livre do medo de ser detido, acusado e jogado na prisão. Na cabeça do povo, o homossexual era uma coisa impensável (minha mãe, que nasceu no ano em que Wilde morreu, me contou que durante sua infância e adolescência o nome de Wilde jamais foi mencionado em sua casa, apesar de pertencer a uma família razoavelmente liberal). Essa autocensura dentro da sociedade tornava-se mais arraigada na medida em que a sociedade era forçada a pensar sobre o crime, uma vez que os escândalos continuaram, e então a fantasia que se havia criado em torno de Wilde foi exumada. (SPENCER, 1996, pp. 270-271)

A condenação de Wilde significou, para muitos pesquisadores, um marco duplamente importante: do recrudescimento da homofobia com amplo amparo medicocientífico e legal; e do início, ainda que tímido, de reações mais politizadas contra as práticas institucionalizadas de perseguição. Especialmente na Inglaterra e na Alemanha, religiosos, políticos, diplomatas, artistas de todas as áreas, homens e mulheres, perderam cargos, prestígio e fortunas, envolvidos em escândalos e processos movidos por crime de sodomia, criando um ambiente de terror que não encontrou freios até o clímax, atingido com o holocausto de gays e lésbicas promovido pelo nazismo (SPENCER, 1996; BORILLO, 2001; NAPHY, 2004; SIMONIS, 2007; ERIBON, 2008).

Mas foi exatamente o recrudescimento da homofobia institucionalizada que levou, após a Segunda Guerra Mundial, a reações que começaram a se espalhar por diversos países da Europa e nos Estados Unidos, onde o senador Josef Raymond McCarthy impôs clima de terror aos homossexuais por meio das perseguições patrocinadas por sua política de “caça às bruxas”, envolvendo comunistas e outros “subversivos”. O McCartismo veio reforçar políticas conservadoras que já vinham atingindo membros de corporações estatais civis e militares, produções cinematográficas e musicais, além de homens e mulheres anônimos. Entre o final da Segunda Guerra e os anos 1960, Europa e Estados Unidos são os locais onde a reação começa a ficar mais vigorosa, a princípio, solicitando o fim dos dispositivos legais que criminalizavam as práticas sexuais entre pessoas de mesmo gênero, mas passando logo depois para a criação e/ou ampliação de clubes e outras formas de organização política, de homens e mulheres homossexuais,

que conseguiram, aos poucos, impor as reivindicações por igualdade e cidadania para pessoas vítimas de perseguição por motivos sexuais (SPENCER, 1996).

Os movimentos feministas e contraculturais que se espalharam mundo afora a partir da década de 1960 fincaram, de vez, as raízes que têm, a partir de então, fomentado os movimentos LGBTTT e suas reivindicações, colocando-os em posição de visibilidade sempre crescente, inclusive no Brasil, (TREVISAN, 2000; NUNAM, 2003; CARRARA, GREGORI e PISCITELLI, 2004; FACCHINI, 2005, PRADO e MACHADO, 2008; POSSO, 2009). Estes grupos têm se mostrado mais fortes a cada ataque homofóbico mais explícito, de que é paradigmático o episódio de violência no Bar Stonewall anteriormente referido. Questões como casamento entre pessoas de mesmo gênero, adoções legais de crianças, direitos a herança e a pensões de parceiros (as) são apenas algumas das que colocam em xeque a ordem jurídica homofóbica. O que se pretende vai além, tendo a criminalização da homofobia como parte de um amplo processo de reeducação para a aceitação das diferenças, processo que, em alguns países, já é realidade (SPENCER, 1996; NAPHY, 2004; GONZÁLEZ, 2007; SIMONIS, 2007; ERIBON, 2008). No entanto, conforme já aludido, há diferenças substanciais entre países e mesmo no interior de um mesmo país, a exemplo da punição de homossexuais com a morte em vigor nalgumas partes do mundo, especialmente de tradição islâmica (OTOSSON, 2009).

No Brasil, várias dessas conquistas ainda não são vislumbradas para muito próximo, mas há políticas governamentais de combate à homofobia¹⁸, na lacuna de leis, bem como cada vez mais decisões judiciais sobre direito a pensão, adoção por pessoas homossexuais e outras conquistas de cidadania para as pessoas LGBTTT, que formam uma ainda tímida jurisprudência. Outra iniciativa no campo jurídico foi a arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta ao Supremo Tribunal Federal, pela procuradora-geral da República, Deborah Duprat, no sentido de reconhecer a união entre pessoas de mesmo gênero¹⁹. A garantia de direitos iguais e a criminalização da

¹⁸ Conforme dados retirados de <http://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/14/ult5773u1188.jhtm>, consultado em 14 de maio de 2009, às 18h45, sob o título “Plano do governo defende adoção e direitos civis para casais homossexuais”; e de <http://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/14/ult5773u1190.jhtm>, consultado em 14 de maio de 2009, às 19h27, sob o título “Plano de metas do governo prevê fim da criminalização a militares gays”.

¹⁹ Conforme dados retirados de <http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/07/02/a-protecao-a-uniao-homossexual/comment-page-1/>, consultado em 03 de outubro de 2009, à 1h09, sob o título “A proteção à união homossexual.”

homofobia têm projetos de leis sempre postergados em suas votações pelo Congresso Nacional, por pressão de grupos conservadores, representados no legislativo, principalmente, pelas chamadas bancadas evangélicas e católicas. Elas vencem, assim, as reivindicações de grupos de defesa dos direitos humanos e cidadania LGBTTT e as milhões de pessoas que, anualmente, saem às ruas de diversas cidades brasileiras nas passeatas pelo Orgulho LGBTTT, que tem em São Paulo a maior do gênero no mundo. Como parte de embates políticos, a realidade brasileira é ilustrativa do quanto a homofobia e suas práticas são, não somente desafiadoras, como reveladoras de regularidades e irregularidades, quando observadas no fluxo histórico.

Regularidades e irregularidades que, de resto, podem ser observadas também em outros lugares no mundo. Mas também no que diz respeito aos modos como as diversas instâncias por nós abordadas têm se comportado ao longo da história, a partir da ação de pessoas que combatem a homofobia. Nesse sentido, se a perspectiva de uma certa noção de produtividade econômica e simbólica, nos termos que apresentamos anteriormente, esteve no horizonte das construções discursivas sobre a homofobia, é fundamental perceber que elas também estão no horizonte da desconstrução discursiva que tem sido levada a cabo rumo à superação das manifestações homofóbicas. É assim que lutas empreendidas por grupos de defesa de direitos humanos e cidadania LGBTTT têm proposto novas perspectivas produtivas, ressaltando, a partir de princípios econômicos, éticos, morais, religiosos, pedagógicos, culturais, comportamentais, médicos, psicanalíticos, psicológicos, psiquiátricos, científicos e jurídicos a urgência de se estabelecer de fato a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros e suas variâncias nas relações afetivas e sexuais. Uma produtividade, especialmente de natureza simbólica, fundada na necessidade de superação do dispêndio de energia gasta para evitar que pessoas sejam aniquiladas física e psicologicamente pela homofobia.

Como é para a família, destaca Foucault (2006), que os discursos sobre a sexualidade são dirigidos, resultando em ampla difusão de preceitos sobre condutas sexuais e sexualidades “sadias/aceitáveis”, é em novos arranjos familiares (CARRARA, GREGORI e PISCITELLI, 2004; GIMENO, 2007; PAIVA, 2007; SIMONIS, 2007; SÁNCHEZ, 2009) que se encontra parte significativa do trabalho de eliminação da homofobia. Isso porque para a família funcionar como centro irradiador da homofobia, seu modelo é derivado de um discurso bastante específico: ela deve resultar de uma

união monogâmica, heterossexual e reprodutivista. Aqui temos a convergência de todos os discursos sobre a sexualidade tão empenhadamente levados a cabo: sua matriz heterossexista e reprodutivista, responsável, em larga medida, pela instauração e disseminação da homofobia, posto que rechaça qualquer manifestação de afeto e formas de sexualidade ou modos de vida identificados com lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, interssexuais e suas múltiplas possibilidades de variâncias.

2.2. Contornos teóricos da homofobia

As diversas ordens discursivas que têm contribuído para a construção, disseminação e reforço da homofobia, como buscamos demonstrar, não instauraram apenas um preconceito limitado a sentimentos de repulsa, mas também um desafio para os estudiosos que buscam entender a dimensão de tal fenômeno. Exemplo da complexidade da homofobia é que, da repulsa vieram práticas de violência física e simbólica que resultam, no limite, em eliminações e mutilações físicas e em traumas individuais e coletivos que podem ser irreversíveis. Por ser um conceito em construção, sujeito a interpretações que podem mesmo conflitar, os estudos sobre a homofobia têm revelado a necessidade de pensá-la a partir das problematizações com as relações de gênero, raça, identidades sexuais e sexismo, não a considerando simplesmente como uma mera manifestação de preconceito social. Karin Smigay assim a problematiza:

Homofobia é um conceito ambíguo, geralmente associado à homossexualidade, uma postura de rejeição, de medo de contato, que teria aparecido inicialmente nos estudos de Weinberg (1972), que o definia como medo da homossexualidade. (...) Na vida cotidiana, o medo ou os medos organizam o ódio. Medo e ódio provocam evitamento, fuga, desejo de se esconder; impedem a confrontação das causas que os provocam (Welzer-Lang 1994). Debater a homofobia nos obriga a ultrapassar a análise semântica do termo. Fobia, em grego antigo, é medo, desgosto, repulsa. Na acepção popular do termo, a homofobia estaria situada entre o *medo do mesmo*, entre os homens, e o *medo dos outros homens*. Isso expande o conceito para incluir a idéia de que, na homofobia, se expressa o receio de uma possível homossexualidade no próprio sujeito homofóbico, como se sua identidade sexual não fosse suficientemente assentada e ele incorresse no risco de ver eclodir, em si, um escuso desejo por outros homens. (SMIGAY, 2002: pp. 34-35, com destaques da autora)

À visão da homofobia como um sentimento que se limita ao medo de outros homens por um homem escapa que qualquer atitude de rejeição que tenha por base a negação da

vivência homoafetiva, de homem com homem, de mulher com mulher, e das suas variâncias de gênero, é também homofóbica. Tal visão não consegue, ainda, perceber os entornos políticos e ideológicos e os jogos de poder que estão implicados nas práticas e sentimentos homofóbicos.

Lembra-nos Daniel Borillo (2001) que ao longo da história os atos homofóbicos não têm se limitado às relações sociais cotidianas. Eles levaram, em diversos momentos e sociedades, a ações de criminalização das práticas homossexuais, ainda reinantes nalguns países, e à inferiorização jurídica de homossexuais, realidade que atinge, embora em graus diferenciados, quase todos os países do mundo, e que se manifesta, por exemplo, no não reconhecimento legal das parcerias homoafetivas ou no direito de adoção de crianças por casais formados por pessoas de mesmo gênero, além de várias outras restrições legais, colocando em xeque o princípio da igualdade entre os seres humanos. Assim, para Daniel Borillo,

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social, a respeito daqueles ou daquelas de quem supõe-se que desejam indivíduos de seu próprio sexo ou têm práticas sexuais com eles. Forma específica do sexismo, a homofobia rechaça também a todos os que não se conformam com o papel predeterminado por seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas. (BORILLO, 2001, p. 36)

Toma mais corpo, a partir de Borillo, a proposição de que a homofobia deve ser pensada a partir das relações de gênero, de raça, do sexismo e das identidades sexuais. Ele alerta para o fato de que, embora à primeira vista pareça natural considerar como homofóbicos exclusivamente os sentimentos de repulsa contra homossexuais, tais sentimentos, como buscamos evidenciar na busca das origens históricas da homofobia, estão assentados em uma matriz heterossexista e reprodutivista. Essa matriz, por sua vez, não surge espontaneamente, mas em função de uma série de discursos que se entrecruzam, auto legitimando-se como racionais-científicos ou dogmáticos, a depender do seu local de produção. O fato é que essa matriz heteronormativa afirma que os “papéis” de homem e de mulher não podem resultar ambíguos. Assim, qualquer performance que se desvincule dos padrões considerados como “masculino” ou “feminino” – restringindo-se tais noções aos determinismos biológicos – é potencialmente geradora de atitudes homofóbicas, a exemplo dos estranhamentos causados, em muitas sociedades, diante de

homens que dançam balé ou de mulheres que exercem trabalhos que exigem grande esforço físico.

Também importante é ressaltar, como faz Borillo, que o sexismo reinante em nossas sociedades, responsável por uma hierarquização segundo a qual mulheres são socialmente inferiores aos homens, conduz, em sua esteira, à depreciação dos homens identificados com características femininas, seja de uma perspectiva físico-gestual, seja relativamente às práticas sexuais – o passivo em uma relação, aquele que é penetrado, papel sexual “privativo” das mulheres, é visto como tão inferiorizado socialmente quanto elas. Mas é ainda na esteira do sexismo (configurado também tendo como pano de fundo a misoginia, como veremos adiante) que mulheres lésbicas são depreciativamente rotuladas de masculinizadas, de “falsificações”, aberrações que ousam desafiar os homens, ao dirigirem seu desejo para outras mulheres. Das práticas e sentimentos homofóbicos também não escapam bissexuais, travestis, transformistas e transexuais. Nelas também podem se incluir construções heterossexuais não hegemônicas, como aquelas identificadas como metrossexuais, significando, em síntese, práticas masculinas de cuidados com a aparência física, que incluem vestimentas cuidadosamente combinadas e tratamentos de beleza, gostos devotados apenas à *frivolidade feminina*, segundo um amplo espectro de senso comum distribuído socialmente²⁰.

Na busca de maior amplitude conceitual há propostas de incluir as formas específicas de preconceitos contra as lésbicas e os bissexuais, com a adoção dos termos lesbofobia (BORILLO, 2001; SIMONIS, 2007) e bifobia (SÁNCHEZ, 2009). A preocupação, no caso das lésbicas, está em politizar mais sensivelmente para a dupla invisibilidade a que estão sujeitas as mulheres que amam e desejam outras mulheres (BORILLO, 2001; GIMENO, 2007; SIMONIS, 2007), o que pode incluir a separação das lutas políticas atualmente levadas adiante por homossexuais, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, permitindo que as mulheres lésbicas fortaleçam suas posições e adquiram visibilidade (GIMENO, 2007). Relativamente aos preconceitos específicos contra as lésbicas, diz Daniel Borillo:

²⁰ Retirado RIBEIRO, Lúcio. Metrossexual, o novo “homem moderno”, invade a cultura pop. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u40099.shtml>, consultado no dia 3 de outubro de 2009, às 22h48.

A lesbofobia cria uma especificidade dentro de outra: a lésbica sofre uma violência especial, definida pelo desprezo duplo por ser mulher e ser homossexual. Ao contrário da discriminação gay, acumula a discriminação aplicada ao gênero e à sexualidade. (BORILLO, 2001, p. 28)

A proposição do termo bifobia também considera que os bissexuais estão sujeitos a dupla manifestação de rechaço:

Bifobia é o medo, a rejeição, o temor... dos bissexuais. Como no caso da homofobia, admite muitos níveis e formas. Os bissexuais tendem a suscitar uma rejeição diferente entre os heterossexuais – e entre os homossexuais também –, já que seu comportamento é considerado muito complexo por esses grupos. (SÁNCHEZ, 2009, p. 45)

Para uma compreensão mais ampla do fenômeno é ainda relevante a distinção entre a homofobia irracional ou psicológica e a cognitiva ou social. Segundo Daniel Borillo, “a homofobia irracional é uma forma de violência contra gays e lésbicas que se caracteriza pelo sentimento de medo, asco e repulsão” (BORILLO, 2001, p. 24). Ela pode ser comparável à apreensão sentida em espaços vazios (claustrofobia) ou na frente de certos animais (zoofobia). Já a homofobia cognitiva tem como base a manutenção da diferença homossexuais/heterossexuais, mas a partir de um princípio de tolerância, por admitir a existência de homossexuais e de práticas homoeróticas na esfera privada, mas não considerar natural que homossexuais gozem de direitos “privativos” de heterossexuais, como a união civil, por exemplo.

Quanto às articulações entre homofobia e racismo, elas estão no mesmo nível do que autoras como BUTLER (2008) identificam no que diz respeito às diferentes formas de discriminação sofridas por mulheres não brancas no mundo ocidental. Na proposição de Rogério Diniz Junqueira,

(...) é preciso também dedicar particular atenção a processos de construção de identidades étnicas ou racializadas, pois esses tendem a se dar em torno da produção e da circulação de representações sociais naturalizadoras não apenas acerca ou a partir das noções de etnia e de raça, mas também das de corpo, gênero, sexualidade, entre outras. Ou seja, homofobia, sexismo, misoginia e racismo se encontram, se reforçam e se con-fundem. (JUNQUEIRA, 2007, p. 155)

Do mesmo modo, é possível verificar o reforço da homofobia dirigida a pessoas de nível econômico e cultural desprivilegiado ou, no mínimo, maiores dificuldades para enfrentar os rechaços, tal como, em pesquisas com homossexuais masculinos na

Espanha, constata Fernando Villaamil Pérez (2004), incluindo maior vulnerabilidade ao HIV/Aids.

2.2.1. Da homofobia individual à social

Fica claro, portanto, que a homofobia apresenta dois níveis principais de manifestação: o psicológico e o social, tal como nos dizem Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado:

A homofobia tem, portanto, uma dimensão psicológica e uma história social. Do ponto de vista psicológico, *romper com a homofobia assimilada* diz respeito a superar as barreiras impostas pelo conjunto de valores assumidos como corretos. Este conjunto, muitas vezes, se impõe como uma impossibilidade de que a experiência homossexual seja vivenciada como uma experiência legítima. Assumir a legitimidade dessa experiência significaria, portanto, navegar por um reposicionamento na própria história individual e coletiva, já que os valores morais são constituidores das identidades e das culturas. Do ponto de vista social, a homofobia impede que os indivíduos encontrem legitimidade para que o esforço psíquico individual de se *assumir* se consolide em uma identidade menos subordinada, além de legitimar formas violentas de expressão do ódio e do preconceito. (PRADO e MACHADO, 2008, p 76, com destaques dos autores)

As dimensões psicológicas da homofobia apontam para as suas formas de manifestação no próprio indivíduo, o que não exclui as consequências sobre o conjunto social. Elas ressaltam, no entanto, que há uma complexidade maior nas maneiras como os reflexos psicológicos individuais da homofobia podem se manifestar. Desse modo, não se pode deixar de considerar como forma específica de homofobia as depreciações, entre homossexuais masculinos, relativamente aos efeminados, bem como aos indivíduos de níveis econômicos, sociais e culturais considerados inferiores, inclusive com traços de preconceitos raciais (MISKOLCI, 2007). Do mesmo modo, entre as lésbicas também há rechaços relativamente àquelas consideradas masculinizadas, assim como os mesmos preconceitos quanto às origens sociais, econômicas, culturais e raciais. O que dizer, então, dos preconceitos contra travestis (BENEDETTI, 2005) e transexuais, essas (es) últimos (as), muitas vezes, extremamente homofóbicos (as), como forma de reafirmação do desejo de reproduzir o modelo heterossexista (BENTO, 2006). Muitas dessas formas de homofobia estão expressas em *sites* de relacionamento, quando da definição do tipo de parceiro (a) que se busca, em salas virtuais de bate papo e noutros locais, indicando, ainda, as exclusões que misturam preconceitos raciais já aludidas. Tais formas de

expressão homofóbica, se contemporaneamente ganharam novos contornos, no entanto não são recentes e constituiriam um dos aspectos da longa tradição homofóbica, segundo Didier Eribon:

O desprezo, o ódio às vezes, daqueles que gostam de se pensar masculinos ou viris em relação aos “efeminados” foi uma das grandes estruturas de clivagem não só nas representações que os homossexuais quiseram dar de si mesmos, mas também nos discursos que acompanharam essas imagens e até nas teorizações propostas por certos advogados da causa *gay*, por exemplo, na Alemanha no início do século. De modo mais geral, quase sempre encontramos nos discursos mantidos pelos homossexuais a vontade de se dissociarem, de se distinguirem dos outros homossexuais e da imagem que eles dão da homossexualidade. (ERIBON, 2008, p. 13, com destaques do autor)

Hannah Arendt (1989), ao estudar as origens e formas de constituição dos totalitarismos, aponta para algo semelhante, ao propor que o antissemitismo não deixou de contar com as formas internas de preconceitos contra judeus pobres, por exemplo. Em sua avaliação, muitos judeus de classes econômicas privilegiadas acreditaram, equivocadamente, que as crescentes manifestações antissemitas na Europa, a partir do século XIX, estavam fundadas muito mais nas rejeições de uma classe inferior de judeus do que ao conjunto deles. Na mesma linha, o sociólogo Kurt Lewin, citado por Didier Eribon, também investigou o antissemitismo entre judeus²¹.

Há, no entanto, uma forma ainda mais complexa de manifestação da homofobia no nível individual, que é a interiorizada (SIMONIS, 2007; ERIBON, 2008), o ódio de si, que pode levar a consequências sociais e políticas trágicas. Novamente recorreremos a Didier Eribon:

Mas o ódio de si não é apenas uma relação infeliz consigo mesmo, que quase sempre leva à vida dupla, à obsessão de ser descoberto. Também conduz a comportamentos de ódio ou de hostilidade para com o outro, no qual se vê – e se quer recusar ver – um outro si mesmo. Pensamos aqui nas observações de Proust sobre os “sodomitas”, que “entram tão bem nos clubes mais fechados que, quando um sodomita lá não é admitido, as bolas pretas são ali em maioria as dos sodomitas, mas que têm o cuidado de incriminar a sodomia, uma vez que herdaram a mentira que permitiu que os avós

²¹ As relações entre os preconceitos sofridos por judeus e homossexuais se dão a partir de duas interseções possíveis nas histórias de rechaços sofridos, ainda que uma dirigida a um povo inteiro e a outra a componentes de povos os mais variados. A primeira interseção se dá pelos próprios preconceitos historicamente dirigidos aos dois grupos. A segunda, pelo fato de ambos terem sido alvo de extermínio nos campos de concentração nazistas.

deixassem a cidade maldita”. [...] Tantos outros exemplos poderiam ser dados desse ódio dos homossexuais por homossexuais que é inútil tentar consignar aqui a lista deprimente: que baste evocar as figuras sinistras de Roy Cohn, o conselheiro do senador McCarthy, que levou a cabo uma verdadeira caça às bruxas contra os homossexuais no início dos anos 50 (e que morreu de Aids trinta anos mais tarde), ou de Edgard Hoover, durante tanto tempo diretor do FBI, que perseguiu sem descanso a homossexualidade dos políticos, a fim de melhor mantê-los em seu poder, e do qual se sabe hoje que vivia com um homem e que, às vezes, se travestia para receber seus convidados durante os jantares que dava em casa. (ERIBON, 2008, pp. 87-88, com destaques do autor)

A homofobia interiorizada revela, portanto, complexos mecanismos de manifestação dos ódios gerados pela homofobia individual, mas é também indicadora de uma outra realidade, que Eve Kosofsky Sedgwick (1990, 2007) denomina de “epistemologia do armário”, nascida, também, a partir da homofobia social.

2.2.2. O armário e suas ambiguidades

Ficar no armário, no sentido de não revelar seus desejos e orientação sexual, tem sido, para muitos gays, lésbicas, bissexuais e transexuais, a forma de evitar exposições públicas que possam prejudicar carreiras políticas e profissionais, no mundo das artes, nas relações em família, na escola, nos ambientes esportivos, enfim, em todos os espaços de trânsito cotidiano. Trata-se, essencialmente, de buscar uma invisibilidade estratégica, ou de administrar cuidadosamente a visibilidade, na crença de que ela venha a funcionar, pois para isso é necessário permanente policiamento dos gestos e modos de falar, dentre outros cuidados, para não trair a homossexualidade que se busca ocultar. Nascida da presunção da heterossexualidade como única forma de manifestação da sexualidade como algo “natural”, o ocultamento construiu-se, historicamente, a partir de ambiguidades para as pessoas que a ele têm recorrido. E se num primeiro momento o armário diz de políticas de visibilidade/invisibilidade marcadamente homossexuais, ele não se restringe a estes grupos, bem como é capaz de trazer à tona muito mais do que os dramas do revelar-se. Na busca dos alcances dessas políticas, Eve Kosofsky Sedgwick propõe analisar as formas de opressão das homossexualidades, e sua consequente homofobia, a partir de uma epistemologia do armário.

A epistemologia do armário diz, para além das posições sociais, segundo Eve Kosofsky Sedgwick, de uma parte importante da constituição da história do Ocidente, marcada por importantes momentos em que pessoas homossexuais tiveram que se esconder para não sofrerem prejuízos em suas vidas privadas e públicas. Mas, acima disso, ela é reveladora das posições patriarcalistas e heterossexistas e dos discursos legitimadores que as acompanham, que marcam profundamente nossa cultura. Ela tem também definido posicionamentos jurídicos ambíguos, pois decisões legais têm oscilado entre condenar quem se declarou homossexual, quando não deveria tê-lo feito, como também podem considerar que a revelação não foi suficiente, ou em tempo adequado, para evitar expor outras pessoas à homossexualidade de quem agora enfrenta processos judiciais exatamente por esse motivo, caso de professores nos Estados Unidos (SEDGWICK, 2007, pp. 23-27). Na avaliação da pesquisadora, nem mesmo os movimentos políticos gays e lésbicos pós-Stonewall, que teriam avançado em suas políticas de conquistas de direitos humanos e de cidadania para pessoas LGBTT, conseguiram livrar-se das políticas de ocultamento/revelação implicadas na epistemologia do armário.

Por não se tratar, no entanto, de mera estratégia de revelação/ocultamento, o armário está mais fortemente enraizado culturalmente, espalhando-se para outros grupos sociais estigmatizados. A epistemologia do armário deve ser analisada, segundo Sedgwick, em suas ambiguidades.

Dizer, (...), que a epistemologia do armário deu uma consistência abrangente à cultura e à identidade gays, ao longo do século XX, não significa negar que possibilidades cruciais em torno e fora do armário passaram por mudanças importantes para as pessoas gays. Há riscos em enfatizar a continuidade e centralidade do armário numa narrativa histórica que não tenha como fulcro uma visão de salvação – situada no passado ou no futuro – de sua ruptura apocalíptica. Uma reflexão que careça dessa organização utópica arriscará exaltar o próprio armário, ainda que apenas por omissão; arriscará apresentar como inevitáveis ou válidas, de alguma forma, suas exigências, deformações, a impotência que causa a pura e simples dor. Se vale a pena correr os riscos, é, em parte, porque as tradições não utópicas da escrita, do pensamento e da cultura gays continuaram produtivas para os pensadores gays posteriores de forma inexaurível e esplendorosa, na falta de uma leitura racionalizante ou mesmo generosa de sua política. Numa escala muito mais ampla e com uma inflexão menos honorífica, a epistemologia do armário também tem sido produtora incansável da cultura e história do ocidente como um todo. Embora isso possa ser razão suficiente para tomá-la como tema de questionamento, não deve constituir razão bastante para focar no escrutínio daqueles que habitam o armário (ainda que equivocadamente), à exclusão daqueles na cultura heterossexista

ambiente que o prescrevem e para cujas necessidades representacionais íntimas o armário serve de maneira menos extorsiva. (SEDGWICK, 2007, p. 23)

A autora indica, assim, que tanto de uma perspectiva política, quanto teórica, o armário tem sido relevante para a compreensão de uma série de dinâmicas da vida e da cultura gays, mas que é preciso atenção para os riscos embutidos na perpetuação de tais princípios. Um desses riscos, para Sedgwick, está no fato de que, em nome da necessidade de afirmação de uma realidade homossexual distinta, seja em termos de sexualidade, seja em termos culturais e identitários, acabe por concluir-se pela existência de uma “essência universal” que trai a diversidade das homossexualidades que, ora em nome da visibilidade, ora como estratégia de ocultamento, visa-se preservar, o que pode reforçar a homofobia, caso as análises não sejam realizadas na perspectiva de percebê-la como potencialmente aí embutida. Para a autora, inclusive, ao lidar com uma série de pares antinômicos, que giram em torno do par principal homossexual/heterossexual, pode ter sido produzida, muito mais do que uma noção de homossexualidade, a da própria heterossexualidade, inclusive como norma (SEDGWICK, 2007, pp. 28-30). Importante, ainda, é sua posição de cuidado relativamente à revelação do armário alheio, bem como a exclusão de quem promove o ocultamento por convicção heterossexista.

A compreensão mais ampla da epistemologia do armário requer o reconhecimento de que o armário não se constituiu como realidade histórica, como deixa claro Sedgwick, a partir exclusivamente de uma suposta orquestração das pessoas heterossexuais, em combate contra “sexualidades desviantes”. Como a autora busca esclarecer, a partir sobretudo da análise de obras literárias que demarcaram possibilidades de se falar de uma literatura de feições homossexuais, escritas ou não por homossexuais, o apagamento de personagens homossexuais é uma realidade nesse tipo de produção literária (BARCELLOS, 2002). Por essa razão, José Carlos Barcellos diz que o armário está centrado em complexos jogos discursivos:

O “armário” é, assim, uma estrutura que esconde e ao mesmo tempo expõe o homoerotismo, na medida em que o aprisiona numa economia discursiva em que o silêncio e a fala, o jogo entre dizer e não dizer, saber e não saber, implícito e explícito, apontam para complexas configurações entre identidade, subjetividade, verdade, conhecimento e linguagem, que atravessam todo o tecido cultural da modernidade e têm profundas ressonâncias na vida social e pessoal. (BARCELLOS, 2002, pp. 43-44, com destaque do autor)

Relativamente a outros grupos também estigmatizados e alvos de preconceitos, o que distingue as homossexualidades é que elas podem permitir ocultamentos não possíveis, por exemplo, para vítimas de racismo:

Ressoante como é para muitas opressões modernas, a imagem do armário é indicativa da homofobia de uma maneira que não o pode ser para outras opressões. O racismo, por exemplo, baseia-se num estigma que é visível, salvo em alguns casos excepcionais (casos que não são irrelevantes, mas que delineiam as margens, sem colorir o centro da experiência racial). O mesmo vale para as opressões fundadas em gênero, idade, tamanho, deficiência física. Opressões étnicas/culturais/religiosas, como o anti-semitismo, são mais parecidas, pois o indivíduo estigmatizado tem pelo menos alguma liberdade de ação – embora, o que é importante, não se possa garantir quanta – sobre o conhecimento das outras pessoas acerca de sua participação no grupo: poder-se-ia “sair do armário” como judeu ou cigano, numa sociedade urbana heterogênea, de maneira mais inteligível do que se poderia “sair” como, digamos, mulher, negro, velho, usuário de cadeira de rodas ou gordo. De qualquer maneira, uma identidade judia ou cigana (por exemplo) e, portanto, um segredo ou armário judeu ou cigano seriam diferentes das versões distintamente gays dessas coisas em sua clara linearidade ancestral, nas raízes (por mais tortuosas ou ambivalentes) da identificação por meio da cultura originária que cada indivíduo tem (no mínimo) na família. (SEDGWICK, 2007, p. 32)

Ficar invisível como gay, lésbica, bissexual ou transexual (não se pode pretender o mesmo com tanta facilidade para travestis, pelas marcas às vezes visíveis do corpo transformado), se é uma maneira de fazer frente aos rechaços oriundos da heterossexualidade normativa, implica em cuidados. Em primeiro lugar, ela funciona muito mais a favor da hegemonia heterossexual, à medida que a reafirma pela recusa da afirmação da possibilidade de ser abertamente homossexual. Em segundo lugar, ela implica um grande dispêndio de energia, pois quem adota o armário como estratégia, além do esforço de ocultamento já aludido anteriormente, precisa fazê-lo sempre que entra em um novo tipo de convívio social, profissional ou de qualquer outra natureza (como em consultas médicas, por exemplo), obrigando-se a viver em permanente sobressalto pelo medo de ter sua verdade revelada. É preciso ainda, acrescentamos, considerar que ficar no armário pode ter como único resultado ser ridicularizado (a), à medida que só acredita estar eficientemente escondendo sua sexualidade quem o tenta, enquanto os (as) demais dela não têm dúvida.

A saída do armário, porém, comporta “riscos e restrições” (SEDGWICK, 2007, p. 37), o que ajuda a compreender o quanto ela pode ser difícil, posto que revelar-se em situação

conflitiva se dá sempre frente a alguém que não compartilha as mesmas formas de desejo.

O duplo potencial de prejuízo no caso da revelação gay, (...), resulta em parte do fato de que a identidade erótica da pessoa que assiste à revelação está provavelmente implicada na revelação e, portanto, será perturbada por ela. Isso é verdadeiro, em primeiro lugar e em geral, porque a identidade erótica não deve ser nunca circunscrita em si mesma, não pode ser nunca não relacional, não deve ser percebida ou conhecida por alguém fora de uma estrutura de transferência e contratransferência. Em segundo lugar, e de maneira específica, é verdadeiro porque as incoerências e contradições da identidade homossexual na cultura do século XX respondem a – e, portanto, evocam – as incoerências e contradições da heterossexualidade compulsória. (SEDGWICK, 2007, pp. 39-40)

Perturbadora que pode ser da heterossexualidade pressuposta como norma, a saída do armário, segundo Sedgwick, comporta mais algumas reflexões sobre os riscos e restrições. Primeiro, ao revelar-se a pessoa poderá ser questionada sobre se de fato é homossexual ou se não estaria apenas em confusão, recebendo, não raro, o conselho de consultar um terapeuta. Essa postura é reveladora, ainda, do quanto é problemática a identidade homossexual, da intensidade da resistência a ela e do quanto a definição identitária distanciou-se das pessoas diretamente implicadas. Segundo, a revelação está envolta em jogos de poder, em potenciais de chantagem, explícita ou não, e em um certo nível de intuição sobre a razoabilidade de fazê-la. Ao revelar-se, pode vir à tona o quanto o armário pode autorizar o insulto, quando quem ouve a confissão afirma que não teria dito coisas preconceituosas caso soubesse da homossexualidade agora revelada. Pode acontecer, ainda, embora em menor grau, de a revelação não comportar traumas, pela indicação de quem ouve da desconfiança cultivada a partir de atitudes presenciadas, potencialmente indicativas da direção dos afetos ao gênero idêntico. Uma terceira dimensão da complexidade da saída do armário está nas possibilidades de prejuízos para as partes, ou principalmente para quem ouve, como no caso de pais que, em função da homossexualidade revelada do (a) filho (a), sentem-se agora na necessidade de armário relativamente a grupos sociais de convívio homofóbicos. Uma quarta questão importante é que sair do armário não acaba necessariamente com a relação no geral com ele, incluindo o armário do outro. Em quinto lugar, é preciso considerar que raramente a pessoa homossexual cresce em uma família homossexual. Pelo contrário, habita um ambiente em que se expõe à homofobia já no seio familiar e tem grandes dificuldades de encontrar alguma comunidade ou pessoa que a proteja da

situação de depreciação pessoal ou social que a saída do armário pode ocasionar. E em último lugar, a saída do armário ocorre em um sistema de subordinação de gênero, representado pela normatividade heterossexista. É este o aspecto apontado na análise de José Luiz Foureaux:

Sedgwick observa que, nas sociedades patriarcais modernas, de maneira diferente da que ocorre nas sociedades antigas, como por exemplo a grega, fica estabelecido o princípio implícito de uma “heterossexualidade obrigatória” ou compulsiva, a partir de um sistema de parentesco dominado pelo “macho”, o “varão”, que tem por finalidade assegurar o domínio e o controle social de qualquer subgrupo. Nesse tipo de estruturação social, a homofobia se volta para uma consequência necessária: uma espécie de supressão do componente homossexual da sexualidade humana, como consequência, a opressão dos homossexuais – estabelecida como produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres. É claro que o que desejo aqui não é, pelo menos por enquanto, o desenvolvimento de uma política contra a homofobia, em geral, mas, muito mais particularmente, uma política teórica contra uma homofobia disfarçada, implícita, latente, que faz com que esse tipo de “assunto” não seja considerado como um elemento “canônico”. (SOUZA JUNIOR, 2007, p. 252, com destaques do autor)

Em termos mais amplos, portanto, Sedgwick está chamando atenção para o fato de as relações de gênero, seja ele qual for, apontarem para a existência de discriminação relativamente a todos eles, manifestas de formas distintas. É preciso não perder de vista, porém, que os esforços teóricos mais amplos de Sedgwick dirigem-se à necessidade teórico-metodológica de claramente delimitar perspectivas para os estudos literários, em sua vertente do que, genericamente, e considerando as muitas dificuldades conceituais, poderia ser denominado como “literatura homoerótica” (BARCELLOS, 2002, SOUZA JÚNIOR, 2007). Isso nos leva a prudentemente considerar, portanto, que a perspectiva do armário não pode ser simplesmente transposta para questões que dizem respeito a um espectro político mais abrangente das lutas contra a homofobia.

Voltando às questões teórico-metodológicas que complexificam os pressupostos da epistemologia do armário, pensar o armário diante das perspectivas mais abrangentes de reconhecimento das nuances políticas, ideológicas e culturais da homofobia requer vislumbrá-lo a partir dos novos empreendimentos políticos de luta pela visibilidade levadas a cabo a partir dos anos 2000 e que têm matizado/problematizado de outras maneiras, parecem-nos, mais ricas, as questões que giram em torno da visibilidade/invisibilidade das pessoas LGBTT. Há, por essa razão, ao menos no texto

de que agora nos ocupamos, uma lacuna na politização que Eve Kosofsky Sedgwick busca fazer da epistemologia do armário, pois a autora não considera a saída do armário em todas as dimensões das lutas pela visibilidade acima aludidas, ainda que ela advirta para a necessidade de não tomá-la como impossível ou indesejável. As lutas pela visibilidade são também desafiadoras da ordem imposta pela epistemologia do armário, ainda que dela faça parte como dicotomia visível/invisível. Essas lutas foram marcantes não somente nos momentos iniciais dos movimentos inspirados nos princípios contraculturais e feministas, como ainda a partir do aparecimento da Aids, e, mais recentemente, da controversa estratégia do *outing*, que consiste em revelar a (homo)sexualidade de celebridades, políticos (as) e outros (as) ocupantes de lugares socialmente relevantes e de grande visibilidade pública como parte da reafirmação da normalidade das expressões sexuais não heterossexistas. A publicização tem sido defendida principalmente naqueles casos em que pessoas sabidamente amantes de outras de mesmo gênero adotam posições públicas homofóbicas.

A saída espontânea do armário, especialmente no caso de pessoas de projeção social, política ou cultural tem se revelado oportunidade para denunciar as diferentes formas da opressão sobre pessoas LGBTT. Exemplo são as revelações da homossexualidade de artistas que vêm acompanhadas da informação de que estiveram no armário por imposição de interesses empresariais, às vezes sutis, outras nem tanto. Ainda é possível, nessas situações, que o (a) artista venha a se engajar em campanhas públicas a favor da aceitação das relações entre pessoas de mesmo gênero, reforçando as lutas políticas necessárias para a instauração de uma ordem social em que a homofobia venha a desaparecer.

Pensando a partir de uma perspectiva histórica, Didier Eribon nos sugere que a política do armário pode ter tido uma importância maior em outros momentos:

Não é raro ouvir, na boca de homossexuais que viveram uma parte de sua vida sexual antes dos anos sessenta e, portanto, antes da “liberação”, lamentos sobre a época do segredo imposto e do “jogo” que era preciso inventar permanentemente para enganar os olhares e encontrar as convivências. E é verdade que o “armário” também foi o lugar da resistência à opressão, uma maneira de viver a homossexualidade em épocas ou lugares em que não era possível vivê-la ao ar livre. O “armário” foi com tanta frequência denunciado pelos militantes homossexuais como o símbolo da “vergonha” e da submissão à opressão que se acabou esquecendo ou negligenciando que ele também pode ser, e ao mesmo tempo, um espaço de liberdade

e um meio – o único – de resistir e de não se submeter às injunções normativas. E que, para muitos *gays*, ele ainda o é. Num sentido, e talvez de modo paradoxal, ele foi o meio de ter “orgulho” quando tudo levava a ter vergonha. Ainda que se tratasse de um orgulho secreto e intermitente, talvez até fugaz. E é esse extraordinário sentimento de orgulho e de liberdade conquistada e mantida como um segredo partilhado com vários que os *gays* de gerações precedentes talvez não encontrem mais na liberdade e orgulho ostentados à luz do dia e que lhes parecem fáceis demais, e, num certo sentido, um pouco insossos, uma vez que perderam o sabor do jogo com o interdito. (ERIBON, 2008, pp. 67-68, com destaques do autor)

Na era das manifestações em massa pelos direitos da cidadania de pessoas LGBTT, por meio das conhecidas e disseminadas paradas gays, as análises sobre a visibilidade/invisibilidade indicam a necessidade de um novo olhar sobre o armário e sua perspectiva epistemológica. Se este novo olhar implica em avançar sobre algumas das conclusões de Sedgwick, não deve, por prudência, abandonar muitas de suas considerações, especialmente aquelas que apontam para as ambiguidades do ficar/sair do armário – e do correlato movimento de dele forçar saídas – que podem ser tão estigmatizadoras quanto os estigmas que supostamente se combate, e das potencialidades dogmatizantes de um suposto essencialismo identitário que despluraliza as homossexualidades, assim como as heterossexualidades, correndo o risco de reafirmar as últimas como “naturais”. Para nossos esforços de compreender a homofobia e seus alcances, a epistemologia do armário, foi o que buscamos evidenciar, mostra-se ambígua em suas potencialidades e limites teóricos.

Epistemologicamente, o armário permite perceber os discursos sobre as sexualidades, na sua ambivalência: naquilo que explicitam, inclusive como normas de conduta, como formas de educação dos corpos, e os silêncios, que não podem ser vistos como meros esquecimentos ou acidentes, mas como a própria continuidade, a extensão dos discursos heteronormativos. Como forma de conhecimento que se espalhou pelas sociedades ocidentais, o armário tem sido eficiente como mecanismo de regulação das vidas coletivas e individuais e extrapola o campo das (homo)sexualidades, inscrevendo-se, como destacado anteriormente, também nas formas de visibilidade/invisibilidade de outros campos sujeitos a preconceitos, como os de raça (negros, judeus, ciganos), dentre outros, ligados, por exemplo, às formas físicas (constrangimentos enfrentados por pessoas gordas).

Ao pensarmos nos limites e potencialidades da epistemologia do armário para a compreensão das dimensões teóricas e políticas da homofobia e dos discursos que a legitimam, para então buscar a sua superação, é importante lembrar que ela ajudou na consolidação das percepções que veem a progressiva mudança de uma ideia que, se em um primeiro momento apresentava a heterossexualidade como natural, aos poucos foi colocando-a no patamar do compulsório. As normas gerais da vida sexual e afetiva conduzem, em nossas sociedades, a uma conformação cultural que impõe a heterossexualidade. Essa imposição se inscreve na manutenção dos privilégios das pessoas que dirigem seus desejos a outras de gênero diferente, conforme análise de Richard Miskolci, em texto que comenta as teorizações de Sedgwick acerca da epistemologia do armário.

Coerente com a recusa *queer* de focar em uma minoria, Sedgwick afirma ser necessário ter em mente que o armário não é um objeto de reflexão apenas sobre aqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, mas também o meio de regulação que garante privilégios àqueles que se relacionam com indivíduos do sexo oposto e mantém a ordem heterossexista com suas instituições (como o casamento e a família tradicionais) e seus valores (como a assimetria entre os gêneros). Em suma, o armário não diz respeito apenas àqueles que vivem suas vidas amorosas em segredo, mas também àqueles que usufruem o privilégio de vivê-las abertamente. O armário é uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as conseqüências nas esferas familiar e pública. Ele se baseia no segredo, na “mentira” e na vida dupla. Esta tríade constitui mecanismos de proteção que também aprisionam e legam conseqüências psíquicas e sociais àqueles que nele se escondem. Dividir-se em dois, manter uma fachada ilusória entre si mesmo e aqueles com quem convive, exige muito esforço e capacidade para suportar o medo de ser descoberto. O temor cria a necessidade de estar sempre alerta para sinais que denunciem sua intimidade e desejos, evitar lugares e pessoas que o associem a uma identidade temida, força para agir contra seus próprios sentimentos e manter o compromisso com a ordem social que o rejeita, controla e poda das mais variadas formas. (MISKOLCI, 2007, pp. 57-58)

A epistemologia do armário, nessa perspectiva, pode ser um poderoso instrumento teórico para politização das lutas contra as normas e privilégios derivados da lógica heteronormativa, com as ressalvas feitas anteriormente. De qualquer modo, também tem sido aplicada a perspectiva da epistemologia do armário em pesquisas de campo que envolvem os preconceitos contra homossexualidades e suas conseqüências, como a realizada por Fernando Villaamil Pérez junto a homossexuais masculinos na Espanha, em

busca da identificação das vulnerabilidades ao HIV/Aids. Para o autor, naquele contexto o conceito de armário se mostrou mais produtivo do que o de homofobia.

A analítica do armário, em última análise traduz melhor que o conceito de homofobia, em primeiro lugar a produtividade fundamental dos silêncios do discurso heterossexual/masculinista correto sobre a homossexualidade, o deslocamento sempre ao outro da posição de intolerância que é característico do discurso sobre a diferença/desigualdade (...). Em segundo lugar, traduz a experiência social de ser homossexual em nossa sociedade tal como expressam nossos entrevistados. "Homofobia" incorpora um elemento psicologizante e um elemento de explicitação da violência que não faz justiça à complexidade do fenômeno posto que abrange apenas uma parte dela. (PÉREZ, 2004, p. 287)

No encerramento das discussões deste capítulo retomaremos os problemas conceituais sobre a homofobia, assim como as possíveis articulações do conceito com a perspectiva da epistemologia do armário. Mas ainda na trilha das potencialidades sobre a epistemologia do armário, vale a reflexão de Denilson Lopes, desenvolvida a partir de experiências pessoais com movimentos de direitos gays no Brasil e nos Estados Unidos e de análises literárias de obras de Silviano Santiago e de Caio Fernando Abreu:

Como seria possível, hoje então, não só uma estética (VIRILIO, 1980), mas uma ética encarnada no desaparecimento em tempos de máxima exposição, quando o marginal, o revolucionário, o alternativo, o independente, o minoritário são glamourizados, vendidos e empacotados nas mais populares empresas de entretenimento? Há um frágil legado de leveza, uma posição, uma brecha, se permitirmos sermos reeducados para a delicadeza e para o desamparo. Leveza para lidar com o conflito, para evitar polarizações desnecessárias. Tudo poderia ser mais simples. Sofrimentos desnecessários, decorrentes do preconceito e da intolerância, poderiam ser evitados. A vida já nos traz tantos outros. Às vezes, nem é preciso muito. Apenas ouvir e ser ouvido. Uma conversa que pode nos abrir mundos que não sonhávamos existir, mas que podem nos fazer diferentes. Aprender a sermos diferentes mesmo com o que não somos. Não estaria toda uma lição de verdadeira democracia, ao invés de colocar cada um numa gaveta, numa estante, num canto em que podemos reconhecer um lugar, contanto que não saia do seu lugar, não cruze fronteiras, não nos toque? (LOPES, 2009, p. 363)

Na utopia conciliatória de Denilson Lopes, que depende sobretudo de quem se julga acima dos "diferentes", reconhecer as diferenças como parte da riqueza humana, e não motivo para depreciações, está a raiz de um mundo em que a homofobia não mais teria lugar. Nessa perspectiva, o armário assume a dimensão de uma vida discreta que, salvo equívoco na leitura do autor, seria o ponto de partida para tornar desnecessária e

obsoleta a exposição militante das diferenças como uma bandeira de luta. Especialmente, para Denilson Lopes, não mais seriam necessárias afirmações identitárias – sempre sujeitas a essencializações – como mote para ser reconhecido como gente. Em tal mundo “pós-homofóbico” teria desaparecido a injúria, que abordamos na sequência.

2.2.3. A injúria

Um outro aspecto envolvido no fenômeno da homofobia ainda nos parece importante, e queremos recorrer novamente a Didier Eribon para discuti-lo. Trata-se do que o autor denomina como a ampla disseminação da injúria, de que se valem todos aqueles que, a partir das posições discursivas heteronormativas, lançam insultos contra quem as desafia. Um dos aspectos mais perversos das práticas injuriosas está no fato de elas significarem vereditos que acompanharão quem por elas é nomeado para o resto da vida, ainda que as tenha ouvido quando criança (e quase sempre é assim que ocorre), às vezes proferidas por outras crianças que delas ainda não têm consciência, mas repetem o que adultos fazem e dizem. A injúria tem o potencial de transformar em objeto a pessoa a quem ela se dirige, deixando marcas que podem nunca serem apagadas. Para Didier Eribon,

A injúria é um ato de linguagem – ou uma série repetida de atos de linguagem – pelo qual um lugar particular é atribuído no mundo àquele que dela é o destinatário. Essa atribuição determina um ponto de vista sobre o mundo, uma percepção particular. A injúria produz efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: “Eu te assimilo a”, “Eu te reduzo a”. (ERIBON, 2008, p. 27)

Combater todas as formas de manifestação da homofobia tem sido, para muitos militantes das causas LGBTT e para diversos estudiosos, o único meio possível para questionar a suposta naturalidade das posições heteronormativas, o que inclui um esforço gigantesco quando trata-se da injúria, posto que ela está inscrita na ordem do que afeta subjetivamente a honra. Como dito anteriormente, trata-se de encontrar um meio de mostrar ao conjunto social que as consequências da homofobia concernem a todos, como fica evidente na carta de um garoto reproduzida no livro *A homofobia tem cura?*, de Bruce Hilton, religioso que milita pelo fim da homofobia: “Não gosto quando

meus amigos xingam homossexuais. Mas dizer-lhes que parem seria suicídio social” (HILTON, 1992, p. 27).

2.2.4. A heteronormatividade misógina e os desafios teóricos da homofobia

Das discussões históricas e teóricas sobre a homofobia empreendidas até aqui algumas questões emergem como mais recorrentes: 1) sexo, gênero e sexualidade são conceitos normativos e construídos discursivamente a partir de uma série de instituições e relações sociais, implicando, portanto, em relações de poder; 2) relações de poder somente sobrevivem quando atribuem normas, que buscam instituir modos aceitáveis e inaceitáveis relativamente a sexo, gênero e sexualidade, e estas fundam-se na pressuposição da heterossexualidade como compulsória, posto que seria a manifestação natural que todo desejo e prática sexual devem seguir; 3) as normas, ao mesmo tempo em que instituem regras, modos de ser e de viver, instigam as pessoas a quebrá-las, a combatê-las, criando formas alternativas; e 4) homofobia é um conceito portador de ambiguidades, no mínimo, ou como a ele se referem alguns (mas) autores (as), polifônico. Torna-se necessário, assim, verificar um pouco mais de perto cada uma dessas recorrências, em direção a uma compreensão que nos permita trabalhar de maneira mais profícua a noção de homofobia para a análise dos modos como o jornalismo lida com os preconceitos contra as homossexualidades.

Na esteira das contribuições teóricas de Michel Foucault, diversas estudiosas feministas, pioneiramente, e estudiosos (as) das homossexualidades, muitas vezes também inspirados pelas contribuições das teorias feministas, têm chamado atenção para a força normativa que pesa sobre as relações de sexo, gênero e sexualidade. Em perspectivas mais “radicais”, como propõe Judith Butler (2007, 2008), por exemplo, sexo e gênero devem ser vistos como “ficções”, sejam sociais, culturais ou sob quaisquer outras perspectivas. É assim que, para a autora, se gênero foi o expediente teórico e discursivo (por que não, político?) para se contrapor à noção de sexo, tomando-se esta como biológica, e aquele como construído culturalmente, restam ainda alguns problemas a superar, especialmente aqueles que dizem respeito ao binarismo que, seja sob uma ótica biologizante, seja sob uma perspectiva culturalista, insiste nas posições supostamente

fixas ocupadas por sexo e por gênero, a partir da antinomia masculino/feminino, retornando às essencializações e naturalizações que deveriam ter ficado para trás. A pergunta que deve ser feita, para BUTLER (2007, 2008), é sobre quais são as determinações culturais que tornaram o gênero tão regulado por normas quanto o sexo, pois somente assim virão à tona as fragilidades das atribuições culturalistas que “salvariam” o gênero das essencializações e das naturalizações. Trata-se, também, de indagar sobre as origens discursivas que estão por trás de muitas das concepções reinantes sobre gênero. Vamos ao modo como a autora coloca o problema:

Portanto, como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma *performance* com conseqüências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que “humaniza” os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. Os vários atos de gênero criam a idéia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum, pois não há nenhuma “essência” que o gênero expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire e porque o gênero não é um dado de realidade. Assim, o gênero é uma construção que oculta normalmente sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções – e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade. As possibilidades históricas materializadas por meio dos vários estilos corporais nada mais são do que ficções culturais punitivamente reguladas, alternadamente incorporadas e desviadas sob coação. (BUTLER, 2008, p. 199, com destaques da autora.)

Para Butler, não se trata de questionar sobre a veracidade ou falsidade dos gêneros, se eles são reais ou aparentes, originais ou derivados, mas reconhecer que “como portadores críveis desses atributos, contudo, eles também podem se tornar completa e radicalmente *incríveis*” (BUTLER, 2008, p. 201, com destaque da autora). É assim que as normas de gênero, nascidas da condição “fictícia” destes, posto que construções discursivas e não dados de realidade materialmente palpável, devem ser vistas não somente como aquilo que institui regras, que molda corpos, que obriga e limita, mas também como a potência originária das suas múltiplas formas de contestação. Nesse sentido, elas são permanentemente colocadas à prova, inclusive por ações parodísticas, de que seriam paradigmáticas as transformações das travestis (BENEDETTI, 2005), ao mesmo tempo em que são também reforçadas, talvez em proporção maior, de que são paradigmáticas a realidade de alguns (umas) transexuais (BENTO, 2006), ao reivindicarem corpos em acordo com as normas tradicionais de sexo e gênero, com

posições extremamente homofóbicas. As normas não são, contudo, paralisantes, ainda que suas forças assim possam parecer à primeira vista e especialmente para algumas pessoas com maiores dificuldades de se contraporem às ordens vigentes das sexualidades e das performances de gênero.

A contestação das normas passa, segundo Judith Butler, pelo questionamento das identidades fixas e, portanto, pela desconstrução delas:

Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. As configurações culturais do sexo e do gênero poderiam então proliferar ou, melhor dizendo, sua proliferação atual poderia então tornar-se articulável nos discursos que criam a vida cultural inteligível, confundindo o próprio binarismo do sexo e denunciando sua não inaturalidade fundamental. (BUTLER, 2008, pp. 213-214)

A luta política para remodelar as relações e concepções de sexo e de gênero, no entanto, não pode negligenciar outro aspecto crucial: por trás das normas de gênero está também a pressuposição de uma outra, tão forte quanto, qual seja, a da heterossexualidade compulsória. Conforme nossas discussões anteriores evidenciaram, a heterossexualidade está assentada também em princípios daquelas diversas instâncias produtoras de discursos sobre as normas de sexo e de gênero e tem como corolário a noção de que toda relação de gênero deve se dar entre um homem e uma mulher, preferencialmente no interior de um casamento, em que a atividade sexual será dirigida à procriação. Segundo as premissas da heterossexualidade compulsória, sexo, gênero e sexualidade estão em um mesmo nível: o de garantir a perpetuação da suposta ordem natural que estaria por trás do desejo e da sua efetivação em ato sexual unicamente entre pessoas de gênero diferente. Nas palavras de Guacira Lopes Louro:

Esse alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) dá sustentação ao processo de *heteronormatividade*, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos

alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos. Ainda que se reconheça tudo isso, a atitude mais freqüente é a desatenção ou a conformação. A heteronormatividade só vem a ser reconhecida como um processo social, ou seja, como algo que é *fabricado, produzido, reiterado*, e somente passa a ser problematizada a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade, especialmente aos estudos gays e lésbicos e à teoria *queer*. (Louro, 2009, p. 90, com destaques da autora.)

Para compreender melhor as noções de homossexualidade e heterossexualidade é indispensável lembrar que elas foram forjadas a partir do século XIX, como parte dos esforços de elucidação do desejo por pessoas de mesmo gênero, inserindo-se ainda nas lutas contra os preconceitos que então se tornavam crescentemente visíveis (LOURO, 2007; ERIBON, 2008, dentre outros). Tratou-se, portanto, naquele momento, de um esforço para construir as bases teóricas e demais formas de explicações racionalizadas sobre os modos particulares de ser de pessoas atraídas pelas de mesmo gênero. No entanto, o empreendimento acabou levando a duplo equívoco: ao buscar estabelecer a noção de homossexualidade, acabou-se por reforçar o seu oposto, a de heterossexualidade, além de lançar os fundamentos para a compreensão, a partir de então sempre reforçada, das identidades sexuais imutáveis. Por essa razão, Roger Raupp Rios, ao propor estratégias de combate às formas de preconceito, propõe que:

(...) para atacar a homofobia em suas raízes é preciso suplantar a heterossexualidade e a homossexualidade como identidades sexuais. Tal resposta pode soar, aos ouvidos de muitos, como “suicídio identitário”: acabar definitivamente a homofobia pela abolição da própria homossexualidade. Uma crítica deste jaez seria improcedente: ela pecaria por não perceber que o vencimento do heterossexismo, levado às últimas conseqüências, é que está em causa. A resposta moderada, por sua vez, pode redundar em um paradoxo: como sustentar a igualdade entre as orientações sexuais (e, por conseguinte, suprimir a homofobia) se, como sustenta Jonathan Katz (1995), a heterossexualidade se define precisamente pela negação e a desvalorização da homossexualidade? Dito de outro modo: cuida-se de tentar conciliar o inconciliável. (RIOS, 2009, pp. 68-69)

O problema das essencializações/naturalizações identitárias torna-se, assim, um dos principais entraves na busca de soluções para o combate à homofobia, ao lado das normas de gênero e da heterossexualidade compulsória. Há de se lembrar, ademais, que a heterossexualidade compulsória tem sido acompanhada, historicamente, da hierarquização entre os gêneros, a partir da qual busca-se legitimar a suposta superioridade masculina. Superioridade também ela pressuposta a partir de uma

multiplicidade de discursos, originários de tradições religiosas, assim como de instâncias produtoras de discursos racionalizantes. As raízes da diferenciação e hierarquização entre homes e mulheres são encontradas já nas culturas clássicas, assumindo novas formas a partir de então.

Recorrer à Grécia Antiga como forma de compreensão das relações entre pessoas de mesmo gênero, como vimos, tem sido expediente comum em diversos estudos. Parece-nos, no entanto, que a mesma remissão é também esclarecedora se quisermos entender o quão antiga é a depreciação e/ou subordinação das mulheres ao masculinismo e a associação entre passividade nas relações sexuais como componente feminino, em contraposição ao ser ativo como requisito de masculinidade. Dessa equação, na Grécia Antiga foram estabelecidos princípios de conduta – éticos e morais – que deveriam reger as relações entre pessoas de mesmo gênero (FOUCAULT, 2005; 2006; 2007; DOVER, 2007). Se no passado grego, no entanto, a questão dos “papéis sexuais” nas relações entre dois homens se inscrevia na lógica pedagógica e de iniciação para a vida adulta e em sociedade tratada em tópico anterior, na atualidade ela indica modalidades específicas de manifestação da homofobia, como também já aludido. Importante destacar, por isso, a íntima relação entre a heteronormatividade de nossa época e a misoginia, buscando suas raízes nas formas como mulheres e homens passivos eram vistos na cultura grega clássica, na citação de K. J. Dover.

Uma vez que a segregação das mulheres era uma característica da maior parte das comunidades gregas, de maneira que as mulheres e meninas de famílias cidadãs raramente eram vistas em público por homens, e *hetairai*²² que conheciam bem o seu ofício tendiam a imitar esta discrição para não se desvalorizarem (...), a publicidade associada às *pin-ups* modernas pertencia a homens mais do que a mulheres.

[...]

Partindo-se, também, do pressuposto de que o papel passivo na homossexualidade masculina não gera prazer (...), pode-se concluir que, enquanto as mulheres têm uma inclinação natural ao adultério (efetivamente, esta dedução foi uma importante racionalização da segregação sexual que impedia às mulheres entrar em contato com amantes em potencial), os homens não têm uma semelhante inclinação à submissão homossexual. Da mesma forma, a prostituição de mulheres podia ser vista como de acordo com um papel “naturalmente” subordinado e dependente das mulheres diante dos homens, enquanto que o homem que escolhe o papel de prostituto se subordina de maneira “não-natural” a outros homens. Todas as informações de que dispomos, no sentido de apoiar a hipótese de que os gregos consideravam o desejo homossexual como natural, referem-

²² A palavra, segundo K. J. Dover, corresponde a prostitutas.

se ao parceiro ativo, e precisamos levar em conta que, para eles, a diferenciação entre os papéis ativo e passivo, na homossexualidade, era de profunda importância. (DOVER, 2007, pp. 97-98 e 99-100, com destaques do autor.)

Ao buscarmos as formas antigas de depreciação das mulheres, atribuindo-lhes características de “sexualidade degenerada”, com as consequências políticas de sua exclusão da vida pública e do exercício de poder, na Grécia Antiga e até tempos recentes em algumas culturas ocidentais, fica claro que estamos diante não somente da pressuposição da heterossexualidade compulsória dos nossos tempos como algo naturalizado, mas também que se trata de uma heteronormatividade com fortes traços de misoginia. Misoginia que se acentua na cultura ocidental a partir da Idade Média, com a contribuição de importantes estudos filosóficos, anatômicos e fisiológicos, em que nos últimos nem sempre estavam muito claros os limites com pressupostos teológicos (BLOCH, 1995; FONSECA, 2009). Embora importante para a perpetuação da espécie humana, as mulheres eram vistas como disseminadoras de discórdia, como excessivamente devotadas ao falatório, colocando em risco a estabilidade do mundo.

A visão da mulher como aquela, que por meio da fala, semeou discórdia entre o homem e Deus está no cerne da narrativa da Queda, a associação que o Velho Testamento faz do feminino com a sedução verbal. Contudo, em lugar nenhum a misoginia cósmica do mundo clássico – um mundo que inclui as terríveis figuras das Fúrias, das Hárpias, das Parcas, mas que ao menos concede à mulher um lugar poderoso na ordem da natureza – ou o anti-feminino fundador da história do cristianismo estão mais fortemente domesticados (literalmente, levados para dentro de casa) do que no mundo latino tardio e cristão onde as mulheres equivalem a um aborrecimento da fala inerente à vida cotidiana. (BLOCH, 1995, p. 24)

Vistas de forma depreciativa, às mulheres caberia somente a função reprodutiva, mas mesmo aí os estudos anatômicos e fisiológicos disponíveis na Idade Média eram tachativos: a superioridade masculina estava também no reino da reprodução, posto que, por características anatômicas desfavoráveis, as mulheres não possuíam o calor do macho, que por essa razão, garantiam, pelo sêmen, o princípio de posse da alma para a espécie humana, restando à mulher a impureza, manifesta na regularidade das menstruações. Tolerar as mulheres com suas imperfeições, ameaças de desestabilização da ordem social, propensão à fofoca e outras características reprováveis era tarefa árdua, sendo as mesmas, em algumas concepções durante, e após a Idade Média, vistas, no

máximo, como objetos decorativos, adornos que referendariam a superioridade do masculino (BLOCH, 1995).

Modernamente, a misoginia se refere tanto às formas de depreciação das mulheres, quanto, mais amplamente, ao que se refere ao feminino, como propõem Victoria A. Ferrer Pérez e Esperanza Bosch Fiol, ao estudarem os reflexos da misoginia na constituição da violência de gênero.

A palavra **misoginia** é formada pela raiz grega “miso”, que significa odiar, e “gyne”, cuja tradução seria mulher, e se refere ao ódio, rejeição, aversão e desprezo dos homens em relação às mulheres e, em geral, em relação a tudo relacionado com o feminino. Esse ódio (sentimento) tem tido frequentemente uma continuidade em opiniões ou crenças negativas sobre a mulher e o feminino e em condutas negativas em relação a elas. (BOSCH & FIOL, 2000, p. 14, com destaque no original.)

Se entendemos a misoginia, além do “ódio ou aversão às mulheres” também como “aversão ao contato sexual com as mulheres” (HOUAISS & SALLES, 2001, p. 1933), o aspecto misógino da heteronormatividade fica mais evidente. Odiar ou ter aversão às mulheres, no primeiro sentido, não exclui o desejo sexual por elas, pelo contrário, pode conduzir às práticas de estupros e outras formas de submissão sexual com base na violência não consentida, muitas vezes com requintes de violência sádica, sem contar as muitas formas de violência física e simbólica de que são vítimas mulheres dentro e fora dos lares, perpetradas por pais, mães, irmãos, irmãs e toda sorte de pessoas, que agem na maioria das vezes tomando como natural a condição inferior das mulheres. Ódios e aversões que, no caso brasileiro, incluem receber salários menores do que os homens na execução de serviços idênticos e de cargos formalmente situados no mesmo nível, além de uma série de outras estratégias de desvalorização do feminino.

Ainda como parte da desvalorização das mulheres, se na Grécia Antiga considerava-se que elas tendiam ao adultério, em nossos tempos não estão de todo desfeitos imaginários sobre a sexualidade feminina que geram padrões de comportamento normativos. É assim que, contraditoriamente, ainda hoje homens são estimulados, desde muito jovens, a terem relações sexuais como forma de provar a masculinidade, enquanto as mulheres devem manter a virgindade, como requisito para encontrar bons casamentos. Resta aos jovens, em prevalecendo tal lógica, procurarem prostitutas para a realização de suas atividades afirmadoras da masculinidade, o que acaba por novamente

colocar o homem em situação superior, a partir do pressuposto de que a prostituição é uma espécie de prova de que a própria mulher não se dá valor, ao vender seu corpo para a mera satisfação sexual do homem.

No segundo sentido dicionarizado da palavra misoginia, ainda que a aversão ao contato sexual com as mulheres não esteja necessariamente acompanhada de atitudes de violência física e/ou simbólica contra elas, temos o mote para as formas de depreciação homofóbica contra homossexuais masculinos, mas também contra lésbicas. Homossexuais masculinos são depreciados exatamente porque se comportariam, sexualmente, como mulheres, aceitando a passividade nas relações. Evidentemente que sustentar tal depreciação desconsidera uma gama variada de possibilidades de exercício da sexualidade entre homossexuais masculinos, que além de não pressuporem obrigatoriamente a penetração (forma de prazer sim, ao contrário do que acreditavam os gregos antigos²³), não autoriza qualquer forma de depreciação homofóbica, exceto pela razão de se misturar a pressuposição da heteronormatividade compulsória como regra e da misoginia como pano de fundo simbólico, que conduz à falsa ideia de que ser penetrado transforma um homem em mulher²⁴. Outro traço de subordinação das mulheres que aflora a partir da noção de passividade é a premissa de que elas são simples objetos de desejo, ou, em termos mais vulgares, meros receptáculos do órgão sexual masculino e das suas secreções prazerosas. Este engano, no entanto, parece autorizar a sustentação de que mulheres não devem ter iniciativas na busca de prazer sexual, além, claro, da confusão entre penetração e passividade nas práticas sexuais femininas, posto que ser passiva se reduz às condições físicas do ato sexual.

O maior traço da misoginia nas manifestações homofóbicas, porém, está nas formas mais comuns de injúria contra homossexuais masculinos, ouvidas desde muito cedo, em idade que ainda não permite compreender porque ser chamado de mulherzinha, menininha, mocinha, mariquinhas ou insulto no feminino é uma forte agressão simbólica e demonstração de rechaço (ERIBON, 2008). As biografias individuais de homossexuais masculinos raramente excluem as injúrias fundamentadas no ranço

²³ O prazer masculino derivado de carícias no ânus, ou mesmo formas de penetração, digitais ou por objetos, está presente também nas relações heterossexuais.

²⁴ Não se deve esquecer que há uma série de pesquisas médicas que sugerem semelhanças entre o cérebro de homossexuais masculinos e o de mulheres. A simples existência de tais pesquisas já é reveladora das associações entre homossexualidade masculina e comportamento feminino, pois não se aventaria tal hipótese de pesquisa em uma sociedade na qual a heteronormatividade misógina não estivesse presente.

misógino, tal é a magnitude de sua disseminação social. Ao depreciar homossexuais masculinos com injúrias no feminino, inevitavelmente estão explícitas duas realidades: xingamentos aos homossexuais, mas também depreciação das mulheres, pois não haveria razão, não fosse pela misoginia, para utilizá-las como aquilo que torna alguém inferior, digno de rechaço e exclusão.

Quanto às lésbicas, a mesma heteronormatividade misógina se explica a partir da suposta naturalização das relações exclusivamente entre pessoas de mesmo gênero. Às mulheres, por essa pressuposição, está proibido o desejo por suas semelhantes. Há, nesse sentido, um senso comum largamente difundido segundo o qual “lésbicas são apenas mulheres que não encontraram o homem adequado”. Trata-se não somente de reafirmar que mulher só pode desejar e se relacionar com homens, mas também de reafirmar sua subordinação, especialmente nas relações sexuais, posto que somente um seu contrário pode lhe dar satisfação. Os traços da misoginia estão presentes, ainda, no que estudiosas das lesbianidades identificam como dupla invisibilidade, pela condição acumulada de serem mulheres e mulheres desejantes de semelhantes.

As formas da heteronormatividade misógina acrescentam, portanto, um elemento a mais para a compreensão dos mecanismos a partir dos quais opera a lógica das práticas e sentimentos homofóbicos. Tornam, por essa mesma razão, ainda mais complexa a tarefa de lidar com o conceito de homofobia, inclusive porque defendemos que, por mais que sejam encontrados equívocos, ambiguidades e mal entendidos em algumas conceituações acerca de realidade social de resultados tão perversos para uma enorme quantidade de homens e mulheres, ainda não está disponível um conceito que possa substituí-lo sem apresentar também dificuldades muito semelhantes. No entanto, não é possível desconsiderar os cuidados necessários para evitar que a dimensão polifônica do conceito impeça mesmo a sua utilização na identificação das ações e sentimentos de rechaço contra pessoas LGBTT que levam às múltiplas formas de violências físicas e simbólicas. Rogério Diniz Junqueira, além de destacar a homofobia como intrinsecamente associada às relações de poder que hierarquizam as sexualidades, e suas ligações com o sexismo, o racismo e outras formas de depreciação, afirma que

O termo chega a ter, em alguns casos, uma carga semântica ulteriormente medicalizada, na medida em que a homofobia é, em si mesma, objetivada como “doença”. Assistimos, então, a um fogo cruzado entre discursos igualmente medicalizados: de um lado, os que

ainda definem a homossexualidade como doença e, de outro, os que rechaçam essa afirmação dizendo que a doença seria a homofobia. Não muito distantes desses últimos, encontram-se aqueles/as que buscam obter um reconhecimento social das homossexualidades por meio da aquiescência dos saberes médico ou clínico. (JUNQUEIRA, 2007, p. 149)

O equívoco de transformar a homofobia em uma doença nos parece ser o mais danoso às possibilidades de compreensão do fenômeno, além das muitas armadilhas aí embutidas que podem levar ao recrudescimento da homofobia, e não ao seu combate. A perspectiva da homofobia como doença pode estar dissimulada na expressão “sintomas individuais e sociais da homofobia”, recorrente em estudos acadêmico-científicos e nas falas de muitos militantes que defendem os direitos humanos de pessoas LGBTT²⁵. Sintomática da crença no caráter doentio da homofobia é o livro *A homofobia tem cura?*, já referido anteriormente. Nele, a partir de um ponto de vista crítico às posições de setores religiosos nos Estados Unidos, o autor, que exerce liderança em uma ala simpática às pessoas LGBTT dentro de uma congregação religiosa, ao buscar uma argumentação que contradiz a suposta origem bíblica da condenação às homossexualidades, acaba por sugerir que suas origens estariam em uma espécie de “doença” que se manifesta nos níveis individuais e sociais.

Na categoria suposta de uma doença, assim como se advogou – e continua-se equivocadamente a advogar em amplos setores sociais – as homossexualidades foram vítimas de atrocidades de triste memória, como destacamos em tópicos anteriores, e pretender o mesmo para a homofobia seria legitimar que tais atrocidades pudessem vir algum dia a serem perpetradas contra os “diagnosticados” com sintomas homofóbicos. Uma tal atitude “olho por olho, dente por dente”, além da reiteração da violência, serviria apenas para ocultar as reais dimensões da homofobia, que não se origina nem se manifesta como doença, mas como realidade discursivamente construída e somente a partir de tal condição pode ser superada. Não se pode pretender, portanto, que divãs de psicanalistas, consultas psicológicas ou tratamentos médicos e psiquiátricos sejam a saída para o fim dos danos causados pelo rechaço às pessoas LGBTT. Além do mais, fica a pergunta sempre incômoda: considerando que as manifestações homofóbicas

²⁵ Daniel Borillo (2001), em trecho que reproduzimos acima, trabalha com a perspectiva da homofobia como doença, ao sugerir sua proximidade com outras formas de fobia, como a claustrofobia, citada por ele.

também se manifestam internamente aos grupos de pessoas LGBTT, nestes casos haveria algum atenuante que as tornariam “menos doentes”?

Tomar a homofobia como doença comporta ainda uma outra consideração, de ordem jurídica: como tornar crime a homofobia, tal como já é realidade em alguns países, se ela seria uma doença e nessa condição requereria tratamento, e não punição? Se tomada como doença, qualquer consequência da homofobia, inclusive os crimes contra a vida, passam a potencialmente não mais requerer punições, ou a ter as penas diminuídas naqueles casos em que as condenações de assassinos de pessoas LGBTT venham a se concretizar a partir de julgamentos pelas leis criminais já existentes, situação vigente no Brasil, onde projeto de lei que torna criminosos os atos homofóbicos encontra sérias resistências para aprovação no Congresso Nacional²⁶. Como doença, a homofobia somente poderia ser catalogada como de origem psíquica, o que potencialmente retira a possibilidade de total responsabilidade sobre o ato criminoso cometido pelo “doente homofóbico”. Em casos de doenças psíquicas tem sido tradição legal, inclusive firmada em jurisprudência, atenuar as penas ou mesmo suprimi-las, quando não se pode ou não se considera conveniente internar o (a) réu (é)/paciente em local que lhe permita recuperação.

É preciso, pois, evitar o equívoco de pretender a homofobia como doença, ainda que sob a justificativa de “doença social”, termo sobrecarregado de ranços conservadores e que, portanto, não consegue ir além da constatação paralisante ou das sugestões profiláticas à maneira da receita positivista “se uma laranja do cesto está podre, elimine-a para não contaminar as sadias”. Nessa direção, facilmente teria início a batalha para saber qual a doença de maior gravidade, se a homofobia ou as sexualidades não conformadas com a heteronormatividade misógina.

Longe de ser uma doença, a homofobia, pelo percurso histórico e teórico que traçamos, é uma realidade que foi construída discursivamente, mobilizando tempo e diversas instâncias. Nessa perspectiva, sua forma de instauração nos níveis individuais e sociais deve ser considerada a partir da dinâmica própria das relações intersubjetivas, tomando-as como processos nos quais normas são permanentemente

²⁶ Leia-se, como exemplo, texto publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado *Congresso "empurra" para Justiça questões polêmicas*, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0205201014.htm>, consultado em 02 de maio de 2010, às 11h12.

instituídas/institucionalizadas, mas também desconstruídas/desinstitucionalizadas. Necessário, pois, é reconhecer que há atores concretos que podem ser identificados como responsáveis pela dinâmica das construções discursivas, mas que tal identificação não é em si mesma garantia de não tomar as ordens discursivas que legitimam a homofobia como naturalizadas, primeiro passo para naturalização da própria homofobia como realidade que não poderia ser modificada. Nesse sentido, estamos diante dos mesmos riscos de tomar como naturais as discursividades que estabelecem as noções de sexo, gênero, sexualidade, identidades sexuais e heteronormatividade misógina, forçando a própria naturalização e a essencialização delas.

A tarefa de combater a homofobia deve passar necessariamente pela construção de novas discursividades sobre sexo, gênero, sexualidade, homossexualidades e identidades sexuais, a partir do recurso epistemológico da recusa das essencializações e do combate às supostas naturalizações. Importante ainda de uma perspectiva epistemológica é considerar a polifonia que concretamente encontramos nas tentativas de definir a homofobia. Se em um primeiro momento a polifonia deve ser vista sob a lógica da negatividade, posto que dificulta elucidar o conceito, em um segundo nível ela deve ser o ponto de partida mesmo para que uma nova ordem discursiva possa nascer justamente do combate às ambiguidades e mal entendidos que o conceito de homofobia, tal como o encontramos no estágio atual, enseja. De qualquer maneira, parece-nos importante a dúvida se não seria a polifonia condição derivada da complexidade dos modos como a homofobia se manifesta, restando importante não pretender mesmo encerrá-la em uma unidade teórica que, em nome da coerência e do rigor analítico, poderia obscurecer as potencialidades explicativas requeridas pelo fenômeno.

A considerar, ainda, que em condições específicas o conceito de homofobia pode realmente não se apresentar como o mais adequado, tal como nas pesquisas de Fernando Villaamil Pérez (2004), que considera mais profícua a perspectiva da epistemologia do armário para entender a vulnerabilidade ao HIV/Aids entre homossexuais masculinos na Espanha. Temos dúvidas, no entanto, sobre a pertinência da epistemologia do armário como substituta para o conceito de homofobia em toda e qualquer situação de pesquisa, posto que também há ambiguidades em suas premissas, tal como indicamos em tópico anterior. Outro risco a evitar é a especulação sobre se seria o armário uma consequência direta da homofobia ou se uma indicação da sua existência, um seu “sintoma”. Ao

propor a epistemologia do armário como conceito que elucida os rechaços historicamente dirigidos contra pessoas LGBTTT não se está buscando uma indagação à maneira da circularidade improdutiva “quem nasceu primeiro: o ovo ou a galinha”. O que se quer é um instrumento capaz de dar conta minimamente de esclarecer os discursos que fundamentam as práticas e sentimentos preconceituosos dirigidos contra pessoas LGBTTT, criando hierarquias que pretendem subalternos os desejos dirigidos ao mesmo gênero. Dentro dessa perspectiva, pode-se melhor entender os motivos pelos quais ficar no armário é uma estratégia muitas vezes de sobrevivência, mas a saída dele pode ser um instrumento poderoso para a constituição de uma nova ordem discursiva rumo à superação dos rechaços às pessoas LGBTTT. A defesa não é da prática do *outing* que violenta as particularidades e intimidades de quem tem o direito de não expor seus desejos, nivelando-se, assim, em termos de violência, às práticas homofóbicas.

Realidade complexa, a homofobia nem sempre é visível em todas as suas dimensões, e mesmo costuma ser evitada como tema de conversas, mas não ocultada de vez. Dentre as formas de torná-la pública, inclusive em suas consequências, estão as narrativas jornalísticas, fontes, a propósito, de pesquisa para os dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia, referenciados anteriormente. Nesse sentido, é que acreditamos ser a homofobia um tema que nos permite verificar algumas das questões que informam sobre o jornalismo e suas relações com o conjunto social no qual está inserido.

3. O jornalismo

Em que medida seria possível pretender uma definição do jornalismo no singular, sem comprometer as possibilidades de melhor apreensão dessa prática social de vital importância para as sociedades contemporâneas, não por acaso denominada por Maurice Moulliaud (1997) de “operador sócio-simbólico”? Partindo do pressuposto de que somente por uma questão de economia discursiva é possível falar do “jornalismo”, posto que as formas de produção, circulação e consumo das narrativas noticiosas são múltiplas, em suas peculiaridades narrativas e suportes – impressos e eletrônicos – identificaremos algumas das diversas dimensões implicadas nas relações entre o jornalismo e a sociedade.

Entender essas relações passa pelo reconhecimento de que se as narrativas noticiosas são o produto mais visível do jornalismo, elas não suas únicas formas de manifestação, ainda que nelas tenhamos possibilidades concretas de apreensão do universo jornalístico, tal como aqui pretendemos fazer. A própria compreensão dos modos como as narrativas jornalísticas se apresentam, aliás, é indicativa das interrelações estabelecidas pelo jornalismo com uma série de atores sociais – como os leitores; as variadas fontes ouvidas para a produção das informações; agentes governamentais e do estado, assentados em postos nos poderes executivo, legislativo e judiciário; agentes da sociedade civil; representantes das esferas culturais, religiosas, sindicais e partidárias; dentre outros.

Pluralizar o jornalismo, no nosso caso, mostra-se necessário, em primeiro lugar, já pela escolha do *corpus* da pesquisa, formado por dois veículos impressos diários distintos, portanto, potencialmente diferentes em suas formas de negociação com leitores, fontes e demais atores implicados em suas interações. Nesse sentido, autores como Eric Landowski (1992) propõem o jornal como entidades dotadas de personalidades próprias, inclusive jurídicas. Em segundo lugar, a pluralização nos lembra que os resultados obtidos na análise, ainda que possam lançar luzes sobre questões mais amplas do jornalismo, estarão circunscritos à leitura específica sobre a homofobia, as homossexualidades e as relações de gênero que aqui nos propomos realizar. Tomando como pano de fundo o jornalismo como ator social, nosso percurso analítico privilegiará as noções de enquadramento em suas articulações com as noções de acontecimento e de narrativa, pois acreditamos estar nessas dimensões aquilo que autoriza pensar o

jornalismo como operador que mescla as tensões entre as múltiplas facetas do social e as disputas de sentido que nelas se desenrolam.

3.1. O jornalismo como ator social e a construção social da realidade

O jornalismo, propõe-nos Adelmo Genro Filho (1987), é uma das estratégias mais importantes que as sociedades modernas possuem para dar a conhecer, a elas mesmas, o que em seu interior acontece, nas mais diversas áreas das atividades humanas. Nessa perspectiva, a cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa, elementos que, a propósito, constituem, não por acaso, os objetos mesmo da tessitura noticiosa que cotidianamente nos apresentam os veículos informativos. Por essa razão, o jornalismo, na visão do autor, contrariamente à perspectiva daqueles que o veem como fragmentador das realidades por ele retratadas, e por consequência, produtor de visões superficiais e precárias de mundo, contribuiria para que os consumidores formassem, a partir mesmo dos “fragmentos” apresentados pelas notícias, uma visão das contradições e condições do mundo que os cercam. O próprio jornalismo, acrescentamos, também é marcado por contradições, a exemplo de silêncios e interditos relativamente a temas de grande relevância social que podemos encontrar na prática específica de um veículo noticioso ou em um conjunto mais amplo de operadores jornalísticos²⁷, quando o que se espera é que ele atue sempre na perspectiva de difusão de tais temas.

Percebe-se, portanto, que a visão de Genro Filho é do jornalismo como atividade capaz de revelar o social em suas mais complexas dimensões. Nas palavras do autor:

Por isso, a informação jornalística não é contrária à formação da experiência: trata-se, inclusive, de uma experiência que já vem, em alguma medida, ‘pré-formada’ pelos mediadores e pelo *sistema jornalístico* no qual estão inseridos; noutro sentido, essa experiência ‘pré-formada’ não resulta pronta e acabada, mas convida o público a completá-la como um fenômeno que estivesse sendo percebido diretamente. A sua significação universal, está apenas sugerida ao invés de formalmente fixada. A concepção ingênua de que o

²⁷ Entendemos os operadores jornalísticos como os profissionais, nos mais variados graus de especialização e funções, responsáveis pela coleta, redação e edição das notícias, os gestores das empresas jornalísticas e as próprias empresas por eles geridas.

jornalismo inevitavelmente fragmenta o real e, em consequência, é necessariamente manipulatório e alienante, sequer consegue notar que a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade e, além disso, que o singular também contém o particular e o universal. (GENRO FILHO, 1987, p. 209, com destaques do autor)

Para Genro Filho, a notícia se nutre do que há de mais específico em um determinado acontecimento, a singularidade, ou seja, a quem ou a que se refere o acontecimento e em quais circunstâncias ele ocorreu. Mas cada acontecimento narrado pelo jornalismo se inscreve também em dimensões mais amplas, donde é possível, a partir dele, perceber a inserção em uma determinada classe de eventos particulares, que por sua vez apontam na direção de uma universalidade, no sentido da indicação de características mais abrangentes da realidade à qual pertence o acontecimento noticiado. No entanto, é necessário aqui uma ressalva: para não cair no engano de que a objetividade no jornalismo²⁸ poderia ser possível a partir da indicação de Genro Filho de que “a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade”, é fundamental lembrar que, no máximo, a realidade social é objetivada a partir dos processos de intersubjetivação aos quais faremos referência adiante. Além disso, os procedimentos de enquadramento, que abordaremos posteriormente, funcionam como modos particulares de o jornalismo matizar os acontecimentos a partir, inclusive, das tensões nada objetivas que estão na própria origem deles. Em outros termos, a objetivação que está por trás de cada acontecimento é passível de “decomposição”, a partir da qual poderão ser identificados os atores sociais em suas disputas para atribuição de sentidos aos fatos narrados. Processos de objetivação que buscamos, a propósito, identificar nas discussões anteriores sobre os modos como as muitas elaborações discursivas sobre as (homo)sexualidades e relações de gênero são construídas e desconstruídas, em ações contínuas.

Como exemplo das possibilidades não fragmentadoras do jornalismo, tomemos um assassinato motivado por homofobia. Ao narrá-lo, a notícia se aterá aos elementos de singularidade que o tipificam, como autor e vítima, local e peculiaridades – detalhes sobre a arma utilizada, nível de crueldade e outras variáveis que contribuam para o esclarecimento daquele acontecimento. No nível das particularidades, ainda que não necessariamente explicitado pela notícia, temos o fato de ser a homofobia uma prática

²⁸ As discussões sobre objetividade têm ocupado parcela significativa da produção teórica sobre o jornalismo, motivo pelo qual não a retomaremos aqui, indicando, dentre outras leituras possíveis sobre o tema, SOUSA, 2003, GITLIN, 2003, HALLIN, 2005 e SODRÉ, 2009.

largamente difundida, portanto, aquele não é um crime isolado, nem motivado por uma exceção. Pelo contrário, há outros registros de crimes homofóbicos, além dos muitos que não chegam ao conhecimento do público dos veículos noticiosos. Na perspectiva da universalidade, aquele crime, potencialmente, projeta noções mais complexas, como as origens da homofobia e os modos como ela se manifesta em diversas realidades socioculturais.

As potencialidades não fragmentadoras do jornalismo, portanto, devem ser entendidas a partir da sua inserção em um meio social de compartilhamento de experiências, que se dá pela mediação técnica propiciada pelos veículos noticiosos, dentre outras modalidades de mídias, mas também pelos contatos interpessoais e pelas formas particulares como cada pessoa circula pela realidade que lhe é mais imediata, inclusive com todas as suas contradições. Ao lidarem com as formas de narratividade²⁹ dos acontecimentos transformados em notícias, os operadores jornalísticos procedem a um duplo movimento: retiram dele dados singulares, até certo ponto violentando seu contexto de ocorrência, para, na sequência, dar-lhes um sentido, sob a modalidade de informação que será interpretada por um amplo espectro de consumidores. Estes, como alerta Genro Filho, dotados de capacidades cognitivas que não somente reintegrarão aquele acontecimento ao seu contexto de ocorrência, como ainda poderão inseri-lo em modalidades mais amplas de construção de sentidos sociais e simbólicos. Outro fator que contribui para as possibilidades de desvendamento das realidades construídas nas notícias é o seu consumo reiterado, ou seja, dia após dia as pessoas leem jornais impressos e eletrônicos, assim como se expõem aos telejornais e radiojornais, que em suas edições sucessivas tendem a abordar os acontecimentos enquanto se desenvolvem, assim como a abordar acontecimentos correlatos, colaborando para que, dos fragmentos, possa surgir um mundo dotado de um mínimo de sentido.

Para uma compreensão das maneiras como o jornalismo apreende os acontecimentos, é útil a contribuição de Muniz Sodré, que prefere lidar com a perspectiva de singularização, ao invés de singularidade.

Não se trata, portanto, de um mero singular, como descreve Genro Filho com terminologia hegeliana, e sim de “singularização” (uma vez que notícia de jornal não é “reflexo” automático de uma realidade

²⁹ O conceito de narratividade será desenvolvido em tópicos posteriores, nas discussões sobre narrativa e na análise dos textos que compõem nosso *corpus*.

singular), ou seja, a *construção de um singular* pela interpretação de um grupo profissional, como acentuam as análises construtivistas do jornalismo. Mas estas análises têm razão apenas parcial, já que esquecem a diferença entre os fatos brutos, objetivos da realidade histórica indeterminada, e o acontecimento jornalístico, que ocorre sempre *depois* dos fatos, isto é, quando se produz o trabalho *logotécnico* de determinação das circunstâncias – a apuração dos detalhes, realização de entrevistas, portanto, mobilização de parcelas do público, que são também “atores” do acontecimento. Não raro, a determinação de um fato se deve a avaliações de natureza *extrafactual* (do tipo de análises jurídicas, políticas ou tecnológicas da situação em causa) e não a um “singular” supostamente inscrito no real-histórico. (SODRÉ, 2009, p. 59, com destaques do autor.)

Ainda que por meio de um processo de singularização, e não da captura da singularidade, resta que o acontecimento, potencialmente, pode indicar processos sociais (e/ou naturais) que não se explicitam espontaneamente em sua ocorrência. A perspectiva de Sodré, de qualquer modo,   especialmente válida para retirar certa dose de ingenuidade contida na proposi o de Genro Filho, ao melhor situar as maneiras como os operadores jornalísticos atuam na (re)constru o dos acontecimentos. Ela porém também não escapa de certa ingenuidade, ao falar sobre “fatos brutos, objetivos da realidade histórica indeterminada”. O mais importante na defini o de Sodré está na indica o da “constru o” dos acontecimentos pelas dinâmicas jornalísticas, que incluem operadores da média e consumidores das informaçoes postas em circula o, temática que retomaremos neste percurso teórico.

Em comum nas proposi oes de Adelmo Genro Filho e de Muniz Sodré encontramos o fato de o jornalismo não ser uma atividade exercida sem levar em conta sujeitos que tomarão contato com as notícias, mas pelo contrário, uma vez disseminada uma informa o, ela poderá, potencialmente, acionar nos consumidores interpreta oes e correla oes que, inclusive, levariam   concretiza o das virtualidades que cada acontecimento noticiado tem de permitir o reconhecimento das particularidades e da universalidade às quais se vincula. Além disso, outras dimensões importantes do jornalismo estão aí sugeridas, ainda que de forma implícita: ele participa da constru o social da realidade, ao invés de simplesmente espelhar a realidade já existente, e   um ator social de grande relevo.

Se especialmente em Genro Filho não encontramos diretamente uma formula o do jornalismo como atividade que participa da constru o social da realidade, ou que, no mínimo, oferece aspectos do real que interessam a cada veículo noticioso em particular,

estudiosos como Gaye Tuchman (1978), Jorge Pedro Souza (2000), Miquel Rodrigo Alsina (1989), Daniel Cornu (1994), Cristina Ponte (2005a), Nelson Traquina (1993, 2001 e 2005), além de outros, apresentam algumas das premissas que levam à explicitação das condições em que tais processos se dão. A partir de um estudo etnográfico, com acompanhamento rotineiro dos processos de produção noticiosa, abrangendo veículos impressos e televisivos norte-americanos, e que durou cerca de uma década, Tuchman constatou que, ao contrário do proposto por algumas correntes de estudo, segundo as quais o jornalismo seria um “espelho da realidade”³⁰, apenas refletindo-a, ele participa da construção social da realidade.

Contribui para isso uma série de variáveis típicas da organização da produção noticiosa, como concepções acerca da atividade profissional dos jornalistas, com seus métodos de seleção, recolha, redação e edição dos acontecimentos narrados; os constrangimentos institucionais impostos pela estrutura organizacional das empresas noticiosas; o tempo para apuração das informações (que, no caso do rádio e da televisão implicam, ainda, no tempo que o acontecimento terá para ser narrado, em função de limitações de ordem técnica e/ou financeira, por exemplo, além dos preceitos editoriais); o espaço, no caso de veículos impressos, que cada evento noticiado ocupará, o que resulta não apenas de um dado técnico, como tamanho na mancha impressa para inserção da notícia, mas especialmente de decisões que estão na ordem das políticas editoriais – o que leva, inclusive, a que um assunto tenha destaque em um veículo e seja negligenciado em outro, ou ainda, que um dado acontecimento passe a ser considerado importante à medida que se desenvolve; e o enquadramento dado aos acontecimentos noticiados; além de outros fatores³¹.

Ao lado dos fatores acima, Tuchman atribui grande importância, nos processos de construção social da realidade pelo jornalismo, às múltiplas dimensões institucionalizadas que encontramos no conjunto social, mas especialmente às dimensões institucionais do jornalismo, bem como à maneira como as notícias, especialmente as *hard news*, são apresentadas pelos veículos. O relevo dado às *hard news* não é mero acaso, mas explica-se pelo fato de serem elas exatamente aquelas

³⁰ Não sendo objetivo a problematização de tal teoria, remetemos, para detalhes, a Gaye Tuchman (1978), Miquel Rodrigo Alsina (1989), Mauro Wolf (1994), Jorge Pedro Souza (2000) e Nelson Traquina (1993, 2001 e 2005).

³¹ Para detalhes sobre as variáveis, ver TUCHMAN (1978).

notícias que estão associadas aos temas mais diretamente sujeitos à “apropriação institucionalizada”, como política, economia, conflitos sociais etc. Portanto, aos temas que estão mais comumente associados às estratégias de construção social da realidade.

Enquanto as *hard news* continuarem a ser associadas à atividade das instituições legitimadas e a organização espacial e temporal do processo produtivo das notícias permanecer embutido em suas atividades, as notícias se reproduzirão a si próprias como um dado histórico. Elas não só definem e redefinem, constituem e reconstituem significados sociais, mas também definem e redefinem, constituem e reconstituem formas de fazer as coisas – processos existentes nas instituições já existentes. (TUCHMAN, 1978, p.196)

Essa perspectiva, parece-nos, além de evidenciar um peso significativo atribuído aos processos institucionalizados de construção social da realidade – incluindo as instâncias tradicionais do poder político, não somente aquelas ligadas diretamente à direção do Estado, mas também aos partidos políticos, agremiações sindicais, associações da sociedade civil e outras – negligencia as ações que cotidianamente os sujeitos colocam em prática com vistas à modificação das suas realidades mais imediatas. Nelas, é certo, podemos reconhecer práticas que com o tempo se institucionalizam, a exemplo do movimento feminista, com todas as suas conquistas, e do movimento pelos direitos que, genericamente, convencionou-se chamar dos homossexuais (COSTA, 1992; MATOS, 2000; CARRARA, GREGORI e PISCITELLI, 2001; HEILBORN, 2004; GIDDENS, 2005; dentre outros). Mas também temos as ações que ocorrem fora de uma perspectiva de institucionalização, mas que não deixam de estar inseridas nos processos de construção social da realidade, nem de alcançar as mídias noticiosas. Como exemplo de ações dessa natureza podemos pensar nas reivindicações por melhorias em uma rua esburacada levadas adiante por moradores de um bairro sem a necessidade, obrigatoriamente, de uma associação que lhes dê respaldo institucional. No entanto, é provável que ações dessa natureza sempre busquem, na visibilidade pública proporcionada pelo jornalismo, legitimidade para a reivindicação apresentada, ampliando o campo do debate, que pode funcionar como formas de pressões sobre os agentes públicos (GOMES e MAIA, 2008).

Ao jogar com seu poder de influência e prestígio e sua força institucional reconhecida como importante pelas sociedades atuais nos processos de construção social da realidade, é preciso acrescentar, o jornalismo está sujeito a críticas por parte dos demais atores sociais, que sobre ele buscam exercer influências, conseguindo, em muitos casos,

obter êxito. Como exemplo temos o que ocorreu no Brasil com o Movimento Antimanicomial, responsável por modificar os modos como veículos e jornalistas retratavam, em suas matérias, portadores de sofrimento mental, segundo análise de Adélia Barroso Fernandes (FERNANDES, 1999; GOMES e MAIA, 2008).

Voltando mais especificamente às questões implicadas na participação do jornalismo nos processos de construção social da realidade, verifica-se que, em comum, os diversos autores que se debruçaram sobre tal problemática têm como referência as proposições de Peter L. Berger e Thomas Luckmann, que assim nos apresentam o que eles denominam “realidade da vida cotidiana”:

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” do meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana. Aquilo que é “aqui e agora” apresentado a mim na vida cotidiana é o *realissimum* de minha consciência. A realidade da vida diária, porém, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente. A mais próxima de mim é a zona da vida cotidiana diretamente acessível à minha manipulação corporal. Esta zona contém o mundo que se acha ao meu alcance, o mundo em que atuo a fim de modificar a realidade dele, ou o mundo em que trabalho. Neste mundo do trabalho minha consciência é dominada pelo motivo pragmático, isto é, minha atenção a esse mundo é principalmente determinada por aquilo que estou fazendo, fiz ou planejo fazer nele. (...) A realidade da vida cotidiana além disso apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. (BERGER & LUCKMANN, 1995, pp. 39-40)

Um cuidado é necessário, entendemos, na apropriação do conceito de Berger e Luckmann, para que a ideia da ação pragmática não se transforme na cristalização de modos de agir na solução dos problemas mais imediatos que nos surgem cotidianamente. Mesmo nessas circunstâncias, as soluções encontradas pragmaticamente são modificáveis ao longo do percurso histórico da atividade humana. Importante ainda é lembrar que, para os autores, como a vida cotidiana não se esgota no “aqui e agora”, os homens adquiriram capacidade de simbolização e abstração, a partir da qual lidam também com os fenômenos que requerem interpretações, sem o que, não nos seriam possíveis atividades como as artes e as ciências. Em comum, todos esses processos de construção social da realidade estão em permanente transformação. Em

suas palavras, “sendo produtos históricos da atividade humana, todos os universos socialmente construídos modificam-se, e a transformação é realizada pelas ações concretas dos seres humanos” (BERGER & LUCKMANN, 1995, p. 157).

Analisando as contribuições de Berger e Luckmann, Jorge Pedro Sousa (2000), ao lado do destaque às condições mais gerais da construção social da realidade, segue na linha de Gaye Tuchman, que atribui ao papel da institucionalização peso significativo.

Recordando a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (1976), os processos comunicacionais que se desenvolviam quer a um nível microssocial quer a um nível macrossocial eram modelados por um conjunto de circunstâncias, como a história, o contexto da situação e a interação pessoal. A realidade social construía-se em torno de processos de institucionalização e de objectivação intersubjectiva de determinadas referências e de significados para essas referências. Dito por outras palavras, criava-se uma espécie de patamar mínimo de entendimento comum, compartilhado, da realidade social. Para isso contribuía factores como os modelos de comportamento, a definição de papéis sociais, etc., que, em certa medida, eram co-veiculados pelos meios de comunicação, adquirindo aqui a linguagem um papel crucial. (SOUSA, 2000, p. 203)

Importante reforçar, assim sendo, que se a realidade social é intersubjetivamente construída, estamos diante da impossibilidade de se atribuir a um único ator social, seja ele individual, coletivo e/ou institucional, a responsabilidade isolada no estabelecimento do que deve prevalecer como princípios éticos, morais, legais, comportamentais, enfim, aos modos como uma determinada sociedade se organiza e se modifica. Com isso ressaltamos, simultaneamente, o papel importante que o jornalismo desempenha na construção social da realidade (assim como na interpretação da realidade social) e o fato de ele não estar isolado nessa atividade. Pelo contrário, inclusive, é possível afirmar que, sendo o próprio jornalismo parte da realidade social, ele é também modificado, e tem suas práticas modificadas, com a participação de outros atores sociais, como já destacado no exemplo da luta antimanicomial. Para as notícias, mais concretamente, isso significa que elas trazem, potencialmente, as posições de outros atores sociais além dos operadores jornalísticos, a exemplo de fontes diversas, como especialistas ouvidos para o esclarecimento de um tema em foco, movimentos reivindicatórios ou organizações sociais as mais variadas. A isso, no entanto, deve-se somar a necessidade de relativizar o peso da institucionalização dado por Tuchman (1978) e Sousa (2000) à abordagem de Berger e Luckmann (1995) sobre os processos de construção social da

realidade. A atribuição de peso excessivo à institucionalização, inclusive, negligencia advertência dos autores que os inspiraram.

A institucionalização não é contudo um processo irreversível, a despeito do fato das instituições, uma vez formadas, terem a tendência a perdurar. Por uma multiplicidade de razões históricas, a extensão das ações institucionalizadas pode diminuir. Pode haver desinstitucionalização em certas áreas da vida social. Por exemplo, a esfera privada que surgiu na moderna sociedade industrial é consideravelmente desinstitucionalizada, se comparada com a esfera pública. (BERGER & LUCKMANN, 1995, p. 113)

O erro de atribuir peso excessivo à institucionalização nos processos jornalísticos encontra longa tradição nas teorias do jornalismo identificadas com a etnometodologia, particularmente difundidas a partir de Tuchman (1978). Tais estudos, se foram importantes para a ruptura dos modelos que viam no jornalismo uma atividade pairando acima dos interesses sociais, trouxe o risco de engessá-la pela perspectiva da prevalência quase absoluta dos determinismos impostos pelo *ethos* profissional dos jornalistas, deixando pouca margem para análises que tenham em conta os processos de negociação estabelecidos com os demais atores sociais. Além disso, ao lidar com o jornalismo a partir da prerrogativa da institucionalização, sobra pouco espaço para as necessárias reflexões sobre os modos como a linguagem é potencialmente disruptora de sentidos em tese fixos, tal como se depreende dos estudos etnográficos aplicados ao jornalismo. Outro risco é considerar o jornalismo como ator social que não negocia com os demais nos processos de construção intersubjetiva da realidade social.

Exatamente por participar dos processos de construção social da realidade, é que o jornalismo é considerado um importante ator social, desde que se consolidou em nossas sociedades. Formulações teóricas sobre o jornalismo como ator social, no entanto, são raras, o que nos exige pensá-lo assim, em parte, em função do que vimos nos parágrafos anteriores. Em outras palavras, o que nos permite considerá-lo como um ator social, inicialmente, é a sua inserção na configuração dos acontecimentos e temáticas cujas repercussões, ou mesmo desenvolvimento, se encontram em aberto, não somente cumprindo uma função informativa, mas também performativa, aqui entendida na perspectiva de explicitar opiniões sobre acontecimentos e temáticas noticiados, com o objetivo de fazer prevalecer seus pontos de vista relativamente a eles.

Há, no entanto, autores que preferem lidar com o conceito do jornalismo como ator político, pois entendem que as negociações estabelecidas por ele cotidianamente são, em primeiro lugar, com os poderes instituídos. Em razão disso, antes das discussões sobre o jornalismo como ator social tendo como pano de fundo a metáfora teatral, faremos algumas considerações sobre o jornalismo como ator político.

3.2. O jornalismo como ator político

A concepção mais amplamente difundida das ações do jornalismo como participante dos processos de construção social da realidade são aquelas que o situam como ator político (BORRAT, 1989; BORRAT & FONTCUBERTA, 2006). Embora as concepções de construção social da realidade sejam mais recentes, a indicação de que o jornalismo tem desempenhado papel importante na configuração política de diversos países e sociedades remonta às práticas jornalísticas que antecederam e imediatamente se sucederam aos embates mais vigorosos da Revolução Francesa (CORNU, 1994; PONTE, 2005a, dentre outros). Segundo algumas perspectivas, a Revolução Francesa poderia até ter existido sem a imprensa, mas teria sido outra coisa sem ela. As práticas jornalísticas que se instauraram nos Estados Unidos ainda no século XIX, espalhando suas influências a boa parte do mundo ocidental do início do século XX em diante, são também apontadas como fundamentais para a definição do jornalismo como ator político e teriam sido responsáveis pela inauguração e manutenção das democracias liberais, processos que se desenvolveram, ao menos segundo as perspectivas liberais, sob a proteção garantida por princípios éticos e, sobretudo, pela irrestrita liberdade de imprensa, de que é marca paradigmática a Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América (CORNU, 1994). Ao atuar como ator político, o jornalismo se transforma no “cão de guarda” das sociedades, da democracia e dos fundamentos econômicos e políticos liberais (PATTERSON, 2000; MATOS, 2008), agindo, pretensamente, como incansável defensor de princípios de ética, moralidade e retidão no trato com a coisa pública.

Por agir fundamentalmente a partir das relações com os poderes estatais instituídos, surge a principal característica do jornalismo como ator político, na concepção de

Héctor Borrat, que o situa na esfera do exercício de influência sobre o Estado, mas também sobre diversos movimentos sociais.

Compreendendo por ator político todo ator coletivo ou individual capaz de afetar o processo de tomada de decisões no sistema político, afirmo que o jornal independente de informação geral é um verdadeiro *ator político* de natureza coletiva, cujo âmbito de ação é o da *influência*, não o da conquista do poder institucional ou da permanência nele. O jornal influi assim sobre o governo, mas também sobre os partidos políticos, os grupos de interesse, os movimentos sociais, os componentes de sua audiência. E ao mesmo tempo que exerce a sua influência, é objeto da influência de outros, que alcançam uma carga de coerção decisiva quando esses outros são os detentores do poder político. (BORRAT, 1989, p. 10, com destaques do autor)

A natureza reflexiva das ações políticas do jornalismo frente aos demais atores é importante para a sua compreensão como ator coletivo, não somente pela multiplicidade de fontes e seus interesses no momento em que alimentam os noticiários com informações fundamentais para a produção informativa, mas também porque, segundo Héctor Borrat, a atividade jornalística ocorre dentro dos limites de empresas que visam o lucro. Pode-se ainda pensar o jornalismo como ator coletivo em função da quantidade de veículos noticiosos impressos e eletrônicos que disputam esferas de influência junto a consumidores e demais atores sociais. Essas empresas têm que se haver com acionistas, com os públicos consumidores e demais atores com os quais interage, mas também são compostas por uma grande diversidade de profissionais que, a despeito dos controles burocráticos e demais formas de constrangimentos institucionais, também exercem influência sobre os conteúdos produzidos, fazendo com que as práticas produtivas das narrativas jornalísticas se deem em ambiente de fato coletivo. Isso sem contar com as cartas de leitores e colaborações externas, especialmente sob a forma de artigos que defendem pontos de vista que podem conflitar com aqueles caros aos veículos informativos.

Partindo do ponto de vista segundo o qual nenhuma sociedade é estável, mas sujeita a conflitos, que se encontram mesmo na constituição dela e nas formas que nela se instauram de lutas pelo estabelecimento de visões de mundo, Héctor Borrat entende que o jornal é um ator de conflitos, que podem se estabelecer fora dele, tendo-o como parte direta ou indiretamente envolvida, ou como ator que se coloca na condição de

mediador³². Essa perspectiva é importante para a compreensão mais ampla dos significados do jornalismo como ator político.

Eu compreendo a partir dela que ser ator do sistema político representa basicamente para o jornal – como para qualquer outro ator social – ser *ator de conflitos*. Com esta afirmação não pretendo negar, é claro, que este ator de conflitos também pode ser *ator de consensos*. Mas o consenso surge como uma categoria sujeita ao conflito. O consenso entre dois ou mais atores encontra sua explicação precisamente no conflito entre estes atores, ou na trégua pactuada entre eles para retomar mais tarde um conflito não resolvido, ou aliança dirigida contra aqueles com quem estão em relações de conflito. (BORRAT, 1989, p. 16, com destaques do autor)

Uma outra visão da ideia de que o jornalismo lida permanentemente com os conflitos encontramos em Thomas Patterson, em artigo no qual ele questiona a eficácia do jornalismo como ator político. O autor está interessado, sobretudo, em discutir limites da proposição do jornalismo como ator político capaz de proporcionar uma visão não estereotipada e reducionista das atividades políticas. Da sua leitura é possível apreender, ainda, críticas às concepções sobre as atividades políticas como inscritas, quase exclusivamente, nos limites dos embates que envolvem os poderes identificados com o estado.

Para os jornalistas, a controvérsia e o conflito são muitas vezes vistos como os verdadeiros temas da política. O jornalismo lida com a acusação e a contra-acusação, raramente investigando ao pormenor determinadas posições políticas ou as condições sociais subjacentes a um problema político. Não se trata apenas de o jornalismo ignorar simplesmente esses temas a favor de jogos estratégicos; mesmo quando esses temas são notícia, eles são subordinados ao drama do conflito gerado pelos lados opostos. Neste sentido, o jornalismo frequentemente “despolitiza” as questões, tratando-as mais como rituais políticos do que como objectos dignos de sério debate (Levy, 1981) (PATTERSON, 2000, p. 87, com destaque do autor)

Essa perspectiva difere não somente da de Héctor Borrat, posto que ele não questiona as consequências políticas do jornalismo como devotado às relações de conflito, como também daquela de estudiosos que veem o jornalismo como ator político que desempenha o papel de “quarto poder”. Os equívocos da metáfora do jornalismo como “quarto poder”, que podem ser maiores ainda quando se pretende que este poder seja unilateral, e não apenas uma maneira de afirmar uma possível posição do jornalismo

³² Para uma leitura mais detalhada dos conceitos de conflito, com as noções políticas a eles subjacentes, bem como ao detalhamento de como o jornal e o jornalismo se inserem nos conflitos, consultar BORRAT, 1989.

acima do bem, do mal e dos poderes instituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), encontra-se largamente difundida. Sobre as origens da noção do jornalismo como “quarto poder”, esclarece Daniel Cornu:

Foi sob a influência do pensamento liberal e da reflexão sobre a separação dos poderes que nasceu, para qualificar o papel da imprensa, a expressão hoje aviltada de “quarto poder”. A sua atribuição é incerta. Thomas Carlyle atribuiu a sua paternidade a Edmund Burke, mas ninguém encontrou vestígios da mesma na sua obra impressa. Seja como for, a propagação das ideias liberais abre uma nova era de tensão interna entre a esfera pública, doravante ocupada por uma imprensa com meios mais poderosos e uma audiência mais vasta. (CORNU, 1994, pp. 176-177)

A tensão que envolve a imprensa em sua condição de importante ator da e na esfera pública, ao invés de colocar o jornalismo no papel de “quarto poder”, indicam alguns estudos, demonstra a sua fragilidade em momentos cruciais. Desse modo, no período da Ditadura Militar no Brasil, os jornais se submeteram aos ditames da censura, não podendo se investir efetivamente de poderes que pudessem questionar o papel do Executivo, ainda que em alguns momentos tentassem deixar clara a existência da censura. Essa dificuldade foi maior ainda para os jornais comerciais, de referência, pela necessidade de sobrevivência econômica, restando à então denominada “imprensa alternativa” as denúncias mais consistentes das atrocidades e desmandos do regime militar, embora sob fortes pressões políticas e variadas formas de boicotes (MATOS, 2008). Relativamente a outro momento histórico e em país diferente, Warren K. Agee e Nelson Traquina (s/d) demonstraram como a imprensa portuguesa não foi capaz de oferecer resistência à censura imposta ao jornalismo nos longos anos da Ditadura Salazarista em Portugal, análise que se encontra em livro cujo título é bastante elucidativo: *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*.

Seja pelas possibilidades de redução da política a formas estereotipadas de conflitos pelo poder, que podem estar subjacentes às noções do jornalismo como ator de conflitos, seja pelos problemas subjacentes à noção de “quarto poder”, a perspectiva do jornalismo como ator social é mais profícua do que a do jornalismo como ator político para a compreensão das formas de relacionamento do jornalismo com o conjunto social. Em primeiro lugar, porque afirmar o jornalismo como ator social não elimina a ideia de que ele age politicamente, mas a amplia, à medida que o coloca em relações que, não

desconhecendo o conflito, mas não correndo o risco de despolitizá-lo, tal como alerta Thomas Patterson, situa as relações do jornalismo no campo mais amplo das assimétricas disputas de poder, inclusive aquelas relativas às construções de sentido. Em segundo lugar, ao afirmar o jornalismo como ator social, amplia-se o leque dos atores com os quais ele interage, tanto aqueles fortemente institucionalizados, como aqueles cuja institucionalização pode não ser a marca fundamental. Conforme já indicado anteriormente, é preciso cuidado ao pensar o peso da institucionalização nas interações que o jornalismo mantém com os demais atores sociais. A noção do jornalismo como ator social permite, portanto, que sua inscrição nas questões políticas se dê a partir de concepções sobre o político como tudo o que diz respeito às tensões cotidianamente sustentadas por atores sociais em busca de protagonismo ou lutando por visibilidade para questões que os coloquem em cena como legítimos na busca pelo reconhecimento das suas reivindicações, de que são exemplares as muitas ações levadas a cabo por pessoas e movimentos LGBTT.

Para um melhor esclarecimento do jornalismo como ator social, no entanto, é preciso uma aproximação com alguns dos elementos da performance teatral – particularmente aqueles ligados à metáfora teatral associada aos processos de interação social, desenvolvidos por Erving Goffman – e com a própria noção de ator social. Trabalhar com a perspectiva da metáfora teatral em busca da compreensão da atuação do jornalismo como ator social é trazer à baila alguns elementos que melhor situem a noção de ator, que nas atividades artísticas é um fingidor por necessidade profissional. O que buscamos aqui, no entanto, não é uma aproximação com o ato de fingir, inclusive sugerido por quem acredita ser o jornalismo um criador de verdades que se sobrepõem ao real. Buscamos, pela via da metáfora teatral, nos aproximar da noção de performance, essencial para que sejam estabelecidas as condições de interação com o público, que obedece a certos princípios. No caso do jornalismo, além da interação, são estabelecidas negociações, uma vez que há sempre uma tensão potencialmente instaurada na relação que ele estabelece com os demais atores sociais.

A noção de metáfora teatral começou a ser desenvolvida pelo sociólogo Erving Goffman no livro *A representação do eu na vida cotidiana* (1996) e se desenvolveu ao longo da sua obra, centrada especialmente nos problemas das interações sociais. Para alguns dos seus leitores e comentadores (JOSEPH, 2000; BRANAMAN, 2004;

SCHEFF, 2006; SMITH, 2006; JACOBSEN, 2010; dentre outros) aos problemas da interação e das performances juntaram-se os dos rituais e das atividades dramatúrgicas, que juntos permitem melhor compreender como atuamos em nossas interações e conversações cotidianas. Os rituais, *grosso modo*, dizem respeito aos procedimentos necessários para que a interação ocorra respeitando os espaços de cada um, mas sem que isso engesse a ação dos participantes, que inclusive poderão promover deslocamentos ao longo da interação. As atividades dramatúrgicas requerem um texto, no sentido também das próprias conversações que se desenvolvem, e não somente de um *script* previamente decorado pelos participantes, mas implicam, sobretudo, em tornar concreta a performance teatral, com os elementos que na sequência trabalhamos.

3.3. A metáfora teatral e as condições do jornalismo como ator social

Em nossas experiências comuns, o teatro é um local para encenação de textos especialmente preparados para um determinado tipo de representação, comprometida ou não com a realidade, podendo variar dos dramas e comédias às farsas ou épicos, levados adiante por atores, que se apresentam diante de um público, contando, em suas performances, com equipamentos estrategicamente elaborados para provocar determinadas reações, a exemplo de iluminação, sonorização e elementos que compõem um cenário. A integração de todos estes fatores é determinante para que se obtenha êxito, mas não há dúvida de que a responsabilidade principal está no bom desempenho, pelo ator, do papel que lhe cabe. Em certa medida, estes são também os elementos apresentados por Erving Goffman, autor de referência a estudiosos que têm se debruçado sobre os papéis desempenhados pelos atores sociais, dentre eles, diversas modalidades de mídias (THOMPSON, 1998; EKECRANTZ, 2006; dentre outros).

Formulada como parte do esforço de compreensão das estratégias que cotidianamente levamos a efeito em nossos jogos de interação, a metáfora teatral de Goffman, desenvolvidas inicialmente no livro *A representação do eu na vida cotidiana* (1996) aponta não somente para as representações individuais, mas também para o que ele denomina de “equipes”, entendidas, *grosso modo*, como a reunião de diferentes pessoas em torno de um objetivo comum, a exemplo de um time de basquete ou do conjunto de funcionários de uma organização. Os cenários nos quais se desenvolvem as

representações cotidianas variam segundo os próprios papéis desempenhados pelos atores, incluindo a rua, escola, igreja, local de trabalho, residência e tantos outros quanto somos solicitados a entrar em cena. Uma apreensão resumida das condições da encenação desenvolvidas por Goffman (1996) nos indica como essenciais os elementos descritos a seguir, ressaltando-se que, em nosso cotidiano, alternamos as atividades de ator e de plateia. A cada um dos elementos acrescentaremos aspectos correlacionados às performances do jornalismo pertinentes às condições da encenação.

- 1) Crença no papel que o indivíduo está representando: O ator deve estar plenamente convencido de que aquilo que ele representa é a realidade mesma, inclusive como condição para que a plateia também se convença disso.

Não somente a partir das análises de estudiosos, mas também nas falas e posições defendidas por jornalistas e proprietários de veículos noticiosos, temos a afirmação de que o jornalismo cumpre papéis fundamentais nas sociedades atuais, com especial destaque para as funções de preservação das liberdades democráticas (GITLIN, 2003; HALLIN, 2005), para a qual são necessários princípios éticos (CORNU, 1994), e do “cão de guarda”, que em resumo, constitui-se na permanente vigilância sobre os poderes instituídos, impedindo-os de ações contrárias aos interesses coletivos (MATOS, 2008). Partindo-se do pressuposto de que atuam na defesa dos interesses dos consumidores, ou, ainda mais amplamente, da opinião pública³³, os veículos noticiosos, impressos e eletrônicos, são unânimes na afirmação de que atuam a partir de práticas de produção noticiosa regidas pelos princípios de objetividade, imparcialidade e neutralidade – fato largamente difundido em seus editoriais e em suas estratégias de aproximação com os consumidores. Esses mesmos princípios se encontram também nos códigos de ética e de deontologia dos jornalistas profissionais.

- 2) Fachada: Nos termos de Goffman, “é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1996, p. 29). O cenário é um dos principais componentes da fachada, “compreendendo a mobília, a decoração,

³³ Uma crítica pertinente aos pressupostos do jornalismo como “porta voz” da opinião pública encontramos em LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele” (GOFFMAN, 1996, p. 29).

Os diversos dispositivos impressos e eletrônicos que servem como veículos para a divulgação da produção jornalística possuem suas formas específicas de fachada e de cenários. Nos jornais e revistas impressos, os elementos verbais e visuais são estrategicamente distribuídos a partir da diagramação, que organiza textos e imagens em função de uma lógica que predispõe para os sentidos da informação (MOUILLAUD, 1997). THOMPSON (1989) fala da apropriação das noções de “região frontal” (a que é mostrada para a plateia) e “região de fundo” (a coxia, típica dos teatros) nas estratégias narrativas do telejornalismo, em que os apresentadores se colocam, modernamente, contra um fundo que normalmente mostra a dinâmica do trabalho das redações, tomando-se cuidados especiais para evitar gafes ou situações que possam colocar em dúvida a credibilidade que, afinal, é a justificativa para a “região de fundo” visibilizada. Estratégias radiofônicas, como a preservação de alguns ruídos de fundo em reportagens de rua, como modo de veracidade (BARBEIRO & LIMA, 2003), são também exemplos da construção de cenários. Na internet, a arquitetura das páginas pode ser pensada como cenário, como o primeiro elemento a partir do qual, e em função de características específicas, como navegabilidade, interatividade, usabilidade, sistemas de *links* e outros, internautas despertarão interesse pelo conteúdo proposto (SIMONE e SOARES, 2001).

- 3) Realização dramatúrgica: É o ato mesmo da interação e exige que o ator torne sua atividade significativa.

A interação proposta pelo jornalismo ocorre a partir de uma série de estratégias, como a pressuposição de um público, na maioria das vezes idealizado, no sentido de que não são feitas necessariamente pesquisas que identifiquem, para além de generalizações sobre perfil socioeconômico-cultural, detalhes sobre quem consome a informação noticiosa. Cartas de leitores; participação de ouvintes em radiojornais, inclusive com sugestões de pautas ou informações sobre trânsito, por exemplo; imagens de “cinégrafistas amadores”, feitas com câmeras portáteis ou celulares, com ou sem narração e o rosto do telespectador; e textos informativos produzidos por internautas são exemplos do que atualmente indicam novas modalidades das ações dramatúrgicas dos veículos na interação com consumidores. A considerar, ainda, as performances de

repórteres e apresentadores de telejornais e radiojornais, com suas indumentárias, locuções apropriadas e demais elementos expressivos que garantam identificação com o público consumidor. Mas, fundamental também é destacar que a dinâmica das interações implica em um modelo de comunicação envolvendo o ator (jornalismo) e plateia (consumidores), assim definida por José Rebelo, ao discutir as estratégias enunciativas próprias do jornalismo:

(...) postulamos uma relação de simbiose entre destinador e destinatário, mediante a qual o destinador existe pela existência do destinatário e o destinatário pela existência do destinador; postulamos, em consequência a gênese híbrida dos conteúdos assim produzidos. Simbiose e hibridismo que rompem com a clássica noção de sistema de comunicação, linear e mecanicista, em que cada um dos elementos constitutivos gozaria de ampla autonomia. (REBELO, 2000, p. 55)

- 4) Idealização: Nas interações cotidianas desempenhamos papéis não somente a partir das nossas condições concretas, mas também em função de expectativas idealizadas, que incluem o que imaginamos ser a partir da nossa auto-imagem e o que imaginamos ser a nossa imagem percebida pelo outro, além do esforço de parecermos melhores do que somos.

As estratégias de *marketing* são exemplos da idealização que os veículos de informação promovem de si, em que o esforço para a conquista e manutenção de consumidores inclui referências como imparcialidade, neutralidade e objetividade, que não podem ser cumpridas em condições concretas de produção das notícias, mas nem por isso deixam de aparecer em anúncios publicitários (MATOS, 2008), revelando que entre a crença no papel desempenhado e as condições concretas de seu desempenho pode haver contradições. Essas ações de *marketing*, especialmente quando envolvem diretamente a venda de espaços publicitários nos veículos noticiosos, não são desenvolvidas sem um mínimo de atrito entre a parte comercial e a redacional (REBELO, 2000). Nas formas como os jornalistas em seus textos e a direção das empresas em seus editoriais se dirigem aos públicos, está o pressuposto de que todos compartilham de um conhecimento comum, idealização que ajuda a moldar as especificidades com que um promove suas elaborações textuais. Importante, por isso, é o fato de os jornais e jornalistas se apresentarem a partir da imagem autoconstruída de que são os representantes dos consumidores, ou, na expressão de Eric Landowski, “porta-vozes da opinião pública” (LANDOWSKI, 1992). Ou, ainda, na avaliação de Héctor Borrat:

A imagem que o jornal quer dar publicamente de *si* mesmo não necessariamente coincide com as que ele reconhece *ante* a si mesmo. É uma imagem embelezada, exemplar, edificante. O jornal toma a mesma atitude do político profissional: pratica uma dupla linguagem, idealista, quando se comunica com sua audiência, realista e pragmática em seus próprios centros de poder. (BORRAT, 1989, p. 32, com destaques do autor)

- 5) Manutenção do controle expressivo: A atuação exige rígido controle no desempenho das ações requeridas pelo ator, sob pena de não se realizar efetivamente a comunicação pretendida com a plateia, o que pode causar embaraços de diversas ordens para ambos.

Em todas as suas formas de produção – impressas e eletrônicas – o jornalismo se esforça por apresentar-se sem ‘falhas’, admitindo, inclusive, quando lhe é conveniente, eventuais erros na divulgação de informações, que podem aparecer, por exemplo, nas rubricas “erramos” de jornais impressos ou nas correções de informações feitas ao longo das emissões de programas jornalísticos de rádio e de televisão. Uma das estratégias mais utilizadas pelo jornalismo para a manutenção do controle expressivo é a reiteração, mitificada, de atuação segundo princípios de neutralidade, objetividade e imparcialidade (THCHMAN, 1978; GITLIN, 2003; HALLIN, 2005). Quando lhes convém, jornalistas explicitam seus processos de apuração das informações, por exemplo, indicando que uma determinada fonte foi procurada mas preferiu não se posicionar, ou que até o fechamento da edição não havia respondido a pedido de entrevista.

- 6) Representação falsa: Se a manutenção do controle expressivo coloca a plateia predisposta a aceitar os sinais do ator, a mesma condição tende a levar o público a não perceber facilmente os sinais falsos. “E é claro que muitos atores têm ampla capacidade e motivos para falsear os fatos. Somente a vergonha, a culpa ou o medo os impedem de fazê-lo” (GOFFMAN, 1996, p. 60).

As atuais condições de produção jornalística, em situação cada vez mais reflexiva na relação com os consumidores (CARVALHO, 2008), talvez não permitam mais que a plateia do jornalismo negligencie as falhas, ou representações falsas, tal como se percebeu no caso da cobertura da campanha pelas eleições diretas, no início dos anos 1980, realizada pela *TV Globo*, quando manifestação ocorrida em São Paulo, coincidente com o aniversário da cidade, foi divulgada como se fosse somente

comemoração por mais um ano na história da capital (MATOS, 2008). Há, no entanto, situações em que a percepção das representações falsas pode não ser assim tão fácil, a exemplo da matéria vencedora do Prêmio Pulitzer de 1981, em que a repórter Janet Cooke, do jornal *Washington Post*, confessou posteriormente ter inventado a personagem central que aparece no texto sobre um garoto viciado em heroína (PONTE, 2005a). Os princípios éticos e deontológicos (CORNU, 1994), em tese, deveriam conter abusos da ordem das representações falsas.

- 7) Mistificação: Goffman (1996, p. 67) a apresenta assim: “É uma noção largamente defendida que as restrições ao contacto, a manutenção da distância social, fornecem um meio pelo qual o temor respeitoso pode ser gerado e mantido na platéia, um medo, como disse Kenneth Burke, pelo qual a platéia pode ser mantida num estado de mistificação com relação ao ator”.

As atuais configurações do relacionamento do público com as mídias jornalísticas são ambíguas relativamente à mistificação. Há, por um lado, essa restrição ao contato, concretizada especialmente pelas dificuldades de acesso impostas por questões econômicas e culturais, que podem impedir ou dificultar a expressão de pontos de vista em veículos noticiosos. Mas, por outro lado, são estimuladas aproximações, a exemplo das estratégias atuais de levar ao ar informações produzidas por telespectadores e radiouvintes, além das potencialidades abertas para a publicação de *blogs* e outras formas de expressão na internet, para ficar apenas em uma das potencialidades propiciadas pela rede para produção de informação diretamente pelos internautas. As cartas de leitores e canais de ouvidoria, com ou sem a criação da função de *ombudsman*, também se inscrevem na lógica da aproximação com o público dos veículos noticiosos.

- 8) Realidade e artifícios: A encenação teatral exige, em sua “falsidade”, artifícios que a torne convincente, inclusive no sentido de a reconhecemos efetivamente como um teatro. “É um lugar-comum dizer-se que diferentes grupos sociais expressam de maneiras diversas atributos tais como idade, sexo, jurisdição, posição de classe e que em cada caso esses simples atributos são elaborados por meio de uma configuração cultural complexa distintiva de meios convenientes de conduta. Ser uma determinada espécie de pessoa por conseguinte não consiste meramente em atribuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e aparência que o

grupo social do indivíduo associa a ela. O irrefletido desembaraço com que os atores desempenham essas práticas habituais conservadoras dos padrões não nega que tenha havido representação, mas apenas que os participantes tenham tido consciência dela” (GOFFMAN, 1996, p. 74).

Apesar das estratégias de *marketing* aludidas anteriormente, como ainda pelo fato de o jornalismo dificilmente explicitar suas formas de construção das notícias, dentre elas as reais condições em que se dão as decisões, inclusive conflitivas, sobre o que é notícia (TRAQUINA, 1993, 2001, 2005; WOLF, 1994; PONTE, 2005a), não se pode pretender que os consumidores desconheçam a existência de artifícios nas práticas jornalísticas que visem ocultar as reais condições da produção informativa, tentando fazer parecer que há somente a apresentação do real. São cada vez mais comuns estratégias como recorrência a personagens e construção de cenários, especialmente em telejornais, mas não somente neles, como artifícios para reafirmação da natureza real do que é noticiado. Ainda neste terreno, incluem-se as práticas de reconstituição de crimes, acidentes de trânsito, dentre uma série de outros acontecimentos, inclusive com a utilização de recursos dramáticos típicos de telenovelas, com a revelação para os consumidores das narrativas jornalísticas de que tais recursos foram utilizados. Na perspectiva de Patrick Charaudeau (2006), o discurso da informação midiática envolve um fazer saber e um fazer crer.

Os diversos elementos que compõem a ação teatral acima descritos devem ser vistos como essenciais às ações performativas de atores que, se no teatro convencional buscam na comunicação com a plateia o reconhecimento das suas qualidades artísticas, na metáfora teatral como explicação das dinâmicas das relações sociais visam ao reconhecimento da própria legitimidade para o desempenho da performance social. Assim, por exemplo, um político deve estar imbuído de seu “personagem” e agir coerentemente com o papel que desempenha, o mesmo valendo para uma organização de defesa dos Direitos Humanos, que não pode fugir a um *script* que a identifique sempre com as causas que defende. Como ator, o jornalismo também necessita desempenhar as funções típicas da encenação, com as especificidades que buscamos delinear.

Como acréscimo, citamos Ekecrants, que ao discutir a metáfora teatral aplicada à mídia, sugere que ela é adequada para se pensar o papel político, além de outros, que as mídias desempenham nas sociedades atuais. Para ele,

Atuações teatrais, no sentido original ou no metafórico, incluem um palco, atores, enredo, dramaturgia e platéia. Relações sociais e de poder são representadas no palco e entre o palco e a platéia, que é parte constituinte do teatro, visto como uma instituição. (EKECRANTS, 2006, p. 100)

A noção das encenações de relações sociais e de poder é especialmente relevante para uma compreensão do jornalismo como ator social, assim como para a sua participação nos processos intersubjetivos de construção social da realidade.

A definição de ator social³⁴ – no Brasil ligada frequentemente às dimensões da sociedade civil e da luta pela cidadania e respeito aos princípios democráticos e dos Direitos Humanos – tem como proposição principal a noção de sujeitos que se movimentam no palco social – na esfera pública – a partir de objetivos estrategicamente definidos com vistas a exercerem alguma dimensão de poder, seja ele de que natureza for, em condições de debate/embate público (MACHADO, 1995; FERNANDES, 1999; FACCHINI, 2005; DAGNINO 2002, 2006 e 2007; GOMES e MAIA, 2008; MAIA, 2006, 2008). É certo que há também ações de “bastidores”, mas que tendem, em algum momento, a alcançar visibilidade pública. Embora os sujeitos sejam pensados, a princípio, como indivíduos ativos em uma determinada configuração social, instituições como organizações governamentais e não governamentais, organizações empresariais, sem fins lucrativos e associativas, instituições de ensino e/ou pesquisa, instituições religiosas ou partidos políticos, dentre outras, são também consideradas como atores sociais. Em comum, os últimos têm dimensão coletiva e se configuram como organizados segundo métodos burocrático-rationais, a partir dos quais se tornam aptos ao desenvolvimento das suas atividades-fim e ao exercício dos jogos teatrais de poder e interação com outros atores sociais.

Em estudo que buscou compreender as dinâmicas e estratégias de um grupo de mulheres da cidade de São Paulo empenhadas em garantir melhores condições de saúde

³⁴ Para uma leitura esclarecedora acerca do conceito de movimentos sociais, que auxilia na expansão da compreensão do conceito de atores sociais, ver FACCHINI, 2005. São encontradas também outras nomenclaturas, com significados às vezes próximos ao de ator social, a exemplo de atores críticos, atores coletivos e atores coletivos críticos (GOMES e MAIA, 2008).

em uma região de baixa renda, Leda Maria Vieira Machado assim define os atores sociais:

Um aspecto comum ao longo do exame da literatura dos movimentos urbanos, (...), é que, de um modo geral, ela esqueceu um elemento fundamental à compreensão da questão da continuidade. São os *atores sociais*, denominando aqui especificamente os grupos responsáveis pela produção dos movimentos, aqueles diretamente envolvidos nos movimentos mas, também, alguns institucionais, como a Igreja Católica (a mais importante no caso do Brasil), ou o Estado e outros periféricos. (MACHADO, 1995, p. 88, com destaques da autora)

Embora o Estado esteja também na categoria dos atores sociais, é relevante ressaltar que muitos atores sociais têm justificada sua existência por terem, entre seus principais objetivos, precisamente atuações “contra” o Estado, no sentido de forçá-lo a reconhecer direitos fundamentais para a coletividade ou para grupos específicos. No que diz respeito à institucionalização, alguns atores sociais podem enfrentar dilemas quanto à formalização de entidades que muitas vezes nascem da reunião informal de pessoas com problemas e objetivos comuns. A esse respeito é esclarecedora a relutância de alguns grupos de luta pelos direitos humanos e de cidadania para pessoas LGBTQBT da cidade de São Paulo de transformarem suas entidades, às vezes nascidas com finalidades de auto-ajuda para vítimas da homofobia, em organizações não governamentais (ONG's). A institucionalização, se por um lado poderia garantir recursos financeiros provenientes de órgãos governamentais, sindicatos, partidos políticos e outras entidades, por outro poderia representar comprometimentos que, no limite, poderiam tolher a liberdade de ação dos grupos ou instrumentalizá-los a favor de lutas políticas, inclusive eleitorais (FACCHINI, 2005). Quanto ao jornalismo, sua natureza institucionalizada é ampla, envolvendo os aspectos organizacionais e jurídicos que presidem as empresas noticiosas, as dinâmicas da produção da notícia, o *ethos* específico dos profissionais responsáveis pela produção informativa, como também pela administração racional e burocrática das empresas, além de outras dimensões (TUCHMAN, 1978; LANDOWSKI, 1992; TRAQUINA, 1993; SOUZA, 2000; MATOS, 2008).

Entender o jornalismo como ator social, portanto, passa pela sua condição de ampla institucionalização: como prática social reconhecida em função de um *modus operandi* específico e pelo fato de ele ser exercido a partir de uma estrutura organizacional, com predomínio de empresas jornalísticas isoladas ou parte de conglomerados de mídia (BORRAT, 1989) e assessorias de imprensa dentro de organizações de diversas

naturezas. Essa condição, no entanto, não impede que ele seja alvo permanente de disputas de sentidos com outros atores sociais, inclusive aqueles que não se apresentam a partir dos princípios da institucionalização. Além disso, e apesar de parecer contraditório, a institucionalização das atividades e das empresas jornalísticas não os impedem de promoverem mudanças sempre que necessário, tanto em termos de posicionamentos frente à realidade social, quanto aos modos de apresentação das suas narrativas. Isso torna o jornalismo objeto de permanente atenção por parte dos demais atores sociais, o que lhe confere natureza dupla, de ator e palco. Tal condição está ligada a uma outra característica dos atores sociais, qual seja, que seu reconhecimento enquanto tal passa, na atualidade, também por sua capacidade de tornarem-se conhecidos a partir da visibilidade proporcionada pela mídia, especialmente a noticiosa (FERNANDES, 1999; CORREIA, 2000; GONTIJO, 2002; CHARAUDEAU, 2006; GOMES, 2006; MAIA, 2006, 2008; GOMES e MAIA, 2008).

Importante também é lembrar que, apesar da institucionalização do empreendimento jornalístico, inclusive com as estratificações e hierarquizações no interior das redações, determinadas por diferentes cargos e funções, as decisões sobre o que tornar público e os enquadramentos de cada acontecimento não ocorrem exclusivamente a partir dos elementos institucionais. Em outros termos, jornalistas em posições hierárquicas inferiores pressionam para que seus pontos de vista prevaleçam, estabelecendo tensões que muitas vezes podem vencer os limites impostos pelas forças institucionais, levando a coberturas com matizes distintos daqueles que em um primeiro momento prevaleceriam, se dependessem somente dos postos de comando. Desses embates pode ainda ser definida cobertura de temas que poderiam ser negligenciados pelas formas tradicionais de seleção das pautas.

Mas, como a atividade desenvolvida pelo jornalismo se concretiza a partir da elaboração textual, da colocação em narrativas de acontecimentos que ocorrem no mundo, a sua condição plena de ator social não pode ser compreendida sem considerar que, neste ato, o jornalismo é também ator que configura textos e imagens, que acabam por fornecer um tipo específico de leitura do social. Essa operação tem ainda como objetivo criar e manter um hábito de consumo da informação jornalística, já que é por meio dessa configuração que ele adquire identidade própria.

O fazer jornalístico desenvolve-se em dois planos. No primeiro, o jornal procura narrar as notícias do dia. Cumpre a sua função referencial ou, para utilizar uma expressão corrente, a sua função *informativa*. Simultaneamente, porém, e num segundo plano, gera sistemas de valores – associados à posição do jornal como sujeito da enunciação – que configuram a narrativa produzida. Esta, já não é uma narrativa qualquer. É a narrativa do *jornal*. Se no primeiro plano, o plano do *récit*, prevalece o saber sobre “aquilo de que se fala”, no segundo, o plano do *discurso*, prevalece o saber sobre “de que modo é que se fala” e “porque é que se fala”. Na justaposição destes dois planos enraíza-se a capacidade do jornal de, por um lado, a/re-presentar o real, construindo assim uma história do presente, e, por outro, despertar e alimentar um hábito junto da clientela cuja expectativa satisfaz quotidianamente. (REBELO, 2000, p. 41, com destaques do autor)

O reconhecimento das diversas características dos veículos noticiosos, quanto às suas peculiaridades editoriais, formatos e modos narrativos é de fundamental importância para além da criação de hábitos de consumo. É em função deste reconhecimento que os demais atores sociais poderão melhor buscar formas de pressão por espaços de visibilidade, adquirindo competências para a negociação de sentidos com as mídias noticiosas. Isso inclui as maneiras específicas de narrar os acontecimentos de cada veículo, horários de fechamento, periodicidade, temáticas mais sensíveis à exposição pública, bem como aquelas mais suscetíveis à invisibilidade, dentre uma série de outras.

Voltando às condições mais gerais de existência do jornalismo e de suas formas de apresentação aos consumidores, e mais especificamente, à de cada jornal em particular, recorreremos a Eric Landowski, em sua discussão sobre como o jornal pode ser considerado uma “verdadeira pessoa”, inclusive no sentido moral. Isso implica em duas dimensões: uma institucional, que configura o jornal como empresa, que age como coletividade dotada de personalidade jurídica, e outra que o inscreve como portador de um discurso plural, que se presta a uma diversidade de abordagens, tanto as que dizem respeito aos discursos ideológicos, como às estruturas narrativas. Instauram-se, assim, duas instâncias superpostas: a do “tempo contado, ‘enunciado’, o da *narrativa* dos acontecimentos noticiados” e a do “tempo ‘vivido’, tempo da enunciação (e da recepção) do discurso que serve de suporte para a constituição da imagem própria do jornal como sujeito coletivo enunciante” (LANDOWSKI, 1992, pp. 119, com destaques do autor). Por essa razão, diz o autor, por trás do seu título, o jornal tem a necessidade de se afirmar “socialmente como um sujeito semiótico”:

Está lançado aí um palavrão, e isso no mesmo momento em que, como sabemos, o ponto que abordamos é precisamente um daqueles em que nossa “ciência” é pouca coisa, sobretudo se comparada ao saber intuitivo dos que exercem o ofício. Todos os leitores o sentem e muitas equipes redacionais trabalham nesse sentido: cada jornal tem seu estilo, um tom, um “perfil” que o define e que, por vias cuja análise ainda está apenas esboçada, dele fazem uma *figura social* capaz de cristalizar duradouramente atitudes de atração ou de repulsão. Ao contrário da maioria dos bens de consumo corrente, alimentos e roupas, por exemplo, que demandam uma perpétua mobilidade dos comportamentos de compra e de utilização (porque é preciso – imperativo social – variar cotidianamente tanto sua indumentária como seu cardápio), o jornal, objeto de comunicação, solicita de cada indivíduo a compulsão inversa, exigindo a repetição, favorecendo o hábito ou a rotina, ou, menos disforicamente, uma certa constância – como se, uma vez que alguém elegeu o seu *jornal*, permanecer fiel a ele fosse, em suma, permanecer fiel a si mesmo. (LANDOWSKI, 1992, pp. 118-119, com destaques do autor)

Algumas condições para a fidelidade, no entanto, nascem da natureza de sujeito semiótico do jornal, considerando-se que é próprio das relações semióticas precisamente colocar em suspenso a questão dos sentidos. Estes não estão dados como imanentes a uma narrativa, mas são construídos a partir da lógica de elaboração/reelaboração: aquilo que o jornal intenciona como um determinado sentido, pode o consumidor significar de maneira diversa. Além disso, em sua topografia, os jornais apresentam diversos níveis narrativos e variados colaboradores. Como sujeito semiótico, se o jornal está aberto a múltiplas leituras, está também aberto a múltiplas formas de apresentação dos acontecimentos. Estes podem diferir não apenas quando retratados sob a perspectiva do factual, em contraposição à opinião ou à reportagem, que amplia o factual ou mesmo com ele rompe, mas também quando apresentados por colunistas e articulistas fixos do jornal, por leitores e suas cartas e por colaboradores eventuais, com seus artigos. Essa pluralidade de narrativas e de narradores de acontecimentos diz, assim sendo, de uma semiose que se amplia, potencialmente, ao infinito. Mas ela não é, ainda assim, garantidora de que os diversos atores sociais estejam dispostos à continuidade da relação de fidelidade com um veículo noticioso específico, caso este não atenda, para além de demandas estéticas, também perspectivas de conteúdos e de temas abordados. Como sujeito semiótico, o jornal reafirma sua condição de ator social em interação e negociação com outros atores sociais.

3.4. O jornalismo como ator e palco

Das correlações de cada um dos aspectos da metáfora teatral às performances do jornalismo como ator social, a noção metafórica de palco tem obtido atenção especial a partir das discussões sobre a esfera pública, referida como o local por excelência do desenvolvimento das encenações sociais, especialmente em suas dimensões políticas (GONTIJO, 2002; AVRITZER & COSTA, 2006; GOMES, 2006; e MAIA, 2006, dentre outros). A ideia de palco se estende aos modos como o jornalismo se apresenta na atualidade, funcionando, também ele, como espécie de arena constitutiva da esfera pública (HALLIN, 2005). Em boa parte dos autores que têm se ocupado das questões pertinentes à noção de esfera pública moderna, assim sendo, está a indicação de que ela não pode ser pensada fora da ação da mídia, com destaque aos processos jornalísticos. Isso faz com que o jornalismo seja, simultaneamente, ator social e palco.

Conceito multifacetado, a esfera pública é assim nos apresentada por Wilson Gomes:

Hoje a expressão esfera pública inclui um conjunto tão ampliado de acepções que convém empregá-la sempre com muita prudência. Numa resenha rápida e despreziosa, encontro pelo menos cinco sentidos para o termo: 1) esfera pública como o domínio daquilo que é público, isto é, daquilo sobre o qual se pode falar sem reservas e em circunstâncias de visibilidade social, que acredito ser o sentido mais original da expressão; 2) esfera pública como a arena pública, isto é, como o *locus* da discussão sobre temas de interesse comum conduzida pelos agentes sociais; 3) esfera pública como espaço público, isto é, como o *locus* onde temas, idéias, informações e pessoas se apresentam ao conhecimento geral, sem que necessariamente sejam discutidas; 4) esfera pública como domínio discursivo aberto, isto é, como conversação civil; 5) esfera pública como interação social, como sociabilidade. (GOMES, 2006, p. 56)

Algumas características parecem ser comuns, ou estar indicadas, nas acepções de esfera pública resenhadas por Wilson Gomes. A esfera pública diz respeito às dimensões que se opõem ao privado, seja em termos de preservação de privacidades, seja em termos de interesses que conflitam com os negócios públicos, por exemplo, a necessidade de transparência nas ações administrativas e nos gastos com a máquina estatal. Ela é um espaço para múltiplas negociações entre as pessoas e instituições que nela se inserem com finalidades de intervir em questões públicas. E, especialmente, é a partir da esfera pública que as visibilidades são construídas e administradas, requerendo dos atores atenção especial quanto ao fato de que elas estão sujeitas a oscilações.

Segundo Rousiley Maia,

A construção do espaço de visibilidade midiática é um processo complexo, freqüentemente envolvendo atores com metas, interesses e mensagens divergentes. Por exemplo, o que é visto nos textos de matérias jornalísticas é usualmente resultado de muitos princípios conflitantes, inter-relacionados, de fontes que se opõem umas às outras. Tem-se aqui um terreno fértil para investigar o papel do conflito no nível micro. Conforme estudos sobre “enquadramentos” vêm demonstrando, o procedimento de selecionar aspectos de uma realidade percebida, tornando-os salientes e significativos nos textos jornalísticos, é um processo multifacetado, relacionado com os “esquemas interpretativos” dos próprios atores sociais. Há uma dinâmica permanente entre a dimensão cognitiva/ideológica do enquadramento da mídia e os enquadramentos de atores sociais distintos, que buscam promover uma definição particular do problema, tecer interpretações causais, estabelecer julgamentos morais ou propor recomendações ou soluções (Glitin, 1980; Gamson, 1988; Entman, 1994; Pan; Kosicki, 2003). Nessa perspectiva, o espaço de visibilidade midiática pode ser entendido como “palco”, “arena”, “fórum” de disputas políticas e de negociação de sentidos. (MAIA, 2006, p. 26)

A condição de ator social exige do Jornalismo – e dos operadores jornalísticos – lidar com uma série de desafios, que vão dos modos de enquadrar acontecimentos transformados em narrativas noticiosas às dimensões mais “políticas” da relação do jornalismo com o mundo humanossocial. Mas é particularmente o fato de as mídias noticiosas terem adquirido centralidade nas sociedades contemporâneas que as transformaram também em palcos, exigindo-lhes uma dupla performance, posto que também são atores sociais. Como palco, o jornalismo é permanentemente convocado a dar visibilidade às performances de outros atores sociais, processo sempre conflitivo, uma vez que as encenações de outros atores não se dão a partir da suspensão, pelo jornalismo, da sua condição de ator social. As negociações a partir daí estabelecidas levam o jornalismo a acionar todos os elementos expressivos da metáfora teatral anteriormente referidos. Essas negociações podem implicar em estratégias mais específicas para incorporação das diversas reivindicações que chegam ao jornalismo, a exemplo das práticas que buscam dar maior amplitude aos princípios de cidadania, conhecidas como “jornalismo cívico”, “jornalismo cidadão” ou outras (MESQUITA e TRAQUINA, 2003; TARGINO, 2009), sobre as quais, inclusive, recaem sérias dúvidas se cumpririam mesmo as funções de dar voz à cidadania ou se não passariam de estratégias de *marketing* voltadas para tentativas de evitar a fuga de consumidores dos produtos noticiosos.

A dupla condição de ator e de palco leva os demais atores sociais à necessidade de construção de uma grande diversidade de estratégias para a conquista da visibilidade midiática, levadas adiante por estruturas de assessorias de imprensa e de comunicação e por escritórios de relações públicas, trazendo implicações, inclusive, para as noções de acontecimento, que abordaremos posteriormente. Alcançar a mídia pode não garantir a consecução dos objetivos traçados pelos atores sociais em suas estratégias de visibilidade, mas sem esse alcance não seria possível levar para além das fronteiras – quase sempre estreitas – das comunidades de origem desses atores, reivindicações diversas que, não necessariamente, têm o próprio jornalismo como alvo. O alvo preferencial pode ser o Estado e/ou outros atores sociais, especialmente naqueles casos em que o jornalismo se mostra sensível às causas em disputa. Diferentes são aquelas situações em que se busca, principalmente, sensibilizar o próprio jornalismo para causas de difícil assimilação social, notadamente as envoltas em tabus e preconceitos, como as que giram no entorno da homofobia e das suas consequências.

Aos atores sociais que buscam o jornalismo como palco não pode escapar que, como ator social, a atuação/interação por ele realizada se dá a partir da produção de narrativas sobre acontecimentos diversos, enquadrados a partir de perspectivas que revelam modos particulares de apreensão do mundo. Segundo Héctor Borrat, o jornalismo se produz a partir da interatuação e da narração:

*Interatuar exige a cada ator narrar-se a si próprio uma trama que engloba todos os outros atores que participam da interação, conhecer e prever seus comportamentos em função das subjetividades atribuídas. Convoca a uma compreensão interpretativa de todos eles em função de significados que lhes dão sentido, e a uma explicação causal que cada um resolve de maneira monocausal ou pluricausal, nomotética ou ideográfica. Estende uma rede de interações de conflito, de influência e de poder, com suas estruturas e seus contextos. *Narrar* é experiência cotidiana de todos, ainda que não tenhamos consciência disso: o *homo sapiens* é *homo narrans*. *Narrar* é interatuar. Espontânea ou reflexivamente, todos somos narradores em interação. Mas a narrativa jornalística é, ao contrário da pessoal e privada de cada um de nós, polifônica e pública, segundo estratégias de produção e comunicação que criam uma vasta rede de interações, dentro e na qual se destaca o triângulo de *interações personagens – autores – fontes*. Chamo *personagens* aqueles atores sociais individuais e/ou coletivos que, tendo participado de uma interação noticiável, são investidos deste papel pelas versões publicadas do caso. Enfatizo o protagonismo dos *autores* na promulgação ou no reconhecimento desse status público atribuído aos *personagens*, e à necessidade das *fontes* para conhecer as*

interações noticiáveis. (BORRAT, 2006, pp. 277-278, com destaques do autor)

Sendo a partir de narrativas sobre acontecimentos diversos que se materializam as interações do jornalismo com os demais atores sociais, processo no qual são promovidos enquadramentos – o destaque de aspectos que dão inteligibilidade aos acontecimentos narrados – faz-se necessário indagar sobre a natureza conceitual do enquadramento, do acontecimento e da narrativa. Na sequência, apresentamos caracterizações destes três elementos, permitindo apreender mais concretamente os modos como os processos de interação e negociação de sentidos ocorrem entre o jornalismo – ator social – e os demais atores sociais que o tomam como palco e também como companheiro de encenações.

3.5. Enquadramento

O conceito de enquadramento, tomado de empréstimo a Erving Goffman (2006), tem sido um dos pilares na proposição de diversos autores (TUCHMAN, 1978; CORREIA, 2000; GITLIN, 2003; PONTE, 2005a; SILVEIRINHA, 2005; dentre outros) sobre os modos como as notícias nos são apresentadas pelos operadores jornalísticos a partir de referências que deem às narrativas noticiosas inteligibilidade, o que implica em relacioná-las a alguma dimensão do social reconhecível por quem as receberá, mas também na seleção de aspectos de um determinado acontecimento que permitam, em primeiro lugar, ao próprio jornalista entender aquilo que vai narrar. O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença. A interpretação de uma situação, assim sendo, resultará sempre da resposta a uma indagação primeira: “o que está se desenrolando na cena à minha frente?”

Goffman define o enquadramento do seguinte modo:

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *enquadramento* é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de *enquadramento*. Minha expressão análise do *enquadramento* é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame

da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p. 11, com destaques do autor)

O enquadramento, adverte Goffman, é um conceito para análises de como cada sujeito particular se envolve subjetivamente em uma dada situação social, e não um conceito sobre a organização da estrutura social. Interessa ao autor o problema de como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato. Assim, para a elucidação da primeira dúvida que cada um tem diante de uma determinada situação e sobre os seus significados, os indivíduos lançarão mão, na construção das explicações, de um repertório dado por sua inserção no mundo, recuperando, ou melhor dizendo, valendo-se de estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, que implicará sempre na seleção de um aspecto particular (*strip*) da totalidade da cena, que prevalecerá sobre os demais. Essas estruturas são definidas por Goffman como quadros primários.

Quando um indivíduo em nossa sociedade ocidental reconhece um determinado acontecimento, faça o que fizer, tende a envolver em sua resposta (e mesmo a usar) um ou mais quadros de referência ou esquemas interpretativos de um tipo que chamamos de primário. Digo primário porque a principal aplicação desse quadro de referência ou perspectiva, por aqueles que o aplicam, são considerados como não dependentes – ou não remetem – a nenhuma interpretação anterior ou “original”; um quadro de referência primário é aquele que se considera que converte em algo que tem sentido o que de outra maneira seria um aspecto sem sentido da cena. (GOFFMAN, 2006, p. 23)

Na condição de estruturas cognitivas, os quadros primários abarcam não somente as dimensões racionais, como ainda aquelas identificadas com uma explicação esotérica, dotada de uma lógica própria, apesar de serem interpretadas, por alguns componentes do social, como irracionais. Além disso, lidamos cotidianamente com quadros de referência naturais e sociais, e ao passo que os primeiros tendem a uma cristalização, se pensarmos na regularidade, por exemplo, de furacões, permitindo algum tipo de antecipação de atitudes, os segundos estão em permanente processo de mudança e nem sempre será possível a compreensão do que realmente eles significam, ou, em outros termos, seus significados não estão dados de uma vez para sempre. Quadros de referência sociais, portanto, são construções humanas historicamente localizáveis, a partir de interesses e demandas também identificáveis e ter consciência sobre tal dimensão é indispensável para que a interpretação de uma determinada situação não seja equívoca. Ainda é

necessário acrescentar, relativamente aos quadros de referência naturais, que eles, apesar de não se submeterem às possibilidades de controle humanossociais, são constantemente interpretados pelos indivíduos, lógica que se aplica aos operadores jornalísticos quando, por exemplo, buscam explicações para enchentes em grandes cidades a partir das muitas agressões humanas sobre o meio ambiente.

Vários autores (BRANAMAN, 1995; SCHEFF, 2006; SMITH, 2006; JACOBSEN, 2010; JENKINS, 2010), no entanto, têm apontado que Goffman, além de não explicitar o que seriam os quadros primários, não faz referências diretas a quadros de outra ordem, por exemplo, os secundários, embora destaque que os enquadramentos podem ser afetados por processos de transformações ou regravações (SMITH, 2006, p. 56), por meio de chaves, diante das quais “todos os participantes estão cientes de que a atividade se transforma” (SMITH, 2006, p. 57), e fabricações, nas quais se dá uma assimetria, à medida que os participantes de uma cena não detêm informações suficientes sobre as alterações acrescentadas, o que produz “uma falsa crença sobre a atividade”, à medida que uma parcela dos participantes “não tem conhecimento da verdadeira natureza da transformação que ocorreu”. (SMITH, 2006, p. 57). Desse modo, a compreensão dos quadros primários tem sido objeto de controvérsias, com sugestões mesmo de que seu relativo obscurecimento teórico poderia, se não comprometer seu uso e, por consequência, a noção de enquadramento, levar a cuidados necessários nas formas de deles apropriar-se.

Buscando elucidar os enigmas que estudiosos percebem nas definições dos enquadramentos e suas formas de apreensão, Ann Branaman indica que, para Goffman, os indivíduos não são totalmente livres para enquadrar suas experiências do modo como bem entenderem, pois a interpretação está ligada a assimetrias, uma vez que “pessoas com pouco poder social têm pouco poder para enquadrar os eventos ou para combater esquemas interpretativos aplicados a eles” (BRANAMAN, 2004, p. LXXVI). Além das assimetrias, a autora afirma que os processos de enquadramento, portanto, de interpretação das situações (sempre na perspectiva das interações, é importante frisar), estão envoltos em situações individuais e coletivas:

Goffman enfatiza que o enquadramento é limitado pela estrutura social e pela organização social, explicitando que ele considera a estrutura social e a organização social em relação primária para o

enquadramento da experiência em situações sociais cotidianas.
(BRANAMAN, 2004, p. XLVII)

Ann Branaman adverte, no entanto, que apesar dessa ênfase às limitações das ações individuais pelos constrangimentos da estrutura e da organização sociais, os indivíduos não perdem de todo sua autonomia na definição dos quadros que organizam suas experiências cotidianas. Nesse sentido, indica a autora, “a definição da experiência no nível da interação é suficientemente autônoma em relação à estrutura e organização sociais” (BRANAMAN, 2004, p. XLVII), levando a um afrouxamento dessas estruturas e organização sociais. Branaman exemplifica essa dinâmica ao apontar os modos como as análises goffmanianas sobre as estratégias sociais de construção de gênero estão muito mais assentadas nas experiências cotidianas concretas dos indivíduos do que nas normas socialmente impostas. Desse modo, estruturas e organizações sociais não são capazes de se imporem de maneira absoluta sobre os indivíduos, perspectiva, aliás, coerente com as noções mais amplas dos processos de interação que permeiam as obras de Erving Goffman, à medida que só pode haver verdadeira interação quando consideramos que as pessoas nela envolvidas sejam capazes de negociar suas posições e modos de interpretar as ações e falas propostas pelos atores em cena.

As noções de assimetria, em Goffman, bem como as limitações às ações individuais, portanto, não estão ligadas somente a posições sociais, jogos de poder e outras condições das interações sociais, mas às possíveis “armadilhas” (BRANAMAN, 2004) colocadas pelas possibilidades de fabricação das cenas, tal como observado anteriormente. Abre-se, assim, um amplo espectro para pensar os enquadramentos como jogos de interpretação, sujeitos, a princípio, somente às condições específicas em que se opera cada interação em particular.

Componentes fundamentais dos jogos individuais e sociais de interações cotidianas, os enquadramentos, na perspectiva de Issac Joseph, estão inscritos nos rituais e dramas que permeiam as obras de Erving Goffman, ajudando, assim, em uma melhor compreensão da metáfora teatral, que anteriormente destacamos como importante para a elucidação do jornalismo como ator social. Para o autor,

A metáfora teatral serve para operar a passagem da noção de ritual – ligada à grande divisão antropológica entre o sagrado e o profano – à noção de quadro. Goffman toma essa noção de Gregory Bateson, cujos trabalhos sobre psiquiatria acompanhou desde a década de 1950

e com quem participou da renovação das ciências da comunicação. Um quadro é um dispositivo cognitivo e prático de atribuição de sentido, que rege a interpretação de uma situação e o engajamento nessa mesma. Bateson usava o termo *quadro* para descrever os fenômenos de metalinguagem em geral e da linguagem animal em particular – as lontras sabem “dizer”: “isto é um jogo”, elas sabem exprimir que a ação na qual se engajam é um jogo. Tal como as noções de esquema ou de *script* de que se utilizam as ciências cognitivas, a noção de quadro designa uma “estrutura de espera” por meio da qual abordamos o mundo com os *ready-made* interpretativos, como “veteranos da percepção”, diria um aluno de Goffman [Deborah Tannen]. (JOSEPH, 2000, p. 51, com destaques do autor.)

Além da importância da metáfora teatral na passagem das noções de rituais para as noções de quadro, que dinamizam os processos de interação, Isaac Joseph contribui para pensarmos os procedimentos instaurados pela linguagem na constituição dos enquadramentos. Como vimos nas análises sobre as diversas formas de construção das noções de sexualidade, gênero e homofobia, as discursividades – instauradas e modificadas pela linguagem – não são fixas, abrindo perspectivas de negociação e renovação de práticas que buscamos compreender também nos modos como o jornalismo – ator social – interage e negocia com os demais atores sociais. Pensar em termos de linguagem é também pensar em termos de interpretações do mundo, seja por meio das diversas possibilidades que a metalinguagem proporciona neste processo, seja porque a linguagem modifica-se e é modificada neste jogo interpretativo, marcado por ações hermenêuticas que, além de referirem-se aos processos de interpretação que lhe são a própria matriz constitutiva, materializam-se ainda como uma modalidade de atuação modificadora sobre este mundo interpretado. Enquadrar, portanto, não é somente a estratégia de lançar mão de estruturas cognitivas, mas é também utilizar-se da interpretação como primeiro passo para ações sobre a realidade interpretada.

3.6. Enquadramento jornalístico

É precisamente a interpretação o que está em jogo quando pensamos nos enquadramentos jornalísticos. Por essa razão, narrar um acontecimento transformando-o em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao consumidor da informação daí

resultante. Essa aparente operacionalidade dos enquadramentos, no entanto, é enganosa, se tomarmos como referência as proposições de Gaye Tuchman (1978), autora que foi uma das pioneiras na apropriação do conceito goffmaniano de enquadramento como parte de uma perspectiva mais ampla de compreensão do jornalismo, a exemplo das suas reflexões sobre a participação do jornalismo nos processos de construção social da realidade. O jornalismo como prática institucionalizada, os constrangimentos organizacionais daí derivados, a visão dos jornalistas sobre o que é notícia – resultado da perspectiva que eles têm sobre a própria profissão – e a tendência que as notícias têm de privilegiar posições ideológicas hegemônicas, reforçando a manutenção do *status quo*, dentre outros fatores, são fundamentais para uma compreensão dos modos como são promovidos os enquadramentos, na visão de Tuchman, que assim explica porque recorreu a Goffman:

No capítulo 1, eu indiquei que este livro é um estudo baseado na sociologia do conhecimento, bem como na sociologia das ocupações e profissões. Alguns poderiam então ter visto a minha decisão de utilizar a noção de enquadramento de Goffman (1974) como um princípio de organização para a análise da produção da notícia como uma contradição em termos. Embora Goffman saliente que a notícia revela a vulnerabilidade da experiência aos enquadramentos, ele também explicitamente adverte que o seu trabalho diz respeito à organização social da experiência, não à organização da estrutura social. Goffman salienta que a organização da experiência é inevitavelmente associada à produção de sentido. Eu tentei tomar do trabalho de Goffman a sua conclusão lógica: A produção de significado é intrinsecamente encaixada na atividade de homens e mulheres – nas instituições, organizações e profissões associadas às suas atividades e que eles produzem e reproduzem, criam e recriam. (TUCHMAN, 1978, p. 216)

O que se sobressai dessa explicação sobre a apropriação do conceito de enquadramento é que a autora não privilegiou a noção mais específica dos quadros primários como as referências de inteligibilidade diante de uma situação, que perdem em importância para a noção de institucionalização de práticas sociais, mas principalmente profissionais. Essa escolha é compreensível, se tivermos em conta que Tuchman filia o seu trabalho à etnometodologia, cuja preocupação central é o reconhecimento do *ethos* que tipifica uma determinada comunidade, inclusive de profissionais que atuam em função de princípios, até certo ponto, amplamente compartilhados e aceitos como aqueles que

melhor definem suas ações e inserções na realidade social³⁵. Mas não nos pode escapar o fato de que homens e mulheres não vivem exclusivamente “nas instituições, organizações e profissões”. A vida em sociedade exige outras interações e elas não podem ser desprezadas como componentes dos modos como acionamos quadros de referência para a interpretação de uma dada situação. Produzimos significados que são mais complexos do que aqueles a que nos constroem as relações institucionalizadas, tal como se evidencia a partir da leitura de Goffman realizada por Ann Branaman.

Outro aspecto é que privilegiar os quadros de referência da atividade jornalística, em detrimento dos quadros de referência naturais, e especialmente os sociais, realça, no nosso entendimento em demasia, as práticas jornalísticas como autônomas relativamente ao restante do mundo social. É o que se depreende, por exemplo, da análise que a autora faz dos modos como, em meados dos anos 1960, o movimento feminista foi noticiado em determinados jornais norte-americanos, destacando a atuação de jornalistas feministas como fundamental para mudanças de enfoque, frente aos editores “machistas”. Ainda que Tuchman (1978, pp. 133-134) aponte para a existência de atores sociais em conflito, inclusive referindo-se aos *lobbies* promovidos por instituições interessadas em matizar favoravelmente coberturas jornalísticas que lhes dizem respeito, “recrutando” jornalistas a seu serviço, prevalece, na perspectiva da autora, que os quadros definidores dos enquadramentos jornalísticos são os derivados das diversas dimensões institucionalizadas nas quais está inserida a atividade de produção da notícia. Ademais, a conclusão lógica do raciocínio de Goffman, nos termos que ele propõe, não aponta, ao contrário do que Tuchman afirma, na direção da construção de sentidos a partir dos referenciais institucionalizados, mas na utilização dos quadros de referência para a compreensão de uma dada situação cotidiana frente à qual nos encontramos, inclusive com as potencialidades de romper com as eventuais amarras impostas pelas diversas formas de institucionalização da vida social.

Vejamos como a autora trabalha com os enquadramentos, que entendemos, reforça o que foi afirmado acima.

³⁵ Para uma visão mais aprofundada sobre os modos como a ação dos jornalistas, vistos como “comunidades interpretativas” que interferem com sua lógica profissional nos sentidos atribuídos às notícias, bem como na própria definição da noticiabilidade de determinado acontecimento, é esclarecedora a leitura de ZELIZER. Barbie. *Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa*. Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D’ Água Editores, 2000.

Como Goffman (1975, PP.10-11) o define, um *frame* é constituído pelos princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles”. Os *frames* organizam as “strips” do mundo quotidiano, entendendo-se por *strip* “uma fatia ou corte arbitrário do fluxo da actividade corrente” (1975, p. 10). Além disso, eles também podem governar a constante organização social do próprio acontecimento perceptível, ao passo que sem o *frame* seriam apenas os *happenings* ou apenas conversa. Assim, utilizando as convenções da *news story* como *frame*, os repórteres conseguem mais do que fazer um acontecimento público; eles definem o que é e quais os *happenings* amorfos que fazem parte do acontecimento (Smith, 1974). Como *frames*, as “estórias” oferecem definições da realidade social. (TUCHMAN, 1993, p. 259, com destaques da autora.)³⁶

Ao enfatizarmos certos limites da abordagem de Tuchman dos enquadramentos, não estamos negando na totalidade a importância das dimensões de institucionalização envolvidas nas atividades jornalísticas, pois elas efetivamente constituem um dos elementos necessários em toda análise do jornalismo e das suas dinâmicas produtivas. Nosso objetivo é chamar atenção para o fato de o jornalismo apresentar-se como uma atividade mais complexa em suas relações com o social do que sugerem as abordagens da autora, assim como complexas são as relações, para Goffman, entre interações individuais e coletivas e os processos de institucionalização. Mais ricas nos parecem as apropriações dos enquadramentos em Goffman formuladas por Maria João Silveirinha, ao estudar os modos como a imprensa portuguesa enquadrou o lançamento do Euro como moeda comum a alguns países da Comunidade Europeia.

Sendo construções simbólicas e interpretativas, os enquadramentos referem-se a crenças partilhadas na sociedade (...). É certo que não existe um verdadeiro consenso entre os investigadores relativamente ao que são, afinal, os enquadramentos e sobre como os indivíduos e as culturas fazem uso deles, o que tem levado mesmo alguns autores a falarem de um “paradigma fracturado” (Entman, 1993; Fisher, 1997). Esta ambiguidade conceptual, na opinião de alguns, pode mesmo conduzir a problemas operacionais que “limitam a comparabilidade dos instrumentos e dos resultados” (Scheufele: 1999: 103). Apesar disso, o conceito, na medida em que faz a ligação entre estrutura e acção, cognição e práticas sociais, é útil não só ao estudo do jornalismo mas à própria avaliação do papel da imprensa num momento particular da vida colectiva (...). (SILVEIRINHA, 2005, p. 2)

Na abordagem da autora, parece-nos particularmente importante ressaltar a relação entre enquadramento, estrutura e acção, cognição e práticas sociais, pois estão nestes

³⁶ O trecho citado, retirado de texto da coletânea organizada por Nelson Traquina (1993), apresenta algumas modificações relativamente ao que encontramos na página 192 do livro *Making news*.

elementos aquilo que permite compreender os enquadramentos como jogos sociais de amplo espectro e de múltiplas modalidades de acionamento das interações sociais cotidianas. É também a partir daquelas relações apontadas por Silveirinha que podemos melhor compreender o jornalismo como prática que negocia cotidianamente com os demais atores sociais, inclusive na tentativa de fazer prevalecer pontos de vista. E se as análises dos enquadramentos permitem perceber como a imprensa se comporta em momentos específicos das suas interações com a vida coletiva, na mesma medida eles permitem perceber como o jornalismo se revela em suas múltiplas dimensões a partir da análise dos modos como interpreta acontecimentos relacionados a temáticas de difícil abordagem, como a homofobia e suas relações com o social, especialmente com as pessoas direta ou indiretamente por ela afetadas.

Silveirinha faz ainda uma síntese dos principais pressupostos para a compreensão das proposições goffmanianas do enquadramento, o que inclui outros conceitos além dos quadros primários (que a autora traduz como estrutura primária), permitindo-nos recuperar discussões feitas anteriormente sobre as formas de entendimento dos enquadramentos:

A organização da experiência utiliza recursos como as ‘estruturas primárias’, as ‘chaves’ e as ‘fabricações’. (...) A *estrutura primária* é o que permite aos indivíduos interpretar o mundo à sua volta, constituindo um esquema de interpretações que “permite dar significado àquilo que de outra forma seria um aspecto insignificante de uma cena” (Goffman, 1974/1986: 21), podendo assumir um carácter natural ou social. As *estruturas sociais*, são aquelas pelas quais os indivíduos sentem ter controlo através da sua vontade, dos seus objectivos ou esforços e são elas que ajudam a “localizar, perceber, identificar e rotular” (Goffman, 1974/1986: 21) as acções e acontecimentos resultantes da acção humana intencional. Todos os enquadramentos de significado são, relativamente à estrutura primária, *secundários* podendo estes distinguir-se entre *transformações* (ficção, imitação, modelização, etc.) e *fabricação* (na qual se opera deliberadamente uma diferença entre o que é o enquadramento para alguns participantes e o que é para outros). Os enquadramentos existem no interior e em relação aos processos do que Goffman chama ‘keyings’, “*chaves*” (1974/1986: 43-44). É o enquadramento que dá as premissas ou instruções necessárias para decifrar a situação, sendo certo que podem variar e transformar-se em realidades múltiplas, pois a realidade é constituída por camadas ou bases (*layers*) em que nos podemos mover. (Silveirinha, 2005, p. 3)

A noção de que os enquadramentos podem variar, transformando-se em realidades múltiplas, é fundamental para a compreensão não somente das variações que ocorrem

na vida social, exigindo-nos novos referenciais interpretativos (quadros), mas também para reconhecermos que os acontecimentos narrados pelo jornalismo estão sujeitos a essa mesma dinâmica. Nessa perspectiva, se uma realidade social se modifica a partir de novos enquadramentos, e se a realidade social é a fonte por excelência de que se vale o jornalismo na construção das suas narrativas sobre as múltiplas facetas da vida cotidiana, em outras palavras, se é na realidade social e em função dela que os acontecimentos se materializam, ou impactam, não é prudente tomar os enquadramentos jornalísticos como imobilizados em torno de quadros de referência imutáveis, ou sujeitos prioritariamente aos constrangimentos institucionais. Mesmo ocorrências naturais, como furacões ou enchentes, por exemplo, encontram explicações possíveis a partir de quadros de referência marcados por atividades humanossociais, como as interferências sobre o ambiente natural que provocariam, a partir do “efeito estufa”, mudanças climáticas e outras alterações que não permitem pensar catástrofes como meras ocorrências do curso regular da natureza.

Outra importante contribuição para o estudo dos enquadramentos jornalísticos é dada por Tedd Gitlin, ao estudar os modos como mídias noticiosas nos Estados Unidos fizeram a cobertura de eventos como a Guerra do Vietnã e os protestos contra ela realizados pela Nova Esquerda nos anos 60. Para o autor, em síntese, a cobertura sobre a guerra e os modos de organização da própria Nova Esquerda se entrecruzaram, provocando mudanças em ambos. Neste quadro geral é que, para o autor,

O que faz o mundo além da experiência direta do olhar natural é um enquadramento da mídia. Certamente, não podemos tomar por garantido que o mundo retratado é apenas o mundo que existe. Muitas coisas existem. A cada momento o mundo está repleto de eventos. Mesmo dentro de um determinado evento, há uma infinidade de detalhes visíveis. Enquadramentos são os princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos por teorias pouco tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que importa. Na vida cotidiana, como Erving Goffman demonstrou amplamente, nós enquadrados a realidade, a fim de negociá-la, controlá-la, compreendê-la, escolher um repertório e ação adequados. Enquadramentos da *mídia*, em grande parte não ditos e não reconhecidos, organizam o mundo para o jornalista que reporta e, em certo grau de importância, para nós, que confiamos em seus relatos. *Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual.* (GITLIN, 2003, pp. 6-7, com destaques do autor.)

A perspectiva dos enquadramentos como estratégias para interpretação da realidade, mas também para negociá-la, é de vital importância para nossa proposição do jornalismo como ator social que negocia com outros atores sociais. Trata-se, assim, de realçar que a realidade não é estática, mas também que seu dinamismo só existe porque há sujeitos em interação e em permanente disputa pelo estabelecimento dos seus sentidos. Essa dinâmica problematiza a proposição de Gitlin dos enquadramentos da mídia como “padrões persistentes de cognição”, exceto se entendermos por isso que o jornalismo tem a necessidade reiterada de enquadrar os acontecimentos sociais e as ocorrências naturais. Fora dessa possibilidade, ficariam contraditórias as conclusões do autor sobre como a Nova Esquerda foi modificando suas formas de atuar contra a Guerra do Vietnã à medida que a cobertura noticiosa, reflexivamente, provocava inquietações entre seus líderes. Mas também como a Nova Esquerda exerceu influências sobre a cobertura da Guerra do Vietnã pela imprensa norte americana, inclusive pelo fato de ter evidenciado que ela era um problema mais amplo do que o mero reflexo da Guerra Fria. Fora do contexto das análises desenvolvidas por Gitlin, a precariedade da noção de padrões persistentes de cognição se mostra quando se percebe, no curso de desenvolvimento histórico, como valores vão se modificando em função da proposição de novos enquadramentos. Por exemplo, à medida que os discursos ambientais vão se tornando mais difundidos, fica difícil enquadrar desastres naturais como causas exclusivamente da ordem do aleatório, com a produção noticiosa se esforçando por encontrar ali reflexos da ação humana sobre a natureza.

Importante também é pensar que se quem consome a informação jornalística está, de algum modo, predisposto a acreditar nos relatos da mídia, isso se dá, parcialmente, porque as negociações em torno dos enquadramentos prevaletentes levam em conta, por parte dos operadores jornalísticos, que eles se dirigem a uma plateia que não é de todo alheia aos processos de selecionar de um determinado acontecimento aspectos que lhe deem inteligibilidade. Gitlin destaca ainda que os enquadramentos possuem uma dimensão operacional, posto que os jornalistas lidam cotidianamente com uma grande quantidade de informações.

Enquadramentos permitem ao jornalista processar grandes quantidades de informação rápida e rotineiramente: reconhecê-la como informação, associá-la a categorias cognitivas e empacotá-la para retransmissão eficiente às suas audiências. Assim, por razões organizacionais por si só, os quadros são inevitáveis, e o jornalismo

está organizado para regulamentar a sua produção. Qualquer abordagem analítica para o jornalismo – tem de perguntar: Qual é o enquadramento aqui? Por que este enquadramento, e não outro? Que padrões são compartilhados por enquadramentos ligados a este evento e os enquadramentos ligados àquele outro, por que enquadramentos em mídias diferentes em lugares diferentes em momentos diferentes? E como a instituição de veiculação de notícias regula essas regularidades? E então: Que diferença os enquadramentos fazem para o mundo maior? (GITLIN, 2003, p. 7)

Se o jornalismo promove enquadramentos como parte necessária da racionalização dos processos de construção das notícias, isso implica na necessidade de, em qualquer análise sobre os modos de tessitura noticiosa, não descuidar que as próprias definições de noticiabilidade passam pelas maneiras de identificar os quadros de referência, que são muitos. Em outros termos, a noticiabilidade, que muitos autores trabalham como um conjunto de pressupostos técnicos, é o cruzamento de certos princípios daquela ordem, por exemplo, proximidade geográfica, proeminência das pessoas envolvidas (WOLF, 1994), com dimensões sociais variáveis no tempo e no espaço. Além disso, levar em conta que os enquadramentos são uma, dentre uma quantidade infinita de possibilidades de “visualização” de um determinado acontecimento, aponta mais uma vez para as disputas de sentido, não somente entre o jornalismo e outros atores sociais, mas também entre atores sociais distintos que querem fazer prevalecer seus pontos de vista. Por essa razão, ao promover enquadramentos, jornalistas se inserem nas tramas de produção de sentidos dos acontecimentos noticiados, mas não são os únicos a fazerem isso. Uma vez postos em circulação matizados por um determinado enquadramento, os acontecimentos poderão ser reenquadrados pelas referências das audiências (MOULLIAUD, 1997), ainda que estas tendam a um certo grau de confiabilidade nos enquadramentos dados por jornalistas. Por fim, das indicações de Gitlin ainda é importante destacar que se as mídias são variadas e variados são também os enquadramentos que poderão prevalecer em qualquer cobertura jornalística sobre um determinado acontecimento, torna-se ainda mais concreta a indicação de Eric Landowski de que o jornal é um sujeito sócio-semiótico, com personalidade e características próprias que o distingue dos demais.

Fundamental ainda é a indicação de que qualquer processo de investigação sobre as mídias noticiosas e suas formas peculiares de produção e difusão não pode prescindir da observação dos modos como os enquadramentos são apresentados. Nesse sentido, para além de “padrões persistentes de cognição”, os enquadramentos transformam-se em princípios epistemológicos a partir dos quais a compreensão sobre o jornalismo se

alarga. Como consequência, a noção de padrões persistentes, tal como discutimos anteriormente, apresenta-se como um problema também de ordem epistemológica. Como temos ressaltado, a partir de Goffman e de alguns de seus leitores, os quadros de referência, primários ou não, mas especialmente os primeiros, estão sujeitos a variações não somente em função de olhares diferentes, mas também das negociações que cada interação aciona. Desse modo, os enquadramentos variam de situação a situação, assim como ao longo de períodos históricos, derivando daí as possibilidades de que eles venham a fazer diferença para o “mundo maior” referido por Gitlin.

Na sua dimensão epistemológica, particularmente quando da utilização para a compreensão do jornalismo, os enquadramentos devem ser objeto de cuidados, como já aludido, postura reforçada por Daniel C. Hallin, ao estudar a cobertura de mídias noticiosas dos Estados Unidos de conflitos nos quais o país se envolveu, como a Guerra do Vietnã e as tensões na América Central. Para o autor, “dois tipos de problemas de codificação estão envolvidos neste tipo de análise” (HALLIN, 2005, p. 81). O primeiro diz respeito às dificuldades concretas de identificar na análise de uma notícia, ou de um conjunto delas, quais são os códigos prevalentes. Ao avaliar notícias sobre as tensões em El Salvador nos anos 1980, por exemplo, o autor detectou nos textos tanto referências às condições internas do país e da América Central, como a possibilidade de interpretação do conflito como parte da Guerra Fria, à medida que alguns relatos indicavam supostos interesses e/ou influências da União Soviética na região. Desse modo, nem sempre é possível trabalhar com dados unitários na busca dos enquadramentos em uma cobertura noticiosa sob análise. O segundo tipo de problema é denominado por Hallin como “semiótico” e indica a dificuldade de contar como referência a um enquadramento específico códigos que podem fazer referências a enquadramentos de outra natureza. Assim, o autor enfrentou dificuldades concretas de saber, nas notícias sobre o conflito em El Salvador, se determinadas referências, quando não acompanhadas por indicações explícitas – por exemplo a partir de frases ou expressões – indicavam tensões envolvendo a Guerra Fria, pela presença de cubanos ou soviéticos na América Central, quando os “atores políticos foram descritos como comunistas ou marxistas (e não "de esquerda"), ou o conflito foi descrito como o Oriente versus Ocidente” (HALLIN, 2005, p. 82). Essas dificuldades deverão ser enfrentadas em cada situação particular de pesquisa, não sendo possível uma

determinação prévia de quais os tipos de problemas serão encontrados, exceto como hipótese de trabalho.

Outra observação parece-nos importante para a compreensão sobre os modos como enquadrados e analisamos os enquadramentos. Ao utilizarmos os quadros de referência como uma forma de nos assegurarmos de que estamos interpretando corretamente uma dada situação, nem sempre nos será possível identificar se aquela cena corresponde a algo verdadeiro. O problema é assim colocado por Édson Gastaldo, em texto de análise sobre as contribuições de Erving Goffman para estudos na área da comunicação:

Goffman atenta, entretanto, para inúmeras possibilidades de “fabricação de enquadramentos”, como no que ele denomina de “brincadeiras benignas” em que pessoas comuns fazem as vezes de vigaristas com intenção jocosa e de “vigarices”, em que vigaristas fazem as vezes de pessoas comuns com intenção de obter uma vantagem indevida. Em ambos os casos, há uma manipulação deliberada da definição da situação, que complexifica a noção de quadro, representada como uma composição de múltiplas camadas sobrepostas, indefinidamente, configurando, em seu somatório, uma dimensão estrutural da vida cotidiana. (GASTALDO, 2004, pp. 113-114)

As potencialidades de “fabricação” e o fato de os quadros de referência se apresentarem em camadas sobrepostas reforçam a necessidade de que os indivíduos, diante de uma determinada situação, estejam atentos à possibilidade de que os quadros primários por eles acionados não deem conta de uma explicação adequada da cena. A falha, neste caso, não se refere a uma incapacidade cognitiva relativamente a um repertório de quadros de referência, mas a uma atitude que pode misturar credulidade e ingenuidade, resultando na crença de que todos os componentes da cena estão atuando de forma não enganadora. Os riscos envolvem não reconhecer atores que falsificam um personagem e/ou cenários deliberadamente manipulados com a intenção de “forjar” uma realidade. Cenários que não se limitam aos equipamentos típicos das encenações teatrais, uma vez que podem ser também entendidos como os múltiplos aspectos implicados em um determinado acontecimento, a exemplo da noção de “cenário econômico” ou “cenário político”. Riscos que se estendem aos operadores jornalísticos que enquadram os acontecimentos noticiados e que podem estar diante, por exemplo, do que se convencionou chamar de factóide, o que parece um fato, mas é fruto de uma “fabricação”. Advertindo para a prática do factóide como uma armação que parte dos próprios jornalistas, dizem-nos Raquel Paiva e Muniz Sodré: “o neologismo norte-

americano *factoid* (factóide, algo que parece, mas não constitui um facto) é uma designação bem popular para este fenómeno, recorrente na imprensa anglo-saxónica desde o século XIX” (PAIVA & SODRÉ, 2005, p. 97). Comuns também são os factóides levados adiante por diversos atores sociais, com o intuito de chamarem atenção para si, especialmente das mídias noticiosas.

Restam, ainda, algumas considerações acerca das possibilidades e limites do conceito de enquadramento para a compreensão dos modos como o jornalismo interpreta o mundo, ou participa dos processos de construção social da realidade, em linguagem mais próxima aos estudiosos que se preocupam centralmente com as formas acionadas pelo jornalismo para, intersubjetivamente, construir modos particulares de apreensão do mundo social. A perspectiva de que enquadramento é um “conceito fraturado”, se não chega a comprometer o seu uso, inclusive em outras áreas de pesquisas que têm o social como preocupação (GASTALDO, 2004; LEMERT, 2004; SCHEFF, 2006), leva-nos à necessidade de algumas observações. A noção de quadros primários, tal como Goffman os apresenta, possui um limite conceitual claro, uma vez que o autor não ultrapassa a descrição deles como as referências primeiras que acionamos, sem a identificação de qualquer outra realidade que os explicita. Desse modo, parece-nos necessário buscar conceituações que esclareçam as próprias probabilidades de constituição dos quadros primários de referência, sob o risco de tomar os enquadramentos como dados por referências cognitivas apenas indicadas como enraizadas no social, sem perceber tais enraizamentos como construções humanossociais, que podem ser localizadas em suas origens, evolução e superação.

Se a noção de enquadramento apresenta-se “fraturada”, sujeita a controvérsias e incompletudes, é necessário, pois, uma indicação mais clara, ao menos para os propósitos da análise que aqui nos propomos fazer, de uma perspectiva que seja a menos ambígua possível para explicar os enquadramentos. A interpretação dos quadros primários que conduzem aos enquadramentos como referindo-se a contexto, proposta por Thomas J. Scheff, parece-nos adequada como tentativa de superar os eventuais limites teóricos implicados na definição dos enquadramentos.

Este capítulo propõe que *Frame Analysis*, de Goffman, pode ser interpretado como um passo para descompactar a ideia do contexto. Sua análise implica um modelo recursivo envolvendo quadros dentro de quadros. O principal problema é que nem Goffman, nem ninguém

tem claramente definido o que se entende por um quadro. Proponho que ele pode ser representado por uma *palavra, frase* ou *proposição*. Um contexto *subjetivo* pode ser representado como um conjunto desses itens, unidos por operadores, tais como *e, pois, se não, então*, etc. Além disso, este modelo pode ser combinado com os níveis recursivos do conhecimento mútuo das abordagens anteriores ao consenso. A combinação poderia representar o contexto *intersubjetivo*: ele pode ser usado para encontrar a quantidade mínima de fundo que permitiria interpretações do discurso consensual. Também poderia construir uma cadeia que articula o discurso ao nível institucional, a via micro-macro da palavra e do gesto com a estrutura social. (SCHEFF, 2006, p. 73, com destaques do autor.)

Ao tomarmos a noção dos quadros primários como relacionados ao contexto que permite identificar mais amplamente as referências em jogo no momento de decifração da cena diante da qual nos encontramos, assim como os operadores jornalísticos no momento de atribuir sentido aos acontecimentos narrados, pretendemos uma unidade epistemológica que vise minimizar os efeitos de distorção que o emprego dos enquadramentos pode trazer para as análises do jornalismo. Necessário se faz, no entanto, lidar com a noção de contexto para além das suas potencialidades de decifração sintática mais notadamente sugeridas por Scheff, abarcando mais consistentemente a indicação última do autor das relações entre os níveis sintáticos e semânticos. Este procedimento, por sua vez, indica uma nova problematização sobre os enquadramentos, qual seja, a de que eles não se referem apenas à “dimensão material” das cenas, mas também aos níveis lingüísticos aí implicados, incluindo as dimensões das linguagens verbais e não verbais³⁷. Mais concretamente, ao lidarmos com as narrativas jornalísticas, não estamos buscando as cenas primárias que serviram de base para os enquadramentos construídos na apresentação e interpretação dos acontecimentos, mas precisamente as formas de articulação, nas narrativas, desses acontecimentos a partir dos modos de enquadrá-los.

Nesse sentido, as proposições de Michel Foucault sobre as noções de contexto ajudam a melhor compreendê-lo. Ao estudar as modalidades de instauração e disseminação das formas discursivas e as regras necessárias neste percurso analítico, o autor aponta para quatro questões de método fundamentais: identificar os princípios de inversão, de

³⁷ É relevante lembrar que as obras de Erving Goffman têm em comum a preocupação com as interações sociais a partir dos modos de articulação das falas na vida cotidiana. Análises de conversação foram uma constante em suas formulações teóricas, o que não caracteriza como problemática a compreensão das formas de enquadramento como fortemente enraizadas nos problemas típicos formulados pelos estudos das linguagens.

descontinuidade, de especificidade e de exterioridade³⁸ comportados em todas as modalidades discursivas. Das quatro, a última é que nos interessa, pois diz sobre o contexto.

Quarta regra, a da *exterioridade*: não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele; mas a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras. (FOUCAULT, 2007, p. 53, com destaque do autor.)

O contexto não é, portanto, uma mera formalidade que diz genericamente do entorno de cenas específicas, ou de acontecimentos específicos, realidades com as quais lidamos em nossas análises sobre os enquadramentos jornalísticos. É, antes, uma complexa e intrincada rede que envolve aspectos sociais, culturais, comportamentais, políticos e tantos outros implicados nas coberturas noticiosas. E, para Foucault, o contexto remete necessariamente aos jogos de poder. E jogos de poder, em sua perspectiva, têm nas formações discursivas, das quais fazem parte as narrativas sobre acontecimentos – com suas peculiaridades de enquadramento – um campo fértil de exercício. Desse modo, lidamos com uma noção de contexto que não se limita ao reconhecimento superficial das bordas de uma cena, de um acontecimento, mas com as implicações mais profundas que dizem dos significados aparentes e eventualmente ocultos nas operações de enquadramento, para que nos seja possível interpretar, não somente os enquadramentos, mas também as interpretações neles contidas sobre os acontecimentos narrados.

Outro enfoque dos enquadramentos, entendidos a partir das operações típicas do cinema, da fotografia e da televisão, encontramos em Maurice Moulliaud (1997) e nele temos uma contribuição adicional para a proposição dos quadros como contexto. A preocupação central do autor está na compreensão sobre como um acontecimento é narrado sob a forma noticiosa. Diz-nos ele:

A experiência não é reprodutível. Está ligada a um local, a um ponto do espaço e a um momento do tempo. Já o acontecimento é móvel. Veiculado pela informação sob forma de despacho de agência, deve ser solto de suas amarras. Trata-se de um fragmento extraído de uma totalidade que por si só não pode ser compreendida. Pode-se descrever este fragmento como um conceito que tomamos emprestado à

³⁸ O esclarecimento sobre os quatro princípios encontra-se em FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

fotografia e ao cinema, o enquadramento. Aparentemente, a moldura é posterior ao quadro, mas o quadro procede de um enquadramento implícito que o precedeu. A moldura opera ao mesmo tempo um corte e uma focalização: um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura, intensifica as relações entre os objetos e os indivíduos que estão compreendidos dentro do campo e os reverbera para um centro. (MOUILLAUD, 1997, p. 61)

Se a fotografia e o cinema, e não a dinâmica das interações sociais, estão na base da proposição de Mouillaud sobre os enquadramentos isso não significa que o autor despreza as relações sociais envolvidas na produção noticiosa. Pelo contrário, uma de suas preocupações é exatamente a de mostrar, por exemplo ao falar de um “enquadramento implícito” que precede um quadro, que são precisamente as condicionantes sociais de um acontecimento aquilo que também informará sobre as muitas maneiras de narrá-lo que diferentes notícias poderão apresentar. A moldura dará destaque a determinados aspectos do acontecimento, negligenciando outros, mas não retirará dele as marcas do social. O autor não se ocupa dos quadros primários, ou quaisquer outros quadros de referência, tais como propostos por Goffman. Mas ressalta que os enquadramentos se dão em “camadas sucessivas”, não podem ser lidos de uma só vez nem são passíveis de uma única interpretação, já que transportam, em sua moldura, um acontecimento para espaços múltiplos, liberando-o das amarras que o prenderia ao seu local e tempo de ocorrência. Nessa preocupação, Mouillaud aponta para uma forma de compreensão do acontecimento e das suas formas de apropriação pelo jornalismo que, especialmente pela noção de “hemorragia de sentidos”, autoriza-nos pensar os enquadramentos a partir das perspectivas do contexto.

Como temos indicado, os enquadramentos são uma via privilegiada para análise das negociações do jornalismo – ator social – com os demais atores sociais com os quais interage, negocia posições e disputa atribuição de sentidos. A atribuição de sentidos às realidades narradas pelos operadores jornalísticos, no entanto, não estão soltas no mundo, mas ligadas aos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, sendo estes os objetos das narrativas entregues cotidianamente a uma enorme quantidade de consumidores de veículos informativos impressos e eletrônicos. Assim, antes de iniciarmos as reflexões sobre o acontecimento, valemo-nos das proposições de José Rebelo (2005), que nos auxiliam no esclarecimento sobre os modos como enquadramento, acontecimento e narrativa se articulam.

Em “Événement et sens”, um ensaio publicado no nº 2 da revista *Raisons Pratiques*, Paul Ricouer enuncia três fases na gênese e no desenvolvimento do acontecimento. A primeira corresponde à emergência da ocorrência propriamente dita. A segunda corresponde à procura de sentido. A terceira, à diluição do acontecimento na narrativa construída a seu propósito. A narrativa não aparece, pois, como dispositivo de restituição de um passado, mas como tratamento último ao qual o acontecimento é sujeito e pela qual o acontecimento, com aquilo que provoca, é incorporado ao mundo vivido. Mais radical, ainda, Jocelyne Arquembourg estima que a narrativa está presente em todas as fases do processo. Está presente na emergência do acontecimento por via dos actores, das testemunhas, dos media, que nos dão, dele, uma primeira definição. Está presente na controvérsia suscitada pelo acontecimento, por via de todos aqueles que tentam apropriar-se do respectivo sentido. Está presente na irrupção das consequências, por via dos que investem na sua gestão. (REBELO, 2005, p. 56)

Não nos parece despropositado sugerir que a segunda fase da gênese e do desenvolvimento do acontecimento pode ser pensada, ao menos naquilo que se relaciona à ação das mídias noticiosas, como correspondente aos processos de enquadramento. Verifiquemos, pois, como o acontecimento pode ser pensado em suas dimensões sociais e nas suas formas de apreensão pelo jornalismo, para, na sequência, cuidarmos das pertinências das narrativas em suas maneiras de manifestação jornalística.

3.7. O acontecimento

Referenciado, em parte, em proposições de Hannah Arendt e G. H. Mead, Louis Quéré (2005) nos diz que o acontecimento não pode ser compreendido fora da sua configuração sócio-histórica, ou seja, como algo que, independente de suas origens, se naturais ou sociais, dirá respeito, uma vez “eclodido”, aos homens e suas ações no mundo. Impossível de se compreender fora das dimensões de tempo e espaço em que ocorrem, os acontecimentos, nessa perspectiva, são aqueles dos quais se alimenta a cobertura jornalística, a partir, no entanto, de procedimentos que diferem, por exemplo, dos modos como a sociologia ou a história lidam com eles. Para o jornalismo, o acontecimento está inscrito em uma ordem de urgência, de factualidade, ele deve ser comunicado de imediato, enquanto para aquelas disciplinas, ele somente pode ser adequadamente compreendido a partir de uma perspectiva que o situe como objeto de

investigação, e não de escrutínio fundado em tentativas de interpretá-lo no calor mesmo da sua ocorrência.

Para Quéré,

Quando um acontecimento se produz, tratamo-lo como um facto no mundo, situável no tempo e no espaço. Identificamo-lo através de uma descrição. Descrevemo-lo especificando as suas circunstâncias (especificação que pode ser resumida ou alargada). Tentamos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe “valores de normalidade” (tipicidade, comparabilidade com acontecimentos passados similares, previsibilidade à luz das possibilidades do contexto, necessidade de ocorrência, etc.). Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial. É relativamente transparente à luz das possibilidades de explicação e de interpretação oferecidos pelo contexto. Além disso, uma vez realizado, parece encerrado. Está inteiramente contido no presente da sua ocorrência. Inscreve-se bem no tempo: tem um início, um fim e uma certa duração. Pode ser situado e datado com precisão, através de utensílios convencionais de medida do tempo e de localização no espaço. Podem medir-se, também, as distâncias entre os acontecimentos; verificar se são contemporâneos ou não; construir séries ordenadas em função do antes e do depois. (QUÉRÉ, 2005, pp. 66-67)

Mesmo situado em tempos e espaços precisos, no entanto, o acontecimento é marcado por aparentes contradições. Por exemplo, ele pode ser entendido como começo, deixando de ser apreendido “na sua origem, com um passado ou uma trama causal” (QUÉRÉ, 2005, p. 67). Ele é também, simultaneamente, o que apresenta “um carácter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é, apenas, o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra” (QUÉRÉ, 2005, p. 60). O acontecimento, além disso, “introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade” (QUÉRÉ, 2005, p. 61). Por sempre afetar alguém, um grupo de indivíduos ou uma sociedade, o acontecimento constitui-se em experiência para aqueles que o vivenciam, marcando sempre horizontes de possíveis, mas, especialmente, inscrevendo-se como parte da vida coletiva, naturalmente, com a ressalva de que nem todos terão uma mesma modalidade de experiência diante de um mesmo acontecimento, bem como é possível que um determinado acontecimento seja simplesmente negligenciado, não incorporando-se, portanto, a vivências particulares de indivíduos ou sociedades.

Para a perspectiva que nos interessa, a de que enquadrámos os acontecimentos a partir dos quadros primários, entendidos estes como referenciados no contexto, Quéré oferece uma pista. Ela, no entanto, ainda é insuficiente, à medida que o autor aponta mais para uma ideia de contexto prévio e entendemos que o contexto, se não pode excluir os antecedentes do acontecimento, diz respeito também, no caso da produção da notícia, às condições que marcaram a eclosão do acontecimento, recuperadas, por exemplo, a partir de entrevistas com fontes que a presenciaram e por outras estratégias de recuperação.

Seja por afetar alguém ou um conjunto de pessoas, seja porque é passível de compreensão a partir do contexto, seja por estar ligado à ordem da experiência, para Quéré, o acontecimento se inscreve em uma lógica hermenêutica:

“Só há experiência quando há transacção entre duas coisas que são exteriores uma à outra, por exemplo, entre um organismo e o meio ambiente que o rodeia, em que cada um é afectado pelo outro e reage segundo a sua constituição. É, precisamente, graças a essa transacção possível que o acontecimento é um fenómeno de ordem hermenêutica: pode ser palco de encontro, interacção, determinação recíproca. (QUÉRÉ, 2005, p. 68)

Dos muitos acontecimentos que passaram à história, o Caso Dreyfus, ocorrido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, na França, é paradigmático para a compreensão das características acima apontadas relativas ao acontecimento, incluindo o seu carácter hermenêutico, que acreditamos, é duplo: em sua evolução indica as pistas para a sua interpretação, ao passo que possibilita, no percurso mesmo da sua análise, interpretações sobre realidades a ele ligadas, por ele “inauguradas” ou modificadas. O Caso, em síntese, refere-se a um erro de julgamento contra Alfred Dreyfus, judeu, oficial do exército francês, acusado de espionagem, cujo processo fundamentou-se em documentos falsificados, provas inconsistentes e/ou forjadas e armações de toda ordem (ARENDETT, 1989; BREDIN, 1995, autores de base para as referências ao Caso). Nessa perspectiva, ele não representou apenas um acontecimento de grandes proporções para a França, com repercussões em outros países, mas é interpretado como um indício do antissemitismo que, a partir das últimas décadas do século XIX, tomou forma na Europa, com os desdobramentos do holocausto promovido pela Alemanha Nazista algumas décadas mais tarde. O Caso é um acontecimento que deixa marcas políticas na França, “inaugurando” uma nova fase de discussões sobre os rumos da República, em contraposição à ordem até então reinante, incluindo

modificações quanto ao papel do Exército. O Caso revela, ainda, lutas históricas entre a França e a Alemanha, exatamente o país para o qual supostamente Dreyfus havia passado informações sigilosas, marcando, portanto, aquilo que Quéré está chamando de ruptura (descontinuidade) em referência a uma continuidade que permanece como pano de fundo, ou seja, trata-se de evento histórico ligado a novas estratégias que marcam as tensões de longa data entre os dois países.

Para uma nova modalidade de relacionamento do jornalismo com os acontecimentos, o Caso Dreyfus apresentou outra das suas muitas dimensões de importância (estando aqui uma das suas potencialidades hermenêuticas anteriormente aludidas), ao lado das marcas deixadas para as noções contemporâneas de opinião pública. Como parte das estratégias de mobilização de parentes e partidários de Alfred Dreyfus, bem como de seus oponentes, esteve a busca de espaços nos jornais da época, alguns hesitantes diante das controvérsias suscitadas, outros tomando partido contra ou a favor, e todos alvo de vigilância e/ou censura oficial. Não há dúvidas, no entanto, de que as reviravoltas no Caso, com revisões judiciais, discussões parlamentares e governamentais foram fomentadas por debates promovidos pelo jornalismo, com destaque para o papel do escritor Émile Zola, inclusive condenado por seus escritos a favor da revisão do julgamento de Alfred Dreyfus. Cristina Ponte chega mesmo a associar o Caso Dreyfus a um dos marcos presentes no surgimento do jornalismo investigativo em finais do século XIX, fruto de compromissos sociais assumidos por intelectuais na esteira da Revolução Francesa. Em sua avaliação,

Será paradigma a denúncia da justiça francesa no processo Dreyfus por Émile Zola, primeiro em artigos publicados em *Le Figaro*, que seriam suspensos pelo jornal, depois sob a forma de panfletos fora do circuito da imprensa, culminando com *J'Accuse, Lettre a M. Félix Faure, President de la République*, que levaria à revisão do processo judicial. (PONTE, 2005a, p. 56, com destaques da autora.)

Das análises de Arendt, de Bredin e de Ponte sobre as repercussões do Caso Dreyfus pela imprensa, ou sobre a importância dele para novas modalidades do fazer jornalístico e de mobilização da opinião pública, emerge a constatação de que os acontecimentos não são apenas a matéria-prima do jornalismo. Quéré, na sequência da lembrança de que a maior parte dos acontecimentos se inscreve em campos problemáticos já constituídos, mas que eles também podem ser constituidores de novos campos problemáticos, ressalta:

A constituição e a evolução de um campo problemático público são processos complexos, em grande parte entregues à contingência, juntamente com as pesquisas que exploram o potencial de inteligibilidade e de discriminação dos acontecimentos. Somos, por vezes, levados a considerá-los como produtos mediáticos. O papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, de debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas. Mas importa sublinhar o carácter distribuído da pesquisa que está na base de toda a problematização. Todos os atores sociais, desde os cidadãos militantes aos peritos e investigadores em ciências sociais, passando por sindicalistas, homens políticos e funcionários, eventualmente polícias e magistrados, e todo tipo de agências, instituições e organizações contribuem para ele. Não há coordenação organizada dessas participações. A coordenação faz-se através do debate público cujos suportes e arenas são múltiplos, ou através de concertações que concretizem as decisões tomadas nos mais diversos níveis e destinadas a dar solução aos problemas. (QUÉRÉ, 2005, pp. 72-73)

Essas considerações de Quéré, embora situadas em um âmbito distinto de preocupações teóricas, nos ajudam a compreender as concepções segundo as quais, e dependendo de graus variados de importância atribuídos pelos operadores jornalísticos a cada um em particular, os acontecimentos são também construídos (ALSINA, 1989; CHARAUDEAU, 2006) pela cobertura noticiosa, processo do qual resultam pelo menos duas consequências potenciais: os acontecimentos se modificam à medida que são alvo da cobertura noticiosa, dado que suas repercussões podem levar a mobilizações que conduzem a mudanças de rumo; e eles têm ampliados seu tempo e espaço, uma vez que são difundidos para além das suas fronteiras originais e não se “encerram” no momento de sua eclosão. Em outros termos, como afirma Charaudeau, os acontecimentos são construídos pelo jornalismo como “visões sociais de mundo”. Essa construção aciona mobilizações que reforçam a ideia do jornalismo como ator social em disputa com outros atores pela definição dos sentidos de um dado acontecimento.

Não por acaso, assim sendo, o acontecimento tem sido objeto de preocupação de vários estudiosos do jornalismo, situados em correntes teórico-analíticas as mais diversas (RODRIGUES, 1993; KATZ, 1993; MOUILLAUD, 1997; PONTE, 2005b; TRAQUINA, 2005; ARQUEMBOURG; 2005; LANÇA, 2005; REBELO, 2005; dentre outros). Entender o acontecimento e suas formas de apreensão pelo jornalismo tem implicado em verificar, por exemplo, como são realizadas as operações de escolha do que será transformado em notícia, a partir de uma série de eventos sociais e naturais ocorridos cotidianamente. São também objeto de investigação as relações entre os

modos como o acontecimento aparece em uma determinada notícia e as fontes ouvidas relativamente a ele, preocupação que tem como objetivo o esclarecimento sobre as complexas operações de matização envolvidas nas dinâmicas jornalísticas em suas interfaces com o conjunto social, além de uma série de outras questões. Para nossos propósitos, como já assinalado, é fundamental perceber as articulações entre o acontecimento, os enquadramentos e as narrativas, posto que partimos do princípio de que todo acontecimento só faz sentido quando apanhado pela trama narrativa.

Mas, afinal, como pensar de forma mais consistente as relações entre o acontecimento e o jornalismo? Parece haver um quase consenso no sentido de que o acontecimento, em seu “estado bruto”, é muito distinto daquilo que as mídias noticiosas nos oferecem, ou, de forma mais radical, contemporaneamente os acontecimentos tomam forma e existência concreta a partir da sua apreensão pelas narrativas jornalísticas, processo marcado por interferências dos operadores jornalísticos, dos consumidores das notícias e dos muitos atores sociais interessados na atribuição de sentidos aos acontecimentos naturais e sociais, por meio dos enquadramentos. Na proposição de Muniz Sodré (2009), temos não somente o acontecimento como dotado de informação, mas a informação sobre os acontecimentos como tipos específicos de acontecimentos, o que, em outro lugar, Adriano Duarte Rodrigues (1993) denomina como meta acontecimentos, pois adquirem importância maior exatamente por terem sido apanhados, no momento de sua ocorrência, pelas câmeras fotográficas e de televisão, pelo olhar perscrutador de jornalistas, a exemplo do piloto de corridas que se acidenta fatalmente no ao vivo da transmissão domingueira ou do avião espacial que explode segundos após seu lançamento³⁹.

Pensar as relações do acontecimento com o jornalismo requer ainda outro tipo de atenção. No início, afirma Maurice Moulliaud, não há nada para ser visto no acontecimento, ele é um nada que somente vai adquirindo sentido à medida que é fragmentado – a favor de sua reconstituição posterior – quando então passa a adquirir sentidos. Mas os sentidos, originários do que autor define como “rumor social”, instaurador, inclusive, das relações com o tempo, tornam o acontecimento pouco preciso, até o momento da entrada da mídia em cena.

³⁹ Para detalhes sobre os meta acontecimentos, consultar RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

O acontecimento torna-se então um conjunto de limites pouco precisos. A partir do momento em que o rumor social é incluído no acontecimento, a mídia torna-se partidária do mesmo. É, ao mesmo tempo, externa e interna a um acontecimento ao qual atribui limites por seu próprio discurso. Não se lida mais com uma moldura posta sobre a realidade, mas com um enquadramento cuja expansão constitui a própria realidade (o que chamamos de cena do acontecimento). O acontecimento e a mídia confundem-se em um ponto em que a mídia torna-se performativa, e não mais, apenas, descritiva. No caso Dreyfus, segundo Pierre Nora, o acontecimento e seu comentário formam um único ente. Em última análise, a definição do acontecimento torna-se uma definição vazia: é acontecimento aquilo que é definido como acontecimento. O acontecimento não é mais descritivo e, sim, reflexivo. (MOULLIAUD, 1997, p. 66)

Essa dimensão reflexiva do acontecimento, que Moulliaud não diferencia do fato, coloca em outro patamar as discussões de certo tipo de teorização sobre o jornalismo que pretende limitar o problema das relações entre a notícia e os acontecimentos ao dado técnico, particularmente à solução representada pela resposta às clássicas perguntas que deverão compor o primeiro parágrafo da notícia (o que, quem, quando...), ordenando as respostas hierarquicamente, dos dados de maior para os de menor importância. Nesse tipo de abordagem, os acontecimentos aparecem como dimensões não sujeitas a interpretações, como dados capazes de revelação da realidade tal e qual, como se dotados de uma carapaça que os protegessem dos liames sociais. Nessa perspectiva, a temporalidade do acontecimento não está em questão, ou melhor, resolve-se pela fórmula da atualidade como sinônimo do que acabou de ocorrer, sendo descartável qualquer acontecimento pela medida do tempo entre uma edição e outra do jornal. Estranha fórmula por várias razões, especialmente porque o tempo não é uma dimensão exclusivamente de atualidade, ainda que na nossa época os acontecimentos sejam colocados à mostra – inclusive já na perspectiva das disputas dos seus sentidos – no momento mesmo em que estão ocorrendo. Tal como se depreende das discussões sobre o contexto como referência aos antecedentes e às condições de ocorrência, a temporalidade que aparece na notícia diz de um passado também e não somente do presente, além de, em certa medida, projetar o futuro. Mediar os tempos implicados no acontecimento é, desse modo, parte do esforço hermenêutico de decifrá-lo.

Tempo e duração do acontecimento possuem outra dimensão quando pensados nos marcos das atividades jornalísticas, tal como indica Muniz Sodré.

O acontecimento jornalístico é marcação semiótica do fato por meio de uma pontuação rítmica, de uma escansão. O fato é “pontuado” ou

escandido pelo código de produção da informação pública, não por motivo de ruptura do ordenamento do cotidiano, e sim pelo valor rítmico que o próprio sistema de informação atribui ao fato, de acordo com a intensidade de sua marcação, ou seja, de acordo com o que o jornalismo supõe que haja nele, ao mesmo tempo, de mais singular e de maior possibilidade de vinculação com todo o grupo social. Portanto, de acordo com tudo aquilo que a cultura profissional dos jornalistas indica como capaz de atrair atenção do público leitor. Mas essa indicação não é inteiramente arbitrária: a marcação do fato se faz por meio de um enquadramento dependente de uma lógica particular de hierarquização dos problemas ou das situações sociais. Nessas operações, verifica-se todo um trabalho de avaliação e interpretação, por parte dos atores sociais, das ocorrências implicadas, em função de públicos específicos. (SODRÉ, 2009, pp. 89-90, com destaques do autor.)

Em todas as definições do acontecimento em suas relações com o jornalismo também sobressai sua natureza hermenêutica, já apontada por Quéré relativamente a todos os tipos de acontecimento: tanto ele está sujeito a interpretações por uma miríade de atores sociais, quanto ele é parte constitutiva dos processos de explicação do mundo humanossocial. É possível, assim, pensar que a marcação rítmica que Sodré aponta não diz respeito apenas às possibilidades de marcações temporais (as orientações cronológicas do cotidiano por meio das programações das mídias, exemplifica o autor), mas estejam também relacionadas às tentativas de uso, por parte dos atores sociais, das potencialidades que a permanência de um acontecimento sob o foco da cobertura jornalística traz para os interesses individuais e/ou coletivos. Desse modo, tal como esclarecem Harvey Molotch e Marilyn Lester (1993), acontecimentos “acidentais”, de “rotina” e de “escândalo” são frequentemente usados estrategicamente por atores sociais a favor das suas necessidades de visibilidade e/ou de exercício de influência em debates que envolvem estes acontecimentos. Podemos pensar aqui na luta por manter no noticiário denúncias de atitudes homofóbicas na sociedade brasileira a partir da exploração, pelo maior tempo possível, de um assassinato motivado por ódio originado de preconceitos contra pessoas LGBTQ. Nesse sentido, o acontecimento não pode cessar de acontecer, é preciso retirar dele – escandindo-o, como propõe Muniz Sodré – todas as possibilidades de mobilização, todas as potencialidades de sentidos, desde os visíveis aos latentes.

Se a ênfase até aqui recaiu sobre um tipo de acontecimento que, genericamente, podemos classificar como acidental (LEAL, VAZ, ANTUNES, 2010), eles não constituem, na atualidade, os únicos tipos que povoam as coberturas jornalísticas. Cada

vez mais comuns são os acontecimentos especialmente produzidos e programados com vistas à sua oferta aos operadores jornalísticos e das mídias em geral. Reconhecê-los é indispensável para uma visão mais completa dos modos como os acontecimentos se articulam com o jornalismo, processo que, simultaneamente, é revelador dos jogos de poder, das disputas de sentido que indicamos quando das discussões sobre o jornalismo como ator e palco. A condição do jornalismo como palco, como esfera pública, se em um primeiro momento implicava relações quase exclusivas com os acontecimentos de rotina, acidentais e de escândalos, agora se dão a partir de cuidadosas estratégias de promoção de acontecimentos, incluindo escândalos envolvendo celebridades, políticos e outros frequentadores habituais das mídias, muitas vezes promovidos por seus adversários.

Mas há que se pensar essas taxonomias que tentam forjar os acontecimentos como rigidamente pertencentes a uma ou outra categoria como problemáticas, à medida que pressupõem padrões fixos que permitiriam rotular, classificar e utilizar mecanicamente as categorias no momento da análise de um evento em particular ou de um conjunto deles. Tal como indica Quéré, os acontecimentos podem até ser condicionados, mas não estão determinados já na sua ocorrência, ou seja, seus sentidos aparecem no fluxo histórico, em que se misturam continuidades, descontinuidades, afirmações, rupturas, passado, presente e futuro. Desse modo, um acontecimento planejado e produzido pode resultar em algo muito distinto do pretendido por seus organizadores a partir da rearticulação dos seus sentidos pela trama noticiosa e pelas repercussões por ela acionadas, com a entrada em cena de novos intérpretes. Do mesmo modo, um acontecimento à primeira vista acidental pode revelar-se marcado por traços de planejamento, à medida que certos detalhes dele vêm à tona. Nesse sentido, a proposição na sequência de uma tipologia visa menos a criação de uma categoria rígida e mais a busca de subsídios para a compreensão dessa natureza instável das classificações.

3.8. Acontecimentos produzidos e programados para as mídias

Aquilo que tem sido classificado como acontecimento midiático (ou produtos midiáticos, na sugestão de Quéré), constitui parte fundamental do “cardápio”

informativo que as mídias noticiosas nos apresentam cotidianamente e são importantes para a compreensão da lógica da cobertura de temas relativos à homofobia, posto que muitos têm sido os eventos produzidos com a finalidade de chamar atenção para os preconceitos de origem homofóbica. O conceito de acontecimento midiático, tal como foi desenvolvido por Daniel Dayan e Elihu Katz (1999), está inserido em um estudo sobre a produção noticiosa em televisão, especialmente relativa aos eventos de grandes proporções transmitidos ao vivo, como a chegada do homem à lua, os funerais do presidente John Kennedy, nos Estados Unidos, ou os Jogos Olímpicos. Das muitas características destes acontecimentos, a que mais nos interessa é o fato de eles serem planejados fora das estruturas produtivas das emissoras de televisão, levando em consideração, apesar disso, exatamente as características técnicas e temáticas que podem promover adesão das emissoras, que terão somente o trabalho de posicionamento de câmeras e deslocamento de profissionais para a viabilização das entradas ao vivo. Segundo os autores,

A estes acontecimentos, colectivamente, chamamos “acontecimentos mediáticos”, uma denominação à qual queremos retirar qualquer conotação pejorativa. Em alternativa, podemos ter “cerimônias televisivas”, ou “televisão festiva”, ou até “espetáculos culturais” (Singer, 1984). Estas emissões televisivas partilham um grande número de atributos que tentaremos identificar. As audiências recebem-nas como um convite – ou mesmo uma ordem – para pararem a rotina diária e partilharem uma experiência festiva, e se esta festividade está para a normalidade como um feriado está para o comum dos dias, estes acontecimentos são os dias de férias da comunicação social. (DAYAN & KATZ, 1999, p. 17)

Se os acontecimentos midiáticos, tal como propõem Dayan e Katz, estão vinculados a este caráter ritualístico, pensados para a cobertura televisiva, isso não exclui as possibilidades de cobertura e repercussão também por outras mídias, como demonstra o fato de todos os eventos aos quais se referem os autores terem sido objeto de ampla cobertura noticiosa. Desse modo, evidencia-se a presença insistente da mídia como mediadora entre os acontecimentos e os públicos, processo que, como já indicamos, diz da impossibilidade de as pessoas, na atual configuração das sociedades, tomarem contato com os eventos do mundo sob a forma da experiência direta. Mas, e também temos reforçado essa característica, não se trata apenas de uma inviabilidade da presença nos locais do acontecimento para dele tomar conhecimento o que torna as mídias importantes na ampliação das ocorrências naturais e sociais. Trata-se também, para uma diversidade de atores sociais, individuais e coletivos, da necessidade das

coberturas noticiosas como parte de processos de visibilização de reivindicações, da colocação em cena de questões para debate. Esforço que está integrado, a propósito, nas estratégias dos planejadores de tais eventos quando de sua “oferta” às mídias, por meio de sofisticados mecanismos de assessorias de comunicação e de imprensa e de ações de relações públicas.

Se inicialmente a tendência foi a de identificar especialmente os agentes governamentais como os promotores de acontecimentos planejados para oferta à mídia, na atualidade muitos são os atores sociais que têm consciência da necessidade deles como forma de promoção de visibilidades das temáticas que lhes são afeitas. Nesse sentido, como uma das estratégias de vencer resistências – por parte dos veículos noticiosos, bem como da opinião pública – frente a questões controversas, tornou-se comum a promoção de eventos com a intenção de buscar a visibilidade propiciada pelas mídias, especialmente as noticiosas. A ressalva é necessária para marcar a diferença entre eventos como jogos olímpicos – pelos quais as emissoras pagam para a transmissão – ou grandes funerais de figuras públicas de alta popularidade, cujas características e apelos estão inscritos em ordens de interesse das mídias noticiosas muito distintos, por exemplo, de uma passeata em prol de temática pouco convidativa em face dos interesses jornalísticos. No que diz respeito à homofobia, destacaríamos pelo menos dois acontecimentos produzidos e programados para oferta às mídias que estão na ordem de promoção de visibilidade: o Dia Mundial de Luta Contra a Homofobia (17 de maio) e a Parada do Orgulho LGBTTT de São Paulo (com similares, hoje, em diversas capitais e cidades do interior em todo o Brasil). O que se busca é a reiteração da visibilidade, por meio de uma espécie de calendário de eventos.

Acontecimentos produzidos e programados são ofertados à visibilidade pública com claras preocupações de tornarem-se atrativos para as coberturas noticiosas, incluindo o cuidado com a produção de imagens facilmente digeríveis por emissoras de televisão. Bruno Leal, Paulo Bernardo Vaz e Elton Antunes assim referem-se a eles:

O esforço de ocupação da esfera pública por parte dos diversos agentes sociais, só para citar um exemplo, é marcado frequentemente pela produção de acontecimentos que visam sua transformação em notícia. Tais eventos são planejados, desenvolvidos e apresentados de acordo com as necessidades temporais, técnicas, lingüísticas e até ideológicas dos diversos veículos, ou seja, são, desde o seu nascedouro, concebidos para serem palatáveis e digeríveis pelo

sistema mediático. A produção de acontecimentos “mediatizáveis”, aliás, constitui o dia-a-dia e mesmo a justificativa de um sem-número de *promoters*, relações públicas e assessores de comunicação. Nesse contexto, a anterioridade do acontecimento em relação à notícia deixa de ser vista como algo dado, pré-estabelecido, e revela-se como resultado do processo de produção jornalístico. Em outras palavras, é o gesto de conhecimento do jornalismo que distancia o acontecimento, produzindo sua anterioridade. (LEAL, VAZ, ANTUNES, 2010, p. 2)

Estamos diante, assim, de acontecimentos que são produzidos e programados sempre na perspectiva de atender a lógica da economia produtiva noticiosa, incluindo horários de fechamento das edições de informativos impressos e eletrônicos. É necessário, no entanto, reforçar as diferenças entre acontecimentos produzidos e programados por pessoas ou instituições que pretendem divulgar temáticas de fácil apelo midiático e aqueles que têm suas motivações iniciais na necessidade de chamar atenção para questões controversas, de difícil assimilação social. Assim sendo, promover acontecimentos que chamem atenção para questões ambientais, para campanhas de prevenção de doenças ou de segurança pública é distinto de promover passeatas pela aceitação das causas e das pessoas LGBTQ, pela aprovação do aborto ou pela legalização da maconha, para ficarmos apenas em alguns exemplos. Não raros são os eventos do primeiro grupo promovidos por ou em parceria com as próprias mídias, como parte dos seus programas institucionais de reforço de imagem, largamente utilizados nas estratégias denominadas de marketing social.

Uma vez ofertados aos veículos noticiosos, os acontecimentos promovidos e programados com vistas à visibilidade midiática – e por extensão social – serão objeto dos procedimentos tradicionais de produção das notícias, não restando possível aos seus promotores, por exemplo, controle sobre as formas como eles serão matizados por cada cobertura em particular. A matização é resultado, especialmente, dos procedimentos de enquadramento dos acontecimentos, não somente aqueles ofertados às mídias por agentes interessados em discussões que lhe são particularmente relevantes, mas também todos aqueles que se inscrevem numa ordem de ocorrência contingencial e aleatória, em suma, não planejados. Os enquadramentos, como já destacamos, constituem exatamente a estratégia de tentar tornar compreensível, ou plausível, aquilo que no acontecimento é desafiador à lógica do mundo natural ou do mundo social. São, por essa razão, parte do esforço hermenêutico de compreensão dos acontecimentos e, em certa medida, constitutivos mesmo da natureza hermenêutica destes.

Qualquer que seja a natureza do acontecimento, além do seu caráter hermenêutico é necessário destacar suas potencialidades narrativas. Nesse sentido, não apenas os acontecimentos apanhados pela trama jornalística, mas também aqueles que são objeto das pesquisas históricas e sociológicas estão sujeitos às formas narrativas, como lembram, dentre outros, pesquisadores como Hayden White (1994) e Paul Ricoeur (1994; 1995; 1997). Nas palavras de Ricoeur,

... na medida em que o historiador está implicado na compreensão e na explicação dos acontecimentos passados, um acontecimento absoluto não pode ser atestado pelo discurso histórico. A compreensão – mesmo a compreensão de um outro singular na vida cotidiana – não é nunca uma intuição direta, mas uma reconstrução. A compreensão é sempre mais que a simples simpatia. (RICOUER, 1994, p. 140)

Como não há sentido plausível para o acontecimento fora da narrativa, a potencialidade de ser narrado é a primeira qualidade de um acontecimento para que ele não se perca no tempo e no espaço. Mesmo os acontecimentos naturais são forçados a dizerem sobre si, não somente os atuais, apanhados pela trama jornalística e outras formas de compreendê-lo, como as sociológicas, antropológicas e históricas, mas, e talvez especialmente, acontecimentos remotos, tão remotos quanto a origem do universo, tal como se percebe nas tentativas da ciência de reconstruir estes acontecimentos com vistas a comprovar teses científicas, como a grande explosão originária de tudo que hoje existe. Não há possibilidade de reconstituições como essas exceto pela junção de fragmentos, fósseis e demais artefatos arqueológicos, por meio de sofisticadíssimos recursos tecnológicos, que de nada valeriam não fossem as histórias montadas – narrativamente – sobre como teria sido a origem da vida, o cotidiano dos dinossauros ou as causas da sua extinção. Tais narrativas são, inclusive, exaustivamente utilizadas como material para produção de notícias.

A complementação do nosso percurso teórico se dá exatamente pela discussão sobre a narrativa, em suas concepções iniciais pelas teorias literárias, passando para tentativas de compreendê-la nas articulações típicas propiciadas pelo jornalismo. Partindo do pressuposto de que os acontecimentos fazem sentido a partir dos enquadramentos, é nas narrativas, no entanto, que eles ganham materialidade, processo no qual os próprios enquadramentos são produzidos.

3.9. Narrativa

Conceito a princípio originário das teorias literárias, onde tem ocupado papel essencial, narrativa refere-se ao esforço de compreender os múltiplos processos de construção das histórias, principalmente em seus aspectos formais, elementos aos quais a corrente da crítica literária conhecida como estética da recepção acrescenta as relações estabelecidas com os consumidores das tramas contadas (ver, dentre outros, GUMBRECHT, 2002; ISER, 2002a e 2002b; e JAUSS, 2002). Segundo outra corrente de estudos literários, o estruturalismo, a investigação das narrativas deve levar em consideração duas ordens estruturais. Uma, de natureza mais formal, que diz respeito à estruturação da narrativa, considerando os seus aspectos semânticos, morfológicos, a ação, a intriga, as personagens, dentre outros. A outra, de natureza estruturante mais simbólica, mais “superestrutural”, centrada, sobretudo, nas análises dos mitos como importantes para o papel “formador” das narrativas, tal como encontramos, dentre outros autores, em Claude Lévi-Strauss (2002), A. J. Greimas (2008) e Tzvetan Todorov (2008).

Claude Bremond, autor de filiação estruturalista, assim apresenta-nos a narrativa:

Toda narrativa consiste num discurso integrando uma sucessão de acontecimentos de interesse humano na unidade de uma mesma ação. Onde não há sucessão não há narrativa, mas, por exemplo, descrição (se os objetos do discurso são associados, por uma contigüidade espacial), dedução (se eles estão implicados), efusão lírica (se eles evocam por metáfora ou por metonímia), etc. Onde não há integração na unidade de uma ação, não há narrativa, mas somente *cronologia*, enunciação de uma sucessão de fatos não coordenados. Onde enfim não há implicação de interesse humano (onde os acontecimentos relacionados não são produzidos nem por agentes, nem sofridos por pacientes antropomorfos) não pode haver narrativa, porque é somente por relação com um projeto humano que os acontecimentos tomam significação e se organizam em uma série estruturada. (BREMOND, 2008, p. 118, com destaque do autor)

Na narrativa, além disso, conta-se uma história porque ela tem uma audiência, mas contá-la somente é possível porque o narrador em algum momento a ouviu, ou seja, foi dela um fruidor, mantendo-a na memória. E, também essencial, a narrativa incide sobre um tempo, obedecendo a um ritmo, a um metro, no sentido de marcas de tempos regulares, modificando o seu comprimento ou a sua amplitude. Se essa lógica temporal diz respeito a uma “duração” do ato mesmo de narrar, que pode interferir sobre o interesse dos fruidores ou sobre a eficiência do relato, ela pode ainda ser reveladora da

potencialidade de determinadas narrativas atravessarem os tempos, relatando o passado e projetando o futuro, assim como a fugacidade de outras, incapazes de sobreviverem por longos períodos da história de uma sociedade.

Bremond, no entanto, exceto se considerarmos sua indicação de “agentes produtores” e “pacientes sofrendores”, como alusão, não destaca as personagens na narrativa, aspecto crucial para as teorias da literatura, e, acreditamos, ainda mais quando da apropriação para análises de textos jornalísticos. Das muitas possibilidades que as teorias da narrativa apontam como caminhos para análise das personagens, como seus aspectos socioculturais, econômicos e psicológicos, interessa-nos mais de perto verificar, a partir das contribuições de Bakhtin, autor de referência e mesmo citado como base para muitas dos posteriores desenvolvimentos estruturalistas, a noção de polifonia. Desenvolvida a partir de estudos da literatura de Dostoievski, a polifonia se integra a um conjunto de contribuições que o escritor russo deixou para as análises sobre a estruturação da narrativa, como a noção de diálogo e o papel do autor.

Depois do meu livro (mas independente dele), as idéias da polifonia, do diálogo, do inacabamento, etc. tiveram um desenvolvimento mais amplo. (...) O nosso ponto de vista não afirma, em hipótese alguma, uma certa passividade do autor, que apenas monta os pontos de vista alheios, as verdades alheias, renunciando inteiramente ao seu ponto de vista, à sua verdade. A questão não está aí, de maneira nenhuma, mas na relação de reciprocidade inteiramente nova e especial entre a minha verdade e a verdade do outro. O autor é profundamente *ativo*, mas seu ativismo tem um caráter *dialógico* especial. Uma coisa é o ativismo (*aktivnost*) em relação a um objeto morto, a um material mudo, que se pode modelar e formar ao bel prazer; outra coisa é o ativismo *em relação à consciência viva e isônoma do outro*. Esse ativismo que interroga, provoca, responde, concorda, discorda, etc., ou seja, esse ativismo dialógico não é menos ativo que o ativismo que conclui, coisifica, explica por via causal, torna inanimada e abafa a voz do outro com argumentos desprovidos de sentido. (BAKHTIN, 2006, p. 339, com destaques do autor)

Para o enriquecimento das contribuições das teorias das narrativas às análises dos textos jornalísticos como narrativas, a noção de polifonia tem papel triplamente importante. Primeiro, porque reveladora das potencialidades de que em uma narrativa estejam presentes diversas vozes, e não somente a do autor e/ou narrador. Segundo, porque na economia narrativa própria do jornalismo, entram em cena, como narradores, desde jornalistas submetidos a determinados constrangimentos de ordem ética e formal que lhes diminui a importância como narradores, até colunistas, chargistas, articulistas,

editorialistas e comentadores de uma maneira geral (incluindo leitores com suas cartas, nos jornais impressos), mais autônomos em suas possibilidades narrativas – como posicionamentos pessoais mais claros e formas distintas de fazerem entrar em cena personagens por eles convocados para as narrativas. O terceiro ponto diz respeito mais diretamente à relação entre polifonia e personagem, para cujo esclarecimento nos valem da leitura de Paulo Bezerra do conceito bakhtiniano.

A polifonia é aquela “*multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis...*” cujas vozes não são meros objetos do discurso do autor, mas “os próprios sujeitos desse discurso”, do qual participam mantendo cada uma sua individualidade caracterológica, sua imiscibilidade. (...) Estão aí características muito semelhantes àquelas que Bakhtin aponta no romance polifônico: as personagens participam da história, interagem com o autor, que é um regente, não interfere nas vozes nem as controla, deixa que se cruzem e se interajam, que participem do diálogo em pé de igualdade contanto que permaneçam imiscíveis; cada personagem é um sujeito que mantém sua individualidade marcada pelo papel que desempenha; (...), isto é, mantém cada uma sua voz e sua consciência em isonomia com as demais e sem prejuízo para o processo polifônico. (BEZERRA, 2008, p. 198, com destaques do autor)

É preciso, no entanto, cuidado especial, pois nem todas as potencialidades da polifonia de fato podem se concretizar nas narrativas jornalísticas, inclusive não confundindo multiplicidade de personagens com multiplicidade de vozes. Em narrativas jornalísticas está aberta a possibilidade de diversas personagens aparecerem reiterando um mesmo ponto de vista. Mas o relato jornalístico conta ainda com outro elemento fundamental para a verificação da concretização ou não da polifonia, que são as fontes ouvidas para a produção das narrativas. Nesse aspecto, algumas considerações merecem destaque. As fontes podem aparecer, assim como as personagens, em número variado, mas monofônicas em seus depoimentos – foram escolhidas exatamente para reafirmação de um ponto de vista defendido na narrativa. Embora haja o princípio ético de ouvir mais de uma fonte, especialmente em narrativas sobre temas polêmicos, ou nas quais são feitas denúncias, não há garantias, *a priori*, de que tal postulado prevaleça em todas as narrativas desses tipos. Outro aspecto importante é que embora fontes e personagens possam eventualmente se fundir nas narrativas jornalísticas, elas não são necessariamente sinônimas, nem ocupam o mesmo papel em uma narrativa – a fonte pode, por exemplo, aparecer para dar detalhes sobre a personagem central ou periférica de uma narrativa noticiosa, mas na maioria das vezes é convocada como suporte para uma determinada explicação ou como pessoa autorizada para falar com propriedade,

com conhecimento de causa, sobre o tema em foco, ou ainda como testemunha de um acontecimento, implicada ou não diretamente no seu desenrolar e nas suas repercussões.

Na narrativa jornalística o narrador – na maioria das vezes o próprio jornalista que fez a apuração e redige o texto – tem um papel mais explícito de mediador das falas, especialmente no caso de prevalência de fontes, e não de personagens. Nesse sentido, principalmente pelas estratégias de escolhas de personagens e fontes pelo critério de reafirmação de pontos de vista defendidos na narrativa, elas podem perder muito da sua autonomia no interior das narrativas. Importante ainda, no que diz respeito à polifonia, é que as muitas vozes que podem aparecer em um texto não expressam seus pontos de vista independente das determinações do contexto social e das perspectivas de que mantêm interesses quanto a possíveis modificações dele. Ou seja, a polifonia resulta das relações intersubjetivas estabelecidas pelas personagens – e também pelas fontes nas narrativas jornalísticas – com outras personagens, no caso das primeiras, e com outros atores sociais, no caso das segundas, revelando as contradições do social, as disputas de sentido, os jogos de poder, tal como temos buscado ressaltar em todas as reflexões até aqui desenvolvidas nas abordagens da homofobia, do enquadramento e do acontecimento.

Estamos entendendo aqui a personagem como quem aparece no texto cumprindo uma função de referencialidade social, cultural, ou de outra ordem. É, por exemplo, a dona de casa que em uma matéria sobre a inflação é focada no supermercado como representando o conjunto de suas pares que precisam, na adequação do orçamento doméstico ao aumento de preços, rever os itens e suas quantidades que comporão as compras essenciais. Como personagem ela supostamente traz à tona problema enfrentado de forma idêntica por todas as donas de casa que se enquadram naquele perfil apresentado pela narrativa. Nessa mesma narrativa pode ser ouvido um economista que apresentará, agora de um ponto de vista especializado, legitimado pelo lugar ocupado no espectro profissional e social, explicações sobre os motivos de a inflação ter aumentado. Embora também a fonte esteja referenciada em modelos sociais, culturais e outros, sua presença diz de uma competência que a legitima do ponto de vista técnico. Ou, em outras situações, como quem testemunhou um determinado acontecimento e ajuda na reconstituição de detalhes do mesmo. Fontes e personagens, no entanto, podem não aparecer em um mesmo texto como categorias excludentes.

Tome-se o caso das entrevistas ao estilo pergunta-resposta iniciadas com um perfil do entrevistado. Aquele início pode conter elementos que tratam uma mesma pessoa na condição de personagem – ao resgatar, por exemplo, traços da sua personalidade e detalhes biográficos – e de fonte, que na sequência esclarecerá o tema ou temas que motivaram a realização da entrevista.

Outros aspectos, no entanto, são também importantes para a compreensão das narrativas. Já de algum tempo, o conceito cruzou as fronteiras das teorias literárias e tem sido reivindicado por uma série de áreas de investigação, que veem nele profícuas contribuições para as suas pesquisas. Por exemplo, ao referir-se ao problema de legitimação enfrentado pelas ciências em condições de pós-modernidade, especialmente no que diz respeito às suas possibilidades limitadas de construção de relatos universalizantes que, à maneira, dentre outras, das explicações marxistas sobre as dinâmicas da economia política, dessem conta de todos os aspectos das relações de classe e poder no mundo social, Jean-François Lyotard (1998) aponta para o saber narrativo como dotado de uma pragmática que o torna capaz de dizer sobre o homem e suas experiências, ressaltando, desse modo, a narrativa como uma forma de conhecer as coisas que não pode ser negligenciada frente ao saber científico. O saber das narrativas, nesse sentido, inscreve-se na ordem das histórias populares, que “contam o que se pode chamar de formações (*Bildungen*) positivas ou negativas, isto é, os sucessos ou os fracassos que coroam as tentativas dos heróis” (LYOTARD, 1998, p. 37). Para o autor, sucessos ou fracassos legitimam as instituições da sociedade, cumprindo a função dos mitos, ou representam os modelos negativos ou positivos – heróis felizes ou infelizes – que se dirigem para a integração às instituições estabelecidas, reveladas nos contos e lendas. Já aludimos, anteriormente, ao papel importante dos mitos na constituição das narrativas, algo que se verifica em diversos autores que tratam dessa apropriação pelas narrativas jornalísticas, de que é exemplo o estudo de Cristina Ponte (2005a, pp. 64-65) sobre como a imprensa portuguesa utiliza-se, no recorte pesquisado pela autora, do mito da criança como a “boa vítima”.

Lembra-nos Lyotard que é característica da forma narrativa, diferentemente daquelas próprias aos discursos do saber científico-tecnológico, a pluralidade dos jogos de linguagem. A narrativa está aberta aos enunciados denotativos, dizem sobre modos como percebemos, por exemplo, céu, terra e flora, mas são também enunciados

deônticos, prescrevem o que fazer frente às realidades denotativamente percebidas. São próprios da narrativa também os enunciados interrogativos – dizem respeito aos desafios implicados na resposta a determinada questão – e também avaliativos, pois permitem identificar dimensões do mundo. O saber científico, por essa razão, tem lançado mão de formas narrativas ou a elas semelhantes, fugindo de configurações textuais rigidamente marcadas por preceitos como objetividade do relato ou distanciamento frente ao tema abordado, revelando, a um só tempo, a riqueza das potencialidades narrativas e o reconhecimento da natureza social da produção em ciência, portanto, sujeita a interpretações marcadas por perspectivas ideológicas, por visões sociais de mundo, ao invés de mero espelhamento de uma suposta realidade objetivamente retratada.

É essa a perspectiva indicada por Hayden White (1994), ao analisar algumas fragilidades das metodologias de que se valem os historiadores. Para ele, algumas fragilidades teórico-metodológicas na análise historiográfica podem ser superadas na busca das narrativas como aporte epistemológico, não somente para novas possibilidades do trabalho do historiador, mas especialmente para uma espécie de desmistificação dessa modalidade de pesquisa como capaz de relatar fatos e acontecimentos sem interpretá-los. White chega mesmo a propor ser possível identificar, em diferentes historiadores e abordagens da história, algo próximo a gêneros narrativos.

As narrativas, assim sendo, são a forma por excelência de o homem dizer sobre si mesmo, sobre seu cotidiano e sobre o seu estar no mundo. Luiz Gonzaga Motta, ao propor algumas dimensões teóricas e metodológicas para a análise das narrativas jornalísticas, afirma que

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo. Isso quer dizer que a forma narrativa de contar está impregnada pela narratividade, qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação que organiza o discurso narrativo, produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos. (MOTTA, 2007, p. 143)

Sabemos que o jornalismo ocupa, na atualidade, lugar central na produção/difusão de uma série de narrativas cotidianas. Nesse seu procedimento, ele lança mão de variadas estratégias, fazendo com que, por exemplo, as histórias sejam contadas sob a forma de simples relatos, de entrevistas, de reportagens, de crônicas, e outras possíveis, nunca escolhidas aleatoriamente, mas em função de objetivos estéticos e, por que não, a partir de uma intencionalidade de “criar efeito”, ao que sempre corresponderão formas de “leitura” potencialmente tão múltiplas quanto a própria quantidade dos consumidores. No entanto, as narrativas jornalísticas, sempre referenciais, pois reportam a algo exterior e cujo domínio especializado está nas fontes de informação, e não nos redatores, necessitam de instrumentos que as tornem legítimas, motivo pelo qual são empreendidos esforços no sentido de dar a elas uma aparência de objetividade, ou seja, de não serem portadoras de pontos de vista dos jornalistas, ainda que este seja apenas um ideal. Desse modo, segundo Cristina Ponte,

Recorrendo a conceitos de narratologia, podemos considerar que na dimensão axiológica do jornalismo há um ideal de focalização externa – objectiva, sem interferência – em particular na separação entre relatos e comentários. Por outro lado, na dimensão instrumental da seleção dos factos, e sobretudo na sua construção como relato de reportagem, a focalização torna-se mais próxima da omnisciente, faz uso de um conhecimento superior ao fornecido, o narrador pode controlar os eventos reportados, os personagens que os interpretam, o tempo em que se movem, os cenários em que se situam. (PONTE, 2005a, p. 46)

Essa necessidade de legitimação das narrativas jornalísticas a partir dos ideais de objetividade coloca em outra dimensão o papel tradicionalmente ocupado pelos narradores, a partir de modificações, no entanto, que não foram operadas exclusivamente no e em função do jornalismo. Em certa medida, parece possível pensar, a partir das referências de Lyotard (1998) e White (1994), que mudanças nos modos de narrar estão ligadas a necessidades específicas de legitimação, encontradas, por exemplo, nos enunciados científicos e nas suas relações com as comunidades de especialistas.

Sobre as relações entre os saberes das narrativas e os narradores, diz-nos Bruno Leal:

As diversas narrativas do cotidiano revelam, dessa forma, sua relevância no mundo contemporâneo, de um modo ao mesmo tempo contrário e conseqüente ao que pensou Walter Benjamim. Por um lado, se “a sabedoria – o lado épico da verdade” se desfaz, levando

consigo o narrador da experiência forte, do outro, as narrativas conservam-se como formas capazes de articular o estar-num-mundo aberto, em fluxo, tecido no entremear de imagens, falares, tradições, saberes. (LEAL, 2006, p. 20)

Precisamente por sua capacidade de narrar a partir do que ouviu ou do que presenciou é que o jornalismo tem o poder de referir-se ao mundo dos homens, ao cotidiano em suas múltiplas dimensões. Nas práticas jornalísticas, as narrativas implicam mais do que manifestações estéticas que trazem à baila acontecimentos do mundo à nossa volta. Como buscamos enfatizar, elas vêm à tona matizando os acontecimentos a partir de enquadramentos e, por isso, implicam mesmo uma dimensão epistemológica, uma das muitas possibilidades de apreensão do real. Comungamos, nesse sentido, com as ideias de Jocelyne Arquembourg:

As narrativas de acontecimentos progridem, assim, através de operações de reenquadramento e de tentativas múltiplas de apropriação entre os media e uma diversidade de actores que prosseguem fins provisórios ou projectados. Enquanto a distinção facto/acontecimento pode reportar-se ao interior do acontecimento, como as duas facetas de uma dualidade que assenta sobre modalidades da experiência, a distinção começo/fim não lhe é inteiramente sobreponível porque depende de narrativas, isto é, do desenrolar do acontecimento no tempo. [...] É através das narrativas pelas quais se apropriam dos acontecimentos – narrativas mediáticas, míticas, literárias ou fílmicas – que sujeitos colectivos podem assumir-se como autores da sua própria história e introduzir esse grande distanciamento, relativo a eles mesmos, que leva John Dewey a dizer que “um acontecimento é um termo de um julgamento e não uma existência exterior ao julgamento”. (ARQUEMBOURG, 2005, p. 111)

Acreditamos que estão nas observações de Arquembourg os elementos de que podemos nos valer para uma compreensão das articulações, nas práticas jornalísticas, entre os conceitos de acontecimento, enquadramento e narrativa. Além disso, sua postura nos inspira a afirmar que são as narrativas, também elas, parte de um jogo hermenêutico acionado pelos leitores para a compreensão das tramas noticiosas narradas, em seus aspectos estéticos, técnicos e éticos, e não somente para a compreensão do acontecimento narrado, potencialmente desencadeador de ações de intervenção sobre os próprios rumos do que pode haver de projeções emanadas daquele acontecimento sobre a dinâmica da realidade social intersubjetivamente partilhada, construída e reconstruída. Vejamos mais de perto como articulações importantes propostas por Paul Ricouer para a compreensão das narrativas ampliam a compreensão das particularidades que marcam as narrativas jornalísticas, não sem antes buscar, no próprio Ricouer, pistas sobre as

possibilidades de afirmar as histórias relatadas cotidianamente pelo jornalismo como formas narrativas legítimas.

Nos três tomos produzidos sobre as relações entre tempo e narrativa – articulados pela mimese e pela intriga – Paul Ricoeur (1994; 1995; 1997) está preocupado, sobretudo, com as formas narrativas ficcionais e historiográficas. No entanto, em alguns momentos ele indica outras modalidades narrativas, ou a necessidade de atenção para o potencial surgimento de novos modos de narrar, por exemplo, ao discutir as transformações nos modos de tecer a intriga, especialmente em suas relações com as temporalidades e com a tradição⁴⁰. Diz ele

Talvez seja necessário, *apesar de tudo*, confiar na exigência de concordância que estrutura, ainda hoje, a expectativa dos leitores e acreditar que novas formas narrativas, que ainda não sabemos denominar, estejam nascendo; elas atestarão que a função narrativa pode se metamorfosear, mas não morrer. Pois não temos qualquer idéia do que seria uma cultura em que não se soubesse mais o que significa *narrar*. (RICOUER, 1995, p. 46, com destaques do autor.)

Ora, nossa era e nossa cultura, como afirmam estudiosos da comunicação e do jornalismo situados nas mais diversas perspectivas teóricas e metodológicas, são profundamente marcadas pela presença das mídias e das suas muitas formas de narrar. Ao contrário do que se poderia imaginar, portanto, não estamos diante da eventual “morte da narrativa”, mas da sua transformação em outras maneiras de dizer o mundo, que, a propósito, convivem com as formas tradicionais de narrativas historiográficas e ficcionais.

A referência mais explícita sobre algo que se aproxima do conjunto das formas narrativas jornalísticas que encontramos em Ricoeur está no tomo III da sua trilogia, em tópico no qual o autor discute o problema da memória, da contemporaneidade, do tempo privado do destino individual e do tempo público da história.

Todavia, existe entre memória e passado histórico um recobrimento parcial que contribui para a constituição de um tempo *anônimo*, a meio caminho entre o tempo privado e o tempo público. O exemplo canônico a esse respeito é o das narrativas recolhidas da boca dos *antepassados*: meu avô pode ter-me contado, na minha juventude, acontecimentos acerca de seres que não pude conhecer. Assim, torna-se porosa a fronteira que separa o passado histórico da memória

⁴⁰ As especificidades sobre temporalidades e tradição estão discutidas nos três tomos de *Tempo e narrativa*, referenciados na bibliografia.

individual (como vemos na história do passado recente – o gênero mais perigoso! – que mescla o testemunho dos sobreviventes aos rastros documentais de seus autores). A memória do antepassado está em intersecção parcial com a memória de seus descendentes, e essa intersecção se realiza num presente comum, que pode ele próprio apresentar todos os graus, desde a intimidade do nós até o anonimato da *reportagem* (grifo meu). É assim lançada uma ponte entre passado histórico, entendido como tempo dos mortos, e tempo de antes de meu nascimento. Se remontarmos essa cadeia de memórias, a história tende a uma relação em termos de nós, que se estende de maneira contínua desde os primeiros dias da humanidade até o presente. (RICOUER, 1997, pp. 193-194, com destaques do autor, exceto quando indicado no corpo da citação.)

Situar a reportagem, ainda que Ricouer não explicita o que entende por ela, é colocar dentre as novas modalidades narrativas as práticas textuais do jornalismo, além de atribuir-lhe papel neste encontro entre passado e presente, tempo privado e tempo público da história. Mesmo que o jornalismo não “faça história”, como insinuam muitos de seus operadores, especialmente para destacar a centralidade das mídias noticiosas nas discussões e mudanças de rumo das sociedades contemporâneas, é impossível negar que as narrativas jornalísticas – mesmo enquadradas por interesses particularistas, por constrangimentos institucionais e do *ethos* profissional – constituem valiosos documentos sobre épocas e sociedades, ajudando no desvendamento das suas contradições e dos modos como jogos de poder e disputas de sentido se apresentavam para os atores sociais. No mínimo, essas narrativas são capazes de apontar as temáticas mais relevantes de cada momento histórico, fornecendo pistas para que investigadores busquem o para além implicado em cada acontecimento narrado pelo jornalismo.

Para complementar as discussões sobre as narrativas jornalísticas, abordamos na sequência o conceito de tríplice mimese, articulador dos modos de construção, circulação e interpretação das narrativas, tal como proposto por Paul Ricouer.

3.10. A tríplice mimese e a narrativa jornalística

Ao propor a revisão do modelo da pirâmide invertida Adelmo Genro Filho (1987) coloca em discussão não somente os aspectos estéticos da narrativa jornalística, como especialmente as dimensões éticas e políticas que configuram mais amplamente os processos de mediação que o jornalismo estabelece, a partir da notícia, com o conjunto

social. Não por acaso, como já destacamos anteriormente, o autor afirma que o jornalismo é a atividade humana que torna viável à sociedade conhecer aquilo que cotidianamente no interior dela própria acontece. Ao tornar possível à sociedade conhecer-se a si mesma, as notícias não obedecem simplesmente a uma lógica operacional, na sua captura, transformação em narrativa e retorno ao social, operação que se completa no ato de leitura, momento em que são atribuídos novos sentidos aos acontecimentos narrados. Há nessa operação, segundo Genro Filho, uma gama de possibilidades de que sejam percebidas as múltiplas dimensões ontológicas do social, em suas contradições e potencialidades de revelação de novos rumos para a própria humanidade, que na utopia do autor, seria a consumação de uma sociedade sem as diversas desigualdades de classe.

Independente das possibilidades de realização da utopia de uma sociedade sem desníveis políticos, sociais, culturais e econômicos, a partir das contribuições das narrativas jornalísticas para o desvendamento da multifacetada realidade social, as proposições teóricas de Adelmo Genro Filho continuam inspiradoras, especialmente se tomamos o cuidado, com o próprio autor, de evitar atribuir ao jornalismo um papel de conhecimento da realidade que se afigure como aquele propiciado pela filosofia, pela sociologia ou pelo conjunto das atividades da ciência. Mais especificamente, o conhecimento de mundo que o jornalismo é capaz de proporcionar não se encontra imediata e necessariamente sob a forma de discursos elaborados acerca das mazelas sociais, dos sentidos da existência ou das explicações racionais sobre as dimensões das realidades humanas, físicas e naturais. Embora seja um conhecimento aparentemente fragmentário e fragmentador das realidades, o propiciado pelo jornalismo tem a vantagem de atualização permanente sobre os eventos culturais, econômicos, sociais, comportamentais, éticos, políticos e tantos outros quantos sejam os acontecimentos que diariamente veículos impressos e eletrônicos nos dão a conhecer.

Essa capacidade de trazer o mundo em suas contradições é explicada por Genro Filho, já o dissemos, a partir da perspectiva de que as notícias dão conta, em um primeiro nível, das singularidades dos acontecimentos narrados. A singularidade, no entanto, remete à particularidade, que pode vir na própria notícia, ou sugerida, tornando a narrativa jornalística capaz de contextualizar aquele acontecimento em uma classe de eventos mais amplos à qual se vincularia. Como as notícias referem-se a acontecimentos

que, mesmo em suas dimensões naturais, contêm expectativas humanas de torná-los plausíveis, compreensíveis, as narrativas jornalísticas são antecedidas por “pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a produção da notícia”, assim como são capazes de fornecer “a projeção ideológica e ontológica que emana ou é superior pela notícia” (GENRO FILHO, 1987, p. 195), tornando o relato jornalístico algo que potencialmente indica o universal. Tomando como referência gráfica um triângulo equilátero, figura que remete à forma tradicional das pirâmides, por exemplo, as do Egito, Adelmo Genro Filho torna mais claras as relações entre o singular, o particular e o universal em uma notícia.

O contexto de particularização que vai atribuir o próprio significado ao singular ou, noutras palavras, que vai *construir o fato jornalístico*, deverá ser mais amplo e rico em conexões. Um jornal mensal terá de abrir ainda mais esse ângulo de contextualização e generalização, aumentando, portanto, a base do triângulo (...). Seguindo o caminho dessa representação, podemos ilustrar graficamente como os pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a apreensão e construção do fato jornalístico, geralmente de modo espontâneo e não consciente, são sugeridos e projetados através da notícia. (GENRO FILHO, 1987, p. 193, com destaques do autor.)

Nas reflexões de Adelmo Genro Filho encontramos a pista para a compreensão de como a tríplice mimese, proposta por Paul Ricouer em sua trilogia sobre o tempo e a narrativa, é capaz de tornar mais claras as mediações que o jornalismo estabelece cotidianamente com o conjunto social, tema que está subjacente ao trabalho de Genro Filho. Embora situados em correntes teóricas e perspectivas analíticas diferentes, inclusive no que diz respeito aos respectivos objetos de estudo, os dois autores, em suas análises sobre modalidades distintas de narrativas, apontam para algo comum: aquilo que se narra é ontologicamente marcado, podemos, portanto, sempre encontrar marcas do social, do cultural, do econômico, enfim, do ambiente mais amplo em que se inscreve cada narrativa posta em circulação. Há nos autores uma outra coincidência, qual seja, a de que toda narrativa é reapropriada no ato de leitura, o que torna dinâmica a perspectiva ontológica, pois aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa receberá novas configurações a partir da perspectiva de quem lê, propiciando, assim, a criação/recriação da realidade, processo que nunca finda.

O percurso de Paul Ricouer (1994, 1995, 1997), que em três volumes busca estabelecer as conexões entre o tempo e a narrativa, particularmente nas narrativas ficcionais e nos estudos históricos, começa por Santo Agostinho e suas discussões sobre o tempo e seus

significados e por Aristóteles, com as reflexões sobre o tecer da intriga. Advertindo que não há unidade teórica entre os autores buscados para sustentar as reflexões sobre as dimensões temporais e de construção da intriga na narrativa, e que, especialmente, um não submete o tempo ao tecer da intriga, enquanto o outro não submete a construção da intriga ao tempo, Ricoeur propõe que são precisamente o tempo e a tessitura da intriga os elementos centrais em toda narrativa. Nas palavras do autor, “(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOUER, 1994, p. 85).

De Santo Agostinho Ricoeur retém principalmente a dificuldade de se definir com precisão o que é o tempo, posto que ele está envolto em uma aporia que parece não ter solução. Se o passado não é mais, o futuro ainda não veio e o presente é apenas um momento fugaz, como explicar o tempo? Ainda outras dúvidas surgem: o tempo é uma dimensão apenas física, há um “ser” do tempo? Mesmo que as respostas nem sempre sejam claras, ou duradouras, pode-se dizer que há dimensões do tempo que vão além das cronológicas, a exemplo das dimensões psicológicas, capazes de tornar tempos cronológicos semelhantes distintos para pessoas diferentes, posto que cada uma está vivenciando experiências de mundo particulares. Assim, o tempo somente pode fazer sentido, portanto, livrar-se da aporia aprisionadora que impede um mínimo de explicação racional sobre sua condição, se o tomamos como realidade da temporalidade humana. Esta, pode tanto remeter a noções de eternidade, quanto de distensão do tempo ou finitude. Mas, essencialmente, o tempo somente faz sentido como parte da memória da humanidade, como o que pode ser resgatado, mas também como o que pode, em alguma medida, ser previsto.

O que permite distender o tempo, recuperar o passado e fazer projeções sobre o futuro, além de fixar o presente? Para Ricoeur, a resposta está no ato de narrar.

Em nome de que proferir o direito de o passado e o futuro serem de algum modo? Ainda uma vez, em nome do que dizemos e fazemos a propósito deles. Ora, o que dizemos e fazemos quanto a isso? *Narramos* as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como havíamos antecipado. É pois sempre a linguagem, assim como a experiência, a ação, que esta articula, que resiste ao assalto dos céticos. Ora, predizer é prever e narrar é “discernir pelo espírito”. (RICOUER, 1994, pp. 25-26, com destaques do autor.)

Sem desconsiderar que as discussões de Ricoeur se estendem sobre outros problemas concernentes ao tempo em Santo Agostinho, como as dificuldades de se medi-lo, as questões que envolvem a eternidade, além de outras, é-nos possível sintetizar que o tempo somente se torna plausível, explicável, pela memória, que por sua vez necessita de alguma forma de manutenção, de instrumentos que possibilitam sua recuperação. As narrativas constituem exatamente o que permite ao tempo ser, independente de sua remissão ao passado, de sua projeção no futuro ou de sua fugacidade no presente. Narrar, portanto, é ação de permanente atualização, é a capacidade humana de tornar a atualidade mais do que um momento que logo em seguida se perderá da memória, além de as narrativas, na maioria das vezes, estabelecerem seu tempo próprio, ou modos particulares de lidar com o fluxo do tempo.

E como o tempo é problematizado nas narrativas jornalísticas? Para começar, as notícias nos dizem, como já aludido, dos acontecimentos cotidianos, atualizando-nos quanto àquilo que se desenvolve à nossa volta. De um certo ponto de vista, portanto, a narrativa jornalística se inscreve no presente como marca mais evidente de temporalidade, o que coloca o problema do tempo que rapidamente escoar. Mas a equação não é assim tão simples, como alerta Héctor Borrat, em estudo que toma as formas de informação jornalística a partir dos referenciais da narrativa, para chegar aos processos de mediação, especialmente políticos, exercidos pelo jornalismo.

A atualidade não é puro momento fugaz. Dura. É presente histórico, de duração variável, contextualizável sincronicamente com o que está acontecendo em outros lugares, e diacronicamente com passados e futuros diferentes, de curta, média ou longa duração. Precisamente porque dura, a atualidade convoca o relato: precisa ser narrada para ser conhecida. (BORRAT, 2006, p. 280, com destaques do autor.)

A realidade abordada pelo jornalismo, no entanto, se materializa a partir dos acontecimentos narrados e é também em função do tempo deles que melhor podemos compreender as formas temporais nas narrativas, como propõe Elton Antunes:

O discurso da informação constitui-se como uma maneira de expressar, mas também fazer circular o acontecimento. Coloca-o em movimento e, ao fazê-lo, alimenta a reinterpretação do próprio acontecimento. Daí que o acontecimento não seja uma mera “aparição” na atualidade, o que nos remete para uma segunda ordem de questões. Como a composição textual da notícia engendra o tempo dos acontecimentos e produz o sentido de atualidade? Ela faz atualidade articulando as dimensões de passado, presente e futuro,

condensando um triplo presente (RICOUER, 1994; GARCIN-MARROU, 1996). A atualidade não seria, então, uma qualidade dos acontecimentos e, portanto, da informação jornalística. Seu aspecto mais aparente, o presente do acontecimento para o qual o relato noticioso aponta, não é a única dimensão temporal da informação. Ao narrar, o jornalista, como condição de compreensão, implica o acontecimento numa referência à sua própria história, o “presente das coisas passadas”. Já o “fato mesmo”, aquele posto como diferido dessa história, se constitui no “presente das coisas presentes”. O “presente das coisas futuras” é a própria expectativa do desenrolar-se, de seqüência, posta pelo acontecimento. (ANTUNES, 2008, p. 6, com destaques do autor.)

Mas o tempo, por si só, não complementa a explicação que Paul Ricoeur persegue para a narrativa. Se o tempo é uma dimensão fundamental de todo ato de narrar, contar uma história não se resume à atualização dos acontecimentos descritos, que somente terão seu sentido completo à medida que apanhados em uma intriga, ou construídos a partir de uma intriga. O ato de compor é, assim, a própria tessitura da lógica do que é narrado, tornando possível ordem onde aparentemente reinava somente fragmentos. Tomando como primeira referência as proposições de Aristóteles sobre a composição e características da tragédia, Ricoeur propõe que a intriga se configura como a “representação da ação” (RICOUER, 1994, p. 59). É preciso lembrar que em outros autores a intriga pode aparecer como sendo a construção de roteiros ou como a própria concepção da história narrada.

Se o tempo é um dos elementos fundamentais de referência para a narrativa, ao coordená-lo com a noção de intriga, evidencia-se que, na narrativa, o tempo não corresponde necessariamente ao do acontecimento. O tempo passa a ser o da própria narrativa, de que pode valer-se o narrador de estratégias que permitam alongar ações que no acontecimento tiveram pequena importância, encurtar ações que duraram mais do que sugere o tempo utilizado para narrá-las, fazer remissões ao passado, assim como projeções no futuro, dentre uma série de outros expedientes (cf. COIMBRA, 1993, especialmente a respeito das modalidades temporais das narrativas na reportagem). Mas, para Ricoeur, há ainda algo mais importante para a compreensão da intriga, que encontra, em parte, sua elucidação a partir do conceito aristotélico de mimese. Se a intriga é a representação da ação, “há uma quase identificação entre as duas expressões: imitação ou representação da ação e agenciamento dos fatos” (RICOUER, 1994, p. 59). Desse modo,

Está excluída de início, por essa equivalência, toda interpretação da *mimese* de Aristóteles em termos de cópia, de réplica do idêntico. A imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga. De uma só vez saímos do emprego platônico da *mimese*, tanto em seu emprego metafísico quanto em seu sentido técnico em *República III*, que opõe a narrativa “por *mimese*” à narrativa “simples”. (...). Retenhamos de Platão o sentido metafórico dado à *mimese*, em ligação com o conceito de participação, em virtude do qual as coisas imitam as idéias, e as obras de arte imitam as coisas. Enquanto a *mimese* platônica afasta a obra de arte dois graus do modelo ideal que é seu fundamento último, a *mimese* de Aristóteles tem só um espaço de desenvolvimento: o fazer humano, as artes da composição. (RICOUER, 1994, p. 60, com destaques do autor.)

Em virtude dos propósitos das nossas reflexões, que buscam aproximações dos conceitos de tempo, intriga e *mimese* com a narrativa jornalística, remetemos aos livros de Ricoeur para detalhes sobre as questões que dizem respeito às formas narrativas nas artes literárias e nas produções historiográficas. Do mesmo modo, também não nos ocupamos aqui das diferenças entre tragédia, comédia ou drama e suas implicações para uma teoria da narrativa. É-nos fundamental, por outro lado, pensar a tessitura da intriga como o momento de síntese de uma narrativa, como a possibilidade mesmo de tornar concreta uma história. Nas palavras de Ricoeur, “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (RICOUER, 1994, p. 70). Por essa razão, tecer uma intriga é buscar conexões mais amplas com as dinâmicas culturais da sociedade na qual a narrativa é produzida, posta em circulação e (re)interpretada.

Para fazer narrativa, isto é, conduzir concretamente uma situação e personagens de um início a um fim, é necessária a mediação do que é aqui considerado como simples arquétipo cultural (...) e que nada mais é do que a intriga. Fazer intriga é destacar uma “boa forma”, ao mesmo tempo, no plano da consecução e no da configuração. (RICOUER, 1995, p. 75, com destaque do autor.)

Chegamos, assim, à proposição que mais nos interessa: a tríplice *mimese*. Se já sabemos que *mimese* não é apenas imitação, ou se o é, a imitação não é meramente assemelhar-se a algo já existente, mas a própria ação de tornar concreta a narrativa, a tríplice *mimese* esclarece melhor essas relações, ao mesmo tempo em que chama atenção para as dimensões éticas implicadas em todo ato de narrar. Partindo de um mundo pré-configurado, *mimese I* representa mais concretamente as dimensões éticas, o mundo social em sua complexidade, *mimese II* é o ato de configuração, a presença marcante de

um narrador, mas também a mediação entre mimese I e mimese III, que corresponde à reconfiguração, momento que marca a presença ativa do leitor. Na síntese de Marcela Farré, em proposição sobre a produção jornalística como construção de mundos possíveis, a partir de estratégias de ficcionalização, temos

1. A *prefiguração* ou mimese I, que fornece o modelo do mundo ético ou representação do real, como pressuposições de verdade, que o leitor tem como certas. 2. A *configuração* ou mimese II é o domínio da *poesis*, dos mecanismos de criação que realizam diferentes instâncias narradoras. 3. A *reconfiguração* ou mimese III é a esfera que faz intervir a atividade receptora com atualização persuasiva e emotiva. (FARRÉ, 2004. p. 143, com destaques da autora.)

O que temos, assim, é a mediação pela tessitura da intriga, a cargo de um ser responsável pela narrativa, que cumpre uma espécie de elo entre o mundo que lhe serve de referência e o conjunto de pessoas que se expõem à narrativa, lembrando que a leitura não é um mero momento de passividade frente ao texto. Trata-se, ainda, de tornar concreta a relação entre tempo e intriga, tal como sintetiza Paul Ricoeur, ao afirmar que “seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado” (RICOEUR, 1994, p. 87).

Em mimese I o mundo prefigurado se apresenta em três dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. A primeira diz respeito, mais imediatamente, às próprias formas narrativas mais caras a uma determinada sociedade, compreendendo um conjunto de regras consideradas pertinentes a um bom modo de narrar, ou a uma tradição narrativa. A segunda dá conta de um conjunto de mitos, crenças, valores, questões éticas e morais, enfim, a uma ampla gama de manifestações típicas da cultura, enquanto a última é articuladora de sentidos ao remeter às diversas possibilidades de que a temporalidade, cronológica ou de outra natureza, é portadora. Na explicação de Ricoeur:

Qualquer que possa ser a força de inovação da composição poética no campo de nossa experiência temporal, a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal. Esses traços são mais descritos que deduzidos. Nesse sentido, nada exige que sua lista seja fechada. Contudo, sua enumeração segue uma progressão fácil de estabelecer. Primeiro, se é verdade que a intriga é uma imitação da ação, é exigida uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação *em geral* por seus traços estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência. Ademais, se imitar é elaborar uma significação *articulada* da ação, é exigida uma competência suplementar: a aptidão

de identificar o que chamo de as *mediações simbólicas* da ação, num sentido da palavra símbolo que Cassirer tornou clássico e que a antropologia cultural (...) adotou. Enfim, essas articulações simbólicas da ação são portadoras de caracteres mais precisamente *temporais*, donde procedem mais diretamente a própria capacidade da ação a ser narrada e talvez a necessidade de narrá-la. (RICOUER, 1994, p. 88, com destaques do autor.)

O traço que mais se evidencia em mimese I é a sua exigência de uma necessidade ética, posto que enraizada em situações concretas do mundo de referência para a narrativa que logo em seguida surgirá. O caldeirão simbólico que estrutura a narrativa, dando-lhe sentidos, não é imutável, inscreve-se na dinâmica das transformações que, afinal, as próprias narrativas ajudarão a concretizar, razão adicional para que haja compromisso ético. Sentido ético que está na afirmativa de Ricoeur (1994, p. 101, com destaque do autor): “vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de *mimese I*: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade”.

Se em mimese I temos o mundo prefigurado, mimese II é o ato de tecer a intriga, entendendo, além disso, que a intriga é a mediadora por excelência entre o mundo que precede a narrativa e o que vem após a colocação em circulação da narrativa. Dar sentido ao mundo e permitir a emergência de novos sentidos a esse mesmo mundo é o papel cumprido por mimese II.

Colocando *mimese II* entre um estágio anterior e um estágio ulterior da *mimese*, não busco apenas localizá-la e enquadrá-la. Quero compreender melhor sua função de mediação entre o montante e a jusante da configuração. *Mimese II* só tem uma posição intermediária porque tem uma função de mediação. Ora, essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da *operação de configuração* que nos faz preferir o termo da tessitura da intriga ao de intriga e o de disposição ao de sistema. Todos os conceitos relativos a esse nível designam, com efeito, operações. Esse dinamismo consiste em que a intriga já exerce, no seu próprio campo textual, uma função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, fora desse próprio campo, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se ousar dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais. (RICOUER, 1994, pp. 102-103, com destaques do autor.)

Momento de síntese e de configuração do mundo prefigurado, mimese II faz a mediação com a leitura da narrativa, que define, em poucas palavras, mimese III. Mas não só. Ao estabelecer a mediação de mimese I e mimese III, mimese II estabelece o que Ricoeur denomina de “círculo hermenêutico”, não somente pela razão em si de que é mimese II

quem permite ao mundo prefigurado a reconfiguração, ato essencialmente interpretativo, como também pelo fato de que as narrativas são formas privilegiadas de tomada de conhecimento do mundo. Mais detalhadamente, Ricouer assim nos apresenta mimese III:

Esse estágio corresponde ao que H. G. Gadamer, na sua hermenêutica filosófica, chama de “aplicação”. O próprio Aristóteles sugere este último sentido da *mimese praxeôs* em diversas passagens de sua *Poética*, embora se preocupe menos com o auditório na sua *Poética* que na sua *Retórica*, na qual a teoria da persuasão é inteiramente regulada pela capacidade de recepção do auditório. Mas, quando diz que a poesia “ensina” o universal, que a tragédia “representando a piedade e o terror, ... realiza uma depuração deste gênero de emoções”, ou ainda quando evoca o prazer que temos de ver os incidentes aterrorizantes ou lamentáveis concorrerem para a inversão da sorte que constitui a tragédia – significa que é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da *mimese*. Generalizando para além de Aristóteles, diria que mimese III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. A intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e do mundo no qual a ação efetiva exhibe-se e exhibe sua temporalidade específica. (RICOUER, 1994, p. 110, com destaques do autor.)

Mimese III convoca, portanto, o leitor da narrativa a integrar-se na trama, mas como já aludido, não de forma passiva, e sim como quem exerce o papel de refiguração, tornando completo o círculo hermenêutico. Embora noutra filiação teórica, mas em uma mesma perspectiva de preocupação, a “estética da recepção” (cf., dentre outros, GUMBRECHT, ISER e JAUSS, 2002) tem sido importante para a compreensão das formas mais abrangentes da mimese III, ainda que não a nomeando como Ricouer, que inclusive se vale de autores filiados à estética da recepção para melhor esclarecê-la.

Em momento anterior destacamos a necessidade de legitimação das narrativas jornalísticas a partir dos ideais de objetividade, o que coloca em outra dimensão o papel tradicionalmente ocupado pelos narradores em mimese II, quando estes são os operadores jornalísticos, exigindo-lhes rigorosa observação dos postulados éticos de mimese I, sob pena de perda da credibilidade essencial para a manutenção da fidelidade da audiência. Não fosse pela razão mais evidente, de levar em conta o ambiente cultural prefigurado, teria que ser pelo fato de que mimese III pressupõe consumidores das narrativas que partilham do mesmo ambiente prefigurado, tornando-os potencialmente aptos não somente à apreensão de eventuais desníveis entre o dito e o acontecido, como também na condição de reconfiguradores do mundo ofertado pelas narrativas. Dada a

importância do jornalismo para a compreensão da atualidade, afirma Mar de Fontcuberta, ao estudar as relações entre os processos de interação e de narração no jornalismo:

Em uma sociedade midiática quem narra, conta e em grande parte constrói as identidades culturais são os meios de comunicação. Não podemos falar de identidade sem falar do conceito de *alteridade*. Para Gustafsson a alteridade pode ser usada em dois sentidos: primeiro em seu sentido ontológico da existência de algo outro, diferente, ou não idêntico, em comparação ao que é o mesmo que si; segundo, no da imagem que tem um sujeito (geralmente coletivo) de outro. Essa construção das imagens do outro hoje se realiza em grande parte através dos meios de comunicação. (FONTCUBERTA, 2005, p. 76, com destaque da autora.)

Essa importância do jornalismo como mediador entre acontecimentos e consumidores das narrativas noticiosas, como não poderia ser diferente, coloca uma série de questões éticas como pontos de reflexão quando pensamos nas notícias. A principal, posto que afirmamos a construção das notícias como narrativas, implicando, assim, os processos de tessitura da intriga, diz respeito aos limites entre narrar o acontecimento de maneira fidedigna, portanto desempenhar eticamente mimese II, e criar realidades sem nexos com mimese I, o que abalaria o processo de confiança necessário para a realização de mimese III como reiteração do consumo das narrativas jornalísticas. Das muitas discussões já propostas, a que insinua o jornalismo como narrativa ficcional talvez seja a mais recorrente, entendendo-se aqui a ficcionalização como artimanha de ocultamento do real (fabulação, como propõe Marcela Farré), que pode aparecer, por exemplo, nas formas do jornalismo sensacionalista. A questão, no entanto, tem sido elucidada a partir de estudiosos que apontam a aproximação com as técnicas da narrativa ficcional como recurso estético que não fere necessariamente os aspectos éticos, podendo mesmo até favorecê-los, como sugere Cristina Ponte (2005), ao demonstrar o quanto a literatura realista de finais do século XIX foi importante para o vicejar do compromisso social com a investigação mais rigorosa por parte de jornalistas. Veja-se, também, estudos que tratam do *New Journalism* (BULHÕES, 2007; PONTE, 2005, dentre outros). Parece haver razoável concordância quanto ao fato de que lançar mão dos recursos narrativos, em todas as suas extensões, de que são provas as aproximações com os modos de narrar literários, não implica romper com os princípios éticos da narrativa jornalística (FARRÉ, 2002, dentre outros). Narrar utilizando-se dos recursos da ficção, segundo Marcela Farré, é diferente de lançar mão da fabulação.

Narração é atribuição de sentido; é uma dobradiça que funde uma linguagem com uma interpretação do mundo e ao fazê-lo, reúne os indivíduos e as ações (indivíduos e propriedades), dando um valor acrescentado à história: a compreensão. Desse modo, transcende o caráter explicativo dos argumentos lógicos. A explicação localiza algo na realidade mostrando suas conexões com outras coisas reais, mas não para dar resposta de porque são dessa maneira e como poderiam ser de outro modo. (...) Narrar, neste sentido, não significa pensar o discurso jornalístico como lugar de fabulação. Se trata de reconhecer, por um lado, a presença ética de um enunciador que organiza o relato e se mostra em suas escolhas, deixando aberta a possibilidade de o destinatário reconhecer sua presença focalizadora. (FARRÉ, 2004. P. 138)

Seguindo as pistas de Marcela Farré, se narrar é dar sentido ao mundo, as narrativas jornalísticas, tal como propõe Adelmo Genro Filho, são potencialmente capazes de nos fazer ver, a partir da singularidade, as conexões mais amplas com o particular e com o universal, processo que tem semelhanças com as propostas da tríplice mimese de Paul Ricouer, resguardadas as diferenças de perspectivas teóricas e metodológicas entre os dois autores. Desse modo, não nos parece inadequado dizer que a tríplice mimese constitui, por excelência, o processo de mediação que o jornalismo, a partir das suas narrativas, pode estabelecer com o conjunto social. Em mimese I, por exemplo, podemos encontrar as referências utilizadas nos enquadramentos jornalísticos. Tal como afirma Paul Ricouer, a tríplice mimese constitui um círculo hermenêutico, que torna possível não somente compreender o mundo, como a própria dinâmica de construção da narrativa e as mediações que ela estabelece. Não nos parece infundado propor que o mesmo é aplicável às narrativas jornalísticas em seu haver com o mundo social. E especialmente, que os acontecimentos narrados pelo jornalismo trazem a marca de um mundo prefigurado, mediados pela configuração dos narradores jornalísticos, mas somente adquirindo sentido pleno, embora não necessariamente unívoco, a partir das múltiplas leituras de que são objeto.

Como as articulações entre tempo e intriga são as marcas fundamentais que definem, para Paul Ricouer, a narrativa, e como vimos, a tríplice mimese é que torna concreta essa articulação, vale um exercício sobre como o tempo se manifesta nos processos miméticos. Ousamos, assim, propor que mimese I pode representar o passado, ainda que reflita o presente, tornando-se presente-passado; mimese II, como mediação, é o presente-presente, o presente-passado e o presente-futuro; enquanto mimese III, momento de leitura reconfiguradora, é projeção, portanto, presente-futuro, mas sempre

referenciada no presente-presente e no presente-passado. Nesse sentido, a temporalidade na narrativa diz respeito, em primeiro lugar, à dimensão ontológica do tempo, posto que ele é o fluxo por meio do qual os acontecimentos se dão, são narrados e são interpretados.

Findo o percurso teórico, nos dedicamos na sequência à análise do *corpus* que constitui nosso objeto de pesquisa. Para isso nos valeremos das categorias analíticas e dos pressupostos metodológicos indicados na introdução, que apontam para a articulação entre enquadramento, acontecimento e narrativa, na perspectiva de que as últimas, mais do que a materialidade de que dispomos para a identificação dos modos como a homofobia, as homossexualidades e as relações de gênero são trabalhadas pelo jornalismo, são também indicativas da condição deste como ator social que interage e negocia/disputa sentidos com os demais atores sociais. Ao lidarmos com as noções de homofobia, homossexualidades e relações de gênero não estamos propondo que elas sejam sinônimas, ou equivalentes, mas que os preconceitos que geram o que a teoria designa como homofobia têm relação íntima com os rechaços às homossexualidades, assim como se fundam em relações de gênero, particularmente na perspectiva destes como supostas realidades naturalizadas e fixas em suas performances, tal como discutimos no primeiro capítulo. Noções como armário e heteronormatividade também se entrecruzam na tentativa de melhor compreensão das recusas de aceitação das relações entre pessoas de mesmo gênero e das homoafetividades.

4. Que jornalismo e que homofobia trazem os jornais?

Nossa análise, como já indicado, articula-se a partir das dimensões quantitativa e qualitativa, procedimento adotado para cada uma das categorias analíticas, embora em menor grau para os dados totais, analisados predominantemente em suas dimensões quantitativas. Apesar disso, ali também apontamos questões que remetem a aspectos interpretativos, já que em outros momentos não teríamos a oportunidade de indicar tendências mais gerais, assim como especificidades, nas coberturas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A perspectiva não é a de que o quantitativo restringe-se aos dados numéricos, mas de que é indicativo dos modos como os jornais trabalham os acontecimentos relativos à homofobia e suas consequências para pessoas e/ou organizações por ela afetadas e/ou promotoras de ações preconceituosas quanto a sexo e gênero. Assim sendo, os dados quantitativos preparam o terreno para as análises qualitativas, de forma complementar, e assim aparecerão nas categorias analíticas, em sequência.

Dada a grande quantidade de narrativas que compõem nosso material de análise, trabalharemos, em todas as categorias analíticas, com quatro acontecimentos nucleadores, que se destacaram pela própria repercussão internamente a cada um dos jornais, assim como em termos de reverberação para o conjunto da sociedade. Dos acontecimentos a princípio considerados como acidentais, escolhemos os casos Ronaldo X travestis e sargentos gays, pois foram os de maior repercussão durante o período que compõe nosso *corpus*. Do lado dos acontecimentos produzidos e programados, também trabalharemos com dois: a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, considerada atualmente a maior do mundo, e o lançamento da campanha anti-Aids do Ministério da Saúde dirigida a homens que fazem sexo com homens (HSH). Em comum, os quatro acontecimentos mereceram cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, permitindo algumas comparações. Outros acontecimentos, no entanto, aparecerão em análises específicas, à medida que também constituem bons exemplos para aprofundamentos em cada categoria analítica. Com as análises, não pretendemos buscar a comprovação de hipóteses, mas a verificação do maior número possível de variáveis que nos ajudem a complexificar como os dois jornais sob escrutínio se revelam frente ao tema homofobia, ao promoverem enquadramentos de acontecimentos narrados sobre

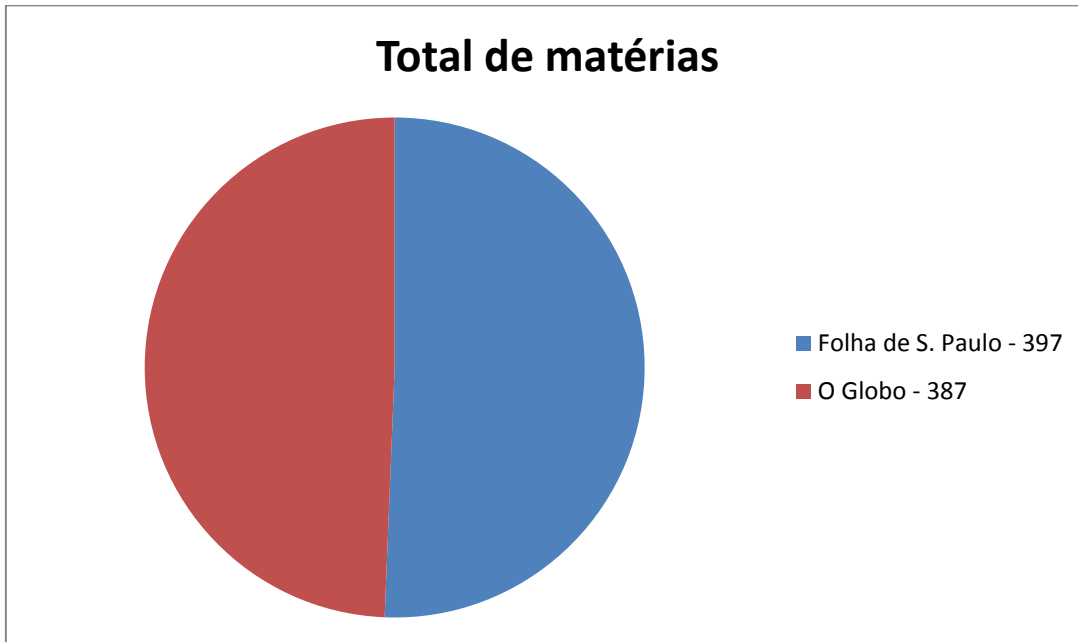
temática complexa, tal como aparece nas discussões teóricas empreendidas no primeiro capítulo. Em síntese, que jornalismo eles praticam no tocante à nossa temática.

Uma última observação ainda se faz necessária. Nem sempre há um acontecimento específico que motive a produção de narrativas sobre a nossa temática, como ocorre em alguns artigos que fazem comentários mais gerais acerca, por exemplo, das posições da Igreja Católica sobre as homossexualidades. Em reportagens, que não necessariamente se alimentam do factual, algum acontecimento mais específico pode surgir apenas como mote ou pano de fundo para abordagens mais gerais, tal como encontramos em conjunto de textos motivados por pesquisa indicativa de preconceitos contra pessoas LGBTTT no Brasil. A ausência de um acontecimento nos moldes da factualidade, no entanto, não reduz o poder hermenêutico dos textos, aqui entendido como a possibilidade de desvendamento das posições dos jornais relativamente aos temas que nos animam nesta pesquisa. Ao contrário, acreditamos que tornam mais claras as posições das duas publicações, ou o nível de “engajamento” deles nas discussões que têm a homofobia como realidade explícita ou implicitamente presente.

Uma breve explicação sobre procedimento: algumas temáticas referidas neste tópico não têm notas de rodapé com as referências completas sobre jornal, autoria, título e data de publicação, porque consideramos que as informações mais genéricas sobre elas no corpo do texto são suficientes para contextualizá-las em relação ao conjunto de matérias que compõem nosso *corpus*. As demais foram citadas com o intuito de indicar, pelos títulos, a variedade dos assuntos abordados em cada temática.

4.1. Elementos para compreensão do total de narrativas identificadas

Dados totais



A diferença de apenas dez narrativas que separa os totais da *Folha de S. Paulo* (397) e do *O Globo* (387) é enganadora se vista como a indicação de tratamentos muito próximos dados aos acontecimentos relativos à homofobia em uma e outra publicação. A primeira diferença diz respeito ao fato de que não necessariamente foi respeitado o critério da proximidade geográfica como definidor de noticiabilidade, apontada por diversos teóricos como relevante no momento de decidir o que publicar (WOLF, 1994; TRAQUINA, 2001; 2005; dentre outros). Exemplos são as coberturas feitas pela *Folha de S. Paulo* da primeira parada LGBT realizada na Favela da Maré, no Rio⁴¹, e do pedido feito ao Supremo Tribunal Federal, pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, de direitos iguais para casais homossexuais⁴². O texto, inclusive, traz um perfil da militância do político em prol das causas homossexuais já de longa data, desde sua atuação no Legislativo. Embora sejam acontecimentos da cidade e do estado onde é publicado *O Globo*, o jornal ignorou a notícia sobre Sérgio Cabral e limitou a informação sobre a parada gay a uma pequena nota na coluna de Ancelmo Góis⁴³. Já no *O Globo* não foi identificado texto relativo a acontecimento na cidade ou no estado de

⁴¹ SAMPAIO, Paulo. *800 pessoas vão a parada gay em favela do Rio*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C5, Cotidiano. 07/04/2010.

⁴² FREITAS, Simone. e GOMIDE, Raphael. *Cabral vai ao STF por direitos de casais gays*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C1, Cotidiano. 04/03/2008; e GALVÃO, Vinícius Queiroz. *Não levaria ao Supremo, diz desembargador*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C1, Cotidiano. 04/03/2008.

⁴³ GÓIS, Ancelmo. *Orgulho gay*. Rio de Janeiro: O Globo, página 20, Rio. 03/04/2008.

São Paulo que tenha merecido destaque e que foi negligenciado pela *Folha*, exceto se considerarmos caso de homofobia relatado por um aluno da Universidade de São Paulo, em matérias especiais de caderno voltado para estudantes (*Megazine*, publicado semanalmente, às terças), sob o título geral, na capa, de “Homofobia no campus”. As matérias relatam casos de homofobia, com violências físicas e psicológicas, em diversas universidades brasileiras⁴⁴.

A leitura desse comportamento, porém, quando realizada sob a perspectiva do destaque dado às questões que implicam a homofobia e temas a ela correlatos, não é tão simples quanto parece, pois n’*O Globo*, por outro lado, encontramos uma série de narrativas, publicadas em três edições consecutivas, abordando preconceitos contra pessoas LGBTT, nas formas do seu enfrentamento em grandes corporações, sindicatos e entidades governamentais, produzidas a partir de pesquisa de opinião realizada pela Nova S/B Ibope que, dentre outros, aborda preconceitos contra idosos e de fundo racial. As narrativas que abordam a homofobia, acompanhadas de entrevistas de pesquisadores sobre sexualidades, como Sérgio Carrara (professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), incluem aspectos ligados ao consumo por parte de homossexuais, decisões judiciais sobre adoção conjunta de crianças por casais formados por pessoas de mesmo gênero, negociações sindicais para extensão, em empresas privadas, dos benefícios sociais a parceiros (as) de mesmo gênero, ações do INSS de reconhecimento de direito a pensões em parcerias homoafetivas e políticas públicas de combate à homofobia, lembrando que o problema é maior para travestis e transexuais⁴⁵. Essa série de

⁴⁴ SOLER, Alessandro. *Aulas de intolerância*. Rio de Janeiro: O Globo, páginas 10-11, *Megazine*. 19/02/2008; SOLER, Alessandro. *A dor do soco e do preconceito*. Rio de Janeiro: O Globo, página 11, *Megazine*. 19/02/2008; SOLER, Alessandro. *Nova força GLBT nas faculdades*. Rio de Janeiro: O Globo, página 12, *Megazine*. 19/02/2008; SOLER, Alessandro. *Como procurar ajuda*. Rio de Janeiro: O Globo, páginas 12, *Megazine*. 19/02/2008.

⁴⁵ ALMEIDA, Cássia. *Quando o direito sai do armário*. Rio de Janeiro: O Globo, página 33, *Economia*. 09/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *ANS quer estender benefício a todos*. Rio de Janeiro: O Globo, página 33, *Economia*. 09/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Consumo acima de 100 bilhões*. Rio de Janeiro: O Globo, página 35, *Economia*. 09/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Censo de 2010 contará casais*. Rio de Janeiro: O Globo, página 35, *Economia*. 09/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Documento histórico*. Rio de Janeiro: O Globo, página 35, *Economia*. 09/03/2008; ESCÓSSIA, Fernanda da. e FREIRE, Flávio. *Amizade com homossexuais ainda é tabu*. Rio de Janeiro: O Globo, página 8, *O País*. 09/03/2008; ESCÓSSIA, Fernanda da. e FREIRE, Flávio. *Os brasileiros que os idosos não vêem*. Rio de Janeiro: O Globo, página 8, *O País*. 09/03/2008; ESCÓSSIA, Fernanda da. e FREIRE, Flávio. *Casamento inter-racial ainda incomoda 21%*. Rio de Janeiro: O Globo, página 8, *O País*. 09/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Uma conquista sindical*. Rio de Janeiro: O Globo, página 17, *Economia*. 10/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Cidadania não pode ser mascarada*. Rio de Janeiro: O Globo, página 17, *Economia*. 10/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Luta ainda é por direitos básicos*. Rio de Janeiro: O Globo, página 17, *Economia*. 10/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Governos contra o preconceito*. Rio de Janeiro: O Globo, página 22, *Economia*. 11/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Novas propostas em debate*. Rio de Janeiro: O

narrativas veio acompanhada de destaque gráfico ao lado da manchete principal, sob a forma dos anéis cruzados que indicam relações homoafetivas entre mulheres (cruz) e homens (seta) ladeando o título central da página, e de fotografias, a maioria retratando casais felizes que representam os novos arranjos homoparentais, inclusive uma na qual aparece filha no meio dos dois pais adotivos. A propósito de entrevistas com especialistas sobre sexualidades, n' *O Globo* aparecem com certa frequência também artigos assinados por estudiosos da área, a exemplo do escrito pela professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria Luiza Heilborn.

Tanto na *Folha*, quanto n' *O Globo*, as questões que abordam a homofobia, diretamente ou apenas por sugestão, aparecem em todas as seções: de noticiário local, nacional (incluindo política), internacional, economia, esportes, cultura e cadernos especializados, como o *Mais!*, dedicado a temáticas do mundo acadêmico e intelectual publicado aos domingos (e extinto na reforma gráfica e editorial da *Folha* realizada em meados de 2010) e o *Ela*, publicado semanalmente pelo *O Globo* (aos sábados), responsável por três narrativas que ocuparam a primeira página, algumas extrapolando para as páginas centrais. Dessas, uma abordava o estilo gay de decoração, outra as agruras de ser abandonada pelo marido que assumiu-se homossexual, ou por uma mulher que busca uma experiência heterossexual após viver um relacionamento lésbico, e a última sobre as indefinições entre “ser” ou “estar” lésbica. Por seu turno, a *Folha* dedicou mais espaço em narrativas mais extensas para o caso sargentos gays, ainda que não tenha apresentado, no período analisado, série especial de matérias abordando avanços nas conquistas de direitos por pessoas LGBTT, o que não significa que o jornal tenha ignorado a questão. Ela aparece em textos dispersos ao longo do período da análise e incluem reivindicações sindicais, novos arranjos familiares, decisões judiciais sobre adoção por casais homoafetivos⁴⁶ e coberturas sobre aplicação da lei estadual paulista que criminaliza a homofobia⁴⁷.

Globo, página 22, Economia.11/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *'legislativo está aquém na discussão'*. Rio de Janeiro: O Globo, página 22, Economia.11/03/2008; ALMEIDA, Cássia. *Discriminação entre professores*. Rio de Janeiro: O Globo, página 22, Economia.11/03/2008;

⁴⁶ FOLHA DE S. PAULO. *Rejeitada duas vezes por mães biológicas e adotiva, menina fica com casal homossexual*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C4, cotidiano. 15/06/2008. O título dá uma clara ideia da perspectiva de apelo emocional maniqueísta que aponta para uma ‘militância’ do jornal a favor das adoções homoparentais.

⁴⁷ ACAYABA, Cíntia. *Jovem é multado por ofender gay e chamá-lo de 'veado'*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C1, Cotidiano. 21/02/2008; FOLHA DE S. PAULO. *Pitboy queria me humilhar e intimidar, diz homossexual*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C3, Cotidiano. 21/02/2008; FOLHA DE

Nos dois jornais é significativa a contribuição de colunistas fixos para o total de narrativas sobre a homofobia e temas correlatos. Na *Folha*, quase que diariamente José Simão, em tom sempre jocoso e estereotipado – marca do colunista – aborda algum aspecto ligado às sexualidades LGBTT. No *O Globo*, sob a forma também predominante de narrativas de humor – mais sofisticadas do que as de José Simão – aparecem as notas de Ancelmo Góis e de Joaquim Ferreira dos Santos, este último em seção intitulada *Gente*, coluna social que cuida de assuntos mundanos, incluindo *socialites* e celeridades. Os dois colunistas, aliás, costumam fazer referências indiretas às sexualidades LGBTT no trato de questões políticas, como possíveis alianças entre prováveis candidatos a cargos públicos, que teriam sido vistos “enrolados sob a mesma toalha”. Apesar de algumas vezes apresentarem notas de humor ambíguo quanto a referências positivas ou negativas às pessoas LGBTT, os dois colunistas são recorrentes na denúncia – nomeada – da homofobia por parte de cidadãos/ãs e de instituições. Importante, por isso, é destacar que as referências à homofobia, ou às sexualidades LGBTT, nem sempre são explícitas, podendo aparecer apenas sugeridas, o que contribuiu para o número total de narrativas detectadas ao longo da pesquisa. Esse comportamento é revelador também dos modos diversas vezes velados de fazer referências às sexualidades, indicando dificuldades de abordá-la de forma direta, dificuldade que se encontra enraizada na cultura brasileira de uma maneira geral (LEAL e CARVALHO, 2009). Incluir narrativas nessas condições justifica-se pela necessidade de ampliar o máximo possível a percepção sobre como os jornais abordam a temática que pesquisamos. Assim sendo, foram computadas narrativas que apenas citam, sem problematizar, temáticas relacionadas ao nosso escopo de pesquisa, muitas vezes soltas em meio a informações de outra natureza. Exemplo dessa situação é matéria sobre reunião ministerial em que o presidente Lula cobra maior visibilidade das ações sociais dos diversos ministérios, cujo último parágrafo informa que a 1ª Conferência Nacional LGBT foi citada pelo presidente como exemplo de ação adequadamente realizada e divulgada⁴⁸.

Também estão incluídas narrativas que abordam a homofobia e as sexualidades LGBTT em outros países, ainda que nossa preocupação maior recaia sobre a realidade brasileira.

S. PAULO. *‘Veado é animal, que eu saiba’, diz jovem multado*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C3, Cotidiano. 21/02/2008; FOLHA DE S. PAULO. *Governo multa entidade por discriminar gay*. São Paulo: Folha de S. Paulo, s/p, Cotidiano. 02/03/2008.

⁴⁸ DAMÉ, Luiza. e CAMAROTTI, Gerson. *‘Quero sir com atestado ISSO 9000’*. Rio de Janeiro: O Globo, página 10, O País. 22/07/2008.

Nesse sentido, não é desprezível a quantidade de referências a ações de combate à homofobia em Cuba, patrocinadas pela filha do presidente Raúl Castro, Mariela Castro Espín, nos dois jornais, mas especialmente na *Folha*, que deu ao tema tratamento privilegiado, quase obsessivo, pois publicou texto sobre uma *rave* na ilha acontecida dois anos antes (escrita por Paulo Sampaio, em tom confessional e autobiográfico, pois narra a própria experiência do jornalista na festa. Este mesmo jornalista assina outras matérias sobre homossexualidades no jornal)⁴⁹. Na mesma linha de preocupação com a situação de homossexuais em Cuba estão narrativas sobre Phedra D. Córdoba, atriz transexual cubana exilada há mais de três décadas no Brasil e que retornaria a seu país para apresentação com o grupo teatral Os Satyros, e matéria relatando a influência das novelas brasileiras exibidas desde os anos 1990 sobre o movimento homossexual cubano, além de outras referências às homossexualidades e à homofobia na ilha. Incluem-se na cobertura internacional a ampliação de direitos para homossexuais na América Latina, a decisão de Irlandeses de não participarem da Comunidade Europeia, dentre outras razões, pelo temor de terem que adotar políticas de direitos para homossexuais, e as eleições na Espanha e nos Estados Unidos, que colocaram no centro do debate políticas de direitos humanos para pessoas LGBTT. Destaque na área internacional também para as declarações de Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irã, durante palestra na Universidade Columbia, quando afirmou que não há homossexuais em seu país como os há nos Estados Unidos, e para o presidente de uma empresa Coreana do ramo ferroviário (não identificado na nota), dizendo ao governador do Rio, Sérgio Cabral, durante visita deste a Seul, que na Coreia não tem gay, esta última repercutida somente n' *O Globo*.

Como indicamos no capítulo que discutiu as origens e evolução históricas da homofobia e seus contornos teóricos, não há consenso sobre qual a melhor forma de referir-se aos preconceitos contra as pessoas LGBTT e essa dificuldade, de algum modo, reflete-se no total de narrativas que identificamos. Assim sendo, o termo homofobia é o mais citado,

⁴⁹ A identificação de jornalistas que assinam mais de uma vez matérias sobre homofobia e/ou homossexualidades, nos dois jornais, se explica, seja pelo fato de terem se ocupado dos casos por nós analisados, que repercutiram em várias edições, seja porque se repetiram em coberturas em um mesmo caderno ou se ocuparam da temática em editoriais distintas nas publicações. N' *O Globo*, por exemplo, Bety Orsini assina mais de uma matéria, no caderno *Ela*. A repetição de jornalistas, como hipótese, pode ser um indício de motivo para os dois jornais pautarem a homofobia e as homossexualidades, se tomamos como parâmetro para tal possibilidade o que descreve Gay Tuchman (1983) a respeito da cobertura de temas feministas de forma mais intensa e com matiz favorável na imprensa dos Estados Unidos por ela estudada, a partir do momento em que mulheres militantes passaram a ter maior importância nas redações, rompendo com alguns limites impostos pelo machismo reinante nos ambientes jornalísticos.

inclusive em manchetes e cartas de leitores, aparecendo em segundo lugar – mas de forma muito menos expressiva – referências ao armário. A expressão heteronormatividade, embora pouco apareça de forma explícita, é sugerida, especialmente em eventuais entrevistas com especialistas e artigos assinados por eles. Chama atenção o uso ainda recorrente do termo homossexualismo, mesmo que não necessariamente sugerindo diretamente doença (exceção a uma ou duas cartas de leitores), e a expressão “opção sexual”, ambos termos proscritos entre militantes e especialistas. O uso do termo homossexualismo é mais recorrente, inclusive na reprodução de entrevistas com especialistas, ficando a dúvida se foi de fato referido dessa maneira ou é parte do processo de edição das falas, que na maioria das vezes, em textos jornalísticos, não vêm sob a forma integral quando de sua captação, mas cortadas ou interpretadas, o que, não raro, descontextualiza afirmativas, prejudicando a compreensão do raciocínio original das fontes ou mesmo adulterando-o.

Os dados totais nos permitem ainda uma breve leitura sobre a abrangência nacional dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, indicativa de que ela, provavelmente, faz mais sentido do ponto de vista de venda e distribuição física por todo o país do que pela capacidade demonstrada, em nosso recorte, de efetivamente noticiar fatos referentes à homofobia e às homossexualidades ocorridos em todos os estados brasileiros. O que se sobressai são as coberturas com predominância de acontecimentos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, a última como sinônimo do centro de poder de onde partem decisões ou omissões importantes relativas ao Executivo, Legislativo e Judiciário e seus tratos com a temática que pesquisamos. Claro, há algumas exceções, que inclusive aparecem em nossas referências posteriores. O Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, conhecido por ser um dos que mais toma decisões favoráveis às causas das pessoas LGBTT, foi importante para o aparecimento daquele estado em mais de uma cobertura.

A análise a partir das categorias, que desenvolvemos nos próximos tópicos, ajudarão a compreender melhor detalhes da cobertura.

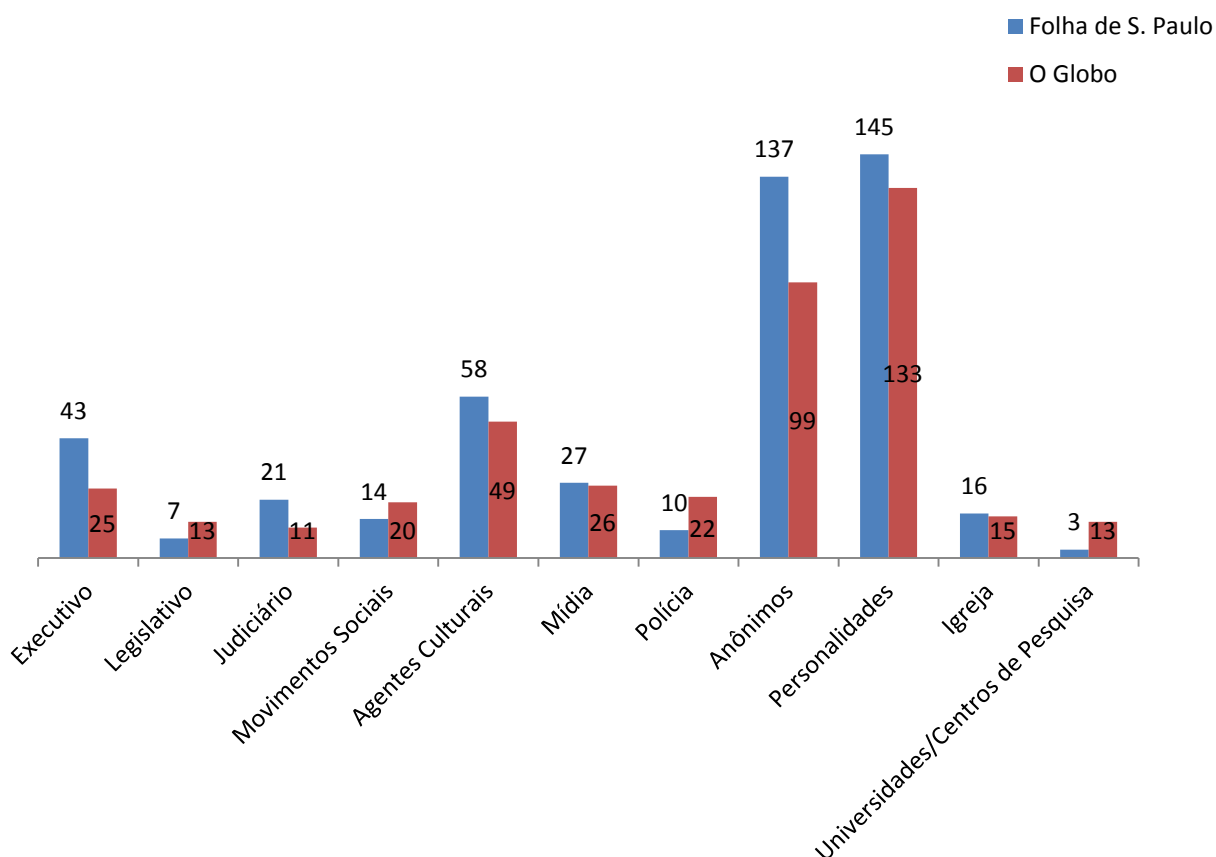
4.2. A inserção dos agentes nas narrativas

Todo acontecimento apanhado pela trama jornalística implica a presença de agentes, responsáveis pela sua ocorrência ou dele participando de algum modo, quando se trata dos acontecimentos sociais, e na maioria das vezes sofrendo as ações dos acontecimentos naturais, a exemplo de desabrigados pelas chuvas. Há ainda aqueles agentes que podem não ter participação direta nos acontecimentos, nem deles sofrer reflexos, mas que são convocados, ou voluntariamente se colocam em cena na busca de explicações, de interpretações, contribuindo para o enquadramento e para a construção dos eventos, processo que envolve disputa de sentidos. Os operadores jornalísticos, principalmente porque lidam com os acontecimentos a partir da lógica da referencialidade, no sentido de que estes lhe são externos (conferir, dentre outros, PONTE, 2005a; SODRÉ, 2009), não podem apresentar os acontecimentos sem referência aos agentes, na maioria das vezes utilizando-os como fontes para as informações veiculadas.

Na condição de participantes, de quem sofre os reflexos, ou de fontes que qualificam as informações, os agentes são, portanto, fundamentais para análises sobre as disputas de sentido e para a identificação das dinâmicas de construção dos acontecimentos a partir da sua eclosão. Há ainda aqueles agentes que planejam eventos, com vistas a tornar públicas suas questões e assim reverberá-las para o conjunto social, de preferência de forma positiva, angariando adesões para as suas causas. Dentre estes estão governos e seus eventos de lançamento de campanhas e os organizadores das paradas do orgulho LBGTT, por exemplo.

No gráfico abaixo estão os dados totais dos agentes que identificamos no conjunto das notícias. Para uma compreensão adequada dos números deve-se considerar que em uma mesma narrativa podem ter sido identificados mais de um agente, por exemplo, Movimentos Sociais e Executivo na parceria para realização da 1ª Conferência Nacional GLBT. As referências aos quatro acontecimentos que analisaremos mais detidamente na categoria Modalidades Narrativas aqui aparecem apenas para permitir minimante sua compreensão.

Agentes



O primeiro dado que chama atenção quanto aos agentes é a prevalência das personalidades (145 na *Folha* e 133 n' *O Globo*), seguidas dos anônimos (137 na *Folha* e 99 n' *O Globo*), nas coberturas dos dois jornais, o que indica não somente a importância deles para a visibilização da homofobia, mas também que a quantidade de anônimos aponta para a disseminação dos preconceitos na sociedade brasileira, assim como para o seu enfrentamento a partir de iniciativas individuais, e não somente institucionais. Nesse sentido, é importante recuperar a proposição de Peter Berger e Thomas Luckmann (1995) sobre os processos de relativa desinstitucionalização da vida social em nossos tempos. Em muitos textos, as pessoas anônimas são ouvidas porque buscam seus direitos independentemente das ações de organizações, por exemplo, nos muitos casos de pedido de adoção conjunta por casais homoafetivos. Há nessas situações aparente reforço da institucionalização, à medida que são buscados precisamente os tribunais, órgãos fortemente institucionalizados. Mas a contradição se desfaz pelos objetivos que podem ser alcançados mais amplamente, quais sejam, que a adoção de crianças em situações de novos arranjos familiares não necessitem mais de

procedimentos burocráticos desnecessários para casais heterossexuais, seguindo trâmites, portanto, cujos marcos institucionalizados são comparativamente menores.

Há situações em que pessoas anônimas até a eclosão de um acontecimento aparecem lado a lado com personalidades, como foi o caso das travestis Andréia, Carla e Veida ao serem contratadas por Ronaldo para um programa, em suposta confusão delas com prostitutas. Alçadas à condição de personalidades, ainda que de duração efêmera, essas pessoas acabam exemplificando o poder de atração que a visibilidade proporcionada pela mídia exerce, nem sempre de forma positiva, como demonstraram as reações majoritariamente depreciativas às travestis envolvidas com o jogador. O grande número de personalidades envolve brasileiros e estrangeiros e uma mesma personalidade pode aparecer diversas vezes em um mesmo jornal, de que são exemplos o escritor Paulo Coelho⁵⁰, quando da repercussão da revelação de que teve mais de um relacionamento homossexual, na biografia lançada sobre ele por Fernando Morais, e da filha de Raúl Castro, presidente de Cuba. Mariela Castro frequentou diversas vezes as páginas da *Folha de S. Paulo* e do *O Globo* em função da sua luta pelos direitos de homossexuais cubanos e contra a homofobia reinante naquele país.

Se anônimos são ouvidos nas paradas e outras situações sem referências às suas localizações sociais, não é incomum que eles apareçam identificados por suas posições econômicas e culturais, indicando que foram escolhidos como fontes, ou mesmo construídos como personagens, pelo fato de representarem o leitor médio de cada uma das publicações. É assim que n'*O Globo* temos o estudante de Direito pertencente à classe média alta na matéria sobre a incidência do HIV entre jovens homossexuais masculinos e na *Folha* temos o empresário da cidade de Pontal, no interior de São Paulo, na matéria sobre o primeiro caso de punição de um civil com base na lei estadual que criminaliza atos homofóbicos, às quais faremos novas referências adiante. Ainda que estivessem ali em situações embaraçosas, os dois não receberam tratamento desrespeitoso, mesmo considerando a estereotipação como exemplo da promiscuidade gay no caso do estudante de Direito, aliás, construída em suas próprias falas editadas por quem redigiu o texto.

⁵⁰ Por tratar-se de lançamento de livro, o mesmo Paulo Coelho contribuiu também para os números referentes à categoria “Agentes Culturais”, em menor grau, pois suas declarações foram majoritariamente reverberadas fora do contexto da chegada da publicação às livrarias.

Diferente foi o tratamento dado pela *Folha de S. Paulo* a um anônimo que não se enquadra nos padrões do seu leitorado médio e que apareceu no jornal por ter protagonizado o primeiro caso de “divórcio gay” no Brasil, já que uma juíza reconheceu a relação homoafetiva na determinação da partilha dos bens do casal (escassos e comprados a prestações nas Casas Bahia), como informa o texto. Folhetinesca, com recorrência permanente ao melodrama, a história de Marcio Chaves de Freitas, fotografado com olhar tristonho, sentado solitário em uma dentre dezenas de camas vazias de um abrigo para onde foi após a briga, começa assim⁵¹:

O amor entre eles foi instantâneo. Começou com uma troca safada de olhares no ônibus lotado, linha Jardim Eliana-Brás. Naquele dia, há sete anos, até que foi bom o trânsito ruim que fez a viagem durar duas horas intermináveis. Mas, depois disso, rolaram traições, ciúmes, discussões. Pancadaria forte. (CAPRIGLIONE, 2008, p. C15)

As brigas de Marcio com seu ex-companheiro Renato (nome fictício, a pedido dele, informa a jornalista) são descritas de forma grotesca, com depoimentos de vizinhos e narração de situações típicas dos programas vespertinos de televisão que exploram os dramas humanos pela via do sensacionalismo e da exposição desrespeitosa. Os clichês que remetem à condição econômica, social e cultural dos dois, mas especialmente de Marcio, a personagem central, são abundantes e reforçam que pessoas LGBTT de menor poder aquisitivo, habitantes de bairros periféricos e de baixo nível de educação escolar são alvo de visões ainda mais preconceituosas do que as de maior prestígio social. Se tomamos como referência o texto, na mesma *Folha*, informando sobre o processo movido pelo empresário por agressão homofóbica, que também poderia ter gerado um texto folhetinesco e melodramático, não fica despropositado sugerir que fosse outra a realidade social, econômica e cultural do casal protagonista do primeiro “divórcio gay” brasileiro e o tratamento dado a eles seria diferente. Talvez até sobrasse mais espaço na mancha impressa para discutir os alcances da decisão judicial, que aparece ofuscada pela história tragicômica do ex-casal Marcio e Renato. A cobertura do caso é, assim, simultaneamente reveladora dos preconceitos sociais e dos limites na cobertura das homossexualidades e da homofobia pelos jornais, que silenciam e invisibilizam pessoas LGBTT não pertencentes aos estratos sociais correspondentes aos seus leitores médios, ou as tornam visíveis pela via do escárnio. Se n’*O Globo* não

⁵¹ CAPRIGLIONE, Laura. *Inimigos íntimos*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2008, página C15, Cotidiano. 06/07/2008.

detectamos textos neste nível referindo-se pejorativamente a pessoas fora do seu universo de leitores, foi porque elas raramente frequentaram as páginas da publicação carioca, exceto pela cobertura comum aos dois jornais das travestis, nos termos que serão discutidos mais à frente.

Vindo na sequência de personalidades e de anônimos em número de aparições (58 na *Folha* e 49 n' *O Globo*), a importância dos Agentes Culturais para a visibilidade da homofobia se explica fundamentalmente pelo lançamento de peças de teatro, filmes e livros que tratam dessa temática ou do universo LGBTT. Na maioria das vezes, nos dois jornais, as referências aparecem em notas curtas ou mesmo nos roteiros com a programação cultural. Não detectamos situações excepcionais nessas coberturas, destacando a repercussão que teve a revelação das relações homossexuais de Paulo Coelho, a que já nos referimos na análise das personalidades como agentes, e a defesa/homenagem de Caetano Veloso de Ronaldo por ocasião do envolvimento do jogador com as travestis.

Em relação aos poderes republicanos, a prevalência, nos dois jornais, do Executivo (43 na *Folha* e 25 n' *O Globo*), seguido do Judiciário (21 e 11, respectivamente) e Legislativo (7 e 13, respectivamente), explica-se pelas ações, ou falta delas, de cada um. O Poder Executivo tem maior número de referências porque, além de ações no Brasil, como a realização da 1ª Conferência Nacional GLBT, a campanha anti-Aids e o Programa Brasil sem Homofobia, dentre outras no nível federal, somadas às iniciativas estaduais e municipais, são comuns referências a ações desse poder em outros países. Exemplos são os governos da Espanha, com a aprovação da lei naquele país de parcerias civis entre pessoas de mesmo gênero, e aparições do governo de Cuba, associando-o a atitudes homofóbicas. A cobertura internacional, em parte, ajuda a explicar as diferenças nos números da *Folha*, mais recorrente, como vimos, nas referências a Cuba. O Poder Judiciário foi, dos três, o que teve coberturas mais favoráveis, exatamente porque, hegemonicamente, as referências a ele foram sobre decisões concedendo direitos como herança e pensão para parceiro (a) homoafetivo (a) e permitindo adoção por famílias homoparentais. O Legislativo teve a maioria das suas aparições associadas à sua resistência na aprovação de leis como a que criminaliza a homofobia e a que cria as parceiras civis entre pessoas de mesmo gênero, explicando-se

sua menor aparição pela raridade com que trata das questões relacionadas à homofobia e às homossexualidades.

Às interconexões entre personalidades e agentes culturais, podemos acrescentar a mídia (também ela uma agente cultural), que aparece com 27 citações na *Folha* e 26 n' *O Globo*. Nos dois jornais as motivações para que a mídia promova a visibilidade da homofobia e das pessoas LGBTT são praticamente as mesmas: as novelas e seus personagens gays. Por ocasião da pesquisa, a *TV Globo* tinha no ar duas novelas com personagens homossexuais, *Beleza Pura* e *Duas Caras*, a última com a polêmica do triângulo amoroso envolvendo dois homossexuais e uma mulher, que passam a lutar na justiça pelo direito de registrar a criança em nome dos três. A *Record* também apresentava novela com personagem homossexual, *Caminhos do Coração*. Na *Globo*, o seriado *Toma Lá Dá Cá* contribuiu para a aparição da homofobia na mídia, principalmente em razão do veto, pela direção da emissora, do namoro lésbico de uma das personagens, Copélia, a avó ferosa. Os textos tendo a mídia como agente trouxeram à tona discussões para além da frivolidade e do antigo debate sobre personagens LGBTT estereotipados pela televisão, pois além dessas recorrências, trataram dos problemas legais que envolvem as relações homoafetivas. Em *Duas Caras*, a união civil foi encenada, ainda que não legalizada, e os três personagens tiveram final feliz em seu triângulo amoroso e na conquista do direito legal de registrar em conjunto a criança. Final feliz que, no entanto, não pode contar com o primeiro beijo gay em novelas brasileiras, usado por vários dias como estratégia para aumentar a audiência da novela, inclusive com a suposta disputa se *Globo* ou *Record* promoveriam o primeiro beijo histórico, afinal não permitido pelas emissoras.

A análise meramente quantitativa não é reveladora do grau de importância dos movimentos sociais para a repercussão, nos dois jornais, dos casos de homofobia. Ainda que numericamente o total de vezes que os movimentos sociais foram citados indique posição muito inferior à de outros agentes (14 aparições na *Folha* e 20 n' *O Globo*), nos textos mais longos, justamente aqueles que trataram de temáticas mais controversas, como o caso dos sargentos gays, são os representantes de entidades de defesa dos direitos humanos e representantes dos movimentos LGBTT os convocados para reforço da tese de prevalência de homofobia pessoal ou institucional. Verifica-se, assim, que os movimentos sociais têm papel fundamental na determinação dos enquadramentos dados

a alguns acontecimentos, além de qualificarem as informações, legitimando os pontos de vista adotados pelos jornais, seja como tese anterior reforçada pelas fontes dos movimentos sociais, seja como tese introduzida pelos movimentos sociais na cobertura dos dois veículos. Exemplo da última situação está no lema da Parada LGBTT de São Paulo focando a homofobia e suas raízes religiosas. Há, no entanto, limite na convocação dos movimentos sociais, como se explicita no caso Ronaldo X travestis, quando eles foram silenciados. Pode-se aventar a hipótese de silenciamento voluntário, de comprovação que foge aos nossos propósitos, já que não estamos focados na ação dos movimentos sociais, mas na cobertura jornalística e, dentro dela, a presença ou não dos movimentos sociais, assim como de outros agentes. Mas parece-nos mesmo que não houve interesse na voz potencialmente disruptora da tese de vitimização de Ronaldo pelas travestis que os movimentos sociais poderiam trazer como contraponto à cobertura que esforçou-se por construir e manter.

Chama atenção, pela aparição mais de uma vez tanto na *Folha* quanto n' *O Globo*, o poder demonstrado por Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de ser referência para a cobertura noticiosa envolvendo homofobia e homossexualidades. Ele apareceu em matérias sobre o caso dos sargentos gays, da Parada do Orgulho LGBTT, da campanha Anti-Aids e da Conferência GLBT.

Vindo na sequência dos movimentos sociais, a Polícia aparece 10 vezes na *Folha* e 22 n' *O Globo* em função, preponderantemente, do caso Ronaldo X travestis. Não identificamos muitas razões para a discrepância entre os dois jornais, para além das citações da polícia pelos colunistas do jornal carioca, como o exemplo adiante abordado das notas de Ancelmo Góis sobre a prisão de dono de lanchonete que nomeou com patentes militares seus sanduíches. Dele temos também outra nota que vale destacar⁵²:

Calma, seu polícia – Homossexuais que chegam para dar queixa de algum crime na 14ª DP, no Leblon, dão de cara com um cartaz: “Homossexuais, quando vierem prestar ocorrência, sejam homens!” Um policial disse que é porque os gays “dão chilique”. Parece preconceito. E é. (GÓIS, 2008, p. 20)

Na *Folha*, um dos poucos casos de aparição da polícia fora do caso Ronaldo X travestis ocorreu na cobertura do processo por homofobia movido pelo empresário da cidade de

⁵² GÓIS, Ancelmo. Calma, seu polícia. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 20. 03/04/2008.

Pontal, quando policiais militares foram chamados e, além do boletim de ocorrência, prestaram depoimento que favoreceu a vitória do empresário contra seu agressor.

Mais complexa do que a aparição da Polícia como agente em textos sobre homofobia é a da Igreja (na verdade, igrejas), especialmente n' *O Globo* (15 citações, muito próximas das 16 da *Folha*). Na *Folha* as citações são quase sempre pontuais, por exemplo, em matérias abordando as reações negativas da Igreja Católica na Espanha a candidaturas identificadas com a defesa dos direitos das pessoas LGBTT, não tendo sido identificada cobertura problematizando diretamente homofobia específica de uma igreja. Tal como n' *O Globo*, igrejas (religiões) apareceram com destaque por ocasião da polêmica entre Marcelo Crivella e Fernando Gabeira, referenciada ainda no percurso da nossa análise.

Ainda hoje identificado com setores da Igreja Católica, laços iniciados por Roberto Marinho, *O Globo*, se foi recorrente em citá-la diretamente ou por sugestão como homofóbica ou entrave para políticas de combate ao HIV e a DST's sem dar-lhe o direito de se posicionar, abriu espaços duas vezes para artigos de Luís Corrêa Lima. Padre jesuíta e historiador, ele funcionou como uma espécie de “embaixador” católico junto ao jornal carioca. Como veremos na análise das cartas de leitores, um dos artigos do padre foi citado como exemplo de que católicos não são todos homofóbicos e intolerantes com homossexuais. Essa é a linha de raciocínio nos artigos de Luís Corrêa, defendendo que “há diversidade de posições na Igreja sobre casamento gay e relações homoeróticas⁵³” e que o Papa, ainda que contrário ao matrimônio entre homossexuais, considerado pela Igreja exclusividade do relacionamento heterossexual, respeita os gays, inclusive afirmando não haver qualquer relação entre pedofilia e homossexualidade⁵⁴. Outras congregações religiosas também são mostradas em sua faceta de tolerância, na matéria “Fé entre iguais”, que aborda igrejas evangélicas que “arrebanham fiéis casando gays e lésbicas em cerimônias quase tradicionais”. Publicada na *Revista O Globo*, a matéria relata a existência das chamadas igrejas evangélicas inclusivas em “Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Recife, Teresina e Fortaleza”, com fotos (uma delas da realização de um casamento

⁵³ LIMA, Luís Corrêa. *Novos Ventos*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 7, Opinião. 10/03/2008.

⁵⁴ LIMA, Luís Corrêa. *Os gays e o Papa*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 7, Opinião. 13/06/2008.

homoafetivo) e depoimentos dos frequentadores, que destacam o acolhimento que receberam⁵⁵.

Últimos em referências como agentes (3 na *Folha* e 13 n' *O Globo*), universidades e centros de pesquisa receberam destaque recorrente nas discussões sobre incidência do HIV/Aids, por ocasião da campanha anti-Aids dirigida aos homens que fazem sexo com homens, e nas pesquisas sobre supostas origens genéticas da homossexualidade, essa última somente abordada no jornal carioca. A grande diferença entre os dois jornais se explica, sobretudo, pela repercussão das questões relativas às práticas sexuais HSH que, como veremos, foram praticamente negligenciadas pela *Folha* e tiveram destaque n' *O Globo*. Uma leitura possível da pouca contribuição das universidades e centros de pesquisa para a visibilidade da homofobia está no fato de essa ser uma temática pouco abordada de uma perspectiva científica, limitando-se quase exclusivamente às áreas humanas e sociais, que tradicionalmente ocupam menos espaços nas editorias de ciências dos jornais.

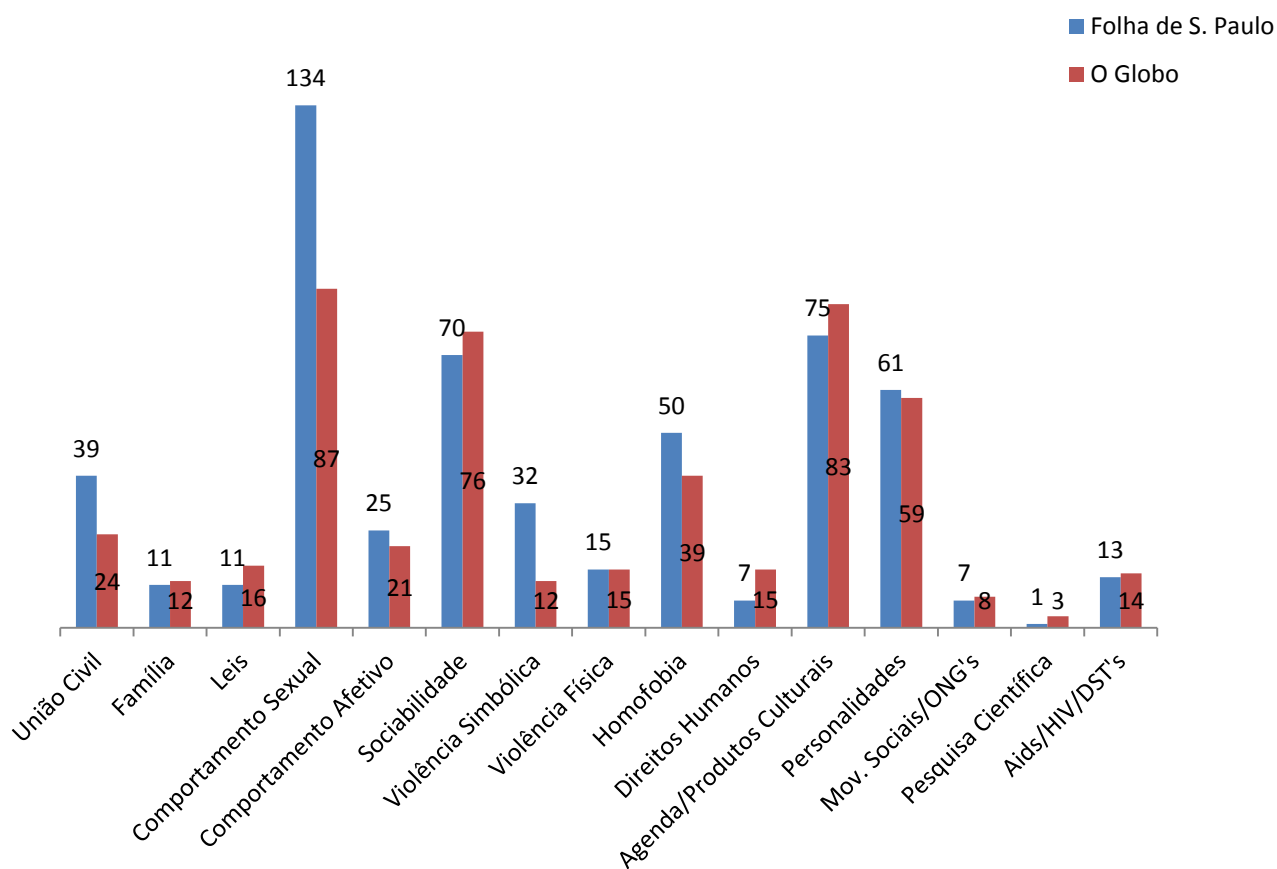
A identificação dos principais assuntos, tratada no próximo tópico, amplia um pouco a compreensão da dinâmica dos destaques dados aos agentes nas matérias sobre homossexualidades, homofobia e pessoas por ela afetadas.

4.3. Os assuntos mais recorrentes

Como nas outras categorias em que um mesmo texto pode trazer mais de uma das variáveis, os totais para assuntos mais recorrentes têm somas que não coincidem com o total de narrativas detectadas. Ao fazermos um levantamento dos assuntos que mais aparecem nos textos temos como objetivo uma percepção mais focalizada das vias privilegiadas de entrada da temática homossexualidades e homofobia nos jornais sob análise.

⁵⁵ MONTEIRO, Carla. *Fé entre iguais*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, páginas 10-11, Revista O Globo. 06/04/2008.

Assuntos



De imediato chama atenção na análise quantitativa a prevalência de comportamento sexual como assunto mais recorrente na nossa amostra, com 134 referências na *Folha* e 87 n' *O Globo*. Quando comparados a comportamento afetivo, 25 na *Folha* e 21 n' *O Globo*, se evidencia ainda mais que as pessoas LGBTTT frequentam as páginas dos jornais pesquisados predominantemente em função de uma “identidade sexual” e menos na de “identidade de gênero”, pressupondo como diferença essencial a tendência pejorativa na primeira identidade, de que é mostra a ideia de promiscuidade que acompanha a cobertura d' *O Globo* da incidência do HIV em HSH. A exploração do caso Ronaldo X travestis é também importante na identificação de motivos para a elevada associação das identidades LGBTTT às práticas sexuais, embora os dois acontecimentos não tenham sido sozinhos responsáveis pelas referências. É claro que, se por si só, os dados sobre associação das homossexualidades não autorizam inferir posturas moralistas na cobertura, e elas apareceram, como destacaremos, eles, por outro lado, reafirmam certo imaginário segundo o qual lésbicas, homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais teriam como característica comportamental marcante uma sexualidade mais evidenciada do que o restante dos grupos sociais.

Quanto ao comportamento afetivo, é possível notá-lo nas matérias que abordam relacionamentos homoafetivos em telenovelas (embora estes mesmos também contribuam para os números de comportamento sexual) e em notas sobre romances reais entre pessoas de mesmo gênero. Mas não escapa a contribuição do caso dos sargentos gays para os dados totais dessa categoria. Em nenhum momento Laci Marinho e Fernando Alcântara apareceram nos textos como um casal sexualizado, imagem reforçada na matéria da *Folha* que entrevista os vizinhos, que destacam os dois como sujeitos caseiros, avessos às baladas. Fica a pergunta se o tratamento dispensado a eles não teria sido outro na hipótese de, ao invés de deserção, estivessem sofrendo um dos processos por pederastia no Exército noticiados também pela *Folha*.

União civil (39 na *Folha*, 24, n' *O Globo*), família (11 na *Folha*, 12, n' *O Globo*) e leis (11 na *Folha*, 16, n' *O Globo*) tenderam a aparecer associados aos agentes Executivo, Judiciário e Legislativo, ao contrário dos comportamentos sexual e afetivo, mais dispersos por todos os agentes. Projetos de lei como o que criminaliza a homofobia e o que prevê a parceria civil entre pessoas de mesmo gênero foram os temas que mais contribuíram para o aparecimento de leis, com a contribuição do último também para o assunto união civil. A adoção por casais homoafetivos e os arranjos homoparentais, por sua vez, explicam a aparição de família como assunto. Não há razões evidentes para as diferenças dos números nos dois jornais.

É possível trabalhar analiticamente violência simbólica (32 na *Folha*, 12, n' *O Globo*), violência física (15 na *Folha*, 15, n' *O Globo*), homofobia (50 na *Folha*, 39, n' *O Globo*) e direitos humanos (7 na *Folha*, 15, n' *O Globo*) como assuntos que tenderam a aparições em coberturas de um mesmo acontecimento. Paradigmático, nesse sentido, foi o caso sargentos gays, que trouxe, ao longo da sua cobertura, todos estes assuntos ao centro das atenções, conforme nossa análise em tópico posterior evidencia. As violências simbólicas e físicas aparecem muitas vezes sem associação direta, nos textos, a manifestações de homofobia, enquanto a temática dos direitos humanos pode estar também desassociada de relação imediata com a homofobia (por exemplo, nas matérias em que o jogador Ronaldo apareceu como embaixador de órgãos das Nações Unidas que trabalham em prol de questões relativas aos direitos de crianças). Movimentos sociais/ONG's, com 7 aparições na *Folha* e 8 n' *O Globo*, é assunto imediatamente associado aos movimentos sociais, assim como pesquisas científicas (1 na *Folha*, 32,

n' *O Globo*) e Aids/HIV/DSt's (132 na *Folha*, 14, n' *O Globo*) mantiveram estreita relação, em suas aparições, com os agentes universidade e centros de pesquisa.

Agenda/produtos culturais (75 na *Folha*, 83, n' *O Globo*) e personalidades (61 na *Folha*, 59, n' *O Globo*), como assuntos, tiveram forte associação com personalidades, mídia e produtores culturais como agentes, principalmente por aparecerem muito em textos sobre filmes, livros e peças de teatro. Mas é importante ressaltar que personalidades também aparecem como assuntos em acontecimentos como o *show* em que Caetano Veloso defende o jogador Ronaldo e nos eventos de Mariela Castro em defesa dos homossexuais cubanos. Sociabilidade (70 na *Folha*, 76, n' *O Globo*) é assunto disperso por todos os agentes e pode incluir a transformista Jane di Castro em viagem para a Parada LGBTT de São Paulo, por exemplo.

Assuntos como homofobia, direitos humanos, violência física e violência simbólica foram abordados em diversas edições dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, de que o melhor exemplo foram as repercussões do caso sargentos gays. O mesmo ocorreu com a ampliação temporal do destaque dado, a partir da campanha anti-Aids do Ministério da Saúde voltada para homens que fazem sexo com homens, ao assunto HIV/Aids. Em situações assim, assuntos mais complexos, ou mais polêmicos, contribuem para expandir a cobertura da homofobia e temas a ela correlatos, abrindo a possibilidade de atores intervirem ao longo do processo para tentarem redefinir o acontecimento, como, ainda no caso dos sargentos gays, ocorreu com a entrada em cena de atores como a Ordem dos Advogados do Brasil e do Senado.

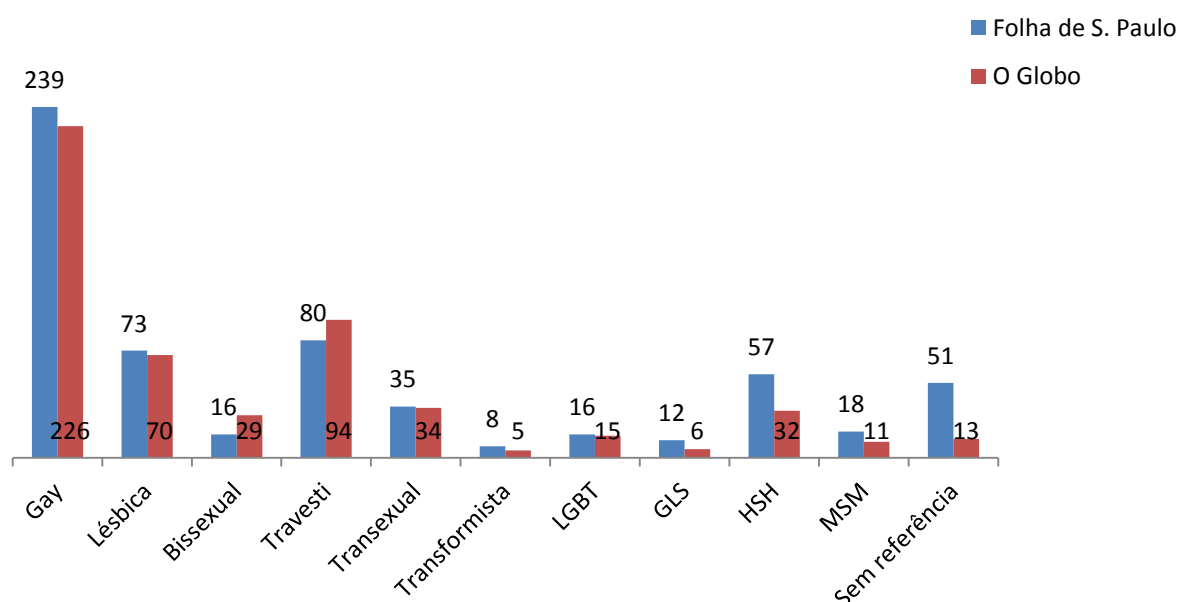
De leitura não tão simples quanto os assuntos são as identidades, trabalhadas a seguir, pois elas dizem, em primeiro lugar, de hierarquias de visibilidade detectáveis entre pessoas LGBTT, projetando, por isso mesmo, modos distintos de alcance da homofobia entre elas.

4.4. Identidades e hierarquias de visibilidade

Antes das análises, uma nota explicativa se faz necessária em relação a esta categoria, pois gay aparece como equivalente, na maioria das vezes, a homossexual masculino e assim foi definido pela grande recorrência, nos jornais, à utilização da palavra nesse

sentido, apesar de também se referir, ocasionalmente, a lésbicas ou travestis, quando estas não estão nomeadas explicitamente. As siglas LGBT e GLS reproduzem referências assim feitas nas matérias, enquanto HSH e MSM foram adotadas para resolver o problema das referências que sugeriam relacionamentos entre homens, ou entre mulheres, sem explicitar. Por sua vez, sem referência diz de situação que não explicita, mas sugere homossexualidade, como na nota de Ancelmo Góis sobre os sanduíches batizados com patentes militares que analisaremos posteriormente. A premissa é de que ao aparecerem, as identidades contribuem para tornar visível a homofobia em suas múltiplas formas de manifestação, tanto individuais, quanto sociais.

Identidades



A supremacia da identidade gay, com 239 aparições na *Folha* e 226 n’*O Globo*, ainda que não se referindo em absoluto aos homossexuais masculinos, não deixa dúvidas ser esta a identidade que tem maior visibilidade dentre todas as LGBTTT, inclusive positivamente, não raro percebida no cotidiano como abrangendo o universo das pessoas não identificadas como heterossexuais. Não por acaso, na 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada em data que coincidiu com o período da nossa análise, um dos pontos que suscitou debates acalorados foi a mudança da sigla, fazendo preceder as lésbicas (73 aparições na *Folha* e 70 n’*O Globo*) aos gays, como foi aprovado em votação apertada, conforme destacamos anteriormente. Nesse sentido, é que pesquisadoras apontam para a dupla invisibilidade a que as lésbicas estão sujeitas: pela condição de subalternidade pretendida pelo machismo e pelo fato de amarem e

desejarem suas semelhantes (BORILLO, 2001; GIMENO, 2007; SIMONIS, 2007). Essa invisibilidade pode, no entanto, ser substituída por formas de trazer à luz por meio de estereótipos, tal como no texto da *Folha* sobre a Parada, que praticamente reduziu as lésbicas à caricatura de alcoólatras históricas, como será detalhado nas análises da próxima categoria. A visibilidade naquele caso é mais danosa do que o ocultamento, exceto se motivador para atitudes de protesto que visem a superação das estereotipações preconceituosas. Claro, a cobertura jornalística não é só maniqueísmo, ainda que muitas vezes portadora de ambiguidades, e na própria *Folha* elas aparecem positivamente em outras situações. Mas é n’*O Globo* que as lésbicas ganham outra forma de visibilidade, não somente no texto sobre homofobia em diversas universidades a que nos referimos, em que elas denunciam as violências de que são vítimas, como na matéria do caderno *Ela* sobre meninas de sexualidade em trânsito⁵⁶.

Mas as travestis, com 80 citações na *Folha*, e 94 n’*O Globo*, superaram as lésbicas em nossa amostra, o que se explica pelo envolvimento de Andréia, Carla e Veida com o jogador Ronaldo. Mais do que as lésbicas ou qualquer outra identidade, as travestis tiveram sua imagem associada majoritariamente a situações negativas, confirmando o imaginário popular, captado em pesquisas acadêmicas (BENEDETTI, 2006), segundo o qual travestis são sinônimo de prostituição e violência⁵⁷. Interessante é notar que antes do caso Ronaldo X travestis, o jornal *O Globo* havia chamado atenção, em série de matérias especiais sobre conquistas LBGTT, para a realidade de maiores dificuldades enfrentadas por travestis e transexuais em seu cotidiano, pelos preconceitos mais acentuados contra essas identidades. Pensamos que esse fato, somado a outros no próprio jornal carioca, assim como na *Folha*, apontam para uma não leitura de si mesmas pelas publicações, uma leitura descuidada ou uma memória de si algo um pouco precária.

⁵⁶ DALBONI, Carolina. e VELASCO, Suzana. *Estou lésbica*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, páginas 1-3, caderno Ela. 26/04/2008. Como a visibilidade é um problema, apesar de muitas das garotas terem se deixado fotografar (somente em duas fotografias aparecem duas juntas, em um total de seis fotos), houve caso de ocultamento pelo uso de nome fictício. E para evitar mal entendidos, o final da longa matéria vem com uma nota de esclarecimento: “P.S.: As repórteres Melina Dalboni e Suzana Velasco são apenas amigas.” Ah, bom!, diria Ancelmo Góis.

⁵⁷ O que não impede serem elas procuradas por homens para programas, inclusive aqueles que, como o jogador Ronaldo, se definem como heterossexuais convictos. No livro de Marcos Benedetti há detalhes sociológicos do desejo de homens por travestis, incluindo o fetiche de transarem com corpos que simulam os de mulheres, mas dotados de pênis. E, não raro, homens casados procuram sexo com as travestis em que são passivos, reforçando as ambiguidades entre os preconceitos expostos e as práticas que materializam desejos mantidas na sombra.

Transexual, com 35 citações na *Folha*, e 34 n' *O Globo*, foi a quarta identidade explicitamente referida de maior aparição. A maior incidência da identidade ocorreu por ocasião da 1ª Conferência Nacional GLBT, mas principalmente quando do anúncio de que o Ministério da Saúde autorizaria a realização de cirurgias de mudança de sexo pelo SUS. De modo geral, transexuais apareceram de forma positiva, exceto pelas cartas de leitores protestando contra as cirurgias. O que mais marca essa identidade nos textos e nas cartas é a confusão sobre o que é uma pessoa transexual, quase sempre confundida com travesti ou com homossexual.

As siglas LGBT, com 16 aparições na *Folha*, e 15 n' *O Globo* (à época da nossa amostra, GLBT), e GLS, com 12 aparições na *Folha*, e 6 n' *O Globo*, aparecem nos jornais muitas vezes fazendo referências a eventos das quais elas constam nos nomes, como nas diversas vezes referida Conferência. Podem também aparecer nas falas de entrevistados, sendo GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) referenciada mais comumente quando se trata de matérias abordando o consumo por pessoas LGTB. Transformista refere-se a um universo mais artístico, a *shows* em boates ou performance durante a Parada, e teve 8 aparições na *Folha* e 6 n' *O Globo*.

HSH e MSM não são citadas nos jornais nessa forma, com poucas exceções, como no lançamento da campanha anti-Adis. A alta incidência das siglas (HSH com 57 aparições na *Folha* e 32 n' *O Globo*, e MSM com 18 citações na *Folha* e 11 n' *O Globo*) aponta para textos nos quais há sugestões de relacionamentos homossexuais ou lésbicos, a partir de insinuações (a cantora que deu um selinho na colega, por exemplo). Forma muito comum em matérias policiais sobre assassinatos motivados por homofobia (conferir ARRUDA, 2001), costuma ocultar os reais motivos do crime, seja porque a família se recusa a oferecer dados, seja por desinteresse da polícia de investigar. Textos com essas formas de referência às homossexualidades são reforçadores, em certo sentido, da epistemologia do armário trabalhada por Eve Kosofsky Sedgwick (1990; 2007).

Um exemplo de texto no qual não aparece referência (variável que tem 51 aparições na *Folha* e 13 n' *O Globo*) é a carta do leitor que considera equivocada a lei que pune a homofobia, posto que ela seria uma fobia como outra qualquer (a carta será analisada adiante). Ali, apesar de a homofobia ser o tema principal, ela não está associada a lésbica, gay, bissexual, travesti ou transexual, bem como não há sugestão que a ligue a

HSH ou MSM. Nessa variável prevalece a citação explícita da homofobia sem que ela identifique uma vítima dentre as pessoas do universo LGBTTT.

Questões outras devem ser lembradas no que diz respeito às identidades. Além do que apontamos relativamente a processos de visibilidade/invisibilidade, é preciso ressaltar que pessoas pertencentes a essas identidades são às vezes silenciadas em momentos cruciais. Eloquente foi o silenciamento das travestis, que na maioria das matérias tiveram seus pontos de vista, no auge da confusão com Ronaldo, divulgados pelo filtro do delegado, de modo diferente daquele que ocorreu com o jogador, que aparecia também por meio da sua assessoria, e não somente pela voz do delegado, e que teve a oportunidade de se explicar pelo *Fantástico*, com reprodução na *Folha* e n' *O Globo*. Silenciadas foram também as lésbicas na cobertura da Parada LGBTTT, pois a caricatura que delas se fez no texto da *Folha* não foi construída para além da visão superficial das mesmas em cima do trio elétrico.

Do silenciamento de vozes dos atores identitários LGBTTT detectado naquelas situações, assim como em outras, decorre o silenciamento de diversas dimensões da homofobia. Primeiro, porque pessoas LGBTTT pertencentes aos estratos sociais que não se enquadram no público presumido da *Folha* e d' *O Globo* (classes média e alta urbanas, com elevado nível de educação formal e de consumo de bens materiais e de produtos culturais), praticamente não existem para os dois jornais. Salvo raríssimas exceções, estas marcadas pela aparição estereotipada e caricatural, como as personagens do primeiro “divórcio gay”, essas pessoas não são convocadas para as matérias como fontes ou têm acontecimentos nas quais estão implicadas divulgados. A homofobia costuma se manifestar às vezes de forma mais veemente nos locais onde residem essas pessoas, sem que elas disponham dos mesmos instrumentos para enfrentá-la ou mesmo para denunciá-la.

Um segundo silenciamento de dimensões importantes da homofobia está em que ela dificilmente vem associada a outras formas de preconceitos, misturando sexismo e racismo, por exemplo. Com isso, a homofobia reduz-se às formas mais evidentes das violências físicas e simbólicas, deixando passar até mesmo as sugestões de que há outros elementos complexificando a homofobia colocada sob os holofotes por acontecimento de grande repercussão. Foi o que ocorreu quando o advogado dos sargentos Laci e Fernando denunciou as perseguições e prisões patrocinadas contra seus

clientes como homofobia estatal, termo que foi citado sem qualquer tipo de problematização. Deixou-se, assim, escapar oportunidade de ampliar os sentidos da homofobia para os leitores, o que não significa prejuízos apenas do ponto de vista da qualificação das informações, mas também da perspectiva de ampliar as possibilidades de a sociedade, em seu conjunto, vir a tomar conhecimento dos prejuízos individuais e sociais que a homofobia, como qualquer outra forma de preconceito que desqualifica, que rebaixa as pessoas, retirando-lhes direitos fundamentais no campo da cidadania, é capaz de causar.

4.5. As narrativas com suas vozes e a tessitura da intriga

Uma primeira e necessária observação, é que se estamos tomando como modalidades narrativas categorias que para muitos autores da área do jornalismo seriam melhor identificadas como gêneros jornalísticos, o fazemos por duas razões principais. Uma diz respeito ao fato de vislumbramos em diversas modalidades textuais por nós identificadas características de narratividade, como a presença de personagens, vocalizações às vezes distintas (polifônicas) e articulação entre mimese I, II e III, compondo os principais elementos que definem a tessitura da intriga, nos termos discutidos no capítulo dois. A vocalização em narrativas jornalísticas, como já apontamos, ocorre mais frequentemente a partir de fontes ouvidas para obtenção de informações, fazendo-se necessário ressaltar que fontes e personagens não necessariamente se misturam, ainda que ocasionalmente isso possa ocorrer. Uma segunda razão é que há um claro limite em diversos estudos que propõem os textos jornalísticos como gêneros, ao pretendê-los “gêneros puros”, simplificando as possibilidades de apreensão mais enriquecedora dos modos como os acontecimentos são enquadrados. Por essas razões, ao lidarmos com a perspectiva de modalidades narrativas, ao invés da tradicional classificação por gêneros, a intenção é evitar a rigidez que tem marcado algumas análises destes últimos, ainda que continuemos a usar os nomes artigo, cartas de leitores, charges, comentários, editorial, entrevista, nota, notícia e reportagem como referência. Há um limite que se evidencia em muitos trabalhos sobre os gêneros por pretendê-los como de antemão já possuindo características que, de certo modo, antecipariam a análise, conformando-a pelo viés das classificações e não pela leitura específica do *corpus* de que dispôs o pesquisador.

Por exemplo, pela simples verificação da prevalência dos gêneros informativos, pode-se inferir que uma determinada cobertura não se posicionou relativamente ao tema sob escrutínio. Notas, notícias e reportagens, classificadas como gêneros informativos, não são neutras relativamente aos temas que abordam. O que nossa análise busca evidenciar é que, trabalhadas como modalidades narrativas, os posicionamentos aparecem nas notas, nas notícias e nas reportagens à medida que vozes são convocadas – ou silenciadas – e que são construídas personagens que poderiam aparecer matizadas de modos distintos daqueles detectados – por exemplo, sem as marcas caricaturais que forjam uma imagem delas e, por extensão, do grupo social à que pertencem. Por outro lado, que há modalidades narrativas de natureza predominantemente opinativa, a própria organização dos textos nas páginas dos jornais o indica, além, naturalmente, do realce dessa característica pela leitura desse conjunto de textos. Mas daí partir de conclusões *a priori* de que os artigos, cartas de leitores, charges, comentários, editoriais e entrevistas, quando prevalentes, indicariam posicionamentos únicos de um determinado veículo de comunicação, dos articulistas (internos e externos), dos leitores e da pessoa entrevistada, é desconhecer a natureza relacional implicada nos seus contatos com os consumidores, para ficarmos apenas em uma limitação. Nesse sentido, se um editorial, isoladamente, pode trazer exclusivamente o ponto de vista de um determinado veículo informativo, artigos, cartas de leitores ou entrevistas poderão apresentar pontos de vista que o contraponha. De uma perspectiva relacional, é este conjunto que permitirá identificar ambiguidades no posicionamento do veículo, e especialmente as negociações de sentido com outros atores sociais. Ademais, como o provam as notas, a classificação por gêneros tende a fixar em uma categoria estanque textos que se apresentam, a depender das circunstâncias, como informativos ou opinativos. Diferente é a nota que limita-se a informar sobre a realização de um evento, trazendo detalhes tais como dia, local, horário e entidade promotora, daquela produzida por colunista que entra no mérito relativamente a algum aspecto do evento.

Essas observações não podem deixar de considerar que, se há a tendência, em artigos e em editoriais, de textos com características de narratividade pouco acentuadas ou mesmo ausentes, isso não lhes exclui essa possibilidade. Até mesmo pela estratégia de argumentação mais persuasiva, artigos e editoriais poderão ter a necessidade de trazer outras vozes sociais, sem as quais não seriam possíveis, por exemplo, contraposições de pontos de vista para realçar maior acerto das ideias do articulista ou do editorialista. A

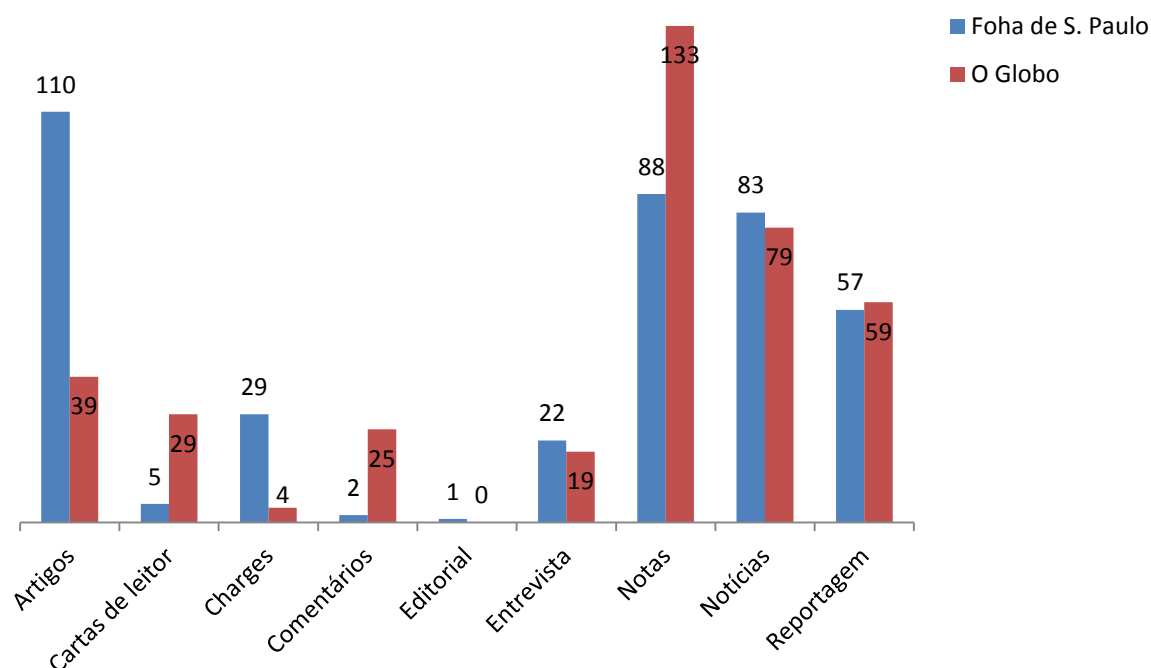
construção de personagens, nessa mesma perspectiva, também se verifica com razoável frequência nos artigos e nos editoriais, de que são exemplos políticos que aparecem como mal humorados, para ficar em apenas uma possibilidade.

Para efeito dessa perspectiva metodológica, é necessário precisar o que estamos definindo como cada uma das modalidades textuais, sem pretender que elas se apresentem como universalmente válidas. Suas limitações ao escopo do nosso trabalho dizem, inclusive, da sua construção a partir do que nos foi possível observar pelo conjunto das narrativas que analisamos. Nesse sentido, artigos são aqui considerados não somente os textos de colaboradores externos, a exemplo de autoridades políticas e pesquisadores, como também dos colaboradores fixos, inclusive assim nomeados pelos dois jornais. Cartas de leitores são consideradas naquilo que lhes é peculiar: textos com os pontos de vista de leitores publicados em espaços delimitados para tal, o que não permite confundi-los com os artigos, que são também potencialmente de leitores da *Folha de S. Paulo* e *d'O Globo*. As Charges compreendem os desenhos de natureza mais caricatural, às vezes sem texto que os acompanhe, e as tirinhas, estas, em sua maioria, com as mesmas personagens e de uma mesma autoria. Como comentários identificamos frases destacadas no corpo dos jornais, explorando algum tema publicado em outro texto ou ao estilo de frases nomeadas como “do dia” ou “da semana”. Assim como as cartas de leitores, o editorial é uma modalidade que não se apresenta distinta da sua classificação tradicional. Entrevistas são consideradas aqui não como o procedimento técnico de recolha de informações junto a fontes diversas, mas como textos que, após uma pequena introdução explicativa sobre a pessoa entrevistada, organiza-se em torno de perguntas e respostas. As notas dizem tanto de pequenos textos informando de maneira direta sobre determinado acontecimento ou tema, quanto dos textos curtos muito comuns em colunistas fixos dos jornais. Como notícias classificamos todos os textos de natureza factual que trazem dados mais completos do que as notas, informando sobre detalhes dos acontecimentos a partir da lógica de responder as perguntas básicas da informação jornalística (o que, quem, quando, onde, como e por que), hierarquizando-as segundo as lógicas próprias a cada estilo dos jornais. Por fim, as reportagens dizem respeito a textos mais complexos do que as notícias, contextualizando determinado acontecimento ou temática para além da factualidade, ao buscar relações sociais, políticas, culturais, comportamentais ou de outra ordem implicadas.

Uma outra nota explicativa. Optamos por não lidar com os textos a partir da análise do discurso, o que nos demandaria outros instrumentais teórico-metodológicos, apesar de reconhecermos, tal como propõe, entre outros, Cristina Ponte (2005a), que as narrativas são também marcadas por aspectos discursivos, não somente porque portadoras de visões de mundo, das fontes e dos operadores jornalísticos, como porque se reportam a discursividades que são exteriores ao universo jornalístico, como no caso de informações sobre os mundos das ciências. Nas análises que se seguem, começamos pela apresentação dos aspectos quantitativos, passando na sequência para uma breve descrição dos textos que compõem cada acontecimento sob foco, entremeada com considerações sobre aspectos mais relevantes que se sobressaem em cada um ou no conjunto deles.

Terminadas a descrição e as considerações mais genéricas, empreendemos a análise narrativa propriamente dita. Neste momento, verificamos a presença ou não de polifonia e modos de composição de personagens na tessitura da intriga, em cada um dos quatro acontecimentos destacados para a nossa construção analítica. Dessa primeira aproximação emergem outros elementos que se somam aos que já foram abordados nas categorias analisadas anteriormente, de modo a permitir o cumprimento do objetivo de verificar os enquadramentos prevalentes em cada acontecimento, se isso implica na construção jornalística dos acontecimentos, e em caso afirmativo, como é que se opera essa construção, lembrando a condição de ator social do jornalismo como pano de fundo.

Modalidades Narrativas



Ao contrário da quase coincidência no número total de narrativas encontradas nos dois jornais, as modalidades narrativas apresentam diferenças significativas entre a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A primeira diferença está no número de artigos, 110 na *Folha* e 39 n’*O Globo*, fato que se explica sobretudo pela grande quantidade de artigos de colaboradores fixos do jornal paulista, com destaque para o colunista José Simão, que assina coluna diária (não publicada somente nas segundas), no caderno *Ilustrada*. No jornal carioca também encontramos humoristas fixos que são mais recorrentes na abordagem da homofobia e das sexualidades LGBTT, como Agamenon Mendes Pedreira (pseudônimo dos comediantes Hubert e Marcelo Madureira, do *Casseta e Planeta*, com humor politicamente incorreto que não poupa ninguém de tiradas preconceituosas e estereotipadas) e João Ximenes Braga, este quase sempre assinando textos desfavoráveis às homossexualidades, na linha “respeito, mas...”.

Se há mais artigos na *Folha*, *O Globo* traz maior quantidade de cartas de leitores (29, contra 5 do jornal paulista), explicável, em parte, pelo fato de algumas cartas aparecerem no caderno dedicado à televisão, publicado aos domingos. Independente dessas cartas em caderno específico, no entanto, é no jornal carioca que há maior quantidade também de temas abordados, como a burocracia legal que dificulta a mudança de registro civil por pessoas que fizeram cirurgia de mudança de sexo e

opiniões sobre a briga entre os candidatos a prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella e Fernando Gabeira⁵⁸, quando o primeiro, identificado como ex-bispo da Igreja Universal, acusou o adversário de ser favorável ao aborto e ao casamento entre homossexuais. Nessas cartas, aliás, mistura-se defesa dos homossexuais com ataques a Crivella e sua igreja, ainda que uma carta o defenda. O tema religião aparece em cartas também quando da invasão do Congresso por religiosos que protestavam contra o projeto de lei 122, que criminaliza a homofobia e que está emperrado exatamente por pressões de grupos religiosos, católicos e evangélicos, contrários. Este acontecimento foi noticiado somente pelo *O Globo*⁵⁹. Chama atenção que os quatro acontecimentos que analisaremos mais detidamente (Ronaldo X travestis, sargentos gays, Parada do orgulho LGBTTT de São Paulo e campanha anti-Aids do Ministério da Saúde dirigida a homens que fazem sexo com homens), apesar de terem repercutido internamente aos jornais e na sociedade, contribuíram muito pouco para o total de cartas de leitores, nos dois jornais.

Os números invertem-se quase idênticos quando passamos às charges, com 29 publicadas pela *Folha* e somente 4 pelo *O Globo*. Como na categoria charges estão incluídas as tirinhas, isso explica o maior número no jornal paulista, que publica diariamente tiras de Adão Iturrusgarai, recorrente em personagens homossexuais e no desenho de situações referentes às sexualidades LGBTTT. Quanto aos comentários, eles são mais recorrentes n' *O Globo* (25), contra apenas 2 na *Folha*. Em sua maioria, os comentários aparecem sob a forma de frases, identificadas como “do dia” ou “da semana” e podem incluir trechos de conversas enviadas por leitores, fora dos espaços próprios para suas cartas, como comentários sobre o que está na moda no universo gay ouvidos na fila do cinema.

⁵⁸ No mês de março os dois jornais deram destaque à declaração de Marcelo Crivella, buscando identificar os impactos para a eleição a prefeito do Rio de Janeiro. Mais do que a manifestação de preconceito individual de Crivella e da Igreja Universal, à qual diz não mais pertencer como pregador, apenas como fiel, o episódio é revelador do uso das relações homoafetivas e da legalização do aborto como estratégia para desqualificar, frente aos eleitores, o candidato adversário. Não nos ocuparemos detidamente dos textos em nossas análises, mas retomaremos o episódio quando da verificação das cartas dos leitores.

⁵⁹ VASCONCELOS, Adriana. *Fiéis tentam invadir Senado contra lei que pune homofobia*. Rio de Janeiro: O Globo, página 9, O País. 26/07/2008. O jornal carioca retoma as reações conservadoras de religiosos em outro texto, descrevendo protestos de evangélicos contra a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, tendo como uma das principais motivações o que consideram apoio da prefeita a homossexuais e prostitutas: MARTIN, Isabela. *Grupo de evangélicos vai às ruas contra Luizianne*. Os textos também não serão objeto de análises mais detidas. O primeiro será retomado por meio de cartas de leitores que o repercutiu.

A ausência de editoriais no jornal *O Globo* e a publicação de um único na *Folha* poderia indicar, à primeira vista, que os jornais têm pouca importância à homofobia e a temas correlatos, leitura que se revela reducionista. Em primeiro lugar, porque a temática não está ausente na cobertura noticiosa dos dois veículos sob escrutínio, ainda que silenciando aspectos importantes da homofobia e, especialmente, das pessoas LGBTT, suas maiores vítimas, como oportunamente abordaremos. Mas, sobretudo, porque não é somente por meio de editoriais que as publicações se posicionam frente a um determinado tema, mas por meio de colunistas e articulistas fixos e de colaboradores eventuais. Também pode-se perceber que, ao pautarem acontecimentos acidentais referentes à homofobia, os jornais se posicionam, e inclusive favoravelmente, na maioria das vezes, ao combate à homofobia e à proteção das pessoas LGBTT contra suas formas – físicas e psicológicas – e consequências, ainda que mantendo/reforçando determinados estereótipos. O único editorial, aliás, trata mais especificamente de pesquisas da Organização Mundial de Saúde sobre o aumento da incidência de casos de Aids entre homens que fazem sexo com homens.

O número de entrevistas se apresenta equilibrado, com 22 na *Folha* e 19 na *O Globo*. Elas incluem perguntas e respostas com especialistas sobre homossexualidades e Aids, membros do Poder Judiciário e personagens envolvidas em casos de homofobia, como os sargentos gays e vítima e agressor em denúncia formal de homofobia ocorrida na cidade de Pontal, interior de São Paulo, que resultou na primeira condenação de pessoa física pela lei daquele estado que pune atos homofóbicos. Essa foi uma cobertura exclusiva da *Folha*, já referida anteriormente. As entrevistas são claro indicativo de que um tema foi considerado relevante para a cobertura específica que um veículo de informação promove de determinada temática, à medida que permite aprofundar aspectos relevantes para a compreensão do acontecimento em tela.

A explicação para o desnível no número de notas (133 na *O Globo* e 88 na *Folha*) encontra-se principalmente na importância de dois colunistas do jornal carioca para o tratamento de questões relativas à homofobia e às sexualidades LGBTT: Anselmo Góis e Joaquim Ferreira dos Santos. Ambos publicam, com grande frequência, notas, muitas vezes matizadas pelo humor – inclusive estereotipado, embora sutil na eventual manifestação de preconceito – em que abordam diretamente situações ligadas a atitudes de preconceito contra pessoas LGBTT. Algumas dessas notas dizem respeito a eventos

sociais e culturais e outras trazem denúncias de homofobia praticada por pessoas ou instituições, como aludimos anteriormente.

Se as notas apresentam desequilíbrio, o mesmo não acontece relativamente às matérias, com número ligeiramente superior na *Folha* (83), na comparação com *O Globo* (79). Por esse motivo, não é possível indicar razões precisas para a pequena diferença verificada, o mesmo prevalecendo para as reportagens, com inversão também quase insignificante nos números: 57 na *Folha* e 59 n' *O Globo*. A diferença que estabelecemos entre notícias e reportagens, conforme já delineado no início deste tópico, diz respeito, principalmente, ao nível de aprofundamento, maior em reportagens, que geralmente lidam com as temáticas a partir de um número superior de fontes ouvidas, ampliando o alcance informativo comparativamente às matérias, e ao compromisso com a factualidade, que está ausente nas reportagens e é fundamental nas notícias, que se nutrem dos acontecimentos a partir do critério de recenticidade. Reportagens podem ser produzidas a partir de lançamentos de livros, de pesquisas de opinião ou outros motes, como a repercussão de casos polêmicos (FERRARI e SODRÉ, 1986, dentre outros). Note-se, a este respeito, que nenhum dos jornais ampliou, por meio de reportagens, as questões presentes nos casos Ronaldo X travestis e sargentos gays, assim como relativamente à Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo ou à campanha do Ministério da Saúde abordando a disseminação da Aids entre homens que fazem sexo com homens⁶⁰. As possibilidades de reportagens diante de situações como essas elevam-se ao infinito, podendo abordar de questões comportamentais aos tabus e preconceitos relativamente a práticas de homofobia institucionalizadas ou à estigmatização de grupos de pessoas dentro do universo LGBTT. Sobre as reportagens é importante também ressaltar que ao se decidir por elas, os jornais estão indicando nível maior de importância dada aos temas nelas abordados.

Antes de passarmos para a análise dos quatro acontecimentos que tomamos como exemplares para o desvendamento dos modos como a homofobia e as homossexualidades aparecem na *Folha* e n' *O Globo*, nos permitindo, ao final do escrutínio das categorias analíticas, melhor delinear os enquadramentos, retomaremos as cartas dos leitores para estudo em separado. Lidar com as opiniões dos leitores à parte nos possibilitará ampliar a verificação sobre as negociações que o jornalismo estabelece

⁶⁰ Apenas *O Globo* dá tratamento próximo ao de reportagem ao aumento da incidência de casos de Aids entre HSH, em texto que será analisado mais detidamente adiante.

cotidianamente com os atores sociais na matização dos acontecimentos noticiados, integrando essas opiniões, nas considerações finais, às demais estratégias de enquadramento. Separá-las é ainda necessário porque, em sua maioria, elas não abordam os quatro acontecimentos nucleadores da nossa análise, não se encontrando, assim, como modalidade textual neles contemplados.

Com menor número de cartas de leitores na *Folha*, apenas cinco, duas nos chamaram mais atenção. Uma delas abordou negativamente o projeto de lei que criminaliza a homofobia, a única, a propósito, que o jornal publicou sobre este tema. Com veemente argumentação contrária ao projeto de lei federal não detectada em qualquer outro texto do jornal paulista, o leitor Elzio Flavio Bazzo, de Brasília, considera que o excesso de leis que supostamente protegeriam grupos sociais cria uma espécie de burocracia penitenciária⁶¹.

Está em pauta – com o apoio de celebridades e do presidente da República – um projeto de lei que considerará a homofobia um crime. Isso é uma idiotice semântica. Não é possível que juristas, psiquiatras, psicólogos e os próprios interessados ainda não tenham se dado conta disso. Esses senhores têm a obrigação de saber que não apenas a homofobia, mas todas as outras 200 e tantas fobias (agorafobia, hipnofobia, coprofobia, ergasiofobia, claustrofobia⁶² etc.) são transtornos psicopatológicos com etiologia na história psíquica das pessoas e que não dependem de suas idiosincrasias, de suas preferências e muito menos de suas vontades. Criminalizar alguém por homofobia, heterofobia, hidrofobia ou por outra fobia qualquer seria reeditar a ignorância medieval, época em que se tentava tratar a histeria e outras doenças mentais a pauladas. (BAZZO, 2008, p. A3.)

Junto com o argumento surrado de que leis não resolveriam problemas ligados aos preconceitos, forma mais simples de reduzir as discussões sobre a necessidade de combate a eles por todos os meios necessários, dentre os quais os legais, a carta, de leitor que demonstra conhecimento especializado (dicionarizado?) das fobias, chama atenção para os riscos de considerar a homofobia uma doença. No capítulo 1 abordamos esse aspecto, um dos mais problemáticos na definição da homofobia e dos seus

⁶¹ BAZZO, Elzio Flavio. *Fobias*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2008, página A3, painel do leitor. 16/06/2008.

⁶² Seguem as definições, segundo o Dicionário Houaiss (HOUAISS & VILLAR, 2001), das fobias listadas, não constando o neologismo heterofobia criado pelo leitor, cujo significado parece evidente. Agorafobia: medo mórbido de se achar sozinho em grandes espaços abertos ou de atravessar espaços públicos; coprofobia: medo mórbido de defecar ou das fezes; hipnofobia: medo de dormir, terror ou medo durante o sono; ergasiofobia: horror mórbido ao trabalho, usado como forma de cultismo, já que tem seu equivalente ergofobia, de uso corrente; claustrofobia: medo mórbido de permanecer em lugares fechados; e hidrofobia: medo ou horror mórbido à água ou outro líquido.

alcances, à medida que, fosse a homofobia de fato uma doença, o leitor estaria com a razão. Como ela não é, as pauladas dela derivada continuam tirando vidas e nem sempre é possível punir os agressores, precisamente pela ausência de lei que a tipifique como crime de ódio motivado por rechaço sexista. A outra carta aborda negativamente a decisão do Ministério da Saúde de realização de cirurgias de mudança de sexo pelo Sistema Único de Saúde. Celso F. A. Leite indaga: “Durante anos, os homossexuais lutaram para que o homossexualismo deixasse de ser considerado uma patologia e fosse tratado como uma questão de opção. Se não é doença, por que o contribuinte tem de arcar com o custo da mudança de sexo de uma pessoa via SUS?”⁶³. As confusões do leitor entre transexualidade e homossexualidade, assim como o uso do termo opção sexual, e não orientação sexual, encontram respaldo na cobertura dos jornais, já que especialmente a última confusão é comumente repetida nas falas de fontes e nos textos de jornalistas, e a primeira requer explicação um pouco mais sofisticada do que aquela ao alcance da produção jornalística rotineira. Posições contrárias à decisão do SUS reaparecerão em cartas de leitores d’*O Globo*.

Das 29 cartas de leitores detectadas n’*O Globo*, seis abordaram a lei que criminaliza a homofobia, número superior ao total de cartas publicadas em todo o período pela *Folha*. Dessas, quatro se manifestam favoravelmente ao projeto de lei, uma contra e outra teme a extensão da lei, que poderia proteger pedófilos, por interpretação equivocada do leitor que a escreveu, não somente por considerar pedofilia equivalente a homossexualidade, mas por pressupor que ao invés de criminalizar a homofobia a lei eliminaria os crimes sexuais. Desse modo, para ele, se é necessário uma lei que proteja os homossexuais, generalizá-la não é aceitável⁶⁴. A carta desfavorável à lei também é marcada por interpretações equivocadas, sugerindo que tal instrumento legal, se aprovado, implicaria em censura até mesmo de trechos bíblicos⁶⁵:

Uma coisa é respeitar os homossexuais como cidadãos, outra é o que pretende essa lei da homofobia que está no Congresso. Gostaria de saber se o povo brasileiro, se convenientemente esclarecido, daria apoio a uma lei que pretende impor por decreto que o comportamento homossexual é normal, a ponto de impedir que se lhe faça quaisquer restrições de ordem moral. O que diriam os pais deste país se lhes dissessem que seus filhos passarão a ser bombardeados com

⁶³ LEITE, Celso F. A. *Mudança de sexo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2008, página A3, Painel do Leitor.

⁶⁴ ROCHA, Sandro. *Punir a homofobia*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 6, Cartas dos Leitores. 28/06/2008.

⁶⁵ BARROS, João de. *s/t*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 6, Cartas dos Leitores. 27/06/2008.

propaganda homossexual nas escolas? O que diria a maioria católica se soubesse que à sua igreja ficará interdito mostrar que a homossexualidade é um comportamento incompatível com a moral? E como seria a reação de todos aqueles que presam (sic) as escrituras sagradas se viessem a ter censuradas partes delas em que a condenação do homossexualismo é explícita? (BARROS, 2008, p. 6)

Reveladora dos pontos de vista religiosos que, como vimos no capítulo 1, foram fundamentais no estabelecimento de discursividades que instauraram as bases do pensamento homofóbico e da heteronormatividade misógina, a carta também revela confusões propositais do autor, a partir da premissa da anormalidade do desejo homoafetivo. Primeiro, o projeto não entra no mérito de restrições morais, e estas não podem se confundir com as diversas formas da injúria (ERIBON, 2008). Segundo, não há previsão de propaganda homossexual, seja lá o que for isso. Terceiro, a ideia da homossexualidade como incompatível com a moral não é consensual no seio de todo o catolicismo (PAPÍ, 2007), religião cujos fiéis são invocados pelo leitor. Quarto, há interpretações que divergem da suposta condenação bíblica do “homossexualismo” (HILTON, 1992; ALLEN, 2006; PAPÍ, 2007).

Das cartas favoráveis à aprovação da lei que pune a homofobia, uma tece os argumentos com base nas leis já aprovadas que protegem “mulheres, negros, deficientes físicos, idosos... (Aliás, quantos séculos de opressão!)” e na importância econômica e contribuição “com seu saber para o avanço do país”⁶⁶. As outras três sustentam seus argumentos com base no amor de Deus e de Jesus, com críticas às posturas de alguns fiéis que invadiram o Congresso como forma de pressão pela não aprovação da lei que criminaliza a homofobia, conforme notícia anteriormente referida. Dessas, reproduzimos uma⁶⁷:

É deplorável a atitude dos 1.500 evangélicos e católicos que protestaram contra o projeto de lei 122, que criminaliza a homofobia. Convém lembrar a estes fanáticos moralistas que homossexuais e bissexuais são criaturas de Deus, amadas por Jesus, e que eles leiam o artigo “Os gays e o Papa”, do padre e historiador Luis Corrêa Lima, publicado no GLOBO (13/06), um belo texto humano e elucidativo. O projeto de lei faz justiça aos gays, cidadãos com direitos e deveres como os demais, e nunca poderia servir de inaceitável pretexto para exacerbar a homofobia de grupos religiosos atrasados e obsoletos, que usam políticos para impor suas idéias absurdas. Chega deles! (VIVACQUA, 2008, p. 6)

⁶⁶ SCHULER, Sandra Stumpf. *Punir a homofobia*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 6, Cartas dos Leitores. 27/06/2008.

⁶⁷ VIVACQUA, Eduardo. *s/t*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 6, Cartas dos Leitores. 27/06/2008.

Mesmo favoráveis ao projeto de lei que criminaliza a homofobia, não é possível negligenciar que os leitores estabelecem limites claros à aceitação, talvez apenas tolerância, aos homossexuais. Primeiro, a ideia de que homossexuais são defensáveis por sua importância econômica e saber. Segundo, parece claro que gays, homossexuais e bissexuais referem-se exclusivamente ao gênero masculino, não contemplando lésbicas, transexuais e travestis. As últimas, como veremos, não foram defendidas por leitores do jornal carioca por ocasião do envolvimento de três com o jogador Ronaldo.

Outras seis cartas já haviam abordado os preconceitos contra homossexuais por ocasião das declarações do senador e candidato a prefeito do Rio, Marcelo Crivella, de que Fernando Gabeira, um dos seus adversários, era defensor do aborto e de “homem com homem”. Dessas, duas defendem Crivella e, por extensão, atacam os gays. Três misturam ataques a Crivella e à Igreja Universal, da qual é ex-bispo, com a defesa de Gabeira, aparecendo posições favoráveis aos homossexuais, de forma explícita, ou apenas referindo-se à defesa deles por parte de Gabeira. Uma outra é ambígua quanto a ser ou não favorável aos homossexuais⁶⁸:

O candidato Marcelo Crivella se mostrou altamente preconceituoso ao dizer que o candidato Fernando Gabeira apóia a discriminação da maconha e, por apoiar a união de gays, na Alemanha em 32 e na Itália, discursos parecidos foram profetizados, e deu no que deu. Ele se diz homem da “igreja” mas, pelo que eu saiba, Deus não discrimina nem cobra “pedágio” para ir para o céu. Na democracia, deveria imperar a “Lei de Murici” – cada um sabe de si, e gosto não se discute, mesmo que seja de mau gosto. O que deve ser discutido são a proibidade e a competência. (SERRADO, 2008, p. 6, com destaques no original.)

O estilo truncado da carta pode ter contribuído para a ambiguidade sobre ser ou não favorável aos homossexuais, mas resolvemos destacá-la para nos ajudar a clarear as relações que se evidenciam na cobertura d’*O Globo* entre religiões e homofobia, que aparecem em outros momentos da nossa análise. Uma primeira observação é que as chamadas igrejas evangélicas são sempre associadas a posturas homofóbicas, principalmente a Igreja Universal, sem que sejam ouvidas para seus pontos de vista – as únicas exceções detectadas vieram exatamente das duas cartas acima referidas. Importante também é que em diversos textos a Igreja Católica é referida diretamente, ou por sugestão, seja por posturas homofóbicas, seja por posturas conservadoras que

⁶⁸ SERRRADO, José Magalhães. . s/t. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 6, Cartas dos Leitores. 22/03/2008.

dificultam, por exemplo, tratar de temas como Aids e doenças sexualmente transmissíveis nas escolas. Também não é comum convocar representantes da Igreja Católica para apresentar defesa ou expor pontos de vista nos próprios textos em que ela aparece implicada. No entanto, como vimos anteriormente, diferentemente das demais religiões, há um padre e historiador que, pelo menos em duas ocasiões no período da nossa pesquisa, teve artigos publicados nos quais apresentou pontos de vista da Igreja Católica relativamente aos modos como ela lida com a homossexualidade.

Ainda relevantes foram quatro cartas tratando de cirurgias de mudança de sexo. Três se posicionam contra a medida tomada pelo Ministério da Saúde de realizá-las pelo SUS, com argumentos parecidos: há tanta gente que morre ou fica na fila à espera de atendimento, que não justifica uma tal cirurgia, dentre outras razões, pelo número reduzido de pessoas que recorreriam a ela, e pelo fato de não haver dentre essa minoria risco de morte. Tanto quanto no caso do leitor da *Folha*, o preconceito resulta também do desconhecimento dos sofrimentos a que estão sujeitas pessoas transexuais, como indica o estudo de Berenice Bento (2006). Sofrimentos que não se encerram com a cirurgia, como indica a carta de Sarita Matarazzo, que fez a cirurgia “há quase um ano” e ainda aguarda decisão judicial morosa para retificação civil, pois não há lei no Brasil que regule a situação de pessoas que como ela redesignaram o sexo. Dentre os prejuízos, Sarita lembra que durante o processo muitos direitos de cidadão ficam bloqueados: “estudar, votar, comprar com cartão de crédito ou simplesmente ir ao médico, além do constrangimento de apresentar documentos que não representam mais sua condição física”⁶⁹.

O número superior de cartas n’*O Globo* aponta que o jornal atribuiu maior importância do que a *Folha* à interação com os leitores nas questões relativas à homofobia e às homossexualidades, mas essa constatação quantitativa não é de leitura assim tão simples. Além de privilegiar em parcela significativa dessas cartas questões que implicaram também as religiões, alguns dos acontecimentos que trabalharemos na sequência, ainda que de grande repercussão social, não foram objeto de comentários por parte dos leitores.

⁶⁹ MATARAZZO, Sarita. . *Sem documento*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 6, Cartas dos Leitores. 06/07/2008. As outras três cartas foram publicadas um mês antes.

As cartas de leitores destacam, em um primeiro nível, que não é possível aos jornais ignorarem as opiniões dos seus consumidores, processo já indicado nas discussões do capítulo 2 referentes às necessidades de criação de laços de certa afetividade, mas sobretudo de constância no consumo de cada veículo em particular (LANDOWSKI, 1992; REBELO, 2000). Mas elas são, acima de tudo, indicadoras das estratégias de negociação do jornalismo com outros atores sociais, dentre os quais os leitores são, pela razão anterior, uma primeira instância de negociação, que se apresenta de forma dupla: como estratégia de mercado, mas também porque os leitores aparecem nas páginas dos jornais como espécie de representantes da opinião pública, ou dela indicando algumas tendências, mesmo que sem passar pelos critérios de representatividade e proporcionalidade estatística. Como instâncias discursivas dentro dos jornais, os leitores ora funcionam como legitimadores das opiniões destes, ora como contraponto às matizações apresentadas nos textos em que não são explicitadas opiniões nem estas são sugeridas de forma significativa. Tome-se como exemplo as cartas condenando a decisão do Ministério da Saúde de realização das cirurgias de redesignação sexual via SUS, com opiniões contrárias, o que não se verifica no texto informativo.

4.5.1. O caso Ronaldo X travestis

Em recuperação no Rio de Janeiro de uma contusão que o afastou dos jogos pelo Milan, time italiano com o qual então estava sob contrato, o jogador Ronaldo envolveu-se, na madrugada do dia 28 de abril de 2008, em confusão com três travestis, que ele levou para o Motel Papillon, na Barra. O incidente aconteceu após a saída de uma festa de comemoração pela vitória do Flamengo sobre o Botafogo, em boate no mesmo bairro onde fica o motel, segundo versões conflitantes, contadas pelo delegado Carlos Augusto Nogueira, da 16ª DP (Barra da Tijuca), a partir dos depoimentos dos envolvidos. Pela versão de Ronaldo, ao constatar que estava com travestis, e não prostitutas, ele teria desistido do programa, oferecendo R\$ 1 mil para cada uma, que teriam recusado e tentado extorqui-lo em R\$ 50 mil. Já Andréia Albertini (André Luiz Ribeiro Albertino, destacaram os jornais), afirmou, em primeira versão, que Ronaldo se recusou a pagar pelo programa e que teria usado drogas, que ela saiu para comprar na Cidade de Deus, acabadas as que foram levadas inicialmente, enquanto o jogador permaneceu no motel

com as travestis Carla Camille⁷⁰ (com quem Ronaldo teria transado, versão que ele nega) e Veida Dezaroli. Por ter sido a única acusada da tentativa de extorsão, Andréia Albertini passou a protagonizar, ao lado de Ronaldo, as notícias sobre o caso, inclusive tendo sido formalmente denunciada por aquele crime⁷¹.

A primeira aparição do caso Ronaldo X travestis na *Folha de S. Paulo* e no *O Globo*⁷² teve conteúdo relativamente próximo do resumo do caso descrito acima, embora o jornal carioca deixe a entender que Andréia Albertini foi entrevistada para contar sua versão, que na *Folha* aparece como relato do delegado. Em ambos os jornais, um outro dado é importante para a análise do caso: Andréia filmou Ronaldo no motel e colocou o vídeo no *Youtube*⁷³, informação que a seguir desaparece do noticiário. Na *Folha* a primeira narrativa sobre o caso se encerra com o relato de três outras ocorrências envolvendo famosos e outra travesti, Angélica Castro, o primeiro em outubro de 2007, com o ator Gabriel Braga Nunes, e o segundo com os também atores Rômulo Arantes Neto (mais tarde entrevistado pela *Folha*, quando falou sobre o episódio⁷⁴) e Lui Mendes, em julho de 2007, dessa vez com o envolvimento também da travesti Fabiane Spears. Nos dois jornais, já na primeira versão o delegado dá a entender que Ronaldo foi vítima de um golpe e “que acha difícil haver alguma consequência para o jogador, mas que ainda precisa investigar todas as versões” (TOLEDO, 2008, p. D2). A tônica das notícias sobre o caso estava indicada, com predominância da versão de Ronaldo, embora colunistas, principalmente do *O Globo*, tenham feito, em seus textos, questionamentos colocando em dúvida pontos fundamentais da versão do jogador e mesmo dos procedimentos da investigação. Na *Folha*, a maioria das intervenções de

⁷⁰ No segundo dia da cobertura do caso, a travesti é identificada, n’*O Globo*, como Carla Tamini, sobrenome que prevalece a partir de então, aparecendo na *Folha* só com o primeiro nome, neste primeiro dia.

⁷¹ Foram identificados, na *Folha*, um total de 28 textos sobre o caso (10 do colunista José Simão), que teve cobertura iniciada no dia 29 de abril, sendo a última referência detectada em 16 de maio. N’*O Globo* identificamos 26 textos, com mesma data de início e término das referências, por ocasião de declaração de Caetano Veloso favorável a Ronaldo, noticiada pelos dois jornais. Estamos desconsiderando aqui as matérias que noticiaram a participação de Andréia Albertini na Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo, uma em cada veículo.

⁷² TOLEDO, Malu. *Ronaldo se envolve em confusão com travestis*. São Paulo: Folha de S. Paulo, Esporte, página D2. 29/04/2008. e COSTA, Célia. *Jogador Ronaldo Fenômeno se envolve em confusão com travestis*. Rio de Janeiro: O Globo, Rio, página 14. 29/04/2008.

⁷³ Trata-se de *site* para postagem de vídeos diversos, no endereço www.youtube.com. Não encontramos o vídeo em consulta realizada no dia 15 de junho de 2010.

⁷⁴ FOLHA DE S. PAULO. “Ronaldo caiu na mesma cilada que eu”. São Paulo: Folha de S. Paulo, p. E2, Ilustrada. 10.05.2008.

colunistas seguiu rumo diferente, com a “defesa” de Ronaldo no episódio, ou tentativas de entender sua atitude.

No segundo dia da cobertura, 30 de abril n’*O Globo*, e 1º de maio, na *Folha*, as informações sobre o caso acrescentam que Andréia Albertini teria, segundo depoimento de sua colega Carla, cobrado R\$ 50 mil para não fazer escândalo. A tônica, na *Folha*, é de descrição sem pormenores, até pelo que o jornal apresenta como limite de informações: apenas pela assessoria de Ronaldo, já que as travestis não teriam sido encontradas para apresentarem suas versões. *O Globo*, apesar de não fazer referências às dificuldades de obtenção de informações, traz mais dados, a partir de caso relatado na noite anterior, pelo *Jornal Nacional*, da *TV Globo*, de situação semelhante de extorsão de que teria sido vítima um morador da Bahia, sugerindo que o crime também fora cometido por Andréia. O jornal carioca informa ainda sobre a possibilidade de ruptura do contrato do jogador com a marca de produtos esportivos Nike, o que representaria prejuízos financeiros significativos para Ronaldo. Os dois jornais encerram as matérias destacando a repercussão do caso na imprensa estrangeira: jornais ingleses deram ao episódio tônica humorada, enquanto a imprensa na Espanha e na Itália ficou ao lado do jogador, segundo a tese de que ele havia sido vítima de tentativa de extorsão.

É n’*O Globo* que encontramos, no segundo dia, maior repercussão do caso, com três notas na coluna de Ancelmo Góis, destacando que Ronaldo está recluso e abatido após o episódio e que sua namorada, Bia Antony, não o acompanhou, pelo estremecimento da relação. Destaca ainda que as torcidas inimigas do Flamengo estavam usando o episódio para gozações (homofóbicas, embora o colunista não o diga). A coluna de Artur Xexéo⁷⁵ no jornal carioca é, neste segundo dia de cobertura, o diferencial. Iniciando o texto com a ressalva de que Ronaldo, “um dos homens mais poderosos do mundo”, “tem o direito de fazer o que quiser com seu desejo, mesmo depois de deixar a namorada em casa”, o colunista lista três situações que, em sua avaliação, permanecem inexplicadas. A primeira é como o delegado teria deixado fugir Andréia Albertini imediatamente após alertá-la sobre a possibilidade de enquadramento por extorsão. Segundo fato estranho, por que Ronaldo, que nega ter consumido drogas e ter sido roubado pelas travestis, ficou no motel esperando Andréia voltar da Cidade de Deus, onde teria ido comprar mais drogas, acabadas as que já teriam consumido. E por último,

⁷⁵ XEXÉO, Artur. *A longa noite de loucuras* – duas ou três coisas sobre a passagem de Ronaldo Fenômeno pela delegacia. Rio de Janeiro: O Globo, Segundo Caderno, página 12. 30/04/2008.

“ainda que ninguém tem nada a ver com quem Ronaldo leva para um motel”, “depois de ver as imagens de André/Andréa na TV e suas fotos nos jornais, dá para acreditar que o craque imaginou que ele fosse realmente uma mulher?” A abordagem do caso encerra-se com mais duas perguntas: “Em que mais Ronaldo acredita? Coelhoinho da Páscoa?” (XEXÉO, 2008, p.12).

Nos dias que se seguem a *Folha* privilegia, ao abordar a situação de Ronaldo, os eventuais prejuízos à imagem do jogador e, por extensão, financeiros, com ameaças de ruptura de contratos de publicidade milionários, além da não renovação do contrato com o Milan. O jornal dá grande destaque ainda ao fato de o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) ter se posicionado dizendo que Ronaldo jamais foi seu embaixador, como noticiado sobre as possíveis repercussões negativas para entidades que vinculam sua imagem à do jogador. A *Folha* apura que Ronaldo é embaixador de outro órgão da Organização das Nações Unidas, o Programa de Desenvolvimento desta entidade. Sempre ressaltando que Ronaldo havia se silenciado após o incidente com as travestis, a *Folha* alimenta seu noticiário a partir de depoimentos do delegado ou da assessoria do jogador, à exceção do aproveitamento de dados divulgados em entrevista que o jogador concedeu ao programa *Fantástico*, da *TV Globo*, no qual explicou, dentre outros pontos, que não transou com qualquer uma das travestis. Ao contrário d’*O Globo*, a *Folha* não apresenta colunistas questionando pontos controversos da versão de Ronaldo, ainda que se considere o humor politicamente incorreto de José Simão, que distribuiu alfinetadas tanto para Ronaldo, quanto para as travestis⁷⁶. Barbara Gancia, em coluna intitulada “Em defesa do fenômeno⁷⁷”, escreve, após lembrar que todos, com ou sem fama e dinheiro e apoio da família cometem gafes:

É melancólico e até meio patético que Ronaldo tenha escolhido comemorar a sua a caminho do ocaso futebolístico. Mas, a despeito de todas as conseqüências que o gesto impensado do ídolo, embaixador da Unicef e garoto-propaganda possam vir a provocar, ao ver Ronaldo com aquele ar desamparado de mendigo de porta de igreja, senti

⁷⁶ A título de ilustração, alguns trechos retirados de vários textos: “Tabela de traveca agora é assim: programa, R\$ 100. Dizer que não fez programa: R\$ 50 mil”. “Outra, o Fenômeno não vai mais ser embaixador da Unicef. Vai ser embaixador da UNISSEX.” “Só se fala no Ronalducho e nas três travecas. Ronalveca!. Se fosse o Maradona, não ia ter babado nenhum: ele dava logo uns tecos no pé e tirava foto com as meninas.” “Novidades no caso Ronaldo, do ronalveca! Ronaldo e suas travesturas! Diz que a Tim vai lançar um novo celular: O TRAVESTIM!”. “Nike lança chuteira com três traavas!”. “O escândalo Ronalveca: achou que ia enfrentar a República Tcheca, mas deu de cara com o Peru!”

⁷⁷ GANCIA, Barbara. *Em defesa do Fenômeno*. São Paulo: Folha de S. Paulo, Ilustrada, página C2. 02/05/2008.

vontade de pegá-lo no colo, de passar a mão em suas costas e dizer: “Pronto, já passou, já passou, está tudo bem”. (GANCIA, 2008, p. C2)

Gancia assegura, a respeito da afirmativa de Ronaldo de que confundiu as travestis com prostitutas, que “nos dias que correm, é legítimo confundir alhos com bugalhos”, justificando sua tese pelo fato de serem tantas as interferências por cirurgias plásticas em mulheres, que “às duas da matina” elas podem ser facilmente confundidas com travestis. Para evitar processos na justiça, a colunista limita-se a listar celebridades estrangeiras – Donatella Versace, Cher, Melaine Griffith, Meg Ryan e Madonna – mas lembrando que elas também são muitas no Brasil. Uma última justificativa para o deslize de Ronaldo estaria na natureza do macho: “... chiem os puristas o quanto quiserem, mas, para esta humilde datilógrafa que vos fala, homens são reféns de seus pingolins”. A tese é reforçada com outras atitudes tipicamente masculinas de descontrole diante de “uma bonitona”. Além do reforço do pressuposto da masculinidade como atração heterossexista desenfreada, Barbara Gancia promove a desqualificação das mulheres, via cirurgia plástica, posto que as tornariam tão falsas quanto as travestis, deixando no ar a hipótese de confundir travestis com transexuais, já que as últimas remodelam os corpos por meio de cirurgias de redesignação de sexo. Além de misóginos, os pontos de vista da colunista reforçam a heteronormatividade, sem questionar sua validade e limites. Ao citar o ocaso do jogador, Barbara Gancia faz coro a outra característica marcante da cobertura do caso pela *Folha*, o excesso de peso do jogador, problema que se soma à contusão que o impedia de jogar.

Mais matizado é o tratamento dado a Ronaldo na sequência da cobertura do caso pelo *O Globo*. Contribuiu para isso as muitas notas em tom humorado publicadas por Ancelmo Góis e por Joaquim Pereira dos Santos, além de questionamentos, também pelo mote do humor, da postura ambígua de Ronaldo diante do assédio da Imprensa. Vale aqui o registro de trechos da coluna de Arnaldo Bloch, sob o título “A hora da buzina”⁷⁸, após considerações sobre a recusa de entrevista com a repórter fictícia Maria Chuteira, durante a partida entre Flamengo e Botafogo, no qual as travestis são tratadas de forma depreciativa:

– É que vocês da imprensa sempre provocam a maior confusão. Por uma daquelas ironias do destino, horas mais tarde o fenômeno se

⁷⁸ BLOCH, Arnaldo. *A hora da buzina*. Rio de Janeiro: O Globo, Segundo Caderno, página 10. 04/05/2008.

envolvia, sem qualquer culpa da imprensa, numa confusão fenomenal com uma tropa de travestis. Ronaldo adora reclamar da mídia, como se os “efeitos nefastos” da cultura das celebridades fossem para ele novidade. Seria coerente se ele fosse avesso à exposição pública. Mas Ronaldinho ama a cultura das celebridades. Seu casamento foi um show midiático. E ele já declarou publicamente que “quer ganhar o Nobel da Paz” (onde já se viu, antes, alguém dizer “quero ganhar um Prêmio Nobel”, quanto mais o da paz?). (BLOCH, 2008, p. 10, com destaques no original.)

No noticiário regular há semelhanças com a cobertura da *Folha*, com destaque para os prejuízos financeiros, menos que aos problemas com o Unicef ou outro órgão das Nações Unidas. N’*O Globo* é noticiada a ruptura do contrato de Ronaldo com a TIM, empresa de telefonia, fazendo com que o jogador (referido como “craque”) deixe de ganhar, somente em 2008, 3 milhões de dólares, informação a cargo do colunista Ancelmo Góis⁷⁹. Em uma série de notas que fazem referência ao caso, Góis lembra que Ronaldo já deveria “estar se preparando para perder dinheiro – mesmo antes da confusão. Afinal, desde a Copa de 2006, ele não joga pela seleção e, por causa de sua lesão, não deve atuar pelo Milan este ano” (GÓIS, 2008, p. 22). Assim como na *Folha*, as informações sobre o caso são atribuídas à assessoria do jogador, ficando subentendido que as demais viriam de outras fontes, por exemplo, da empresa TIM. A reclusão de Ronaldo, somente quebrada para a entrevista ao programa *Fantástico*, talvez tenha contribuído para que a participação do jogador no episódio tenha ficado mais a cargo de colunistas do que ao noticiário regular. Ao reproduzir trechos da entrevista ao programa televisivo, *O Globo* destaca que Ronaldo reafirmou não ter usado drogas ou feito sexo com as travestis, que ele efetivamente teria confundido com prostitutas (“sou totalmente hetero e disso não tenho dúvida”, destaca a notícia)⁸⁰. O texto termina com a informação de que Andréia Albertini pode ser indiciada por furto e extorsão.

Passados os primeiros dias da cobertura, o caso Ronaldo X travestis reaparecerá, com foco no jogador, tanto na *Folha* quanto n’*O Globo*, tratando mais das possíveis perdas financeiras do jogador. Na *Folha*, em matéria sobre desmentidos das travestis de versões iniciais do caso, há informações sobre o fato de a ONU ter reconhecido oficialmente que Ronaldo é embaixador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, bem como desmentido da TIM sobre ruptura de contrato publicitário

⁷⁹ GÓIS, Ancelmo. TIM rompe contrato com Ronaldo. Rio de Janeiro: O Globo, página 22. 03/05/2008.

⁸⁰ O GLOBO. ‘Eu fiz uma grande besteira na minha vida’. Rio de Janeiro: O Globo, Rio, página 9. 05/05/2008.

com o jogador⁸¹. Dali por diante, Ronaldo passa a ser menos lembrado pelo episódio. A *Folha*, diferentemente de *O Globo*, repercutiu a entrevista que Ronaldo deu a Ana Maria Braga, do programa *Mais Você*, exibido todas as manhãs pela *TV Globo*. A condição para a entrevista imposta pelo jogador foi que não fossem feitas perguntas sobre o episódio com as travestis, fato destacado pelo jornal paulista, que já na chamada e na foto, privilegia na matéria o excesso de peso do jogador. O acordo com Ana Maria Braga é parte de estratégia mais ampla de “blindagem” da imagem de Ronaldo promovida por amplos setores da mídia, com suspeitas de pressão não somente do próprio jogador e da sua assessoria, mas também das empresas que à época tinham suas imagens associadas a Ronaldo, por meio de publicidade. Ainda no mês de maio, o jogador obteve destaque em repercussões do caso, em função de homenagem-defesa prestada por Caetano Veloso a Ronaldo durante *show* realizado no Rio de Janeiro. Na ocasião, além de cantar a música “Três travestis”, composição de Caetano do final da década de 1970, o cantor disse, durante a apresentação, que “o futebol de Ronaldo é poesia e poesia tem que se impor. Sem querer desmerecer as outras pessoas envolvidas, Ronaldo tem toda razão quando diz que não quis pagar porque estava sendo ameaçado. Quem diz isso é craque” (FRAGA, 2008, p. E6)⁸².

No que diz respeito à aparição das travestis no noticiário – especialmente Andréia Albertini – uma primeira observação importante é que, se na *Folha* elas não são defendidas por colunista que delas tenha se tomado por compaixão, por outro lado não são atacadas por eles (as), exceção já ressaltada a José Simão, cujo humor não poupa ninguém, como ilustrado nos exemplos que destacamos acima. A primeira notícia a dar enfoque privilegiado às travestis informava que Andréia Albertini e Carla Tamini (repete-se aqui sobrenome já referido em texto anterior, abandonando o nome Camille) estavam sendo perseguidas por colegas de trabalho, inconformadas com as batidas policiais e a perda de clientes após o incidente com Ronaldo. As informações são limitadas, pois à reportagem Andréia diz que foi orientada pelo advogado a não falar com a imprensa. O delegado responsável pelo caso também não quis fazer comentários, informa a *Folha*. Fica-se sabendo somente que as duas tiveram que sair do apartamento onde moravam, na zona sul do Rio, para fugirem de um grupo de travestis que se dirigia

⁸¹ A informação é posterior à nota de Ancelmo Góis que dava como certa a ruptura do contrato e *O Globo* não volta a tratar do assunto.

⁸² FRAGA, Plínio. Caetano canta taras e travestis. São Paulo: Folha de S. Paulo, Ilustrada, página E6. 16/05/2008. e LICHOTE, Leonardo. Travestis e ‘transamba’ na noite caetânica. Rio de Janeiro: O Globo, Segundo Caderno, página 2. 16/05/2008.

ao local para acerto de contas. No mês de maio, a última matéria da *Folha* sobre as travestis envolvendo o caso com Ronaldo informa que Andréia e Carla desmentiram todas as versões anteriormente dadas por elas sobre consumo de drogas e sexo com o jogador⁸³. As duas teriam procurado espontaneamente o delegado Carlos Augusto Nogueira, que diz não acreditar ter havido acordo com o jogador para o depoimento⁸⁴. Segundo ele,

Andréia disse que estava chateada por Ronaldo não ter pago o combinado e, no transcorrer das coisas, mentiu porque pensou que pudesse melhorar a vida dela. Mas não imaginava que isso fosse fazer mal a Ronaldo a ponto de ele poder ter contratos rescindidos. (BELCHIOR e RANGEL, 2008, p. D2)

O contraponto às matérias da *Folha* sobre as travestis foi dado pela carta do leitor Wagner Tronolone, publicada no dia 11 de maio⁸⁵:

Em nosso país jogadores de futebol, pagodeiros e cantores sertanejos já se envolveram com tudo: agressão à mulher, atropelamento em alta velocidade seguida de fuga, tráfico de drogas e armas, etc., sem nunca perderem seu público nem serem questionados. Mas basta envolver-se com travestis para alguém que há pouco era ‘herói nacional’ ser desmoralizado. Ou seja: matar, agredir e traficar pode. Envolver-se com seres humanos que por conta de sua identidade são discriminados e marginalizados não. Realmente, o preconceito torna o Brasil um país medíocre. (TRONOLONE, 2008, p. A3, com destaques no original.)

Quanto ao preconceito como critério para aferir mediocridade, escapou ao missivista que atitudes preconceituosas são mais abrangentes do que ele próprio consegue perceber, pois o início da carta é a comprovação de que os estereótipos que instauram/reforçam rechaços estão ali presentes de forma contundente. São indicativas, assim sendo, do quanto é difícil combater os preconceitos que na sequência ele adequadamente denuncia.

Andréia Albertini, agora sem a companhia de Carla ou Veida, reaparece no noticiário da *Folha* por ocasião da Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo, na abertura da matéria principal sobre o evento, não reaparecendo mais no texto.

⁸³ BELCHIOR, Luisa. e RANGEL, Sérgio. *Travestis afirmam que mentiram sobre Ronaldo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, esporte, página D2. 07/05/2008.

⁸⁴ A terceira travesti, Veida Dezaroli, não compareceu ao depoimento.

⁸⁵ TRONOLONE, Wagner. *Ronaldo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, página A3. 11/05/2008.

Nada de Marina Lima, Bruno Gagliasso ou Christiane Torloni: as maiores celebridades a dar as caras na 12ª Parada do Orgulho Gay, realizada ontem em São Paulo, desta vez foram mesmo o travesti Andréa Albertino (sic), aquele que acabou com o jogador Ronaldo em uma delegacia carioca, e a atriz-pornô-lésbica Thammy Miranda, filha de Gretchen⁸⁶. (CAPRIGLIONE e OLIVEIRA, 2008, p. C1)

Após o início da matéria, alvo de análise específica mais adiante, a *Folha* não volta a se ocupar do destino de Andréia Albertini em nosso recorte temporal.

As matérias tratando mais especificamente das travestis publicadas por *O Globo* começam com uma suíte⁸⁷ de texto que em edição anterior havia repercutido informação divulgada no *Jornal Nacional* sobre a denúncia feita por um morador da Bahia de que também teria sido vítima de extorsão, de modo semelhante ao ocorrido com Ronaldo. Assim como na matéria anterior, o morador da Bahia, que pede para não ser identificado, afirma que uma das travestis do incidente com o jogador é a mesma que extorquiou. A história contada coincide em parte com o roteiro de Ronaldo, com a afirmativa de ter confundido a travesti com uma mulher. O texto é encerrado com a repetição, pelo delegado, de que Andréia poderá ser indiciada por furto e tentativa de extorsão⁸⁸. Quando do depoimento que desmente as informações iniciais, a notícia d'*O Globo* é menos extensa que a da *Folha* e não cita eventuais problemas de Ronaldo com patrocinadores. A matéria começa com um jogo de palavras que faz referência a uma partida de futebol:

O escândalo envolvendo o jogador Ronaldo Fenômeno e três travestis parece que vai terminar no 0 a 0. E com final feliz para todos. Ontem, os travestis Andréia Albertini e Carla negaram em novo depoimento na 16ª DP (Barra) tudo o que tinham dito. (CARVALHO, 2008, p.17)

Na nova versão, Andréia não havia saído do motel para comprar drogas, mas para um outro programa, ao perceber que Ronaldo não transaria. Quando voltou para receber o pagamento do jogador foi que ela se revoltou, criando a versão que então difundiu (apesar do texto de Artur Xexéo sobre as incoerências das versões, o detalhe passa batido, assim como não se aborda mais o vídeo no *Youtube*). Sobre o fato de ter procurado a imprensa, Andréia explica que essa seria uma maneira de “alavancar sua

⁸⁶ CAPRIGLIONE, Laura e OLIVEIRA, Roberto de. *Parada gay perde em glitter e ganha em diversidade*. São Paulo: Folha de S. Paulo, Cotidiano, página C1. 26/05/2008.

⁸⁷ Termo técnico que refere-se a matéria publicada em edição posterior, repercutindo ou acrescentando dados novos a acontecimento noticiado.

⁸⁸ O GLOBO. *Polícia vai investigar se travestis formam quadrilha de achacadores*. Rio de Janeiro: O Globo, Rio, página 20.

carreira”. Em *box*⁸⁹, informa-se que as travestis poderão ser indiciadas ainda que Ronaldo não faça representação formal contra as três, mas que a procura espontânea da delegacia para o depoimento pode tornar menos violenta as acusações contra elas. A última frase é um depoimento do delegado Carlos Augusto Nogueira: “– Achei que elas foram dignas. A Andréia chegou a chorar⁹⁰.”

O tom de certa compaixão do delegado – que por não ser contestado por outra fonte é referendado pelo jornal – é indicativo de diferença significativa de tratamento que *O Globo* dá às travestis como gênero, especialmente por meio dos colunistas Ancelmo Góis e Joaquim Ferreira dos Santos. A despeito do tom jocoso muitas vezes adotado pelos dois, relativamente às travestis do caso Ronaldo, mas também em outras notas envolvendo pessoas LGBTT, eles se preocuparam em problematizar a realidade das travestis. Joaquim Ferreira dos Santos, após reproduzir música de provocação da torcida do Botafogo, magoada com a derrota para o Flamengo no dia em que Ronaldo, após comemorar a vitória flamenguista, envolveu-se com as travestis, dá a seguinte nota⁹¹: “E por falar nisso. Adesivo homofóbico colado no táxi Santana, placa LNA 4037: ‘O Rio continua bacana. Apesar dos travestis’”. Já Ancelmo Góis, fazendo troça com o grau de *investment grade* conquistado pelo Brasil, lista algumas coisas que somente aconteceriam por aqui, dentre elas a distinção econômica exatamente no governo Lula e “Ronaldo, que sempre desfilou ao lado de moças bonitas, ir para um motel com travestis”⁹². Mas a nota vai além da brincadeira e inclui entrevista com o antropólogo Hélio R. S. Silva, identificado como “autor de três livros sobre o universo dos travestis”:

Em matéria de travestis somos maiorais, nesse tema já temos há muito tempo o *investment grade*. (...) O antropólogo Hélio R. S. Silva (...) diz que um caso fortuito, como a relação de Ronaldo com três deles,

⁸⁹ Termo técnico que se refere a texto publicado, entre caixas, ao lado ou abaixo de matéria principal, complementa-lhe informações ou mesmo apresentando conteúdo interpretativo ou opinativo.

⁹⁰ CARVALHO, Paulo. *Ronaldo: travestis agora negam tudo*. Rio de Janeiro: O Globo, Rio, página 17. 07/05/2008, com *box* sob o título *Choro comove delegado*.

⁹¹ SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *E por fala nisso*. Rio de Janeiro: O Globo, página 3. 04/05/2008. Vale ainda reproduzir a nota *É Guerra*, publicada no mesmo dia e espaço: “A vingança da torcida do Botafogo para a versão ‘chororô’ da música ‘Ninguém cala este nosso amor’ virá hoje, na final do campeonato, quando os alvinegros cantarão: ‘Tu és time que me faz rir/A raça só tem travesti/Ronaldo é bi/Eu nunca me calarei/Onde estiver gritarei/Ronaldo é gay.’”. Ao denunciar na sequência a homofobia, em nota com o título “e por falar nisso”, o colunista está também afirmando homofóbica a atitude da torcida botafoguense, ao mesmo tempo em que trata da sexualidade de Ronaldo, que no dia seguinte afirmará, ao *Fantástico*, não ter dúvidas quanto à sua heterossexualidade, como já indicado anteriormente.

⁹² GÓIS, Ancelmo. *O país da Andréia (ou seria André?)*. Rio de Janeiro: O Globo, página 29. 04/05/2008.

“não caracteriza homossexualismo ou bissexualismo. “Deixe o garoto em paz”, pede nosso entrevistado, para quem o estardalhaço no caso é porque “há uma questão moral envolvendo o travesti”. (GÓIS, 2008, p. 29)

A pequena entrevista que vem após o texto de abertura da nota está focada nas razões que fariam alguém como Ronaldo procurar travestis, explicadas pelo antropólogo como tédio ou possibilidade de Ronaldo “se sentir acima do bem e do mal”, não por falha ética, mas pela condição de ídolo. Quanto à possível confusão com prostitutas, Hélio Silva é enfático: “Isso é bobagem. Ronaldo vem do subúrbio, ele sabe que ali é ponto de travesti. Ronaldo é um bom jogador e jogou com a arquibancada” (GÓIS, 2008, p. 29). Para o antropólogo, Ronaldo não deve ser estigmatizado pelo relacionamento com travestis, o que não representaria o menor problema em algumas sociedades. Interessante é que, para Ancelmo Góis, como para Hélio Silva, Ronaldo relacionou-se com as travestis, fato somente desmentido também por elas posteriormente à publicação da nota.

Andréia Albertini voltou a ganhar destaque nas páginas d’*O Globo*, assim como já havia ocorrido na *Folha*, por ocasião da Parada do Orgulho Gay de São Paulo. Se no jornal paulista ela aparecia na abertura da matéria principal sobre o evento, sem mais ser citada, na publicação carioca Andréia ganhou um *box*, sob o título “Andréia tem seu dia de estrela”⁹³, cujo início é o seguinte:

São Paulo. O travesti Andréia Albertini, pivô do escândalo envolvendo o jogador Ronaldo Fenômeno, foi uma estrela solitária da 12ª Parada do Orgulho Gay. Sem guarda-costas, percorreu a pé o percurso entre o Masp e a Praça Roosevelt sem chamar a atenção. Só na dispersão, quando posou para fotos, algumas pessoas se aproximaram para cumprimentá-la. (...) Andréia chegou em cima da hora de saída dos trios elétricos, e não falou com ninguém. – Ah!. Agora não dá. Anota meu telefone e liga depois – dizia. (O GLOBO, 2008, p. 4)

Alternando os pronomes a/o para referir-se à travesti, a matéria detalha as roupas usadas e o assédio no final do desfile, além do fato de Andréia afirmar que “minha vida mudou do lixo para o luxo. Virei acompanhante e só faço programas com executivos – repetia a travesti feliz da vida”. Ela também contou que só frequenta *flat*, fez filme pornô e tem planos para posar nua. A matéria termina com uma fala que, de algum modo, reforça a possibilidade de Ronaldo ter se confundido, embora o jogador não seja citado: “– Você

⁹³ O GLOBO. *Andréia tem seu dia de estrela*. Rio de Janeiro: O Globo, página 4, O País. 26/05/2008.

é linda e enganaria qualquer homem – comentou uma mulher, que se identificou como Marinalva” (O Globo, 2008, p. 4). Não há fotografia de Andréia, em página que conta com três fotos da Parada. Citações do caso Ronaldo X travestis dali por diante, nos dois jornais, foram ocasionais, por exemplo na coluna de José Simão, na *Folha*, mas sem novidade sobre desdobramentos policiais do caso⁹⁴.

Passemos às considerações sobre a narratividade, que se revela somente quando considerado o conjunto dos textos, pois não há como identificar, em um isoladamente, características simultâneas de personagens e polifonia trabalhados de forma complexa e interligada. Começando pela construção das personagens, os envolvidos no caso, Ronaldo e as travestis Andréia, Carla e Veida, aparecem em quase todas as matérias mais na condição de personagens do que na de fontes, o que se explica principalmente pelas dificuldades descritas nos textos de entrevistá-los diretamente. Ronaldo, à exceção da entrevista para o *Fantástico*, reproduzida em parte pela *Folha* e *O Globo*, não falou diretamente com a imprensa sobre seu envolvimento com as travestis, com poucas informações vindas da sua assessoria, ficando a cargo do delegado Carlos Augusto Nogueira a maior parte dos pontos de vista do jogador sobre o episódio, ouvidas pelo policial no dia do incidente. Nos textos de colunistas Ronaldo aparece também como personagem, alternando os papéis de celebridade, mito, desamparado, vítima e sonso, quando não mais de um deles em um mesmo texto. Mas nesse sentido, o delegado também traça um perfil de Ronaldo no episódio, e este associa o jogador ao papel de vítima, sem problematizar a participação dele no acontecimento para além dessa dimensão. Inclusive, como observa Artur Xexéo, o delegado não consegue explicar os motivos pelos quais Andréia teria fugido da delegacia após ouvir que poderia ser indiciada por crime de extorsão. Em outros termos, para construir a tese de que Ronaldo

⁹⁴ Andréia Albertini morreria pouco mais de um ano após o caso Ronaldo X travestis, em Mauá, cidade da região metropolitana de São Paulo, vítima de complicações decorrentes da Aids. A respeito, ver FOLHA ONLINE. *Confusão marca fim de velório de travesti envolvido em polêmica com Ronaldo*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u593258.shtml>, em 15 de junho de 2010, às 18h20. Quanto a Ronaldo, no ano de 2010 continua jogando, agora no Corinthians, com um dos maiores salários do futebol brasileiro, entre renda fixa mensal e faturamento com publicidade para empresas como Ambev (marca de cervejas Brahma), Nike (que manteve o contrato com o jogador, apesar do incidente com as travestis) e Lato, multinacional suíça do ramo farmacêutico e de cosméticos. Frequente diariamente o noticiário, por razões variadas, além do futebol: noitadas na farra, excesso de peso, desgosto da torcida do Flamengo com ele, que teria sido ingrato após usar o clube para recuperar-se de lesões e não jogar pelo time, e as habituais questões de relacionamentos afetivos ou “ficadas”. Para detalhes, especialmente sobre contratos publicitários, consultar: PORTAL EXAME. Ronaldo gera lucros fenomenais aos patrocinadores e ao Corinthians, em <http://portalexame.abril.com.br/marketing/ronaldo-fenomeno-retorno-fas-patrocinadores-467735.html>, acessado em 16 de junho de 2010, às 19h59.

foi vítima, o delegado acaba revelando contradições na condução do processo de apuração do que efetivamente se passou no motel e, posteriormente, na delegacia.

Quando consideramos as particularidades dos dois jornais, a *Folha* foi quem menos matizou a personagem Ronaldo, destacando mais do que n' *O Globo* a extensão da sua vitimização pelas travestis, que ao atingir em cheio sua imagem, traria prejuízos financeiros, pela possibilidade de ruptura de contratos e pelo desligamento de órgãos das Nações Unidas, afinal fundamentais para a construção/manutenção de sua imagem de bom moço que, de retorno, aumenta seu cacife na renovação de contratos publicitários e junto aos times de futebol. Como aspecto negativo da personagem, o jornal paulista praticamente restringe-se ao destaque dado ao excesso de peso do jogador, provocado em parte pela contusão que o impossibilitou de treinamentos mais pesados, mas principalmente pela “predileção por pratos calóricos, como lasanha”. A defesa que Barbara Gancia faz do jogador, ainda que o infantilize, é ambígua neste quesito, pois Ronaldo aparece ali também como o protótipo do macho incapaz de conter os impulsos sexuais, uma talvez máquina de sexo “comandada por seu pingolim”.

Embora nos textos com predominância da factualidade *O Globo* não apresente diferenças relativamente à construção da personagem Ronaldo, o mesmo não se verifica nas abordagens dos colunistas. A principal matização certamente está na desconfiança de que Ronaldo, ainda que vítima de extorsão, não poderia alegar em sua defesa ter confundido as travestis com prostitutas. O papel de sonso, neste particular, é demonstrado no texto de Artur Xexéo a partir das contradições do comportamento do jogador durante a sua permanência no motel, mas também pela não aceitação de que ele não teria condições de fazer essa distinção. Xexéo levanta ainda dúvidas sobre a extensão da vitimização do jogador, que denuncia roubo e tentativa de extorsão, mas permanece no motel com Carla e Veida até o retorno de Andréia, que inclusive teria saído para comprar mais drogas, em uma primeira versão, posteriormente modificada para ausência enquanto atendia outro cliente. A desconstrução dessa tese, aliás, se dá de forma ainda mais veemente com Ancelmo Góis, que ouve um antropólogo para melhor qualificar as impressões que queria passar aos seus leitores sobre o caso. Lembrando, para o antropólogo a condição de garoto nascido na periferia carioca, conhecedor dos arredores onde pegou as travestis, desmente a tese da confusão com prostitutas, inclusive porque cada categoria ocupa lados distintos da rua. Outra faceta da

personagem Ronaldo, a de quem está o tempo todo chamando para si a atenção da mídia, ainda que tente se apresentar como vítima de excessos cometidos pela mesma entidade que o coloca no centro das atenções, é apresentada por Arnaldo Bloch. Em síntese, n' *O Globo* Ronaldo tem dois tratamentos distintos quando comparados os textos redacionais e os opinativos, o que resulta para o leitor em um perfil contraditório, mais complexo do aquele que permite ver a *Folha*.

Andréia Albertini, Carla Tamini e Veida Dezaroli também são referidas nas matérias mais na condição de personagens do que de fontes, e as razões são parecidas com as que levaram a mesmo procedimento relativamente ao jogador Ronaldo: os pontos de vista das três, em um primeiro momento, foram apresentados pelo delegado responsável pelo caso e poucas foram as entrevistas concedidas por elas, segundo informações de um dos textos da *Folha*, por orientação de advogados. Ao contrário de Ronaldo, no entanto, não foram convidadas pelo *Fantástico* para as suas versões do caso, nem tiveram defesa por parte de colunistas. Como personagens, as três são tipicamente travestis, segundo imaginário largamente difundido, tal como os estudos sociológicos problematizam (BENEDETTI, 2005): sobrevivem da prostituição e dos golpes de extorsão, em um universo marcado pela violência. Além disso, estão prontas para subirem na vida na primeira oportunidade que aparecer, não por méritos próprios, mas aproveitando-se indevidamente da exploração de outras pessoas. Para isso, mentem e somente voltam atrás nas mentiras quando ameaçadas de processo criminal. É Andréia Albertini quem capitaliza mais essa imagem negativa⁹⁵, acrescida do rechaço das próprias companheiras de trabalho (não as duas com quem fez o programa com o jogador), indignadas, segundo as versões dos jornais que analisamos, com a atitude que acabou prejudicando os negócios na área onde Ronaldo as contratou, que passou a ter vigilância mais constante pela Polícia.

O máximo que as travestis conseguem, e novamente com destaque para Andréia, é a pena manifestada pelo delegado, quando, segundo ele, ela chegou a chorar, demonstrando sinceridade de seu arrependimento, por ocasião do depoimento em que desmentiu as primeiras versões sobre o contato com Ronaldo. Não menos negativas são

⁹⁵ Vale lembrar que somente ela foi acusada formalmente pelo crime de extorsão, por supostamente ter exigido R\$ 50 mil de Ronaldo para não contar o caso à imprensa, inclusive em algum lugar da cobertura, informa-se que Andréia chegou a pegar um táxi e esperar na porta do jornal *O Globo*, onde não foi recebida.

as referências estereotipadas a Andréia em matérias posteriores ao caso, sobre sua participação na Parada do Orgulho Gay de São Paulo, ressaltando, como faz *O Globo*, que o programa com Ronaldo rendeu à travesti fama e dinheiro mais do que conseguia antes (sempre colocando entre aspas as falas de Andréia, agora fonte que ajuda a compô-la melhor como personagem preocupada em se dar bem). Neste sentido, Andréia somente alcança a dimensão de fonte para os textos quando não mais parece ameaçar a imagem de Ronaldo. É possível, assim, afirmar que as travestis não são personagens matizadas nos dois jornais, mas construídas a partir de todos os estereótipos sociais que lhes imputam características negativas.

Se como personagens Andréia, Carla e Veida não são mostradas de forma complexa, também há um esforço mínimo de trazer aos leitores o universo das travestis a partir da demonstração dos preconceitos sociais que as marcam como gênero. As únicas exceções que detectamos ficaram na entrevista com o antropólogo Hélio Silva, publicada por Ancelmo Góis, e na carta de leitor na *Folha*, que em parte reproduzimos anteriormente (e que, em certo sentido, seria uma defesa das travestis como gênero). Em nenhum dos casos estão em foco particularidades das três envolvidas com Ronaldo, mas condições mais abrangentes dos estereótipos que tipificam negativamente as travestis na sociedade brasileira. Nesse aspecto, *O Globo* se revela um leitor desatento de suas próprias páginas, ou eventualmente não leitor, considerando que em março havia publicado texto sobre políticas governamentais de combate à homofobia no qual são feitas referências aos rechaços mais específicos sofridos por travestis⁹⁶.

Se na narrativa literária, como apontam estudiosos, a polifonia é garantida especialmente pelas personagens, embora também pelos narradores (RICOUER, 1994; 1995; 1997; BAKHTIN, 2006; BEZERRA, 2008), nas matérias sobre Ronaldo e as travestis não se percebe a convocação muito plural de vozes. Sugerimos, por isso, que os textos são portadores de uma polifonia fraca, termo que indica a presença de mais de uma voz, mas com pouco realce para as diferenças que elas portariam, principalmente pela capacidade de referirem mais amplamente as matizações do social. A voz mais destacada, nesse sentido, é a do preconceito e do estereótipo que marcam o gênero travesti. Outra voz que aparece é a da mitificação do ídolo, ainda quando apanhado em uma fraqueza justificável, que nesse sentido o tornaria mais humano, sujeito aos

⁹⁶ ALMEIDA, Cássia. *Governos contra o preconceito*. Rio de Janeiro: O Globo, página 22, economia. 11/03/2008.

equivocos de cada um de nós. O contraponto a essas vozes hegemônicas, como vimos, foi pouco expressivo, ficando a hipótese de que, dadas outras coberturas da *Folha* e d'*O Globo* envolvendo homofobia e generificação que chamam atenção para os preconceitos mais acentuados contra as travestis, o tratamento que elas receberam no episódio tenha tido matiz mais desfavorável em função da necessidade de preservar a imagem do jogador Ronaldo do que a de desmerecer o gênero em seu conjunto. Não se pode, todavia, negligenciar a eloquência com que esse comportamento revela a fragilidade entre os discursos da tolerância e a distância da aceitação de tudo o que foge às imposições heteronormativas (BUTLER, 2007; 2008; LOURO, 2004; 2007; 2009).

A tessitura da intriga neste conjunto de textos se dá, como corolário das características de construção das personagens e da vocalização, no sentido de opor um jogador simpático, talentoso e rico, ainda que marcado por outros escândalos (como lembra Arnaldo Bloch a respeito do casamento relâmpago de Ronaldo com a modelo Daniela Cicarelli), a travestis de caráter duvidoso, merecedoras de pena e desejosas de ascensão social. A história que finalmente os jornais contam é enganosa, à medida que tenta apresentar um frágil Ronaldo diante de travestis chantagistas, que se utilizam de deslealdade no combate, do qual, no entanto, saem nocauteadas, provando que a força sempre esteve do lado do jogador, a quem foi dada a chance de se explicar de modo não permitido às travestis. Colunistas d'*O Globo*, se fugiram um pouco deste *script*, não somente por matizarem um Ronaldo, afinal, provavelmente não tão mitificável assim (ou auto mitificado, como chama atenção Arnaldo Bloch, a ponto de reivindicar o Nobel da Paz), não chegaram ao ponto de dar voz a Andréia, Carla e Veida. O que fizeram foi buscar vozes qualificadas (especializadas) para explicações sobre os preconceitos que envolvem historicamente as travestis e que podem também servir para justificar o “deslize” do Fenômeno.

4.5.2. O caso dos sargentos gays

Uma semana antes da chegada ao noticiário da *Folha de S. Paulo* e d'*O Globo*, os sargentos Laci Marinho de Araújo e Fernando Alcântara de Figueiredo tinham sido capa da revista *Época*, na edição de 02 de junho de 2008, a propósito de serem os primeiros integrantes do Exército Brasileiro a assumirem a homossexualidade e

declararem-se casal. Naquele momento os dois estavam juntos há mais de dez anos. A história que aumentou a repercussão da cobertura da revista, no entanto, começou com a prisão, por deserção, de Laci Marinho, logo após entrevista a Luciana Gimenez, apresentadora do programa *SuperPop*, da *Rede TV!*. Nos dois jornais por nós analisados o caso dos sargentos gays obteve grande repercussão, tendo sido noticiado por mais de um mês do período que compreende nosso *corpus*, à medida que prisões eram decretadas, ocorriam transferências de prisão e se desenrolava uma batalha judicial, com acusações, pelos sargentos e seu advogado, de “homofobia estatal”, termo que só aparece n’*O Globo*⁹⁷.

A primeira matéria publicada pela *Folha*, ocupando toda a página de abertura do caderno *Cotidiano*, foi detalhista na descrição de lances da prisão, das condições precárias de saúde de Laci Marinho e das denúncias de Fernando Alcântara de que o Exército pretendia eliminar seu companheiro, como “queima de arquivo”. O texto apresenta ainda pontos de vista de oficiais do Exército e de entidades de direitos humanos, sindicais e movimento gay. Ainda na primeira página, que traz fotos da movimentação do Exército em frente à *Rede TV!* e dos sargentos, há uma entrevista com Fernando Alcântara, na qual ele detalha as condições de saúde de Laci Marinho e a recusa do Exército em aceitar os laudos médicos que atestam a incapacidade dele para o trabalho, o que precarizaria a tese de deserção, reforçando a de perseguição por homofobia. No interior do caderno *Cotidiano* (página C4), infográficos e fotografias detalham a prisão, trechos do Código Penal Militar que abordam os crimes sexuais e o que ocorre em outros países em relação à presença de homossexuais no exército. Mas há ainda três matérias: uma informa que o sargento Laci Marinho já havia processado o Exército contra transferência de local de trabalho, o que forçaria a separação do casal; outra apresenta a posição do ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmando que não houve motivação homofóbica para a prisão; e uma última dando conta de que a prisão será discutida durante a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que começava naquele dia (05 de junho de 2008), em Brasília,

⁹⁷ Os dois jornais começaram a cobrir o caso no dia 5 de junho, um após a prisão de Laci Marinho, ocorrida na madrugada de 04/06. Na *Folha*, cuja cobertura se encerrou em 31 de julho, detectamos 16 textos, enquanto n’*O Globo* foram identificados 11, o último no dia 26 de julho.

organizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ligada à Presidência da República⁹⁸.

Em sua abertura, a matéria principal dá o tom de história com um bom enredo e muita movimentação, característica já prenunciada no título: “Exército cerca emissora de TV para prender sargento gay”⁹⁹:

Homens da Polícia do Exército armados com fuzis FAL, de uso exclusivo das Forças Armadas e com pistolas, cercaram o prédio da Rede TV! na madrugada de ontem. O objetivo da missão: cumprir mandado de prisão contra o 2º sargento Laci Marinho de Araújo, 36, homossexual assumido, que encerrava uma entrevista ao programa "SuperPop", da apresentadora Luciana Gimenez. O sargento De Araújo, como é conhecido no Exército, estava em companhia do também sargento Fernando de Alcântara de Figueiredo. Ambos falavam sobre o relacionamento amoroso que mantêm desde 1997. (CAPRIGLIONE, 2008, p. C1, com destaques no original.)

Além de indicar que a repórter realizou várias entrevistas, e em profundidade, dado o nível de detalhamento, o texto possui características típicas das narrativas melodramáticas¹⁰⁰, como nos trechos a seguir, retirados de partes distintas:

Depressão crônica, epilepsia, esclerose múltipla, estresse traumático¹⁰¹. O sargento De Araújo é um catálogo ambulante de doenças psíquicas, motivos que já justificaram sua internação para tratamento psiquiátrico em quatro oportunidades distintas. Sucessivas licenças médicas afastaram-no do serviço militar desde outubro de 2006. Atualmente, ele toma os medicamentos de tarja preta Flunarizina, Paroxetina, Rivotril, entre outros. (...) Ontem, com um quadro de confusão mental, agitação e agressividade, segundo atestado pelo médico psiquiatra Paulo Sampaio, que foi ao local

⁹⁸ Referências à realização da Conferência aparecem nos dois jornais em uma quantidade significativa de matérias, embora não tenha ela recebido cobertura tão sistemática para informar sobre suas discussões e objetivos, continuando a aparecer mais em textos abordando outros assuntos.

⁹⁹ CAPRIBLIONE, Laura. *Exército cerca emissora de TV para prender sargento gay*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C1, cotidiano. 05/06/2008.

¹⁰⁰ Cristina Ponte assim sintetiza o melodrama: “(...) é uma espécie de ‘lei moral’, idêntica para todos, e os seus temas privilegiados podem ser considerados como representações metafóricas dos conflitos sociais”. (PONTE, 2005a, p. 63, com destaque da autora.). Ela ressalta ainda que nas narrativas melodramáticas é “livre a circulação de emoções sobretudo relacionadas com amores proibidos e mortes” (op. cit., p.62).

¹⁰¹ Não nos escapa certa semelhança com a ritmação da música “O pulso”, do grupo de rock Titãs, com letra de Arnaldo Antunes, ainda que faltando as rimas: O pulso ainda pulsa/O pulso ainda pulsa / Peste Bubônica, Câncer, Pneumonia / Raiva, Rubéola, Tuberculose, Anemia / Rancor, Cisticirrose, Caxumba, Difteria / Encefalite, Faringite, Gripe, Leucemia / O pulso ainda pulsa/O pulso ainda pulsa / Hepatite, Escarlatina, Estupidez, Paralisia / Toxoplasmose, Sarampo, Esquizofrenia / Úlcera, Trombose, Coqueluche, Hipocondria / Sífilis, Ciúmes, Asma, Cleptomania / O corpo ainda é pouco/O corpo ainda é pouco / Reumatismo, Raquitismo, Cistite, Disritmia / Hérnia, Pediculose, Tétano, Hipocrisia / Brucelose, Febre Tifóide, Arteriosclerose, Miopia / Catapora, Culpa, Cárie, Câimbra, Lepra, Afasia / O pulso ainda pulsa/O pulso ainda pulsa.

representando o Conselho Regional de Medicina, o sargento estava preso em um quarto do Hospital do Exército de São Paulo, na região do Cambuci. (...) Segundo Figueiredo, seu companheiro não tem condições de reassumir o posto. "Ele está muito doente", disse, os olhos vermelhos de choro. (CAPRIGLIONE, 2008, p. C1, com destaques no original.)

Da parte dos movimentos sociais, a *Folha* ouviu nessa primeira matéria Beto Sato, da Associação Brasileira dos Gays e do Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, que afirma a homofobia do Exército, questionando: "Quantos desertores existem por aí? Muitos. E você já viu alguma ação desse quilate? Ser justamente contra um homossexual a mais exibida de todas as ações de captura de um desertor é uma prova da homofobia que existe no Exército" (CAPRIGLIONE, 2008, p. C1) O fato de a prisão ter ocorrido logo após a entrevista a um programa de televisão, além de a primeira revelação de homossexualidade ter vindo a público em entrevista à revista *Época*, sugerem ser a justificativa que levou a repórter a procurar também dirigentes do sindicato dos jornalistas e dos artistas de São Paulo e a Comissão dos Direitos da Pessoa Humana, Condepe, que "consideraram a ação de captura uma afronta à liberdade de manifestação e expressão".

O texto termina com depoimentos de integrantes do Exército responsáveis pela prisão, afirmando não ter havido motivação homofóbica, e indicando que na porta do hospital militar para onde foi encaminhado e mantido preso sob vigilância Laci Marinho os recrutas se mantinham reservados, menos um, que revelaria, no seu "deslize" verbal (consideração nossa, não do texto), sentimento homofóbico provavelmente comum na Instituição:

Na porta do hospital, poucos recrutas atreviam-se a comentar a prisão do sargento De Araújo. Um, entretanto, passou pela reportagem falando em voz alta, para ser notado: "Vê só o estrago que fazem umas bichinhas infiltradas." (CAPRIGLIONE, 2008, p. C1, com destaques no original.)

A ideia de "infiltrado" é típica da linguagem militar, especialmente quando aplicada a ações de espionagem e teorias conspiratórias. Toques de romance policial reaparecerão na cobertura da *Folha*.

Nesse primeiro dia de cobertura a *Folha* reserva ao Exército Brasileiro espaço significativamente menor para apresentar sua defesa, comparativamente às acusações de homofobia, vindas, como vimos, não somente dos sargentos, mas de movimentos

sociais variados. Na página C4, como já aludido, a fala oficial de contestação da tese de homofobia vem do ministro da Defesa, Nelson Jobim, que ressalta ser a prisão procedimento para fazer cumprir regras disciplinares do Exército, que “não guarda qualquer relação com a situação declarada pelos próprios militares”, seja na revista *Época*, seja pela participação dos sargentos no programa da *Rede TV!*. A matéria se encerra informando que, por meio de nota, o Ministério Público do Exército afirma que “a prisão não tem relação alguma com sua orientação sexual”¹⁰².

A *Folha de S. Paulo* mobilizou uma grande equipe de reportagem para a cobertura do caso dos sargentos gays nesse primeiro dia da prisão de Laci Marinho e seus desdobramentos, como se percebe nos demais textos da página C4, com matérias produzidas pela sucursal de Brasília. No texto “Sargento já havia processado Exército contra transferência”¹⁰³, além dos detalhes sobre a tentativa de transferência dos sargentos, um para Osasco, em São Paulo (Laci Marinho), e outro para São Leopoldo, Rio Grande do Sul (Fernando Alcântara), impedida pela Justiça Federal, ficamos sabendo de outros dados da vida do casal e dos dotes artísticos de Laci Marinho. O sargento seria perseguido por superiores hierárquicos, de acordo com denúncias em “textos e ações judiciais”, não por faltas ao trabalho, no Hospital Geral de Brasília, mas pelo fato de Laci se apresentar em *shows* da banda Terceira Visão como *cover* da cantora Cássia Eller, usando o pseudônimo Éron Anderson. Esse fato é fundamental no despacho do juiz Roberto Luis Luchi Demo contra sanções aplicadas ao sargento, informa a matéria:

Se existe homossexualismo (o que os superiores hierárquicos inferem a partir da carreira artística como cover de Cássia Eller, uma cantora homossexual), essa orientação sexual por si só não pode justificar sanção administrativa. (PINHO e NUBLAT, 2008, p. C4)

O texto, além dos detalhes descritos anteriormente, intercala vozes do Exército, dos sargentos, transcrições de petições e decisões judiciais, com outras informações importantes para a compreensão dos antecedentes do caso, provavelmente motivos para que Laci e Fernando tenham decidido pela exposição na mídia. A trama envolvendo os sargentos e o Exército incluiu o arrombamento do apartamento em que vivem juntos,

¹⁰² FOLHA DE S. PAULO. *Jobim defende prisão e diz que decisão não se baseia na orientação sexual de sargento*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C4, Cotidiano. 05/06/2008.

¹⁰³ PINHO, Angela. e NUBLAT, Johanna. *Sargento já havia processado Exército contra transferência*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C4, Cotidiano. 05/06/2008.

em Brasília, e escuta telefônica, “realizada supostamente no gabinete do general Adhemar da Costa Machado Filho. Na transcrição, é atribuída ao general a seguinte declaração: ‘Manda o marido dele [referência ao sargento Fernando Alcântara de Figueiredo] pro Rio Grande do Sul’” (PINHO e NUBLAT, 2008, p. C4).

Por causa da suposta deserção, militares da Polícia do Exército foram, na semana passada, ao prédio onde os sargentos moram, com o objetivo de capturar De Araújo. Segundo funcionários do edifício, como o casal não se encontrava em casa, a porta foi arrombada. No Setor Militar Urbano, local onde ambos trabalhavam, o caso dos sargentos era comentado por praticamente todos. Quem queria se calar sobre o assunto, apenas sorria quando perguntado. (PINHO e NUBLAT, 2008, p. C4)

As entrevistas com moradores dão conta de um casal discreto, devotado ao trabalho e que não sai para noitadas (todos os homossexuais teriam que freqüentar bares e boates, como característica de vida devotada ao hedonismo? Fica a dúvida).

Pela sequência da matéria, a tese das “bichinhas infiltradas” sugerida em outro texto não é reveladora somente de teorias conspiratórias, mas indicativa de algo que poderia ter dimensões maiores, lembrando que Fernando Alcântara denunciou a prisão do seu companheiro como estratégia de “queima de arquivo”:

Um sargento que se disse amigo de Figueiredo, e também preferiu não se identificar, afirmou que a perseguição existia, sim, e que ela ultrapassava a orientação sexual do casal. Segundo ele, superiores suspeitavam de que o sargento Alcântara de Figueiredo tivesse feito denúncias sobre irregularidades na corporação. (PINHO e NUBLAT, 2008, p. C4)

Seja para dar ares mais misteriosos ao caso, seja para fazer denúncia efetiva de corrupção (o assunto não volta às páginas da *Folha*), seja para acrescentar elementos mais “picantes” ao enredo da relação sargentos gays X Exército Brasileiro, a última frase da matéria indica que o jornal paulista dedicou aos sargentos gays tratamento privilegiado. Isso incluiu a denúncia de homofobia por parte do Exército, com outros relatos de preconceitos na instituição e levantamento de processos por pederastia, mas também a inclusão dos movimentos sociais de defesa dos direitos de pessoas LGBTT,

como ocorre nos textos a que já nos referimos, particularmente no último da página C4, sobre a realização da 1ª Conferência Nacional GLBT¹⁰⁴, cujo início é o seguinte:

A prisão do sargento Laci de Araújo ocorreu a menos de 48 horas da abertura da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O evento, que começa hoje e vai até domingo, em Brasília, é considerado de extrema importância pelas entidades envolvidas, entre outros motivos por ter a chancela do governo federal – é organizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. Um dos temas a ser debatido é justamente a criminalização da homofobia. Agora, também será discutido o caso do sargento Araújo e seu companheiro, Fernando Figueiredo. (NUBLAT, 2008, p. C4)

Representantes e militantes de diversas entidades de defesa dos direitos de pessoas LGBTTT repercutem o caso dos sargentos, tratando-o no contexto da Conferência. São atores da “comunidade gay” que a *Folha* convoca novamente, no dia 8 de junho, para falar de divisão interna nas opiniões sobre a atitude de Laci Marinho e Fernando Alcântara¹⁰⁵. O texto começa com a opinião do jornalista Erik Galdino, 24 anos, fundador de um *blog* gay aos 18, considerado precursor no debate sobre homossexualidade entre adolescentes, que critica os sargentos, dentre outras coisas, por ver na ação deles estratégia “para chamar mídia” e atitude de retaliação por algo que o Exército teria feito com eles, “momento de insanidade”. Na sequência, diz o texto:

A militância homossexual enquadra Erik em um caso de "homofobia internalizada" (aversão entre gays, que pode levar a uma constante desconfiança sobre as intenções dos próprios pares). Erik diz que há um "exagero" nas avaliações. "Para os militantes, tudo é homofobia. Boa parte não consegue rir quando se fala dos gays com humor na mídia", afirma o blogueiro. (SAMPAIO, 2008, p. C2)

O texto, com certo didatismo, ao tratar a atitude do blogueiro como típica de homofobia internalizada, inclusive explicando o significado do termo, segue tecendo a polêmica por meio da edição de falas, a partir da tese, na matéria, de “que em vez de agregar, o gesto dos sargentos (...) parece ter despertado uma divergência entre os gays”. É assim que “Sérgio di Pietro, dono da revista eletrônica ‘A Capa’, de frequência gay, diz que recebeu ‘mensagens de pessoas que acham que o erro não é a discriminação, mas a exposição dos sargentos’”. Por sua vez, Vítor Angelo, colunista da *Folha*, relata

¹⁰⁴ NUBLAT, Johanna. *Conferência gay discutirá prisão de sargento*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C4, Cotidiano. 05/06/2008.

¹⁰⁵ SAMPAIO, Paulo. *Caso dos sargentos divide comunidade gay*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C2, Cotidiano. 08/06/2008.

comentário que ouviu: "O que aquelas duas estão fazendo no Exército?". Lembrando as agruras que passou quando da repercussão da prisão de seu companheiro inglês, então vivendo ilegalmente no Brasil, o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, afirma: "É muito comum essa reação dentro da comunidade, até por uma questão de vaidade. Quem não consegue destaque, fala mal". Participante da 1ª Conferência GLBT, como informa o texto, Toni Reis complementa: "Aparecemos em todas as revistas, no Jô, e acabamos mudando a lei nesse país! Mas eu entrava na sauna e ouvia: "Muda de emprego, bicha, vai morar na Inglaterra! É mais fácil." O advogado do Conselho Estadual (São Paulo) dos Direitos da Pessoa Humana, Francisco Lúcio França¹⁰⁶, que acompanhou o caso dos sargentos, "garante que eles estão pagando um preço alto pela grandeza de seu ato político". O texto termina com as opiniões do escritor João Silvério Trevisan, um dos pioneiros do movimento gay brasileiro, para quem "a reação homofóbica se deve à vivência bissexual mal resolvida do brasileiro. As pessoas tendem a fazer tudo por debaixo dos panos. Esses caras estão muito sozinhos, pode crer". Para o escritor, a homofobia, em parte, é culpa do baixo nível político da comunidade gay do Brasil:

O que nós temos em termos de movimento político é uma continuação do PT, uma esquerdinha vagabunda. Onde já se viu uma conferência gay ser convocada pelo presidente da República? A luta tinha de ir da sociedade para o governo, e não o contrário. (SAMPAIO, 2008, p. C2)

O encerramento do texto, com as conhecidas divergências de Trevisan e da *Folha* relativamente ao PT, coloca em nível mais problemático o caso dos sargentos do que a tese, talvez percebida frágil pelo próprio texto, de "divisão interna" no movimento gay. As falas reproduzindo estereótipos segundo os quais gays seriam invejosos, preconceituosos internamente e predispostos ao gosto pela exibição na mídia, se por um lado caberiam perfeitamente a qualquer outro grupo social, por outro são indicativas de percepções preconceituosas no interior dos grupos LGBTT. Não indicam, assim sendo, somente divisões de opinião, mas homofobia internalizada e rechaços motivados por rejeições a quem não se enquadra nos estereótipos homossexuais construídos pelo próprio imaginário que habita as homossexualidades (conferir, dentre outros, ERIBON, 2008).

¹⁰⁶ N' *O Globo* aparece o nome de outro advogado do Condepe, Ariel de Castro Alves, como o que representou a entidade no dia da prisão de Laci Marinho. Não é possível identificar se dois advogados do órgão acompanharam o caso, ou se houve identificação equivocada por parte de um dos jornais. De qualquer modo, os nomes aparecem em matérias e contextos distintos.

O restante da cobertura incluiu a continuidade das denúncias de homofobia por parte dos sargentos, acrescidas de denúncias de tortura na prisão sofridas por Laci Marinho, inclusive com o impedimento de que ele tomasse os medicamentos controlados, sem os quais poderia sofrer um surto. A *Folha* informa sobre ações do Ministério Público para investigar as denúncias de tortura. No dia 14 de junho o jornal noticia a prisão de Fernando Alcântara, em razão de sanções disciplinares motivadas pelo uso de farda alterada nas fotos da revista *Época* e pela presença na entrevista à *Rede TV!* sem aval do Exército (naquele dia ele deveria estar em Brasília, embora a defesa alegue que a entrevista foi realizada à noite, em sua folga, e que ele não retornou no dia seguinte para o expediente pela necessidade de acompanhar os desdobramentos da prisão do companheiro). Até pelo fato de a história de Fernando Alcântara já ser conhecida a partir da prisão de seu companheiro, a repercussão da sua detenção é menor. A novidade foi a entrada em cena, nos textos da *Folha*, de políticos da Câmara Distrital de Brasília e de parlamentares federais, especialmente do PT, pedindo explicações ao Exército, que, segundo o jornal paulista, não respondeu a pedidos de entrevista para explicações. Após ser solto, Fernando Alcântara voltou à prisão, para cumprir o restante das sanções disciplinares¹⁰⁷.

A repercussão do caso dos sargentos gays na *Folha*, diferentemente do caso Ronaldo X travestis, não contou muito com a participação de colunistas. Mesmo José Simão explorou pouco o caso, “prato cheio” para o tipo de humor da sua coluna diária. A exceção ficou com o texto “Corpos Eróticos”, de Jorge Coli, na seção fixa *Ponto de Fuga*, que o colunista assinava todos os domingos no caderno *Mais!*¹⁰⁸. No texto ele reflete sobre como a “sociedade contemporânea desenvolveu um gigantesco preconceito contra o homoerotismo” (em trecho anterior o autor usa a expressão homossexualismo). É na parte redacional que o jornal paulista privilegia a repercussão do caso, que incluiu, como já aludido, matéria com um levantamento de processos movidos pelo Exército por pederastia entre seus membros, inclusive usando trechos dos autos, nos quais são descritos casos de abuso de poder de altas patentes para tentar forçar recrutas a práticas sexuais¹⁰⁹. No mesmo dia, há uma matéria com o ex-sargento do Exército, Jarbas de

¹⁰⁷ PINHO, Angela. e NUBLAT, Johanna. *Sargento já havia processado Exército contra transferência*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C6, Cotidiano. 14/06/2008. e FOLHA DE S. PAULO: *Solto há 8 dias, sargento gay é detido de novo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C3, Cotidiano. 24/06/2008.

¹⁰⁸ COLI, Jorge. *Corpos eróticos*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página 2, Mais!. 08/06/2008.

¹⁰⁹ FOLHA DE S. PAULO. *Ao menos 21 militares foram processados por pederastia nos últimos dez anos*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C6, Cotidiano. 14/06/2008.

Sousa Costa, que pediu baixa e entrou para a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (Batalhão Operacional de Polícias Especiais, de Natal). Homossexual assumido, ele relata que sofreu pressões idênticas às dos sargentos Laci e Fernando e que na Polícia Militar “isso (ser homossexual) é aceito com mais naturalidade”. A *Folha* procurou o Comando Militar do Leste, onde Jarbas Costa serviu, que afirmou ter sido o desligamento voluntário, e que “não há qualquer registro sobre opção sexual” no processo de saída do ex-sargento¹¹⁰.

As últimas notícias na *Folha*, em nosso período de análise, dão conta que os sargentos foram homenageados na 11ª Parada Gay de Brasília¹¹¹, cuja cobertura privilegiou, a partir do caso, o enfoque dado pelo evento ao combate à homofobia, e que o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, concedeu *habeas corpus* para o sargento Laci Marinho¹¹².

A maior proximidade na cobertura dada pelo *O Globo* ao caso dos sargentos gays com a da *Folha* está na (des)importância dos colunistas, que só não desprezaram totalmente o assunto por uma referência em texto de Agamenon Mendes Pedreira, em tom de humor escrachado e politicamente incorreto, e outra feita por Patrícia Kogut, criticando a apresentadora de TV Luciana Gimenez pelo excesso de referências ao caso desde que os sargentos foram presos após entrevista ao *SuperPop*. Também não identificamos cartas de leitores comentando o caso. Ao contrário do caso Ronaldo X travestis, quando tiveram papel fundamental, inclusive em matizações menos desfavoráveis às travestis, os colunistas Artur Xexéo, Ancelmo Góis e Joaquim Ferreira dos Santos não mencionaram Laci Marinho, Fernando Alcântara e suas desavenças com o Exército. Da leitura dos textos que compõem a cobertura de *O Globo* não é possível identificar razões para o silenciamento destes colunistas, exceto se tomarmos como dica a crítica de exposição exagerada do caso na nota de Patrícia Kogut, mas referindo-se ao programa da *Rede TV!*.

A depender somente da cobertura do caso sargentos gays pelo *O Globo* não ficaríamos sabendo de diversos detalhes da vida do casal, ou de individualidades de cada um (como

¹¹⁰ FOLHA DE S. PAULO. *PM aceita melhor os gays, diz homossexual que saiu do Exército e virou policial*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C6, Cotidiano. 14/06/2008.

¹¹¹ FOLHA DE S. PAULO. *11ª Parada Gay de Brasília faz homenagem a casal de sargentos do Exército*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C5, Cotidiano. 30/06/2008.

¹¹² FOLHA DE S. PAULO. *Supremo concede liberdade a sargento gay preso em junho*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C5, Cotidiano. 31/07/2008.

os dotes artísticos de Laci Marinho, que na *Folha* são noticiados como compondo as motivações homofóbicas do Exército), bem como de algumas das batalhas jurídicas dos dois com o Exército (a exemplo da travada contra a transferência) e o arrombamento do apartamento funcional habitado pelos dois no setor militar, em Brasília. O jornal carioca deu ao caso tratamento mais discreto que a *Folha* e, especialmente, não usou de narrativas melodramáticas ao longo do período. Essas estratégias não impediram, no entanto, que n’*O Globo* aparecessem detalhes ausentes na cobertura da *Folha*, ou que tenha havido posicionamento contrário às atitudes dos sargentos. Um desses detalhes é que parlamentares, principalmente do PT, entraram em cena já na prisão de Laci Marinho, e não somente quando da detenção de Fernando Alcântara, como dão a entender os textos da *Folha*.

A primeira matéria d’*O Globo* sobre os sargentos, não assinada, ocupa o alto da página 11 do caderno *O País*, acompanhada de fotografia dos dois no momento em que são avisados da prisão¹¹³. Há uma breve indicação do local e das circunstâncias da prisão, a afirmativa de Laci de que ela foi motivada pela revelação da sua homossexualidade, seguida de contestação dessa tese pelo Comando do Exército. Os detalhes da operação são menos explorados:

Os dois souberam durante a entrevista que havia soldados do Exército do lado de fora da emissora. Quatro militares armados com fuzis chegaram em um furgão ao prédio, em Alphaville, em Barueri, Grande São Paulo, às 23h40 de anteontem. Os militares se recusaram a sair. Com a chegada de um oficial do Exército, a “Rede TV!” permitiu que os soldados entrassem. Fernando e Laci permaneceram isolados numa sala. O único militar que teve acesso aos dois foi o coronel Santiago, que tentou negociar a rendição. (O GLOBO, 2008, p. 11)

O final do texto informa sobre o pedido do casal da presença de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil ou de um do movimento de direitos humanos para acompanhar a negociação. Às 2h30, segundo a matéria, chegou o secretário geral do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana, e cerca de uma hora depois foi enviado o mandato de prisão. Na mesma página, em matéria menor, o ministro Nelson Jobim afirma que a motivação para a prisão foi disciplinar, e não homofóbica. A versão

¹¹³ O GLOBO. *Exército prende sargento que assumiu ser gay*. Rio de Janeiro: O Globo, página 11, O País. 05/06/2008.

é contestada na sequência pela deputada federal Cida Diogo¹¹⁴, do PT do Rio de Janeiro, identificada como uma das coordenadoras da frente parlamentar que defende os direitos de gays, lésbicas e travestis, para quem “trata-se de preconceito e intolerância [a prisão] frente à manifestação da livre orientação sexual contra um cidadão que não é bandido e serve o país”¹¹⁵.

Até a prisão de Fernando Alcântara, os sargentos ocupam o noticiário d’*O Globo* em três matérias, sendo uma delas dedicada a repercutir a 1ª Conferência Nacional LGBT, que é citada em outro dos textos. No dia 7 de junho, texto informa que Laci Marinho foi transferido de São Paulo (onde estava preso em um hospital militar) para a carceragem do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília¹¹⁶. O destaque maior é dado às ações da Ordem dos Advogados do Brasil, pressionando pela soltura de Laci e cobrando explicações ao ministro Nelson Jobim, por considerar que a prisão “atenta contra os direitos fundamentais do sargento”. Outra informação dá conta que o PT deve tentar um *habeas corpus* para libertar Laci. A matéria termina com dados do Exército, que realizou exames no sargento e concluiu que ele estaria apto para o trabalho.

Na mesma página matéria destaca a atuação do Condepe, do PT e de parlamentares no caso, começando com a autorização obtida por Fernando Alcântara para visitar seu companheiro na prisão, todos os dias, por uma hora, “com a ajuda de parlamentares, principalmente do senador Eduardo Suplicy (PT-SP)”¹¹⁷. Outra parlamentar do PT, Fátima Cleide, de Rondônia, esteve na prisão visitando Laci, acompanhada do advogado da liderança do partido, Marcos Rogério de Sousa. A senadora é identificada como integrante de uma comissão especial criada pelo Senado para acompanhar o caso, informação que não é apresentada pela *Folha*. Na sequência o texto nos conta sobre

¹¹⁴ Cida Diogo é a parlamentar que envolveu-se em polêmica com o falecido costureiro e deputado federal Clodovil, um dos homossexuais de maior destaque midiático no Brasil, apresentador de programas de TV em diversas emissoras, episódio que quase resultou em pedido de cassação do mandato de deputado de Clodovil. As desavenças entre eles começaram quando Clodovil fez alusões consideradas por Cida Diogo ofensivas às mulheres e chegou a bate boca no plenário, especialmente porque a deputada afirmou que Clodovil teria lhe chamado de prostituta. Certo é que o deputado referiu-se a Cida Diogo como uma mulher feia. Detalhes em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL33982-5601,00-DEPUTADA+ACUSA+CLODOVIL+DE+AGRESSAO+VERBAL.html>, consultado em 19 de junho de 2010, às 11h10.

¹¹⁵ O GLOBO. ‘*O problema não é discriminação*’, afirma Jobim. Rio de Janeiro: O Globo, página 11, O País. 05/06/2008.

¹¹⁶ ALENCASTRO, Catarina. *Sargento homossexual acusado de deserção é transferido para prisão*. Rio de Janeiro: O Globo, página 15, O País. 07/06/2008.

¹¹⁷ O GLOBO. *Justiça autoriza sargento a visitar o companheiro*. Rio de Janeiro: O Globo, página 15, O País. 07/06/2008.

laudo elaborado pelo médico Paulo César Sampaio, a pedido do Condepe, que diagnostica Laci como sofrendor de psicose, esclerose múltipla e disfunção vertiginosa labirintal, motivo para que a senadora solicite o retorno de Laci para o hospital. Ao sair da visita, Fernando manifesta preocupação com o estado de saúde de Laci, que “teria chorado muito e reclamado que não tinha tomado seus remédios”. Diante da situação geral da prisão e seus desdobramentos, deputados petistas protocolaram no Ministério da Defesa pedido de esclarecimentos sobre o processo. O texto termina com informações sobre a 1ª Conferência.

Enquanto isso, participantes da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em Brasília, promoveram ontem um abraço ao Congresso Nacional e colocaram 70 cruces cor-de-rosa no gramado para lembrar as 70 mortes de homossexuais registradas no país em 2008. Eles levaram faixas e cartazes e pedirão punição aos responsáveis. A conferência vai até domingo. Na abertura do evento, autoridades condenaram a discriminação contra homossexuais. (O Globo, 2008, p. 15)

A aparição do caso sargentos gays na matéria que relata os temas abordados na 1ª Conferência Nacional GLBT, ilustrada com uma foto de Fernando Alcântara, se dá ao lado da reivindicação de alteração da medida que proíbe a doação de sangue pelos homossexuais, do pedido de aprovação pelo Congresso de um Estatuto dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e da vitória das lésbicas na mudança da sigla, antecedendo aos gays na identificação do movimento¹¹⁸. Nos últimos parágrafos, depois de informar que Fernando Alcântara compareceu ao encerramento da Conferência, quando posou para fotos, o texto conta que o sargento teve sua vida mudada desde o início do caso, inclusive sua transferência para a lavanderia, no hospital do Exército onde trabalha. Afirmando ouvir piadinhas e ser tratado com sarcasmo, “estou isolado, me sentindo um leproso. Na hora do almoço, fico numa mesa longe de todo mundo”, Fernando reforça as denúncias de maus tratos que Laci estaria sofrendo na prisão, com tortura psicológica e violência física (“tiram sua roupa antes do banho de sol, numa atitude de constrangimento). *O Globo* não ouviu o Exército para defender-se das acusações (ÉBOLI, 2008, p.4).

¹¹⁸ ÉBOLI, Evandro. *Gays reivindicam direito de doar sangue*. Rio de Janeiro: O Globo, página 4, O País. 09/06/2008. Com a decisão, que o texto informa ter sido por vitória de 190 contra 160 votos desfavoráveis, a nomenclatura passa de GLBT para LGBT, atendendo reivindicação histórica das lésbicas, que viam na precedência dos gays forma de promoção da invisibilidade lésbica. Na *Folha* a mudança também é referida, em nota.

As matérias que tratam das duas prisões de Fernando Alcântara reforçam mais uma vez as denúncias de homofobia, maus tratos e perseguição aos dois sargentos pelo Exército, sem dar ao órgão espaço para apresentar sua versão dos fatos. O texto que aborda a primeira prisão destaca, ao final, a participação de Fernando na 1ª Conferência Nacional GLBT, onde fez um discurso e relatou as agruras do casal no enfrentamento com o Exército¹¹⁹:

O sargento foi alertado por ativistas de movimentos gays para não se expor tanto, mas argumentava que essa era a única maneira de manter o seu companheiro vivo. Alcântara afirmou que Marinho iria enlouquecer na prisão. Alcântara dizia ainda que vinha sendo perseguido no trabalho. (ÉBOLI, 2008,p. 12)

Ao contrário da *Folha*, *O Globo* não explora a advertência dos ativistas como racha no movimento gay, limitando-se a noticiar a preocupação com a exposição de Fernando Alcântara. Ao informar o retorno do sargento para a prisão¹²⁰, a única informação adicional comparativamente ao que foi publicado pelo jornal paulista é que, segundo as regras militares e a Constituição, não caberia o instrumento do *habeas corpus* em situações de detenção motivada por medida disciplinar, dado que mostrou-se incorreto, pois Gilmar Mendes, ministro do Supremo, concedeu *habeas corpus* a Laci Marinho, fato, aliás, não noticiado pelo *O Globo*.

No final do mês de junho o caso dos sargentos retorna ao *O Globo*, não somente pela notícia da nova prisão de Fernando Alcântara, mas também na matéria que informa sobre veto de transmissão pela *TV Justiça* do depoimento de Laci Marinho à Justiça Militar, episódio não noticiado pela *Folha*. O foco central está na decisão, tomada após acerto inicial da transmissão, sem “imagens do réu ou de eventuais testemunhas levadas por ele, para não expor o sargento”¹²¹. Além de informar que jornalistas poderão acompanhar o depoimento, o texto relata as próximas etapas do julgamento. No dia seguinte ao depoimento, do qual Laci saiu algemado, em função da decisão pela sua

¹¹⁹ ÉBOLI, Evandro. *Exército prende outro militar homossexual*. Rio de Janeiro: O Globo, página 12, O País. 14/06/2008.

¹²⁰ O GLOBO. *Sargento que assumiu ser gay vota à prisão*. Rio de Janeiro: O Globo, página 9, O País. 24/06/2008.

¹²¹ BRÍGIDO, Carolina. *Depoimento de militar gay vetado na TV*. Rio de Janeiro: O Globo, página 10, O País. 25/06/2008.

permanência na prisão, uma foto dele na saída do Tribunal com texto na lateral informa sobre seu desabafo: “Eu me sinto um judeu num campo de concentração”¹²².

Em duas ocasiões *O Globo* retoma o caso dos sargentos gays no mês de julho, tendo como personagem central Fernando Alcântara, que denunciou ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana que o Exército faz cursos de tortura como parte do treinamento de formação e que ele próprio frequentou oficinas nas quais se aprende a dar choques com equipamentos de rádio rústicos. Os cursos incluiriam tortura nos próprios oficiais, técnicas de pau-de-arara, sufocamento por água e espancamento, por meio de técnicas que não deixariam marcas. No depoimento ele contou que Laci tem sofrido maus tratos na prisão, tendo ficado sem tomar remédios e sido obrigado a ficar nu para receber visitas. O texto informa que o Exército rebateu todas as denúncias relativas aos maus tratos. Quanto aos treinamentos para tortura, o Exército não as nega na nota reproduzida, que encerra o texto¹²³:

O Sistema de Ensino da Instituição, respeitado e reconhecido por sua qualidade, possui instrumentos eficazes de controle interno que contribuem para a consecução dos objetivos específicos para os diferentes cursos existentes em Escolas do Exército. (ALENCASTRO, 2008, p. 10)

O segundo texto enfocando Fernando Alcântara no mês de julho, publicado no dia 26, sob a forma de nota, informa sobre o seu pedido de baixa do Exército, segundo ele, em função das perseguições, que o deixou sem clima para continuar na instituição militar. Curioso é que a notícia que o identifica como ex-sargento foi publicada no dia 5, quase 20 dias antes, revelando desencontro de informações, já que a nota diz que, embora o pedido não possa ser negado, a resposta poderá demorar de 30 a 60 dias para sair. A nota dá detalhes sobre salário e tempo de atuação de Fernando Alcântara no Exército. No período restante do nosso *corpus*, que se encerrou no início da segunda metade do mês de agosto de 2008, não há novas menções ao caso n’*O Globo*. Destaque-se que a *Folha* não trouxe as duas últimas informações.

Assim como na *Folha*, as narrativas d’*O Globo* sobre os sargentos gays enfatizaram as agruras vividas por um casal – condição não contestada em nenhum momento por fontes ouvidas na produção das matérias, e por isso endossadas pelas publicações – com

¹²² O GLOBO. *Desabafo: Militar ficará preso*. Rio de Janeiro: O Globo, página 12, O País. 28/06/2008.

¹²³ ALENCASTRO, Carolina. *Ex-sargento gay faz acusações ao Exército*. Rio de Janeiro: O Globo, página 10, O País. 058/07/2008.

as angústias e medos gerados pelas prisões e ameaças de separação provocadas pela interferência de terceiros na relação. A grande diferença, no entanto, está na produção textual sobre o caso, que aparece na *Folha*, especialmente nas primeiras matérias, sob a forma de narrativas que privilegiaram, como já destacamos, a dimensão melodramática do acontecimento, dando a alguns textos tratamento folhetinesco. O fato de a *Folha* não ter noticiado episódios como o veto da transmissão do depoimento de Laci Marinho pela *TV Justiça*, as acusações de Fernando Alcântara de ensino de métodos de tortura pelo Exército, bem como seu pedido de baixa da corporação, indica escolha, ainda que não totalmente controlada, de privilegiar o drama dos sargentos mais do que as questões políticas implicadas. Não queremos com isso sugerir que as dimensões políticas estiveram ausentes da cobertura realizada pelo jornal paulista, até mesmo porque elas aparecem inclusive na proposição de divergências internas ao movimento gay e na ênfase dada à tese de comportamento homofóbico por parte do Exército ao longo de todo o caso. Por seu turno, ao negligenciar as informações sobre as atividades de Laci Marinho como cantor *cover* de Cássia Eller, *O Globo* deixou de lado aspecto essencial na construção e reforço, pelos sargentos e seus advogados, da tese de homofobia nas medidas do Exército contra o casal, especialmente as que atingiram Laci. Além desse detalhe, outros não apareceram nos textos do *O Globo*, conforme listamos anteriormente. Mas aqui não é possível sequer sugerir que a publicação carioca tenha, por esse comportamento, deixado de destacar, a todo momento, a homofobia do Exército¹²⁴.

Relativamente à cobertura da *Folha* chama atenção ainda que, em consonância com as orientações editoriais de apartidarismo, o jornal fez uma única referência à participação de parlamentares do PT nas negociações com o Exército, para a soltura de Laci Marinho e de Fernando Alcântara, além dos questionamentos sobre os procedimentos de tortura denunciados pelo casal. Negligenciar essas informações por estarem elas ligadas a ações de políticos de um partido, mas também do partido, institucionalmente (n' *O Globo* é

¹²⁴ Assim como indicamos o que ocorreu com as personagens posteriormente ao caso Ronaldo X travestis, vale o registro sobre os sargentos gays, que continuam juntos e em pendengas com o Exército. Ambos foram condenados em primeira instância pela Justiça do Exército, sob a alegação de que suas declarações em 2008 foram ofensivas à imagem da instituição. Seus advogados vão recorrer da sentença, que poderá ser anulada se ambos cumprirem, por dois anos, requisitos de bom comportamento. Dados retirados de: CAPRIGLIONE, Laura. Final feliz na caserna. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0506201017.htm>, consultado em 05 de junho de 2010, às 11h32. E de NUBLAT, Johanna. Justiça do Exército condena casal gay. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0906201021.htm>, consultado em 12 de junho de 2010, às 13h06.

assim que também aparece o PT, como entidade que, independente das ações de seus parlamentares, cobrou explicações ao Exército), é partidarizar a cobertura pela negligência. A *Folha* também praticamente negligenciou as atuações de setores do Legislativo no caso. Essa atitude revela, antes do equilíbrio proporcionado pela opção em posturas críticas relativamente aos partidos políticos, omissão de informações fundamentais para a compreensão do caso sargentos gays. Houvesse a participação de outros partidos, ou de parlamentares de outros partidos, é de se esperar que *O Globo* também os citasse. Ressalte-se, no entanto, que para efeito do nosso conhecimento sobre pessoas e entidades envolvidas nas negociações e acusações de homofobia por parte do Exército não consultamos outras fontes de informação além da cobertura noticiosa que compõe nosso *corpus* de pesquisa.

Como ressaltamos anteriormente, inclusive com a transcrição de alguns trechos, a prisão de Laci é narrada pela *Folha* em estilo folhetinesco, com características típicas do melodrama (PONTE, 2005a), com ação e descrição dos dramas pessoais do sargento em decorrência das suas doenças, que o transformaram em um “catálogo ambulante” para a medicina psiquiátrica. Ali a felicidade do casal, se não é ameaçada por diferenças sociais ou econômicas, brigas de família, ciúmes internos, intriga de amante ou fofocas de sogra, enfrenta um inimigo mais poderoso e cruel, na figura do Exército Brasileiro, homofóbico, intolerante, capaz de literalmente destruir o lar dos amantes, no episódio do arrombamento da residência dos dois, quebrando tudo que se via pela frente, como soubemos mais tarde em outra matéria, e de impedir um doente de se medicar. A narrativa, nesse sentido, afirma, sem dizê-lo explicitamente, que casal é a união de duas pessoas que lutam para permanecerem juntas, independentemente se de um mesmo gênero.

Nessa matéria os sargentos aparecem na condição dupla de fontes e de personagens, ainda que como fonte a própria precariedade da situação de Laci, levado afinal preso pelo Exército, depois de verdadeira operação de guerra na saída da *Rede TV!*, onde foram entrevistados por Luciana Gimenez, esteja mais atenuada do que a de Fernando, este ouvido inclusive em longa entrevista. Em seu conjunto, a história narrada pela *Folha* acrescenta, aos elementos folhetinescos e melodramáticos, pitadas de romance policial, com as sugestões de queima de arquivo e agentes infiltrados, escutas telefônicas, denúncias de corrupção e de torturas físicas e psicológicas, aquelas com

requintes de maldade, posto que praticadas com técnicas que não deixariam marcas detectáveis em exames de corpo de delito.

No primeiro dia de cobertura da prisão de Laci pela *Folha de S. Paulo* as matérias traçam os perfis de Laci e Fernando como personagens fortes, bravos e incansáveis nas suas lutas contra as injustiças cometidas contra eles pelo Exército, também este transformado em personagem. Antagonizando com os mocinhos, o Exército representa o papel de vilão, assim delineado não somente a partir das falas dos sargentos, como também nos depoimentos dos representantes de movimentos sociais convocados a prestarem depoimentos. E assim, o conjunto de textos da *Folha* elabora aos poucos as diversas facetas do Exército como personagem vilão, recorrendo a processos por pederastia movidos pela Instituição e outros casos de perseguição. Do lado dos mocinhos, levemente incomodados em seus papéis de figuras boas somente quando da matéria que fala de divisões de opiniões no movimento gay quanto às suas atitudes de denunciar o Exército, as nuances de cada um são destacadas. Laci aparece como a parte enfraquecida do casal, pelas diversas doenças que apresenta, mas em compensação, figura sensível, alma de artista, perseguido pelo Exército também por causa das suas habilidades como *cover* de Cássia Eller, sendo essa mais uma das razões para os processos contra a instituição militar, a exemplo do que ganhou quando da tentativa de transferi-los de base de trabalho. Fernando é o lutador aguerrido, denunciando todos os detalhes da perseguição do Exército e as maldades contra Laci na prisão, como torturas físicas e psicológicas e a privação dos medicamentos essenciais para que não sofresse um surto.

É neste movimento de construção dos sargentos e do Exército como personagens que a cobertura da *Folha* apresenta-se polifônica, convocando vozes que trarão distintos pontos de vista do meio social, não somente as que denunciam diversos matizes da homofobia, quanto aquelas que a reforçam, ainda que omitindo em alguns momentos, como mostramos, vozes parlamentares e partidárias importantes no debate sobre o caso e que foram reverberadas pelo *O Globo*. Em momentos também específicos, a voz militar foi silenciada, mas pode-se explicar este silenciamento pelo fato de em outras ocasiões o Exército ter se recusado a apresentar seus pontos de vista. A polifonia detectada não deixa escapar, no entanto, um detalhe importante, intimamente relacionado à vocalização do Exército: nota-se que, uma vez construída a tese da

homofobia, há uma certa dificuldade da *Folha* de discutir, no caso dos sargentos, dimensões mais abrangentes deste fenômeno, ainda que, por exemplo, ela aborde didaticamente a homofobia internalizada. O que estamos tentando demonstrar é que a homofobia pode ser boa para a armação da intriga em narrativas jornalísticas, pelos elementos de conflito social a ela inerentes, mas nem tanto para ser esmiuçada na dimensão de realidade social mais complexa do que a perseguição nos moldes daquela empreendida pelo Exército contra os sargentos gays facilitou explorar. Isso não elimina o que acima referimos sobre as vozes sociais denunciando diversos matizes do preconceito contra homossexuais, mas indica que elas não esgotam as possibilidades de vocalizar a homofobia, por exemplo, as suas raízes ligadas à heteronormatividade misógina e as questões em torno da epistemologia do armário (SEDGWICK, 1999; 2007).

A cobertura do *O Globo* do caso sargentos gays foi mais técnica, ou talvez melhor seria dizer que com poucos elementos indicativos da construção de narrativas melodramáticas, sem traços de romance policial, à exceção das denúncias feitas por Fernando de torturas físicas e psicológicas e de tentativa de queima de arquivo, somadas, mais adiante, às denúncias dos métodos de tortura ensinados em escolas do Exército. Mas a construção dessa trama não se encontra disponível em um único texto, sendo percebida somente pela leitura do conjunto das matérias referentes ao caso. Já na primeira matéria, acompanhada apenas de um *box* no qual o ministro Nelson Jobim nega motivação homofóbica pelo Exército, versão contestada a seguir na fala da deputada Cida Diogo, estabelece-se a diferença, pois a *Folha* trouxe um conjunto maior de textos. Entretanto, *O Globo* não deixou de contar uma boa história, com alguns elementos muito próximos daqueles da *Folha*, incluindo a transformação dos sargentos e do Exército em personagens, alternando-os com a condição de fontes. O antagonismo mocinhos X vilão também se repete, assim como a tese de que os dois formam um casal. Há dados negligenciados sobre as personagens, como os dotes artísticos de Laci e outras perseguições movidas pelo Exército contra homossexuais, bem como o inventário dos processos por pederastia, as escutas telefônicas e a invasão do lar do casal. Por outro lado, à medida que a cobertura evoluiu, a história se enriqueceu com as denúncias de Fernando de que o Exército promoveria cursos de tortura, aplicando-as já em seus treinamentos, dos quais ele afirma ter sido um dos participantes, o veto da transmissão, pela *TV Justiça*, do depoimento de Laci Marinho à Justiça Militar, e o

desabafo de Laci, na saída do depoimento, afirmando sentir-se “como um judeu em um campo de concentração” em sua estada na prisão.

Da perspectiva da polifonia não encontramos diferenças significativas entre *O Globo* e a *Folha* relativamente à convocação das vozes que poderiam situar o episódio como típico da homofobia. Duas distinções mais relevantes se fazem notar. A primeira, quando o advogado dos sargentos nomeia as perseguições do Exército de homofobia estatal, o que qualifica os preconceitos em um nível distinto da simples manifestação homofóbica, posto que agora patrocinada por organismo governamental. Lembremos, a este respeito, o relatório da Ilga com a indicação de que diversos países no mundo promovem a perseguição às pessoas LGBTT, o que torna diferente e mais grave o problema da homofobia, posto que elimina as garantias de cidadania para as vítimas, bem como limita suas possibilidades de denunciar as violências físicas e simbólicas (OTOSSON, 2009). A segunda diferença está no fato de *O Globo* não ter construído a tese de a atitude dos sargentos na denúncia contra o Exército ter promovido divisão nas opiniões do movimento de defesa dos direitos humanos homossexuais acerca do erro ou acerto da estratégia, tal como sustenta a *Folha*. Mas nota-se que a cobertura d’*O Globo*, apesar dos esforços de ouvir militantes dos direitos homossexuais, entidades de defesa dos direitos humanos, parlamentares e representantes partidários, também deixa escapar a oportunidade de aprofundamento dos significados e alcances da homofobia. Particularmente, de promover o esclarecimento sobre o que se entendia por homofobia estatal, na afirmativa pelo advogado de que este foi o motivo das perseguições aos sargentos gays.

4.5.3. A Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo

Realizada pela primeira vez em 1997, com dois mil participantes, a Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo é considerada, desde 2004, a maior do gênero no mundo, quando teve a participação de 1,5 milhão de pessoas, número que subiu para 3,5 milhões em 2007. A 14ª edição, realizada em 2010, não teve o número total de participantes divulgado oficialmente pela organização, a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, fundada em 1999, como uma entidade da sociedade civil voltada para a

defesa da diversidade sexual¹²⁵. Desde 2006 a participação tem ficado acima dos 3 milhões de pessoas, segundo dados oficiais dos organizadores. Em 2008, ano parcialmente recoberto por nossa pesquisa, foram 3,4 milhões de participantes, na 12ª edição do evento, cujo tema foi “Homofobia mata! Por um Estado laico de fato!”¹²⁶, alusão sobretudo aos entraves impostos pelas chamadas bancadas católicas e evangélicas do Congresso Nacional, que há anos impedem a votação dos projetos de lei que instituem a parceria civil entre pessoas de mesmo gênero e a criminalização da homofobia.

Acontecimento que se enquadra na categoria dos planejados e programados, a Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo foi a que apresentou a menor quantidade de textos dentre os casos por nós analisados, sete na *Folha* (com início no dia 18 e término no dia 27 de maio) e três n’O Globo (início no dia 24 de maio e término no dia 26). A primeira alusão na cobertura da *Folha* correspondente ao nosso período de análise ocorreu em matéria sobre curso realizado pela Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes, em parceria com o São Paulo Convention & Visitors Bureau. Segundo o texto¹²⁷,

“O objetivo é desconstruir preconceitos para que o turista GLBT tenha um tratamento igual ao que todo mundo tem”, explica o presidente da Abrat GLS, Franco Reinaldo. “Com informações científicas e técnicas as pessoas terão um outro olhar sobre esse segmento”, ressalta ele. (GIANNASI, 2008, p. F5)

A matéria não esclarece se as informações técnicas e científicas dizem respeito às pessoas LGBTT e seu universo, aos métodos de bem receber este público ou a ambos. Fato é que a realização do curso tem como objetivo preparar os interessados para a realização de bons negócios por ocasião da Parada que, informa o texto, reuniu 3,5 milhões de pessoas em 2007, gerando movimento financeiro de R\$ 340 milhões,

¹²⁵ Os dados constantes neste parágrafo foram retirados do *site* oficial da entidade, <http://paradasp.wordpress.com>, consultado em 19 de junho de 2010, às 12h34.

¹²⁶ A cada ano a Parada adota um lema político que chama atenção para as reivindicações da comunidade LGBTT. Em 1997, foi “Somos muitos, estamos em todas as profissões”; em 1998, “Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos”; em 1999, “Orgulho Gay no Brasil, rumo ao ano 2000”; em 2000, “Celebrando o orgulho de viver a diversidade”; em 2001, “Abraçando a diversidade”; em 2002, “Educando para a diversidade”; em 2003, “Construindo políticas homossexuais”; em 2004, “Temos família e orgulho”; em 2005, “Parceria civil, já! Direitos iguais: nem mais, nem menos”; em 2006, “Homofobia é crime! Direitos sexuais são direitos humanos”; em 2007, “Por um mundo sem machismo, racismo e homofobia!”; em 2009, “Sem Homofobia, Mais Cidadania – Pela Isonomia dos Direitos!”; e em 2010, “Vote contra a homofobia: defenda a cidadania!”.

¹²⁷ GIANNASI, Igor. *Atendimento ao público GLBT é tema de programa*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página F5, Classificados/Negócios. 18/05/2008.

destacando que o turista homossexual gasta em média “30% mais do que o turista tradicional”. O segundo texto abordando a Parada foi publicado no dia 22 de maio e limitava-se a informar sobre as alterações e alternativas de tráfego para a Avenida Paulista, local de realização do evento¹²⁸. Essas duas matérias sugeriam uma cobertura centrada nas questões econômicas da Parada, tendência ligeiramente alterada na terceira matéria sobre o evento, dando conta da realização da 8ª feira cultural GLBT. Além das compras o texto, usando dos clichês sobre “diversidade”, “alegria” “travestis superproduzidas” e a natureza familiar da festa (“meu filho gosta muito de vir e as pessoas são muito pacíficas”, diz a balconista Aline Santos, que levou o filho de 6 anos), destaca o clima de celebração da feira, que teria atraído, segundo os organizadores, 200 mil pessoas¹²⁹.

No dia seguinte à Parada, o evento ocupa toda a primeira página do caderno *Cotidiano*, com duas matérias e nove fotografias, que rivalizam em espaço ocupado pelos textos. Como já destacado em tópico anterior, a narrativa principal começa informando sobre a presença de Andréia Albertini, do caso Ronaldo X travestis, para lembrar que a Parada daquele ano teve presença insignificante de celebridades, assim como menor número de *go-go boys*, *drag queens* e fantasias, em evento de “decoração mais contida”, que “abriu espaço para a popularização”¹³⁰. Na reprodução das entrevistas reclamações contra a popularização do evento, compensadas, na fala de outra fonte, pelo ganho em diversidade, o que incluiu a diversificação musical, com samba e bossa nova, além das batidas eletrônicas. Os clichês habituais em coberturas de eventos dessa natureza, no entanto, não se fizeram ausentes no texto:

O performista Thiago Augusto Gomes, 21, viajou de Franca (SP) para a capital com um grupo de dez “amigas”. “Nossa, eu esperava um pouco mais de brilho”, disse observando o movimento em frente ao Masp, área de concentração. Sem maquiagem, ele reclamava do pequeno número de participantes que foi “montada” à Parada. Também Kimberlyn, 22, drag carioca com fantasia de Princesa Submarina, disse ter ficado desapontada com a falta de criatividade das “bichas paulistas”. “Falta fantasia, meu bem” (CAPRIGLIONE e OLIVEIRA, 2008, p. C1, com destaques no original.)

¹²⁸ FOLHA DE S. PAULO. *Parada Gay altera tráfego na região da avenida Paulista*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C2, Cotidiano. 22/05/2008.

¹²⁹ LUCKNER, Cristina. *8ª edição da feira GLBT faz o ‘aquecimento’ para a parada Gay, no domingo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C4, Cotidiano. 23/05/2008.

¹³⁰ CAPRIGLIONE, Laura. e OLIVEIRA, Roberto de. *Parada Gay perde em glitter e ganha em diversidade*. São Paulo: Folha de s. Paulo, página C1, Cotidiano. 26/05/2008.

Nesse clima, descrito pela reportagem com recursos de linguagem próximos da onomatopeia (“Nossa, eu esperava...”) até a tradicional bandeira gigante do arco íris desapareceu, substituída por bandeirinhas dos patrocinadores, como as da Caixa Econômica Federal, “com dois bonequinhos homens de mãos dadas e idem com duas bonequinhos mulheres: ‘Caixa, o banco que acredita nas pessoas’”. Aos clichês já destacados, somaram-se os estereótipos sobre as lésbicas, que além da referência inicial à atriz pornô e lésbica, Thammy Miranda, ganharam o intertítulo¹³¹ “Eu bebo, sim”.

No Trio da Visibilidade Lésbica, lotado de mulheres, a maioria com latinhas de cerveja na mão, tocava o hino dos alcoólatras “Eu bebo sim, e estou vivendo. Tem gente que não bebe e está morrendo”. Bossa nova também se ouviu. (CAPRIGLIONE e OLIVEIRA, 2008, p. C1)

O texto termina ressaltando o clima comportado da festa, apesar dos cerca de 20 furtos, e a gritaria de um grupo de 15 jovens lésbicas, com a passagem de duas travestis com os peitos para fora, em frente ao Cemitério da Consolação.

O outro texto da página C1, a partir do mote da Parada, “Homofobia mata! Por um Estado laico de fato!”, destaca as ações dos governos estadual e federal que têm feito avançar o combate à Homofobia. Ressalta, no entanto, que se em São Paulo foi aprovada lei que criminaliza a homofobia, dois projetos nesse sentido encontram-se parados no Senado e na Câmara Federal, por pressão do lobby religioso. Por isso, a maioria das ações de combate à homofobia acontece por iniciativa do poder executivo, que cria programas de atendimento a homossexuais e travestis vítimas de violência, além de outras ações, nos níveis governamentais municipal, estadual e federal¹³².

A continuidade da cobertura da Parada, na página C3, destacou o atropelamento de um homem, o uso de drogas e álcool e o impedimento, pelos organizadores, de desfile do carro de uma central sindical. A página possui nove fotografias, que ocupam espaço maior que os textos (incluindo, em fotos distintas, o prefeito Gilberto Kassab e a ex-ministra do Turismo, Marta Suplicy). A primeira matéria informa sobre as circunstâncias do atropelamento de Odemar Rubens Martins, pelo trio elétrico Canibal, alugado pelo Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, que em respeito ao

¹³¹ Intertítulo é o destaque dado, sob a forma de um título reduzido, no meio de texto jornalístico, com o objetivo de introduzir novo aspecto do tema abordado.

¹³² FOLHA DE S. PAULO. *No país, combate à homofobia tem pouco apoio legal*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C1, Cotidiano. 26/05/2008.

funcionário fez seu trajeto com o som desligado. O texto se encerra com a lista das causas mais comuns de atendimento médico durante o evento, “a expressiva maioria provocada por excesso de álcool e drogas”¹³³. A outra matéria relata a confusão provocada pelos integrantes da central sindical Conlutas, que reagiram quando a Polícia Militar tentou liberar a avenida do trio elétrico com o qual eles pretendiam desfilar e que foi barrado pelos organizadores da Parada, sob alegação de irregularidades¹³⁴.

As duas entidades trocaram acusações. “Todos os trios elétricos têm normas a seguir e eles não cumpriram algumas regras, estavam com a documentação irregular, afirmou o presidente da associação da parada, Alexandre Santos. José Maria de Almeida, presidente da Conlutas, nega e diz que o carro de som estava desligado. “O que a associação faz é utilizar comercialmente dessa manifestação. Fazem convênios com hotéis, empresas e lojas e ganham dinheiro com isso. Sabem que somos contra essa coisa”, disse. (ARRAIS e KAWAGUTI, 2008, p. C3)

Ao ressaltar a discordância dos representantes da Conlutas relativamente ao caráter comercial fortemente estimulado na e pela Parada, a *Folha* retoma, embora por via oposta, o início da cobertura do evento, quando noticiou a realização de curso que tinha por objetivo melhor realizar bons negócios com os turistas atraídos pelo desfile na Avenida Paulista. Se o jornal teve com isso a intenção de destacar a faceta econômica da Parada, não o fez para além de referências, sem maiores problematizações. A última referência à Parada está em texto que informa sobre a amputação da perna esquerda de Odemar Rubens Martins, identificado como funcionário do trio elétrico Canibal, alagado pelo Sindicato dos Enfermeiros, que nega ter ele caído do veículo, como afirma a Polícia Militar¹³⁵.

No *O Globo* a cobertura da Parada foi menor do que na *Folha*, o que, contraditoriamente, reforça e contesta o princípio da proximidade geográfica como definidor de noticiabilidade. Reforça, pelo fato de o jornal carioca dedicar menor espaço à cobertura. Contesta porque, apesar da menor repercussão, o evento não foi negligenciado, indicando que a noticiabilidade não é dada somente por critérios técnicos, mas também, e talvez sobretudo, pelas forças sociais implicadas nos

¹³³ FOLHA DE S. PAULO. *Homem é atropelado por trio elétrico na Consolação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C3, Cotidiano. 26/05/2008.

¹³⁴ ARRAIS, Daniela. e KAWAGUTI, Luis. *Direção da Parada Gay barra carro de central sindical*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C3, Cotidiano. 26/05/2008.

¹³⁵ FOLHA DE S. PAULO. *Ferido na Parada Gay tem de amputar a perna*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C3, Cotidiano. 27/05/2008. Na matéria que fez a primeira referência a Odemar ele é apontado como funcionário do Sindicato, e não do trio elétrico.

acontecimentos. Na véspera da Parada Ancelmo Góis fez a primeira abordagem do evento n’*O Globo*, na nota “Água gay”, informando, com a utilização de onomatopeias que caricaturizam o público gay, os preços cobrados pela cerveja e pela água em boate paulistana: “Na noite que abriu os festejos, na boate The Week, na Paulicéia, uma cerveja custava R\$ 9 (aaai!) e uma água mineral, R\$ 7 (uuui!)¹³⁶. Na sequência vem outra nota¹³⁷:

Aliás, quem embarcar hoje para Congonhas, no Santos Dumont, não se assuste. A transformista Jane di Castro vai com uma trupe alegréerrima no vôo 1501 da Gol, às 6h40m. A travesti e sua turma prometem animar o vôo, cantando o clássico francês “La vie en rose”, no percurso até a maior parada gay do planeta. (GÓIS, 2008, p. 16)

A reincidência de onomatopeia nas duas notas, os detalhes do voo e dos preços da água e da cerveja, abordados pela via do humor, indicam a escrita por parte de quem tem certa intimidade com o universo gay, especialmente com suas caricaturas, ou possui fontes privilegiadas neste grupo. As notas são, por essa razão, de difícil leitura no que diz respeito a se reforçam a homofobia, meramente a indica ou contribuem para tornar as temáticas e pessoas LGBTT mais visíveis, positiva ou negativamente, dadas as ambiguidades ressaltadas (a nota adverte para as pessoas não se assustarem). Destacam, de qualquer modo, apenas parte das pessoas identificadas como componentes do universo LGBTT, muito mais rico e variado em suas composições.

Ambígua quanto à abordagem da Parada também foi a matéria publicada sobre o evento, acompanhada de três fotografias, que destacavam o colorido do evento, inclusive de participantes¹³⁸. Com duas informações que não constam nos textos da *Folha*, a presença da senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia, “relatora do projeto de lei 122, que estabelece a criminalização da homofobia”, e o potencial econômico do evento, o texto começa e termina destacando pontos negativos. No início lista “furtos de celulares e máquinas fotográficas, atos de vandalismo, bebedeiras e consumo de drogas, como maconha e ecstasy”. No final, informa sobre o atropelamento e detalha o tumulto envolvendo os sindicalistas da Conlutas, que já havia aparecido no primeiro parágrafo. Logo após noticiar os tumultos e incidentes, a matéria afirma ser a Parada “uma das maiores manifestações de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros do mundo”, atraindo

¹³⁶ GÓIS, Ancelmo. *Água gay*. Rio de Janeiro: O Globo, página 16. 24/05/2008.

¹³⁷ GÓIS, Ancelmo. *Vôo da purpurina*. Rio de Janeiro: O Globo, página 16. 24/05/2008.

¹³⁸ O GLOBO. *Parada Gay atrai 3 milhões à Avenida Paulista*. Rio de Janeiro: O Globo, página 4, O País. 26/05/2008.

300 mil turistas que lotam todos os hotéis da cidade, o que gera um lucro de ao menos R\$ 180 milhões¹³⁹, abaixo somente do que São Paulo arrecada com o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 (200 milhões). Com poucos detalhes sobre a concentração, carros de som e trajeto da Parada, o texto passa a destacar a presença dos políticos, como o prefeito Gilberto Kassab, que esteve no início, mas não participou da Parada (ele não foi entrevistado) e a ministra do Turismo, Marta Suplicy (que participou do evento no carro do Ministério do Turismo, “cantando e dançando”, muito animada), de cuja entrevista foram extraídas falas sobre a importância turística do evento. O lema político da Parada vem na sequência:

Ainda na abertura do desfile, o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, disse que o objetivo da parada este ano era lutar pelo fim da discriminação contra os transexuais. Segundo ele, nos últimos anos mais de 2.800 homossexuais foram mortos no Brasil por causa da intolerância. – Queremos que todos sejam tratados de forma igual perante a lei – disse Reis. (O GLOBO, 2008, p. 4)

É provável que a fala de Toni Reis tenha sido reproduzida de forma equivocada na referência aos objetivos políticos da Parada em 2007 (“Homofobia mata! Por um Estado laico de fato!”), pois não se pedia apenas o fim da discriminação de transexuais, mas denunciava-se o poder da homofobia de causar mortes – o que potencialmente pode acontecer com qualquer pessoa LGBTT – e sua relação com as ingerências religiosas na condução do tema por autoridades políticas, negando o estatuto laico do Estado.

A outra matéria que aborda a Parada destaca o evento somente no início e para nele situar a presença da travesti Andréia Albertini, envolvida no caso com o jogador Ronaldo¹⁴⁰.

Algumas semelhanças podem ser notadas na cobertura que os dois jornais realizaram da Para do Orgulho LGBTT de São Paulo. Colunistas, assim como no caso dos sargentos gays, tiveram papel menos destacado, com a exceção do humor de José Simão na *Folha* e das duas notas de Ancelmo Góis n’*O Globo*. As imagens caricaturais e estereotipadas estiveram presentes nos dois jornais e talvez não seja possível eliminar totalmente tais formas de referência, presentes, afinal, no conjunto da Parada. São assim, parte mesmo da diversidade comportamental das pessoas participantes e do clima de festa necessário

¹³⁹ Valor muito inferior aos R\$ 340 milhões citados em texto da *Folha* anteriormente referido.

¹⁴⁰ O GLOBO. *Andréia tem seu dia de estrela*. Op. Cit.

à própria estratégia dos organizadores de atrair o maior número possível de pessoas ao evento e de oferecer à mídia imagens de mais “fácil digestão”. Isso é diferente, no entanto, das formas depreciativas como as lésbicas foram matizadas em um dos textos da *Folha*. Referi-las como alcoólatras, praticamente reduzindo a tal dimensão sua presença no evento – sugerindo que no cotidiano elas são mesmo assim – não somente reforça preconceitos, como corrobora a tese da invisibilidade lésbica (BORILLO, 2001; GIMENO, 2007; SIMONIS, 2007). Relativamente ao destaque dado pelas duas publicações aos tumultos e ocorrências policiais, bem como ao uso excessivo de álcool e drogas – proporcionalmente maior n’*O Globo*, considerando os espaços totais que cada cobertura teve como mancha impressa – ele é exagerado e também caricatural. Exagerado, porque em um universo de mais de 3 milhões de pessoas os próprios registros desses casos divulgados nas matérias dizem de dimensões estatisticamente pouco relevantes – embora não as sejam do ponto de vista dos eventuais prejuízos causados às pessoas envolvidas. Caricatural porque em eventos de qualquer natureza tais ocorrências também são verificadas e há o risco de particularizá-las como característica exclusiva da Parada, pressupondo/reforçando a natureza descontrolada dos seus participantes.

Outra vez a omissão pela *Folha* da participação de uma parlamentar do PT (Fátima Cleide, senadora por Rondônia) em evento noticiado coloca em dúvida os limites entre aplicação correta de princípio editorial e prejuízos à informação mais completa sobre os acontecimentos. No ano em que a Parada focou na necessidade de criminalização da homofobia, ouvir a senadora que relata projeto nesse sentido em tramitação no Senado constitui “dado objetivo” que contribuiria para melhor esclarecer o tema, ainda que a *Folha* tenha ouvido outras fontes para tratar do assunto. Se o PT é o partido que mais se aproxima das reivindicações dos movimentos LGBTT, a primeira crítica caberia aos demais partidos que não o fazem. Depois, caberiam análises sobre os modos como essa aproximação é feita, por exemplo, desenvolvendo tópicos como as críticas formuladas por João Silvério Trevisan sobre as relações do PT e do governo Lula com os movimentos LGBTT, quando este foi entrevistado em texto publicado pela *Folha* por ocasião da cobertura do caso sargentos gays.

Pensados comparativamente ao caso Ronaldo X travestis, mas especialmente ao caso sargentos gays, o conjunto de textos sobre a Parada nos dois jornais é extremamente

reduzido, fato que se acentua n' *O Globo*. Embora isso não signifique que os dois jornais tenham deixado de construir uma história, de moldar um acontecimento diferente em certos aspectos para cada publicação, aponta para o empobrecimento em termos de construção de personagens e de diminuição das potencialidades polifônicas (*O Globo* dá mais ênfase à violência, proporcionalmente às dimensões da sua cobertura, assim como também, por este mesmo critério, às questões políticas).

Começando pelas personagens, construídas a partir da condição inicial de fontes, elas estão praticamente reduzidas aos seus aspectos caricaturais, na frivolidade de quem foi ouvido para falar da popularização e da falta de *glamour*, apesar de a maioria das fotos sugerir o *glamour*, não faltando, claro, *drag queens* e *go go boys*. A estereotipação alcança situação mais grave na redução das personagens lésbicas a alcoólatras beirando a histeria, na junção da aparição delas no texto da *Folha* no carro de som, portando, em sua maioria, latinhas de cerveja, e no encontro com as travestis. Lésbicas que têm sua primeira aparição neste mesmo texto pela participação de uma atriz pornô, categoria profissional também marcada por preconceitos sociais. Alcoólatras, usuários de drogas e baderneiros em geral são personagens comuns nas coberturas da *Folha* e d' *O Globo*. Na *Folha*, a apresentação de personagens e fontes menos caricaturadas está no texto sobre a feira, quando da entrevista de uma mãe que ressaltou o clima pacífico do local, motivo para que ela tenha levado o filho, que adora eventos como aquele. Se a fonte aparece sem as caricaturas típicas, pois matérias sobre eventos dessa natureza costumam limitar-se aos perfis de participantes aludidos antes, a situação é estereotipada e caricatural, ao sugerir, pelo papel de mãe, a família tradicional que não se assusta com evento de presença maciça de “anormais”. Como especulação, com o objetivo de problematizar a cobertura em sua construção de personagens e seleção de fontes, fica a hipótese de aquela ser uma mãe lésbica, e aumentando o nível especulativo, que pudesse estar no momento enfrentando processos judiciais na reivindicação do direito de registrar o filho em nome das duas¹⁴¹. Certamente, no universo estipulado pela feira (200 mil pessoas), mas principalmente entre os mais de 3 milhões presumíveis na Parada, fontes e personagens com essas e outras características que contribuíssem para uma cobertura

¹⁴¹ Nos dois jornais foram encontradas matérias abordando as dificuldades da adoção de crianças por casais homoafetivos, tema que de resto tem sido um dos mais recorrentes nos debates sobre a inferiorização jurídica das pessoas LGBTT frente a direitos não negados a casais e pessoas heterossexuais. Uma leitura de si mesmas daria às duas publicações elementos para uma cobertura mais plural da Parada e dos seus frequentadores.

menos estereotipada e que mostrasse a diversidade das pessoas LGBTT e suas realidades seriam localizáveis.

Desse modo, a vocalização nos dois jornais é precária, reduzida quase somente à visibilização caricatural do universo e dos problemas enfrentados pelas pessoas LGBTT, negligenciando sua multiplicidade e variedade de localização social. Exceção feita às falas de políticos e representantes dos movimentos sociais, que trouxeram à baila alguns aspectos da homofobia e formas de seu enfrentamento pelos governos municipal e estadual (São Paulo) e federal, a Parada foi trabalhada a partir das vozes que hegemonicamente lhe caracterizam pela festa meramente hedonista. Pela quantidade de pessoas envolvidas, pelo fato de anualmente haver um lema político que motiva o evento e pelas imensas dificuldades, restrições legais e violências físicas e simbólicas vivenciadas cotidianamente pelas pessoas LGBTT, tendo a homofobia como uma delas, seria possível construir narrativas efetivamente polifônicas, convocando vozes problematizadoras. Não se trata de sugerir a supressão das personagens e fontes nos textos apresentadas como caricaturais e estereotipadas, posto que elas são componentes essenciais do próprio universo das paradas, assim como do espectro identitário das pessoas LGBTT. Nesse sentido, eliminá-las seria não somente reduzir a dimensão polifônica, como manifestação de preconceito. Mas, certamente, o tratamento caricatural e estereotipado não precisa prevalecer, pois quase sem exceção, ele expõe ao ridículo e diminui a humanidade das pessoas retratadas como tal. Em outras palavras, diversidade é componente das espécies, dentre elas a humana, e tratá-las como exóticas, grotescas, marginais ou qualquer outra forma de estereotipação e caricaturização, é não dar conta de lidar para além das aparências e, o mais grave, de não aceitar as diferenças e os diferentes, entendidos como aqueles que não se adéquam às performances heteronormativas.

4.5.4. A campanha anti-Aids focada em homens que fazem sexo com homens

Como parte da política governamental de combate ao HIV/Aids, anualmente o Ministério da Saúde lança campanhas de prevenção, que de acordo com dados dos boletins epidemiológicos elaborados pelo próprio órgão, podem se dirigir a algum segmento específico da população, como as que já focaram mulheres e pessoas idosas. Em 2008 a campanha foi direcionada aos homens que fazem sexo com homens (HSH), em função da constatação de alta incidência de contágio pelo HIV nesse segmento, inclusive quando particularizada em homossexuais masculinos na faixa etária de 13 a 24 anos. A primeira notícia dando conta da campanha que apareceu na *Folha de S. Paulo* foi no dia 25 de março, de um total de apenas quatro textos (sendo um deles uma nota de retificação), cuja última data foi 25 de junho, com a particularidade de ter sido o único editorial por nós detectado no período da composição do *corpus*. Estamos incluindo o editorial somente pelo fato de ele abordar a temática HSH, pois ele não tem foco principal na campanha, que também é apenas referenciada no outro texto, um artigo. Diferente foi a cobertura d'*O Globo*, com um total de dez textos, o primeiro no dia 23 de março e o último em 5 de agosto, também este com referências às práticas HSH, sem focar na campanha do Ministério da Saúde.

Acontecimento que também se enquadra na categoria dos planejados e programados com vistas à cobertura da mídia, que assim pode atuar como agente multiplicador das informações, a campanha apareceu pela primeira vez na *Folha* no dia 25 de março, como destacamos acima¹⁴². Assinado por Johanna Nublat, responsável por outros textos por nós analisados, a matéria é tipicamente de cobertura factual, ressaltando os objetivos da campanha e dados dos boletins epidemiológicos que justificaram o direcionamento para homens que fazem sexo com homens, terminologia que abarca quem não se identifica como homossexual mesmo em relações sexuais que assim os tipificasse, segundo explica a repórter. Além do Ministério da Saúde como fonte responsável pelos dados sobre a campanha e os dados estatísticos – ainda que o texto não tenha ouvido

¹⁴² Todos os anos a campanha costuma incluir inserções publicitárias pagas em mídias impressas e eletrônicas, além de cartazes afixados em locais estratégicos, como hospitais e postos de saúde. Nossa análise não inclui eventual material publicitário que tenha sido veiculado pelos jornais *Folha de S. Paulo* ou *O Globo*.

qualquer pessoa do órgão – a matéria traz depoimento de um representante do movimento LGBTT¹⁴³.

As ações voltadas a homens que se relacionam com homens era necessária (sic), afirma Tony (sic) Reis, presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais) e parceiro na elaboração do plano. A campanha não será apelativa, afirma ele. O plano voltado aos homens vai até 2011 e será colocado em prática nos níveis federal, estadual e municipal. A intenção é não só tratar da prevenção mas também abordar preconceito e direitos humanos. (NUBLAT, 2008, p. C3)

O texto é acompanhado da reprodução de três imagens que ilustram os folhetos da campanha: em uma dois homens se beijam, na outra trocam carícias e por último praticam sexo oral. O final do texto informa que, ao contrário de 2002, quando foi feita campanha para este mesmo segmento, ao custo de R\$ 3,3 milhões, dessa vez os custos não foram divulgados. No dia seguinte, a seção *Erramos* retifica erro do texto sobre o lançamento da campanha, de atribuição de casos de Aids a homens, quando deveriam ter sido atribuídos a homens que mantêm relações homossexuais ou bissexuais.

No final de março a *Folha* volta a tratar do tema, dessa vez em artigo assinado pelo diretor executivo adjunto do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids e secretário geral assistente da ONU, Michel Sidibé¹⁴⁴. O texto tece vários elogios às políticas oficiais brasileiras de combate ao HIV/Aids, especialmente o acerto de dirigir a campanha de 2008, estendendo as ações até 2011, para homens que fazem sexo com homens, citando pesquisa do Ministério da Saúde indicando que, para homens entre 15 e 49 anos, 3% da população brasileira tem práticas homossexuais, levando este segmento a apresentar taxa de incidência de 226,5 por cem mil habitantes, contra 19,5 de casos para a população em geral. O artigo destaca que a campanha expressa as diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia e antecipa debates que serão realizados na 1ª Conferência Nacional GLBT, lembrando a necessidade de encarar de frente as visões distorcidas sobre a homossexualidade.

O impacto da homofobia sobre um problema de saúde pública é menos perceptível do que parece. Explícita ou sutil, presente, sobretudo, em culturas machistas e de visão hegemônica

¹⁴³ NUBLAT, Johanna. Campanha anti-Aids mira sexo entre homens. São Paulo: Folha de S. Paulo, página C3, Cotidiano. 25/03/2008.

¹⁴⁴ SIDIBÉ, Michel. *Aids: uma agenda afirmativa*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página A3, Opinião/Tendências e Debates. 30/03/2008.

heterossexual, a homofobia revela-se como fator complicador no enfrentamento da Aids ao favorecer, por exemplo, a exclusão social, uma vez que homossexuais em situação de discriminação na escola ou no ambiente de trabalho podem ter desempenho aquém do esperado (...) O Unids, que promoveu campanha mundial em 2003, pelo fim do estigma e da discriminação como ferramenta essencial no enfrentamento da epidemia, aplaude o esforço brasileiro de lançar um plano nacional que poderá servir a outros países da região e mesmo do mundo. (SIBIÉ, 2008, p. A3)

Indicando que a *Folha* pode não ser uma leitora muito atenta de si mesma, somente na primeira quinzena de junho ela volta a abordar a temática dos casos de Aids entre HSH. A hipotética desatenção se justifica pelo espaço entre a informação sobre o lançamento da campanha anti-Aids e o tratamento que ela dá ao tema em editorial, que ignora completamente as ações do Ministério da Saúde, desenvolvendo os argumentos a partir de dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde¹⁴⁵. No geral, a argumentação é no sentido de que são necessárias mudanças de enfoque no combate à Aids, uma vez que o risco de uma epidemia global entre heterossexuais revelou-se reduzido e equivocado, com exceção para a África subsaariana. Argumentando que faria mais sentido “investir fatias maiores do orçamento em peças publicitárias dirigidas a grupos de risco, como homossexuais masculinos, usuários de drogas injetáveis e prostitutas e seus clientes”, prossegue o editorial:

Ocorre que após as primeiras caracterizações da Aids como “peste gay” no início dos anos 80, médicos e ativistas julgaram oportuno ilidir o preconceito. Para tanto, trataram de desconstruir a noção de grupo de risco. Nunca é boa prática deixar que dados científicos sejam contaminados por decisões políticas, por mais corretas que sejam. (FOLHA DE S. PAULO, 2008, p. A2, com destaques no original.)

A leitura do artigo de Michel Sibié teria melhor instruído o editorialista na abordagem das relações entre preconceitos e enfrentamento da Aids. Ademais, a noção de “grupos de risco” não é retomada, primeiro, de forma consensual entre especialistas, segundo, exatamente no ponto em que teria sido abandonada nos anos 1980. Precisamente para evitar novos equívocos na retomada dos grupos de risco, muitos são os especialistas que preferem lidar com a noção de “vulnerabilidade” que, não desconhecendo segmentos populacionais de maior incidência, buscam nas causas que estão além dos dados estatísticos situações individuais e sociais, marcadas por perspectivas culturais, econômicas, raciais, sexistas e outras variáveis, que possam explicar as razões da maior

¹⁴⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. *A política da Aids*. São Paulo: Folha de S. Paulo, página A2, Opinião. 11/06/2008.

exposição ao contágio com o HIV por estes segmentos. Por essa razão, aliás, a campanha do Ministério da Saúde incluiu abordagens sobre a homofobia e seus impactos sobre a realidade do HIV/Aids entre HSH, como melhor esclarece neste quesito o conjunto de matérias d'*O Globo*.

Antes de publicar matérias redacionais sobre a campanha anti-Aids dirigida a HSH, *O Globo* traz uma carta do leitor Paulo J. Pinto questionando gastar dinheiro com tal ação, considerada por ele “escárnio” com o Rio de Janeiro, àquela época sofrendo com a dengue. Para ele, a “campanhazinha diversionária” visa distrair a população e questiona se o ministro da Saúde acredita mesmo que exista no Brasil pessoa gay ou não que não saiba as formas de transmissão do HIV¹⁴⁶. Escapa ao leitor que, aplicada sua lógica, desnecessárias também seriam as ações de combate à dengue, posto que tão difundida em suas formas de expansão e controle quanto as suscetibilidades ao HIV. O responsável pela segunda referência à campanha do Ministério da Saúde foi o colunista Ancelmo Góis, em nota intitulada “DEMOROU, MAS chegou”¹⁴⁷. A reprodução colorida de um dos desenhos das peças publicitárias, que mostra dois homens trocando carícias (peças consideradas por ele ousadas pelas ilustrações), ocupa espaço maior do que a nota, que sintetiza a campanha e a proporção de casos de Aids entre gays, sem detalhar os números de boletim epidemiológico.

No dia 26 de março o jornal carioca traz matéria, com chamada na capa do caderno *Rio* (“Aids cresce entre jovens gays”), sobre o lançamento da campanha, acompanhada de foto do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e de um infográfico, ambos coloridos¹⁴⁸. O infográfico detalha números relativos aos percentuais de jovens de 13 a 24 anos infectados, divididos por sexo, o crescimento comparativo abrangendo os períodos de 1996 a 2006 e os riscos de infecção e de desenvolvimento da Aids entre homossexuais (referidos no texto como gays) e heterossexuais. No texto, há maior detalhamento dos dados epidemiológicos do que na matéria da *Folha*, com números não somente da incidência entre homossexuais, mas na população em geral. Como informação adicional relativamente ao jornal paulista, n'*O Globo* temos que serão distribuídos, além dos cartazes, 500 mil folhetos contendo formas como se pega e não

¹⁴⁶ PINTO, Paulo J. *s/t*. Rio de Janeiro: O Globo, página 6. 23/03/2008.

¹⁴⁷ GÓIS, Ancelmo. *DEMOROU, MAS chegou*. Rio de Janeiro: O Globo, página 10, Rio. 24/03/2008.

¹⁴⁸ ÉBOLI, Evandro. *Aids cresce entre os jovens homossexuais*. Rio de Janeiro: O Globo, página 16. 26/03/2008.

se pega o vírus em contatos sociais e sexuais. A diretora do Programa de Aids do Ministério da Saúde, Mariângela Simão, é entrevistada (ela usa a palavra homossexualismo) e “cita a homofobia e o medo de assumir a homossexualidade como motivos para que os jovens estejam mais expostos ao vírus” (ÉBOLI, 2008, p. 16)¹⁴⁹. Assim como na *Folha*, Toni Reis (é desse modo que está grafado o nome, e não com y, como aparece erroneamente na *Folha*), é ouvido para opinar no encerramento da matéria, que antes havia informado que o lançamento oficial da campanha teve a presença de “dezenas de gays e representantes de entidades de defesa dos homossexuais e travestis” e do ministro Temporão, que aproveitou para anunciar “a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas e Travestis”. Para Toni Reis, “o governo tem se mostrado sensível à nossa causa, é um avanço. Estamos saindo do armário. É o caminho para atingirmos a cidadania plena” (ÉBOLI, 2008, p. 16).

Com uma matéria abordando questões comportamentais e seus reflexos na incidência da Aids entre jovens homossexuais masculinos, uma entrevista com o infectologista David Uip e uma matéria informando sobre a distribuição de um guia sobre prevenção da Aids e doenças sexualmente transmissíveis (DST's) em escolas da rede pública, *O Globo* dá sequência, no dia 30 de março, à cobertura da temática da campanha anti-Aids. A primeira matéria, ilustrada com um infográfico colorido contendo dados epidemiológicos, começa com a história de T., infectado ainda jovem, e apesar de transcrever somente falas de outras três fontes (uma delas a mãe de T.), anuncia que para a produção dos dados foram ouvidos médicos e ativistas homossexuais¹⁵⁰.

Quando começou a freqüentar boates gays, aos 18 anos, o estudante de Direito T., 21 anos, recebeu da mãe, uma psicóloga de classe média alta¹⁵¹, uma caixa de preservativos e um conselho: – Sexo é bom. Transe com quem quiser, mas só com camisinha. Nos dark-rooms (salas escuras onde os freqüentadores das boates fazem sexo livremente), tanto os preservativos quanto os conselhos foram ignorados. – Ninguém usava. Eu queria me enturmar e não usava também. Aquela caixa de camisinhas durou uns cinco meses. Às vezes

¹⁴⁹ O repórter Evandro Éboli assina outras matérias que compõem nosso *corpus* de análise.

¹⁵⁰ GALHARDO, Ricardo. *Aids: sem medo da morte, jovens se descuidam*. Rio de Janeiro: O Globo, página 10, O País. 30/03/2008.

¹⁵¹ Não se deve considerar ocasional escolher como fonte/personagem que informa e didatiza a matéria exatamente alguém deste segmento populacional, por pelo menos duas razões: trata-se do perfil majoritário de leitores d'*O Globo*, e indica a sugestão de que o descuido verificado entre pessoa pertencente a estrato social supostamente esclarecido e em condições de acesso aos preservativos torna mais evidente a dimensão problemática do descuido nas relações (homo)sexuais.

eu usava só na primeira transa, depois esquecia – disse T. (GALHARDO, 2008, p. 10)

A tese central da matéria é que os descuidos dos jovens estão ligados a dois fatores centrais: eles pertencem a uma geração que não viu a morte de amigos em função da Aids e começaram a ter relações sexuais na era dos coquetéis, que na imaginação de muitos livraria da morte por complicações decorrentes da síndrome. O primeiro argumento da tese é desenvolvido a partir da fala de Erik Galdino, “jornalista e ativista gay” (o mesmo que a *Folha*, por ocasião do caso dos sargentos gays, aponta como caso de homofobia internalizada), que cita a capa da revista *Veja*, de 1989, com o cantor Cazuza, para comprovar que a geração de homossexuais masculinos atual não viu de perto os horrores iniciais desencadeados pela Aids¹⁵². O repórter também informa que entrou em *sites* de encontros gays, onde há recorrência na procura por sexo sem proteção: “em um destes sites, a reportagem entrou em contato, em menos de meia hora, com cinco rapazes que procuravam parceiro para uma relação sem preservativo” (ÉBOLI, 2008, p. 10). O segundo argumento da tese é desenvolvido pela médica infectologista Flavia Andrade Ribeiro, citando estudos realizados com pacientes atendidos no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais que mostram um percentual de apenas 39% de continuidade no tratamento com o coquetel, em parte por causa dos efeitos colaterais causados pelos medicamentos. Antes, a matéria informa que o coquetel tem ainda o inconveniente adicional de não ser 100% eficaz e que a Aids continua sendo uma das maiores causas de mortes por doença no Brasil. A matéria tem o tom de didatismo alarmista, muito próximo do moralismo, reforçado pelo final, que retoma a história do estudante de Direito:

– Nas festas e baladas, todo mundo diz que a Aids é uma doença controlável como o diabetes ou qualquer outra. Mentira! Minha vida afetiva acabou. Tenho medo de beijar alguém e passar a doença. Aqueles mesmos que diziam que não tinha perigo transar sem

¹⁵² Reveladora do tipo de tratamento que algumas mídias jornalísticas deram aos primeiros momentos da Aids no Brasil, misturando sensacionalismo e terrorismo, a capa da edição 1.077 da revista semanal *Veja*, de 26 de abril de 1989, trouxe uma fotografia do cantor, abatido e com as mãos sobre o ombro, com a frase: “Cazuza, uma vítima da Aids agoniza em praça pública”. Capa e matéria desencadearam protestos de médicos e artistas, que as consideraram não somente de mau gosto, mas contrárias aos princípios éticos do jornalismo. Para detalhes, ver, dentre outros, KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.; e BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. A capa encontra-se reproduzida, com comentários, em: SANTOS, Alexandre. *Mais uma para o rol das piores capas da revista Veja*. Disponível em <http://freakshowbusiness.com/2008/11/17/mais-uma-para-o-rol-das-piores-capas-da-revista-veja/>, consultado em 21 de junho de 2010, às 10h04.

camisinha agora me olham atravessado – diz T. (GALHARDO, 2008, p. 10)

Certamente o repórter encontraria entrevistados soropositivos que, sem fazer apologia do sexo desprotegido, trariam possibilidades de convívio com o HIV/Aids e de dar continuidade à vida afetiva e sexual sem o alarmismo típico dos anos 1980.

A entrevista com o infectologista David Uip é a continuidade da tese apontada na matéria anterior, como se evidencia no texto de abertura¹⁵³:

Um dos principais nomes no combate à Aids no Brasil desde o surgimento da doença, na década de 80, o infectologista David Uip está desanimado. Segundo ele, os jovens que não viram seus amigos morrendo no início da epidemia perderam o medo da doença e deixaram de se prevenir. “Houve uma banalização da epidemia”, disse Uip ao GLOBO, sexta-feira de manhã, no Instituto do Coração (Incor). (O GLOBO, 2008, p. 10)

Na entrevista, ênfase à tese do descuido por parte dos homossexuais masculinos, especialmente nas perguntas, pois o infectologista aponta este comportamento como geral, ainda que homossexuais masculinos se destaquem, pois a atual postura contradiz aquela verificada no início da síndrome, quando gays se protegiam de forma mais constante do que atualmente, como indicam as pesquisas referidas no conjunto de textos da página. Além de elogios à campanha do Ministério da Saúde, David Uip, dentre outros pontos relativos aos aspectos comportamentais e características epidemiológicas, afirma acreditar que somente uma vacina, ainda longe de ser descoberta, poderia conter o avanço do HIV/Aids, pois ele aprendeu com o passar dos anos que não se muda facilmente o comportamento das pessoas.

A última matéria destaca a distribuição de um guia sobre prevenção da Aids e doenças sexualmente transmissíveis a alunos de 350 escolas municipais, retomando projeto de 2003, realizado pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Saúde e órgãos das Nações Unidas¹⁵⁴. Na entrevista com Maria do Pilar, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, única fonte ouvida, além das explicações sobre os objetivos do guia (“em linguagem direta, sem hipocrisia e atendendo características do linguajar dos jovens”) e estratégias para sensibilização de professores que trabalharão

¹⁵³ O GLOBO. *‘Esse pessoal não viu a geração anterior, que morreu’*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 10, O País. 30/03/2008.

¹⁵⁴ WEBER, Demétrio. *Escolas receberão folhetos*. Rio de Janeiro: O Globo, página 10, O País. 30/03/2008.

com o material, ela destaca que “os textos provocaram reação negativa de setores da Igreja”¹⁵⁵. Em seu final, a matéria informa sobre dificuldades na abordagem da Aids e das DST’s nas escolas, segundo o Censo Escolar de 2005, que aponta, dentre outros dados, que somente metade das escolas brasileiras de educação básica desenvolviam atividades nesse sentido, e dessas, apenas 9,1% disponibilizavam preservativos para os alunos.

A última aparição da campanha que detectamos n’*O Globo* foi no dia 31 de março, em foto legendada do ministro José Gomes Temporão, tendo ao fundo um cartaz da “campanha dirigida aos jovens homossexuais”¹⁵⁶. A incidência do HIV entre HSH retorna às páginas d’*O Globo*, sem citar a campanha, no início do mês de agosto, em cobertura da Conferência Internacional de Aids, realizada na cidade do México. Sem tom alarmista e moralista, o texto expõe números que comprovam, no mundo todo, maior risco de homossexuais masculinos contraírem o HIV e a destinação de recursos ínfimos para programas específicos para este segmento, chamando atenção para o fato de o preconceito ser o maior entrave às campanhas de prevenção. Destaque também para a criminalização da atividade sexual entre homens em 86 países, com possibilidade de pena de morte em sete deles. Em box, é informado que a incidência do HIV é ainda mais grave entre travestis e transexuais¹⁵⁷.

Em seu conjunto os textos d’*O Globo* sobre a campanha anti-Aids dirigida a HSH são mais informativos do que os da *Folha*. Há, no entanto, tom alarmista que remete muito a algumas formas de abordagem da Aids na década de 1980, especialmente no seu início, quando a síndrome ganhou as mídias noticiosas massificadas (FAUSTO NETO, 1999; CARVALHO, 2009). Mas não escapa também a postura moralista, principalmente reforçadora do estereótipo do homossexual masculino promíscuo, nas citações sobre dark-rooms e disponibilidade de jovens em *sites* de relacionamento que procuram sexo sem proteção, mas também derivadas dos próprios dados epidemiológicos e de pesquisas comportamentais, que indicam maior descuido na prática sexual de jovens homossexuais comparativamente a jovens heterossexuais,

¹⁵⁵ Como a palavra aparece grafada em maiúscula e no singular, fica a sugestão de tratar-se da Igreja Católica que, assim como em outros textos d’*O Globo* que abordam homossexualidades e homofobia relacionando-as à religião, não é ouvida para apresentar seus pontos de vista.

¹⁵⁶ O GLOBO. *Campanha*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 2, Por Dentro do Globo. 31/03/2008.

¹⁵⁷ O GLOBO. *Aids: o alto risco dos gays*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 30, Ciência. 05/08/2008.; e O GLOBO. *Travestis e transexuais*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 30, Ciência. 05/08/2008.

principalmente a partir do segundo encontro. Se o caráter mais técnico da primeira matéria divulgada pela *Folha* sobre o tema, aliás, por essa razão mais pobre em informações relevantes para a compreensão dos motivos de uma campanha dessa natureza, não indica postura alarmista e moralista do jornal paulista, o mesmo não se pode dizer do editorial. Nele, a lembrança dos anos 1980, explicitadas na própria argumentação desenvolvida, sugere a permanência do acerto da noção de grupos de risco, em larga medida responsável por equívocos que contribuíram para a disseminação do HIV de forma mais complexa do que talvez pudesse ter sido sem a ideia de incidência específica inicialmente tida como cientificamente válida.

Importante ainda é destacar que a *Folha* deixou de ouvir representantes do Ministério da Saúde que tornariam as informações veiculadas melhor qualificadas, o que parece motivado por sua necessidade auto imposta de posicionamento crítico frente às ações governamentais, especialmente no plano federal. Desse modo, a preocupação com os valores da campanha assumiu importância maior do que o detalhamento das estratégias do Ministério e a realidade que motivou a campanha, mostrada de modo superficial. Revelador ainda é o fato de, ao contrário d'*O Globo*, que publicou fotografia do ministro José Gomes Temporão em duas matérias, a *Folha* ter preferido reproduzir as ilustrações dos cartazes da campanha. Ainda que elas sejam importantes para a compreensão da campanha, reproduzir fotografias de autoridades em eventos cobertos pelos jornais é prática que não induz propaganda pessoal ou governamental, como parece pensar o jornal paulista.

Pela primeira vez identificamos n'*O Globo* texto que apresenta características mais amplas de narratividade, na matéria comportamental, que já no seu começo lança mão de uma fonte trabalhada também em suas dimensões de personagem que servirá como uma espécie de guia na abordagem do tema em foco. Não se trata, contudo, de um texto exclusivamente portador de todas as características da narratividade, posto que em algumas partes ele mistura o estilo de abordagem que o aproxima mais das matérias que tratam tecnicamente pelo viés da factualidade¹⁵⁸. Há, assim sendo, a mistura de relatos mais técnicos com a forma tradicional de noticiar. Na *Folha*, há apenas um texto informativo sobre a campanha, com uma pequena nota no dia seguinte na seção

¹⁵⁸ Isso inclui repercutir os dados epidemiológicos e de pesquisa com usuários do coquetel anti-Aids a partir de especialistas e não no mesmo estilo que abre o texto, mais sob a forma de história, reproduzido acima.

Erramos, que corrige informação divulgada. Embora não trate exclusivamente da campanha, ela aparece de forma elogiosa em artigo opinativo escrito por representante da Organização Mundial de Saúde abordando programas governamentais de enfrentamento ao HIV/Aids e a homofobia como fator que dificulta a diminuição da incidência entre jovens homossexuais. O artigo foi publicado poucos dias depois da matéria, havendo a retomada do tema incidência da Aids entre HSH três meses após, em editorial que ignora totalmente a campanha e, como vimos, sugere que a terminologia grupos de risco não deveria ter sido abandonada. No jornal paulista, a campanha foi um acontecimento menor.

Pelas dimensões reduzidas da cobertura da *Folha*, ela não chega a construir personagens para melhor contar sobre a campanha, o que no caso d'*O Globo* pode ser identificado, além do jovem estudante de Direito, que é também fonte como vimos, na recorrência a personagens sugeridos, virtualizados pelos textos: o jovem homossexual promíscuo dos anos 2000 (embora o estudante o personifique, deixando-o menos virtual), que recupera (atualiza?) os homossexuais promíscuos largamente difundidos/combatidos no imaginário dos anos 1980, quando da aparição pública da Aids e suas “vítimas”, de que no Brasil foi paradigmático o cantor Cazuzza, não por acaso referido na matéria comportamental. São personagens, assim, mais do que estereotipados, construídos em torno de uma postura moralista, conservadora e alarmista.

Essa condição das personagens é esclarecedora, portanto, de uma polifonia fraca, ausente mesmo no texto informativo da *Folha*, que apresenta uma única voz, ainda que distribuída entre o Ministério da Saúde e Toni Reis, pois ambos trazem o ponto de vista da apresentação dos dados epidemiológicos que justificam o direcionamento da campanha a homens que fazem sexo com homens, especialmente jovens homossexuais masculinos entre 13 e 24 anos. No artigo do representante da Organização Mundial de Saúde são referidas vozes que ampliam um pouco o espectro social, principalmente nas referências explícitas à homofobia e às normas heterossexistas como barreiras para melhor conter o avanço do HIV entre HSH. N'*O Globo*, são essas mesmas vozes que se repetem no primeiro momento, com a diferença de que o próprio ministro da Saúde e uma secretária do Ministério são ouvidos e trazem também vozes sociais, portanto não exclusivamente as institucionais, para justificar a campanha e seu público. Essas vozes são muito próximas daquelas convocadas por Michel Sidibé no artigo para a *Folha*, pois

referem a homofobia como realidade que a campanha também visa combater de frente, junto com o vírus. Na matéria comportamental, na entrevista com David Uip e no texto informando sobre a distribuição da cartilha, identificamos as vozes científicas, de estratos conservadores da sociedade e da Igreja, trazida à baila na fala da representante do Ministério da Educação, que afirma ter aquela instituição criticado a distribuição do material contendo informações sobre sexualidade e prevenção de DST's e Aids nas escolas públicas.

Antes de passar à próxima categoria analítica, queremos trazer outra possibilidade de trabalhar o texto jornalístico como narrativa, pois a narratividade não aparece nos textos do nosso *corpus* apenas em matérias mais longas, que permitem explorar de forma mais expandida personagens, polifonia e mimese rumo à tessitura da intriga. A título de ilustração, tomamos as notas de Ancelmo Góis, referindo-se a episódio que, embora não envolva diretamente a homofobia, permite compreender as muitas maneiras da sua manifestação¹⁵⁹:

Sargento gostoso: Alberto Lira, dono da lanchonete Mr. Burger, em Penedo, AL, foi preso por... batizar sanduíches com patentes militares. O comandante da PM local achou ofensa. Para o militar, não ficaria bem alguém dizer: "Acabei de comer um sargento". Mas... Lira, solto, decidiu processar o PM por abuso de autoridade. Alega que, "se o argumento fosse válido, festa de criança não poderia ter... brigadeiro". Faz sentido. (GÓIS, 2008, p. 18)

Tanto Alberto Lira quanto o comandante não identificado da PM aparecem como personagens e não como fontes, posto que não há qualquer indicação de que o narrador/colunista os entrevistou para produzir as notas. A polifonia está no machismo convocado juntamente com a homofobia, no protesto de que não fica bem sair dizendo por aí que comeu um sargento. O verbo comer, em linguagem sexual, está mais para o ato de penetração, sugerindo as patentes militares, na imaginação do comandante, como passivos em relações homoeróticas. Fosse outra a possibilidade de interpretação, não haveria motivos para protestos e a prisão. A prisão, motivadora do processo por abuso de autoridade, traz à tona a violência policial tantas vezes denunciada em diversas corporações Brasil afora. Ao lembrar o absurdo da prisão, pois ninguém sai por aí protestando contra os brigadeiros degustados em festas infantis, Alberto Lira convoca não somente a violência policial, como a natureza algo folclórica que é também marca

¹⁵⁹ GÓIS, Ancelmo. *Sargento gostoso*. Rio de Janeiro: O Globo, 2008, página 18.

das truculências perpetradas pelos militares das polícias estaduais, como foram também pelos militares das forças armadas nacionais da ditadura militar, capazes de apreenderem livros da Chapeuzinho Vermelho e levarem presas as pessoas deles donas, pela cor comunista da veste do alvo do lobo mau.

No tópico seguinte buscamos os modos como os acontecimentos foram noticiados e, a partir do conjunto de textos, também construídos pelas narrativas. Para tal, trabalhamos especialmente a partir da síntese dos enquadramentos que prevaleceram em cada um dos casos.

4.6. A construção dos acontecimentos

Como buscamos evidenciar no capítulo 2, o acontecimento jornalístico não existe fora dos acontecimentos do mundo, daquilo que constitui, na proposição de Quéré (2005), uma experiência em fluxo, marcada por continuidades, rupturas, descontinuidades, novidades, mas acima de tudo, pela natureza duplamente hermenêutica do acontecimento: ele é referência a partir da qual é possível entender as realidades dos mundos naturais e sociais e ele é também objeto de construção, à medida mesmo que vai sendo interpretado, em que seus sentidos originais são colocados à prova, gerando disputas em torno dos significados que poderá vir a adquirir. Quais são os sentidos dos acontecimentos de que nos ocupamos nesta análise, tomando como referência sua natureza, é o que buscamos agora desvendar, buscando articulações com as análises anteriores. Ao final deste percurso, os enquadramentos que prevaleceram em cada um dos acontecimentos poderão ser indicados com maior precisão, posto que já temos alguns elementos delineados.

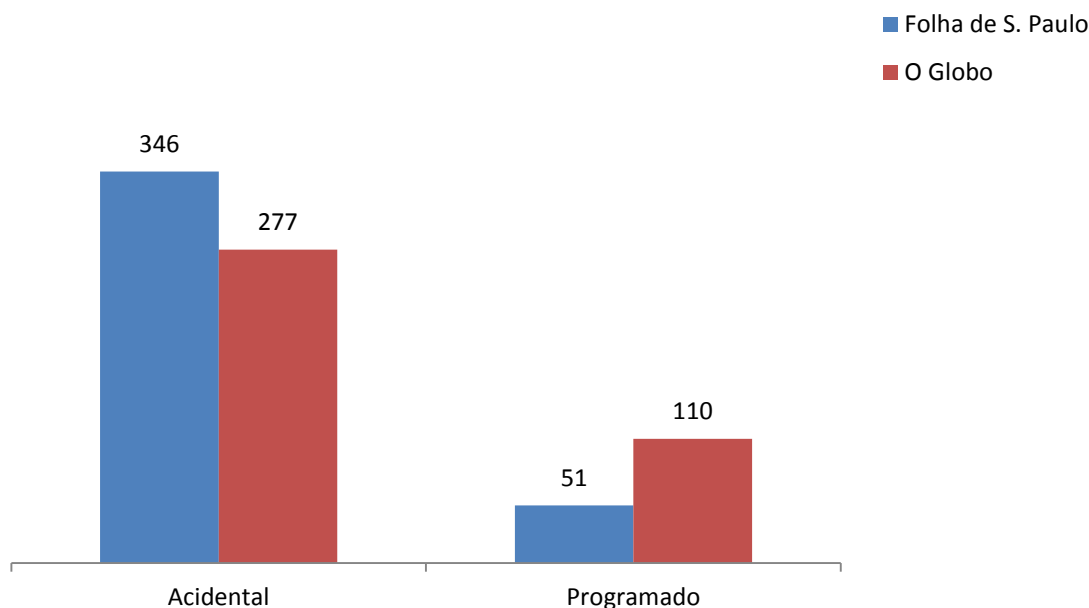
Para a construção da análise dos enquadramentos, lembremos que eles, tal como proposto por Erving Goffman (2006), resultam da interpretação dada a uma cena a partir de quadros primários de referência. Desse modo, leitores do sociólogo canadense que aplicaram os enquadramentos às análises do jornalismo ressaltam em especial que os quadros primários permitem destacar um aspecto que dê inteligibilidade ao acontecimento (TUCHMAN, 1978; 1993; GITLIN, 2003; HALLIN, 2005; SILVEIRINHA, 2005). Avançando nessas proposições, ao discutir os limites teóricos

envoltos na definição dos enquadramentos, Thomas J. Scheff (2006) propõe que pensemos os quadros primários como o contexto a partir do qual interpretamos, atribuímos sentido e dotamos de inteligibilidade o que desafia nossa capacidade inicial de compreensão de uma determinada realidade. Desse modo, estamos aqui entendendo que os enquadramentos resultam da leitura do contexto que circunda um determinado acontecimento, completando assim as explicações sobre a natureza hermenêutica dele. Vale ainda lembrar que, como adverte Daniel Hallin (2005), ao analisarmos uma notícia é preciso estar atento para as pistas semióticas presentes nela, resultando que é possível identificar mais de um quadro de referência, o que nos coloca a possibilidade de enquadramentos concorrentes em um mesmo texto e/ou acontecimento analisado.

Da nossa parte propomos que, se os quadros primários são tomados como o contexto a partir do qual interpretamos as cenas que se desenvolvem à nossa frente, os enquadramentos não são meramente operadores analíticos que permitem identificar os aspectos deste contexto que prevalecem em uma determinada notícia ou acontecimento. Eles são também aquilo que indica os modos como o acontecimento foi construído em uma cobertura jornalística específica, inclusive com as disputas de sentido que remetem aos jogos de poder na determinação de qual acontecimento, ao fim e ao cabo, restará construído, ao menos até que se transforme em alvo de nova disputa de sentido¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Lembremos que os acontecimentos históricos são permanentemente alvo de revisões que os reinterpretam à luz de novas descobertas ou de leituras diferentes de episódio considerado fundamental para a primeira interpretação. Assim também ocorre com os acontecimentos apanhados pela trama jornalística.

Natureza do acontecimento



Os números indicam que o jornal *O Globo* atendeu mais aos chamados dos atores sociais que lhe ofertaram acontecimentos, comparativamente à *Folha*. No jornal carioca foram detectados 110 acontecimentos programados, mais do que o dobro dos 51 identificados na publicação paulista. A diferença é percentualmente menor entre os dois jornais nos acontecimentos acidentais, com 277 n' *O Globo* e 345 na *Folha*. Uma explicação para a diferença que mais chama atenção, a dos acontecimentos programados, é que n' *O Globo* temos uma cobertura mais intensa de eventos programados ligados aos produtores culturais e às mídias, ainda que os totais desses dois agentes se apresentem maiores na *Folha*. Os colunistas Ancelmo Góis e Joaquim Ferreira dos Santos, importantes na cobertura da homofobia e temas correlatos, como vimos, também ajudam nesse diferencial, como fica claro na nota do primeiro sobre a viagem da transformista Jane di Castro para a Parada LGBTT de São Paulo.

Esses números, no entanto, absolutizam uma realidade um pouco mais complexa do que aquela de que partimos tendo como referência as leituras iniciais dos acontecimentos, portanto ainda precárias. Isso é válido especialmente para os eventos inicialmente tidos como acidentais, que podem se revelar em parte programados, ainda que não totalmente produzidos, como os casos Ronaldo X travestis e sargentos gays. Em outras palavras, a classificação pretendida absoluta dividindo os acontecimentos entre programados e acidentais, assim como as teorias que pretendem entender a noticiabilidade exclusivamente pela taxonomia dos seus tipos, é incapaz de levar a compreensões dos

processos jornalísticos como dinâmicos o suficiente para escapar às classificações tão logo elas estejam estabelecidas. Dinamismo, a propósito, que se dá pelas negociações que o jornalismo está obrigado a estabelecer com os atores sociais. Mais precisamente, recuperemos algumas circunstâncias iniciais daqueles dois acontecimentos.

As primeiras notícias sobre o programa do jogador Ronaldo com as travestis Andréia, Carla e Veida deram conta de que a primeira, para provar com quem tinha ficado, filmou com o seu celular momentos da estada no motel, postados no *youtube*, imagem que desapareceu na mesma velocidade da informação sobre sua existência, não mais referida a partir do segundo dia de cobertura, nem mesmo por Artur Xexéo, que em sua coluna n' *O Globo* fez um inventário de situações mal explicadas do episódio. Foi pouco destacado na cobertura dos jornais outro dado crucial para o raciocínio que estamos desenvolvendo: a mesma Andréia teria ficado cerca de uma hora aguardando ser recebida por algum jornalista d' *O Globo*, para entregar a informação de que, naquele momento, Ronaldo estava no motel com mais duas colegas, o que acabou não acontecendo, tendo a notícia chegado às redações por outros meios, não explicados pela cobertura. Aliás, o indiciamento dela por tentativa de extorsão, amplamente utilizado para proteger Ronaldo e desqualificar as travestis, foi precisamente a exigência de R\$ 50 mil para não espalhar o programa aos quatro ventos. Quando os jornais noticiaram o desmentido da primeira versão de Andréia e Carla para o encontro, um dos destaques foi para o arrependimento de Andréia, que não teria imaginado que a publicidade do encontro, especialmente com as primeiras versões, pudesse prejudicar a imagem e os negócios de Ronaldo.

Todos esses elementos apontam para uma compreensão do caso Ronaldo X travestis não como exemplo de acontecimento acidental em estado puro, mas em parte programado a partir do encontro, este sim acidental e aleatório – pois poderiam ter sido outras as travestis – entre Ronaldo, Andréia, Carla e Veida. Ou seja, o elemento acidental se presta mais para qualificar o fortuito de terem sido elas as travestis, e não outras, do que para tomar como acidental os desdobramentos do evento. Nesse sentido, a origem do acontecimento Ronaldo X travestis está na chegada da informação sobre sua ocorrência às redações, e não no momento em que Ronaldo pega as travestis e se dirige para o motel. A eclosão do acontecimento está na presença de uma personalidade, de uma celebridade que se expõe de forma contrária ao comportamento que dela se

esperava, pela fama adquirida ao longo dos anos como conquistador de uma extensa lista de belas mulheres, que naquela data, aliás, estava comprometido com Bia Antony. A partir do momento que a notícia chegou às redações e começou a repercutir, o controle sobre a construção do acontecimento tornou-se difícil. Na hipótese de ter sido Andréia a responsável por tornar público o programa, na ilusão de que a fama daí advinda lhe traria dividendos, ela sequer tinha noção de que, uma vez público, não resta mais possível controle sobre os atores que passarão a disputar a hegemonia no estabelecimento dos sentidos do acontecimento.

Como vimos, o acontecimento foi construído pelo delegado e pela assessoria do jogador, ainda que essa tenha agido mais nos bastidores, contando especialmente com a entrevista ao *Fantástico*, único momento em que Ronaldo aceitou falar do episódio publicamente, e que agendou a *Folha* e *O Globo*, que repercutiram trechos das falas do jogador ao programa televisivo. Mas se estamos evitando nessas análises concluir pelo caminho mais simples, é fundamental lembrar que, embora de forma menos contundente do que a repetição da tese de vitimização, principalmente pelas mãos dos colonistas d'*O Globo* apareceram versões em parte conflitantes com a do jogador Ronaldo na condição de dupla vítima: de extorsão e da confusão das travestis com prostitutas. Importante ainda é lembrar que a condição de marginalização das travestis foi fundamental para facilitar a construção do acontecimento como a vitimização de Ronaldo, com todas as ressalvas que propusemos nas análises do caso feitas nas categorias analíticas anteriores.

Acontecimento, portanto, que se mostra acidental em uma primeira leitura, mas em parte programado quando visto mais de perto, o caso Ronaldo X travestis indica certa precariedade da noção de acontecimento acidental em circunstâncias que envolvem personalidades, voluntária ou involuntariamente envolvidas. Essa precariedade se dá especialmente se nos damos conta de que os processos de produção e circulação da notícia ocorrem hoje em um mundo marcado pela forte presença das mídias jornalísticas em contexto de reflexividade, que permite às pessoas compreenderem minimamente a lógica de funcionamento dos processos de produção noticiosa, como discutimos em outro lugar (CARVALHO, 2008).

Quanto aos enquadramentos, o quadro de referência primeiramente acionado para construir o acontecimento Ronaldo X travestis foi a imagem das travestis como gênero

historicamente associado à prostituição e à violência, adotada pela *Folha* e pelo *O Globo*. Com base nessa imagem, a tese de vitimização de Ronaldo foi construída já na primeira entrevista concedida pelo delegado, na qual ele tenta até mesmo fazer crer (na verdade, fazer valer) que o episódio não trará prejuízos à imagem do jogador. Essa condição de marginalização das travestis não se desfaz nem mesmo quando colunistas como Artur Xexéo e Ancelmo Góis apresentam outros pontos de vista, o primeiro contradizendo argumentos do delegado e de Ronaldo, e o segundo convocando o antropólogo Hélio Silva, estudioso de travestis, de cuja entrevista não saímos com imagem distinta delas, posto que os trechos selecionados explicaram o quase óbvio: que nossa sociedade não tem boa imagem das travestis e que fosse em outro local, o relacionamento com elas não faria diferença à imagem de ninguém.

Mas como estamos lidando com a perspectiva dos quadros de referência como contexto, outros enquadramentos subsidiários vão aparecendo e, ainda que não desfaçam a imagem negativa das travestis, contribuindo mesmo para reafirmá-la, acrescentam elementos à construção do acontecimento. Neste ponto o acontecimento adquire matizações distintas na *Folha* e n' *O Globo*. Para o jornal paulista, Ronaldo, vítima, terá prejuízos financeiros e de imagem sim, ao contrário do prognóstico falho do delegado. A imagem das travestis continua a mesma, mas Ronaldo tem potencializada a condição de vítima que, como vimos, desperta a compaixão de Barbara Gancia. No jornal carioca, do ponto de vista redacional há também destaque para os prejuízos financeiros, mas os colunistas não aceitam a imagem de vítima de Ronaldo como líquida e certa. O antropólogo afirma que pelo menos de confusão com prostitua, o jogador não pode alegar ter sido vítima, pois é garoto nascido na periferia, que sabe os lados da rua ocupados por travestis e por prostitutas.

Em síntese, ao enquadrar o caso Ronaldo X travestis a partir prioritariamente da imagem negativa das travestis como associadas a prostituição e violência, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* constroem a imagem de Ronaldo como vítima, para o que contribui a possibilidade de prejuízos financeiros e de imagem que abateriam sobre o jogador. Ao procederem assim, os jornais reforçam aspecto importante das manifestações homofóbicas, ainda que em outras coberturas se mostrem favoráveis ao seu combate. Não foi a homofobia a motivadora para o caso, mas o caso que fez emergir a homofobia reinante na sociedade brasileira, nesse sentido, atuando decisivamente para

a construção do acontecimento tal como ele se deu em seu percurso de aparição pública pelos olhares da *Folha de d'O Globo*.

O caso sargentos gays, mais do que o caso Ronaldo, também não se revela, após as análises anteriores, como totalmente acidental. A conclusão se fundamenta, primeiro, no fato de que a prisão por deserção aconteceu quase uma semana depois da entrevista à revista *Época*, na qual Laci Marinho e Fernando Alcântara haviam se declarado homossexuais, sendo o primeiro casal de componentes do Exército a fazer isso. Segundo, à medida que o caso repercutiu, veio à tona o histórico de perseguições da instituição militar, já de longa data, incluindo processos judiciais para impedir tentativa de transferi-los de local de trabalho, denúncias de tortura, arrombamento da residência para tentar prender Laci e outras violências. Desse modo, ao prender Laci logo após uma segunda entrevista do casal, dessa vez a um programa de televisão, o acontecimento já continha alguma previsibilidade. Os sargentos já sabiam de antemão, pelas recusas do Exército em aceitar licenças médicas comprovando a incapacidade de Laci Marinho para o trabalho, que a prisão dele por deserção era uma questão de tempo. Portanto, se ela acontecesse após a “saída do armário” dos dois, seria mais provável que a denúncia de perseguição homofóbica por parte do Exército repercutisse. Não estamos aqui considerando, como afirmou uma fonte da *Folha de S. Paulo*, que eles estivessem em busca de promoção pessoal, mas que efetivamente dispostos a não mais aceitarem a homofobia do Exército. É como acontecimento pelo menos parcialmente construído, portanto, que estamos entendendo o caso sargentos gays, para efeito da nossa análise iniciado a partir da prisão de Laci Marinho, e não da entrevista à *Época*.

A homofobia reinante no Exército, que ajuda a compreender sua extensão pelo conjunto da sociedade brasileira, é o quadro de referência a partir do qual os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* promovem o enquadramento do caso sargentos gays. A convocação de outros quadros de referência disseram respeito ao contexto histórico da relação conturbada do Exército com Laci Marinho e Fernando Alcântara e não à busca de quadros de referência que colocassem em xeque a prática de homofobia naquela instituição militar. Pelo contrário, a *Folha* recupera o histórico de processos por pederastia movidos pelo Exército contra seus membros para reafirmar que, apesar das tentativas de desmentir a homofobia motivando a prisão – na versão oficial ocorrida exclusivamente como aplicação de pena disciplinar – vem de longa data a

institucionalização do preconceito de ordem sexual no Exército. As matizações diferentes do caso nos dois jornais resultaram, como consequência, de fontes ouvidas e detalhes das histórias individuais de cada um, do casal e do relacionamento deles com o Exército, e não de qualquer contestação da homofobia como o que dava inteligibilidade à compreensão da relação conturbada dos sargentos com o seu empregador.

Ao contrário das travestis, os sargentos gays, também identificados como pertencentes ao universo LGBTT, tiveram pleno domínio na construção do acontecimento que os envolveu, definindo o enquadramento que foi adotado pelos dois jornais, sem questionamentos. Para isso contaram com o auxílio de movimentos sociais, reivindicando sua presença ainda quando se encontravam nos estúdios da *Rede TV!* Além de reforçar a hipótese de acontecimento em grande parte planejado, temos aí a indicação dos modos contraditórios como a homofobia, realidade social complexa – temos insistido –, apareceu na *Folha* e n’*O Globo* no período do nosso recorte de pesquisa. Não nos parece que a diferença de tratamento a pessoas LGBTT entre os dois casos tenham se dado por uma questão principalmente de maior habilidade de uns que de outras no trato com a mídia. Algumas variáveis parecem compor um quadro explicativo mais adequado. Aos fortes preconceitos históricos contra travestis, contrapôs-se a condição de ídolo de Ronaldo, jogador de talento (ainda que passando por momento crítico motivado pela contusão), rico, considerado inteligente e simpático no trato com jornalistas. Quanto a este aspecto, ainda que tenha se mantido recluso e refratário a contatos mais amplos com a imprensa no calor do acontecimento que o envolveu, o jogador continuou, por meio de sua assessoria, a fornecer algumas informações estratégicas. A imagem do Exército Brasileiro associada à truculência e ao desrespeito às liberdades individuais e coletivas, inclusive em função da ditadura militar, ainda na memória coletiva, especialmente de jornalistas, foi contraposta à de dois sargentos perseguidos por formarem um casal, um deles doente, portanto fragilizados, mas nem por isso aliviados pela aplicação da força bruta. À condição de párias sociais sobrevivendo da prostituição e de golpes das travestis contrapõe-se a de trabalhadores qualificados moradores de área nobre de Brasília dos sargentos (enquadrados, portanto, no perfil do leitor dos dois jornais). Essas variáveis, que estão no contexto que amplia os enquadramentos dos dois casos, explicam situação *sui generis*: a homofobia que justificou o tratamento desfavorável que os jornais deram às

travestis, motivou o tratamento favorável que estes mesmos jornais deram aos sargentos gays.

Da parte dos acontecimentos planejados e produzidos para oferta às mídias, a Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo deve ser vista como incorporada ao calendário de grandes eventos da cidade que lhe dá nome. Nessa condição, misturam-se qualificativos como festa, desfile e manifestação, que podem derivar para celebração, reunião de exóticos, lucros gigantescos pela atração de grande número de turistas etc. Em suma, o evento que em sua primeira edição contou com cerca de 2 mil pessoas, reúne agora mais de 3 milhões, é o maior do gênero em todo o mundo, e não pertence mais aos seus organizadores, capazes agora somente de controle restrito, como a manutenção da Avenida Paulista como local para a realização, licenciamentos necessários, autorizações para os carros de som e demais providências burocráticas, sobrando talvez pouco tempo para definir o lema político de cada edição, já que é preciso manter a estratégia de dar visibilidade aos problemas enfrentados pelas pessoas LGBTT, motivação para que a Parada fosse criada.

As características da Parada listadas anteriormente são apenas algumas das que concorrem para a definição do enquadramento que poderá ser dado a ela pela cobertura jornalística. Em 2008, tal como já delineamos em categorias anteriores, a Parada, nos dois jornais, foi enquadrada a partir de três quadros de referência principais: evento turístico que traz lucros para a cidade de São Paulo; festa caricatural também marcada pela violência; e manifestação política. Na *Folha*, os três quadros principais – que não constituem representação falsa da Parada – já que de fato é possível “comprová-las” *in loco*, levaram a uma cobertura que destacou os preparativos empresariais para bem receber os turistas, a quantidade deles e lucros gerados; a popularização da festa, em detrimento do *glitter* e das cores, com consumo excessivo de álcool e drogas, atropelamento e impedimento de circulação de trio elétrico de central sindical; e finalmente, na denúncia de que o estado brasileiro não é efetivamente laico, posto que posições religiosas conservadoras têm impedido a aprovação da lei que criminaliza a homofobia e da que institui a parceria civil entre pessoas de mesmo sexo. Esses três quadros de referência, quando pensados em suas interconexões, apontam para um enquadramento caricatural e estereotipado da Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo, que tem se repetido ano após ano. N’*O Globo* as diferenças ficaram por conta de uma

cobertura mais reduzida, que por este motivo, não cuidou dos antecedentes que permitem a exploração do potencial turístico do evento, que, apesar dessa lacuna, foi elemento nucleador de um dos enquadramentos dado ao acontecimento. Mas, proporcionalmente ao tamanho da cobertura, a violência foi muito mais realçada, com os clichês sobre os participantes não destoando muito do que a *Folha* apresentou. Apesar de trabalhar com apenas dois textos, o destaque às questões políticas foi proporcionalmente maior do que o da *Folha*, focando mais diretamente no combate à homofobia como lema. Fora dos enquadramentos, é importante lembrar, os dois jornais destacaram a presença de Andréia Albertini, a travesti do Caso Ronaldo, que n’*O Globo* ganhou a segunda matéria inteira.

A diferença mais marcante entre os dois jornais na cobertura da Parada foi o tratamento caricatural que a *Folha* deu às lésbicas. Se adotarmos aqui a terminologia proposta por Daniel Borillo (2001) de lesbofobia, que aponta para a dupla invisibilidade, pela condição de mulheres e de lésbicas, o jornal paulista enquadrou uma parcela dos participantes a partir do preconceito e não somente da estereotipação. Temos, assim, novamente a homofobia como quadro de referência matizando negativamente a cobertura de um acontecimento, tal como as travestis no envolvimento do jogador Ronaldo com três delas.

O outro acontecimento planejado, o lançamento da campanha de combate à Aids do Ministério da Saúde, dirigida a homens que fazem sexo com homens, teve cobertura mais extensa n’*O Globo*. A *Folha* dedicou à campanha apenas uma matéria redacional, com referências a ela posteriormente em um artigo assinado. Os quadros de referência para a cobertura foram dados pelo Ministério, a partir de duas realidades principais: homens que fazem sexo com homens, especialmente os jovens entre 13 e 24 anos, têm se mostrado mais vulneráveis ao vírus HIV, com probabilidades de infecção muito superiores aos heterossexuais nessa mesma faixa etária e a outros coortes populacionais; e a homofobia é um fator que dificulta a prevenção. A *Folha* não enquadrou sua matéria pelo quadro de referência da homofobia, citando rapidamente que o Ministério trabalhava na campanha também preconceitos e direitos humanos. O enquadramento que prevaleceu foi o da incidência entre jovens HSH, mas de forma superficial, à medida que as dimensões do texto não permitiram explorar, por exemplo, aspectos

comportamentais aí implicados. O artigo, que não teve o enquadramento dado pela *Folha*, adota os dois quadros de referência do Ministério da Saúde.

A cobertura d'*O Globo* promoveu um enquadramento que retirou dos dados sobre a incidência do HIV entre jovens HSH questões comportamentais que remeteram ao início dos anos 1980, quando a Aids teve sua divulgação massificada inicial em clima de moralismo terrorista. Nesse sentido, a homofobia, embora citada em função das proposições do Ministério da Saúde de que ela é um complicador por tornar mais vulnerável a população HSH ao vírus, teve pouco impacto sobre o enquadramento principal. Ao promover o enquadramento remetendo ao início da década de 1980, o jornal carioca forjou um contexto daquele período como se ele fosse automaticamente transferível para a realidade dos jovens HSH de hoje. Com isso, acabou por reproduzir vários discursos que no início daquela década propuseram a Aids como espécie de castigo divino para homossexuais masculinos promíscuos. Em termos concretos, a homofobia que o Ministério da Saúde gostaria que não mais vulnerabilizasse setores populacionais, emerge como um dos marcadores de sentido do quadro primário anos 1980.

O que se destaca como ponto comum das coberturas dos eventos planejados e produzidos para oferta às mídias, é que não é possível aos seus promotores a definição dos enquadramentos que a cobertura noticiosa fará deles. Uma vez postos em circulação, passam a estar sujeitos às mesmas disputas de sentido e tentativas de construção dos acontecimentos acidentais. A apropriação da Parada do Orgulho LGBTTT por setores econômicos é um claro exemplo disso. Na *Folha*, a primeira notícia referindo-se ao evento apareceu um tempo antes da sua realização e não há indícios de que tenha sido fruto de agendamento por parte da assessoria de comunicação dos organizadores, mas da Associação Brasileira de Turismo GLS, pois informava sobre curso de preparação para receber “sem preconceitos” os participantes da Parada. Por seu turno, é de se supor que o enquadramento pela referência ao moralismo terrorista de fundo homofóbico do início dos anos 1980 que *O Globo* deu à cobertura da campanha anti-Aids entre HSH fugiu ao que pretendia o Ministério da Saúde, que nas partes de textos e das peças reproduzidas pelos dois jornais, não indicava tal contexto para sua campanha educativa.

Da análise sobressaem dois jornais com alguns pontos em comum e outros tantos divergentes. Quando nos voltamos para o breve histórico da *Folha de S. Paulo* e do *O Globo*, algumas situações contrárias ao que cada um deixa transparecer sobre si próprio emergem. Embora afirme-se um jornal moderno, progressista, a *Folha* nem sempre comporta-se desse modo. Para ficar em um único exemplo, o tratamento que ela dispensou às lésbicas, por ocasião da Parada, por preconceituoso e estereotipado, é retrógrado, o mesmo valendo para a matéria sobre o primeiro “divórcio gay”. A seu favor, pode-se lembrar a matéria sobre o primeiro caso de condenação de um civil pela aplicação da lei estadual paulista que criminaliza a homofobia. Já *O Globo*, identificado como mais conservador, não trouxe matérias com o nível de estereotipação e caricaturização apresentados pela *Folha*, embora tenha sido retrógrado no enquadramento da campanha anti-Aids, inclusive com a recorrência ao estereótipo do homossexual masculino promíscuo. Os textos dos colunistas Ancelmo Góis e Joaquim Ferreira dos Santos são certamente espaços de arejamento no jornal carioca, ainda que ambíguos em seu humor, que pode resvalar para a caricatura depreciativa das pessoas LGBTT. Mas é o mesmo jornal que trouxe longa série sobre avanços nas conquistas de direitos por parte dessas pessoas, incluindo políticas de combate à homofobia.

Em comum, ressalte-se especialmente que os dois jornais, no geral, são francamente favoráveis ao combate à homofobia, ressalvadas as exceções que indicamos. Mas, na mesma proporção, são míopes relativamente aos alcances dela, pois não a vislumbram para além dos limites dos seus públicos. Habitantes das periferias, com baixo poder aquisitivo, nível formal de instrução precário e reduzido consumo de bens materiais e culturais parecem não ser alvo da homofobia e sofrer suas consequências. Ou talvez, com sua incômoda existência, como as travestis e os pobres que se divorciam na baixaria, melhor fosse mesmo que não existissem fisicamente, tal como pessoas LGBTT fora dos padrões dos públicos das duas publicações parecem não ter corporeidade concreta, dada sua quase total ausência das páginas que imprimem a suposta realidade brasileira de todos os dias.

Atores sociais contraditórios, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* reproduzem, em parte, as próprias contradições mais amplas da sociedade brasileira, com seus demais atores sociais, no tocante à homofobia e às pessoas LGBTT. Se fazemos essa afirmativa, não é com base em um clichê sociológico, mas na própria realidade que emerge da

leitura dos textos, como indicamos em diversos momentos. São contraditórias as cartas de leitores que defendem as homossexualidades, mas condicionam tal defesa à importância econômica deles. Contraditórias também são as manifestações de apoio aos sargentos gays por parte de movimentos sociais, mas ressalvando, alguns desses componentes, que eles teriam sido movidos mais por desejo de se tornarem conhecidos, em atitude individualista e egoísta, do que efetivamente o de denunciarem a homofobia do Exército. Se há contradições entre os atores sociais, a homofobia é, do seu lado, realidade cuja complexidade em nada ajuda, pelo contrário, é mesmo potencializadora dessas contradições.

5. Considerações finais

Na tentativa de sistematizar as discussões teóricas e suas interconexões com o percurso analítico, nos guiaremos nestas considerações finais por três questões principais: que homofobia está visível e que homofobia não aparece nas matérias dos dois jornais; que jornalismo emerge da análise dos acontecimentos narrados e enquadrados; e finalmente, de que maneira a homofobia provoca os dois jornais na produção das suas narrativas, de modo a entendê-los como atores sociais.

Começando pelo ponto em que encerramos nossa análise, embora a homofobia esteja presente nos dois jornais, ela aparece mais ou menos pela mesma lógica da imagem caricatural e estereotipada da *drag queen* e do *go-go boy* como o que definiria, por excelência, as paradas do orgulho LGBTT. Em outros termos, se os jornais não têm a homofobia como um tema tabu, inviável para a cobertura – pelo contrário, há indicações mesmo de tratar-se de uma temática necessária para afirmar a contemporaneidade deles com as questões mais candentes da nossa época – permanece um traço de tabu, que o leitor que comentou as fobias dá uma pista para a compreensão. Por aparecer quase sempre pela faceta da violência física e simbólica, a homofobia retratada pela *Folha de S. Paulo* e pelo *O Globo* parece de fato tratar-se de uma doença, de um sintoma de desajuste passível de correção, na sugestão do leitor, pela psiquiatria. Falta à cobertura precisamente um mínimo de recorrência às formas discursivas que instauraram os preconceitos contra as homossexualidades, e não estamos sugerindo a substituição do texto jornalístico por um ensaio fundamentado nas premissas de Michel Foucault, mas tão somente uma melhor qualificação das informações, por exemplo, tornando mais comuns entrevista como a que Ancelmo Góis realizou com o antropólogo para trazer aos seus leitores dados sobre as relações das sociedades com as travestis que os demais textos negligenciaram. Timidamente, aqui e acolá, *O Globo*, por meio de pequenas entrevistas, como a já citada, e outra com Sérgio Carrara, e a *Folha*, principalmente pelo recurso ao artigo de colaborador externo, como o publicado por ocasião da divulgação dos dados sobre a incidência do HIV entre HSH, tentam ir além da abordagem da homofobia e das homossexualidades pela via mais fácil da recorrência aos estereótipos.

Mas essas iniciativas ainda são insuficientes e corre-se o risco de limitar, de forma concreta, a compreensão dos acontecimentos cotidianos ligados à homofobia que chegam aos noticiários. Limites, por exemplo, para lidar com os silenciamentos

impostos pela lógica da epistemologia do armário. Estar ou sair do armário, até onde nos foi possível perceber nesse recorte temporal, é uma questão de decidir ou não contar ao mundo sobre os desejos e afetos dirigidos a pessoa de mesmo gênero. Não se nota referências às dimensões políticas do estar ou sair do armário, às formas de exercício de poder instauradas pelas opressões que dificultam lutar contra a invisibilidade imposta. Dentro dessas perspectivas, o problema de ficar invisível costuma limitar-se, nos textos, a indicar que se está usando pseudônimo ou iniciais para proteger as pessoas em sua privacidade. Ora, quando se trata de opressão, o problema é muito mais complexo do que a proteção da intimidade e pode significar o medo de perder o emprego, de rejeição nos grupos de convívio voluntários ou compulsórios, como grupos de amigos, a família ou a escola.

É preciso considerar ainda que, se tomada como uma espécie de acontecimento ainda no curso de seu desenvolvimento histórico, a homofobia está produzindo diversos micro acontecimentos e cada um representa um desafio à compreensão. A recusa em aprovar dispositivo legal de proteção às pessoas LGBTT ou assassinato motivado por ódio de origem sexista serão enquadrados provavelmente a partir de uma definição mais genérica da homofobia, por exemplo, as pressões de grupos religiosos ou o ódio contra homossexuais. Se facilitam a compreensão das práticas homofóbicas por uma via caricaturizada do fenômeno, essas definições, no entanto, pela parcialidade que lhes é inerente, não permitirão que se entenda como homofóbicas as reações provocadas pelo caso Ronaldo X travestis, ou a pressa do delegado em encerrar o assunto com a tese simplificadora da tentativa de extorsão. A fragilidade conceitual dos operadores jornalísticos na lida com a homofobia, talvez mais do que preconceitos conscientes ou inconscientes, levou a que se considerasse natural que as travestis fossem culpadas mesmo e ponto final.

Esse comportamento aponta para outra lógica da aparição da homofobia em suas interconexões com as identidades LGBTT que detectamos em nosso *corpus*¹⁶¹. Há uma clara hierarquia nas referências a essas identidades, que pode ser percebida em dois níveis: o da aparição geral e o da aparição positiva ou negativa. No primeiro nível, os homossexuais masculinos são majoritários nas citações, seguidos das travestis, das lésbicas e de transexuais, considerando que bissexuais são referidos como abstrações,

¹⁶¹ Um cuidado nessa leitura é que, em diversas coberturas, a palavra gays e homossexuais aparecem como fazendo referências universais às identidades LGBTT.

no sentido de que seus corpos não se materializam nos textos ou aparecem em fotografias. No segundo nível, as travestis são majoritariamente as que mais aparecem de forma negativa – no máximo tratadas de maneira “simpática”, como nos textos que informam sobre a participação de Andréia Albertini na Parada do Orgulho LGBTT¹⁶². Na sequência, vêm as lésbicas, alvo de referências negativas na cobertura da Parada realizada pela *Folha*, embora tratadas com simpatia pelo *O Globo*, especialmente nos textos do caderno *Ela*. Homossexuais masculinos foram os que receberam tratamento mais positivo, como se verifica no caso sargentos gays, que também provocou uma aparição maior, no período da amostra, de uma das identidades. Isso não impediu várias referências negativas, mas por ser o grupo identitário mais recorrente, equilibrou-se mais para o tratamento positivo. Transexuais tiveram tratamento redacional positivo, entendendo-se por isso que apareceram quase exclusivamente em matérias que informavam sobre a realização de cirurgia de redesignação sexual pelo SUS, que recebeu críticas somente por parte de leitores. Como os leitores são atores sociais em interação com os jornais, dar-lhes voz é, simultaneamente, dizer de uma postura aberta à pluralidade e admitir que eles têm razão em seus pontos de vista ou, no mínimo, devem tê-los respeitados.

Em síntese, a homofobia não está invisível nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, mas pelo que acabamos de considerar, há zonas de invisibilidade e estas deixam às claras, por contraditório que pareça a afirmação, a quase ausência de referências à homofobia que atinge pessoas localizadas social e territorialmente em regiões não identificadas com aquelas dos públicos pressupostos de cada veículo. Há também zonas de invisibilidade que dizem respeito a não compreender que a homofobia está assentada em uma lógica de hierarquização dos gêneros, da sua naturalização nos binarismos biologizantes e naquilo que teoricamente corresponde aos problemas derivados da heteronormatividade misógina. Importante ainda é realçar que a homofobia, como indicamos no início dessas considerações, por não constituir exatamente um acontecimento da ordem dos demais que caracterizam as factuais cotidianas, mas um campo problemático gerador de acontecimentos, tem nessa característica um elemento que ajuda a melhor compreender os tratamentos superficiais a ela dedicados. Sintomática dessa condição foi o negligenciamento, pelo *O Globo*, do Dia Mundial de

¹⁶² Não se pode desconhecer que o caso Ronaldo X travestis provocou um “desvio de amostragem” que levou à aparição verificada das travestis como identidade.

Combate à homofobia, que apareceu na *Folha* somente em matéria informando a comemoração da data em Cuba, sob a liderança da filha do presidente Raúl Castro, Mariela Castro Espín¹⁶³. A sugestão de que a homofobia é um problema também concernente à sociedade brasileira reduz-se a uma foto colorida com as cores do arco-íris e legenda dizendo tratar-se de decoração para a Parada do Orgulho LGBTT, impressa acima de foto, também colorida, de *drag queens* cubanas em *show* que fez parte da programação do Dia Mundial de Combate à Homofobia. Essa referência ligeira, e somente no jornal paulista, além de reveladora das dificuldades de abordar algumas dimensões da homofobia, é indicativa de que os movimentos sociais nem sempre são eficazes na produção e planejamento de eventos que efetivamente atraiam as mídias jornalísticas para esta temática e pessoas, instituições e problemas a ela concernentes. Assim como podem também indicar relativa resistência por parte dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* aos movimentos sociais e às suas ações, lembrando que estes foram agentes que não apareceram dentre os mais recorrentes no conjunto de narrativas que compõe nosso *corpus*, ainda que tenham aparecido como importantes na qualificação das informações em momentos de destaque da cobertura, como no caso dos sargentos gays e no lançamento da campanha anti-Aids do Ministério da Saúde focada em HSH.

Dessa discussão sobre a homofobia em suas apreensões às vezes de forma limitada pelos dois jornais surgem algumas direções para problematizarmos o jornalismo que encontramos na nossa análise. Primeiramente, quando partimos da premissa de que o jornalismo é um ator social que negocia com os demais atores sociais e que essas negociações passam pelos enquadramentos dados aos acontecimentos transformados em narrativas, estávamos no caminho correto. Correto quando tomamos como ilustração os artigos do padre jesuíta e historiador que apresenta n’*O Globo* os pontos de vista da Igreja Católica, a mesma que em matérias do dia a dia sobre a homofobia ou tema correlato foi diversas vezes citada sem que lhe fosse dada a oportunidade de apresentar seu ponto de vista. Na negociação estabelecida, e ao que parece, de modo consciente para ambas as partes, o religioso, como sugerimos anteriormente, atua como uma espécie de “embaixador” de setores da Igreja junto ao jornal. Se na *Folha*, que também costuma citar a Igreja Católica, para continuarmos restritos a uma das religiões implicadas nas discussões sobre a homofobia, não encontramos artigo de religioso tal

¹⁶³ FOLHA DE S. PAULO. *Filha de Raúl atrai Cuba à política pró-diversidade e promove jornada gay*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2008, página A17, Mundo. 20/05/2008.

como n' *O Globo*, identificamos formas de negociação em outro ponto de atrito. Como ressaltamos em mais de uma ocasião, o jornal paulista apresenta grande dificuldade em lidar com partidos políticos, especialmente o PT, e com órgãos do governo federal, como se verificou nas coberturas do caso dos sargentos gays e do lançamento da campanha anti-Aids, esta objeto de uma única matéria. Mas como uma espécie de negociação, o jornal publicou artigo, escrito por representante da Organização Mundial da Saúde, no qual são retomados aspectos da campanha, com elogios à sua condução e a outras iniciativas do governo no campo do enfrentamento da homofobia, considerada entrave para o sucesso da prevenção da Aids entre homossexuais masculinos.

Estávamos também no caminho certo quando se verifica que os enquadramentos são de fato parte de negociações mais amplas com os demais atores sociais. Neste caso, se a campanha anti-Aids dirigida a HSH propunha um determinado enquadramento por parte do seu promotor, o Ministério da Saúde, os quadros primários foram praticamente ignorados pela *Folha*, a começar pela pequena cobertura dedicada ao acontecimento, e meio que virados de ponta cabeça pelo *O Globo*, que no lugar das referências atuais propostas pelos quadros primários do Ministério, retornou ao início dos anos 1980 e recuperou os quadros de referência moralistas e alarmistas que prevaleceram no enquadramento da cobertura dos primeiros casos de Aids no Brasil. Mas, sendo os enquadramentos formas de negociação, o jornal carioca não negligenciou os quadros de referência que indicavam a homofobia como complicador na prevenção da Aids entre HSH, ainda que não tenha dado a eles espaços privilegiados na proporção que provavelmente gostaria o Ministério, que pretendia transformá-los no guia para compreensão do aumento dos casos de Aids, ao invés da tese fortemente sugerida pelo *O Globo* de que a promiscuidade, e não a homofobia, tem peso maior na incidência verificada. Nesse sentido, o jornal carioca recuperou o pensamento preconceituoso reinante na década de 1980, com continuidade ainda hoje em alguns setores sociais, especialmente religiosos ou sob influência deles, de que a Aids é um castigo divino aos desvios morais e sexuais de homossexuais masculinos promíscuos. Embora o enquadramento não tenha se dado explicitamente nestes termos, a cobertura d' *O Globo* revela outra estratégia fundamental adotada pelos jornais na promoção dos enquadramentos, qual seja, aquela que vem das fontes, pois foram elas as responsáveis por trazerem os anos 1980 para as páginas do jornal carioca. Duas possibilidades aparecem nessas circunstâncias como as mais recorrentes. A primeira, pela seleção

prévia de fontes cujos pontos de vista apontam na direção dos mesmos enquadramentos que os jornais querem atribuir aos acontecimentos. A segunda, quando as fontes são eficazes na proposição do seu enquadramento, tal como verificamos relativamente aos sargentos Laci Marinho e Fernando Alcântara, que se sobrepuseram ao enquadramento pretendido pelo Exército de que não se tratava de homofóbicas as prisões, mas motivadas pela aplicação de penas disciplinares. Os dois jornais não somente adotaram o quadro de referência dos sargentos, como o reforçaram a cada novo acontecimento dentro do acontecimento mais amplo. Como parte ainda das negociações de sentido, aventamos a hipótese de que a imagem de truculência associada ao Exército possa ter contribuído para o sucesso da estratégia dos sargentos, à medida que ela é compatível com a violência representada pelas práticas homofóbicas, em seus níveis físicos e simbólicos. De qualquer maneira, por terem adotado o enquadramento dado ao acontecimento pelos sargentos, os dois jornais foram pródigos em trazer à luz falas de representantes de diversos movimentos sociais que ajudaram a reforçar a tese da homofobia, inclusive sugerida como estatal pelo advogado dos sargentos.

Também estávamos no caminho certo quando propusemos que os acontecimentos são construídos à medida que avança sua aparição nos veículos jornalísticos, desencadeando disputas de sentido entre os atores sociais sobre os seus significados. Para não recorrermos a outros exemplos, fiquemos ainda com o caso dos sargentos gays. Na disputa de sentidos, o Exército esforçou-se, em vão, para provar que não estava movido por homofobia, mas apenas e tão somente pela preservação da ordem por meio da aplicação de sanções disciplinares. Essa tese não foi aceita pelos jornais, que se valeram dos movimentos sociais para melhor refutá-la, como acabamos de destacar. Mas, como as negociações de sentido nas coberturas jornalísticas ocorrem em um plano às vezes muito abstrato, ainda que derrotado pelo enquadramento dado ao acontecimento pelos jornais, o Exército aplicou todas as sanções que estavam ao seu alcance – por meio de instrumentos legais – inclusive mantendo preso Laci, apesar de todas as súplicas do casal e dos pedidos de esclarecimentos formais feitos por parlamentares e pelo Congresso. Somente por meio do *habeas corpus*, portanto no campo das disputas jurídicas concretas, Laci foi solto. Este aspecto do caso sargentos gays aponta na direção do equívoco daqueles que pretendem que o jornalismo, dada a sua presença disseminada pelo conjunto social, seja capaz de alterar acontecimentos por ele narrados, por meio da influência derivada dos seus enquadramentos, sem o concurso de outros

atores sociais. Ou, dito de outra forma, os enquadramentos como resultado das negociações do jornalismo com outros atores sociais tendem a uma ambiguidade quanto aos seus efeitos práticos. No caso dos sargentos gays, a intenção de Laci Marinho e de Fernando Alcântara de livrarem-se da prisão resultou inócua, restando-lhes continuar a mobilização da opinião pública por meio da imprensa para conseguirem o *habeas corpus*. Se eles parcialmente falharam na obtenção desse objetivo, por outro lado tiveram êxito na denúncia da homofobia do Exército, com seu espraiamento pela sociedade a partir da cobertura jornalística.

A dimensão do enquadramento como constitutivo dos processos de construção do acontecimento à medida que ele é apanhado pela trama noticiosa, lembra-nos a proposição de Maurice Moulliaud (1997) de que no momento da sua ocorrência, o acontecimento é caos, fragmento que só adquire sentido à medida que são recolhidos e reorganizados os cacos, processo que se dá com a incorporação do “rumor social”. Visto sob essa perspectiva, as primeiras notícias sobre Ronaldo ficaram entre a tese da extorsão e do uso de drogas no transcórre do encontro sexual. Naquele primeiro momento, informações como o suposto uso de drogas, tentativa de extorsão e o vídeo no *youtube* constituíam estes fragmentos que precisam ser colados para melhor dar sentido ao acontecimento. Como vimos, no entanto, o processo se deu com o recolhimento de alguns fragmentos e a rejeição de outros, como quem adultera um jogo de quebra cabeça, para que o acontecimento jornalístico se apresente, afinal, como aquele cujo ator mais forte envolvido foi capaz de fazer prevalecer.

Quanto à narratividade, embora ela possa ser encontrada plenamente em um único texto, como podemos exemplificar com a matéria que abre a cobertura da *Folha* do caso dos sargentos gays, é um elemento que tende a ser encontrado mesmo é ao longo da cobertura de um acontecimento. Desse modo, como vimos, no caso Ronaldo X travestis foi somente no decorrer da cobertura que a narratividade emergiu, com a construção de Ronaldo e Andréia como as personagens protagonistas, com caracterizações bem marcantes, ainda que tornando-os múltiplos em suas possibilidades de apreensão, especialmente o jogador Ronaldo. A polifonia no caso esteve presente de forma claudicante, levando-nos a considerá-la ali como uma “polifonia fraca”. Mas cuidemos de melhor esclarecer estes aspectos.

Se nem sempre um único texto se apresenta com todas as características da narratividade, sendo necessário verificar sua concretização no conjunto de matérias que compõem a narração/construção de um determinado acontecimento, isso implica que não é possível lidar com as classificações excludentes que tendem a apontar os gêneros informativos como mais predispostos à narratividade do que os opinativos. A classificação tradicional dos gêneros, nessa perspectiva, é incapaz de dar conta dos modos um pouco mais complexos de emergência da narratividade, que além de incluir modalidades narrativas opinativas, como artigos e editoriais, e informativas, como notícias e reportagens, é algo que também se tece ao longo de mais de uma edição do jornal. Ou seja, como premissa epistemológica, apanhar a narratividade pode exigir o acompanhamento dos modos como o acontecimento é narrado/construído em sua distensão temporal, por edições consecutivas, tomando como *corpus* analítico o conjunto formado por todas as modalidades opinativas e informativas.

Para esclarecer o que chamamos de “polifonia fraca”, que em alguns momentos os jornais apresentaram, são necessários dois movimentos. O primeiro aponta na direção da pequena convocação, por exemplo no caso Ronaldo X travestis, de atores sociais diversificados para, na condição de fontes, apresentarem pontos de vista distintos, trazendo à tona as contradições daquele acontecimento, assim como as formas de elucidação da homofobia que ele potencialmente poderia revelar. Isso não ocorreu, pelo contrário, houve o silenciamento dos movimentos sociais e somente em uma ocasião Ancelmo Góis, pelo *O Globo*, trouxe um antropólogo que explicou algumas das razões para a confusão gerada pelo caso. O outro movimento indica as personagens como importantes no processo de caracterização da “polifonia fraca”. Recuperemos Paulo Bezerra (2008), quando ele diz, dentre outras coisas, que polifonia é “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis”, e que “cada personagem é um sujeito que mantém sua individualidade marcada pelo papel que desempenha; (...), isto é, mantém cada uma sua voz e sua consciência em isonomia com as demais e sem prejuízo para o processo polifônico” (BEZERRA, 2008, p. 198). O que vimos, tomando novamente o caso Ronaldo X travestis como referência, foram personagens quase totalmente silenciadas, ou cujas vozes apareceram pela via indireta dos relatos do delegado responsável pela apuração do que de fato teria ocorrido no motel para onde foram Ronaldo, Andréia, Carla e Veida. A aparição dos pontos de vista dessas quatro personagens do acontecimento pela via indireta poderia até não ser tão problemática,

caso fossem cumpridos todos os requisitos descritos por Paulo Bezerra. Mas o que se verificou, primeiro, foi que as vozes nem foram múltiplas, nem imiscíveis, pois o delegado quase sempre reduziu somente ao ponto de vista de Andréia o que concernia às três personagens travestis. Segundo, não foram detectados os pressupostos de deixar que as personagens expressassem, de forma isonômica, suas vozes e consciências. Praticamente foi só Ronaldo, e de maneira parcial, ou pelas falas do delegado, ou por recortes da única entrevista que ele deu por ocasião do episódio, a personagem a ter sua voz destacada. É da pequena convocação de atores sociais como fontes que complexificam a compreensão dos acontecimentos, ao trazer vozes que ressoam as tensões e disputas de sentido instauradas no social, somada ao silenciamento de personagens, se não total, às vezes de forma parcial, que emergem as condições constitutivas do que estamos sugerindo como “polifonia fraca”.

A identificação de “polifonia fraca”, bem como a ausência de abordagens polifônicas em diversas matérias, devem ser pensadas a partir de pelo menos duas variáveis. A primeira pela recusa de pessoa ou instituição implicada no acontecimento em conceder entrevista para esclarecer algum ponto polêmico ou simplesmente apresentar sua versão. Essa recusa costuma ser informada nos próprios textos, na maioria das vezes. Nos casos Ronaldo X travestis e sargentos gays essa foi uma prática recorrente, às vezes explicando o silenciamento como orientação de advogado (pelo menos em uma ocasião foi o que apareceu como justificativa para a ausência do ponto de vista das travestis). A segunda variável é mais problemática, pois consiste em simplesmente não dar à pessoa ou instituição implicada o direito de posicionar-se, como aconteceu, com muita frequência, em relação às igrejas. Além de não atender a princípio técnico e ético de estabelecer contraditório e direito de resposta, não somente posteriormente à publicação, mas também no processo de produção de qualquer texto informativo, essa postura empobrece as discussões sobre as dimensões da homofobia e seus reflexos sobre as pessoas e entidades por e nela implicadas.

Mas não parece ser apenas o deslize ético e o descumprimento de preceito técnico basilar para a lógica da produção noticiosa o que explica negligenciar/silenciar vozes nas coberturas sobre a homofobia, temas correlatos e implicações para pessoas e instituições. Aqui chegamos à nossa terceira questão, sobre com a homofobia provoca os dois jornais na sua cobertura. Parece estar indicada nessa postura dificuldade maior:

entender a homofobia como realidade mais complexa do que aquilo que nela é mais palatável à cobertura noticiosa, qual seja, os resultados mais imediatos das suas formas de violência física e simbólica. Entender melhor os significados da homofobia promovida pelas religiões ou por instituições militares, para ficarmos somente em duas entidades que foram recorrentes nos textos do nosso *corpus*, é tornar de fato polifônica a cobertura, convocando todos os atores sociais envolvidos e ampliando, conseqüentemente, as diversas dimensões da homofobia, bem como as próprias disputas no estabelecimento dos seus sentidos. Não se trata de pretender para o jornalismo transformar-se em arena de discussões científicas e filosóficas, mas de pluralizar as discussões dentro dos parâmetros característicos das formas de produção da informação jornalística, que, aliás, não excluem as ciências e as filosofias como locais privilegiados de onde podem ser convocadas fontes para a melhor qualificação de coberturas noticiosas.

A ausência de polifonia em matérias sobre a homofobia é contraditória e aponta contradições dos dois jornais, pois se revela, por um lado, que as publicações tendem a tratar com simpatia e até mesmo certo grau de “militância” as causas das homossexualidades e o fim da homofobia, por outro apresenta-se negativa, ao tratar de forma pouco complexificadora tais questões, chegando mesmo a adotarem posições homofóbicas. Estas se verificaram nos dois jornais na dinâmica da cobertura do caso Ronaldo X travestis, e na *Folha*, na imagem depreciativa das lésbicas quando da cobertura da Parada do Orgulho LGBTT de São Paulo. Indicativas das dificuldades de abordagem da homofobia como realidade complexa são as quase ausências de referências às práticas homofóbicas, simbólicas e físicas, contra pessoas LGBTT de nível social, cultural e econômico abaixo daquele correspondente aos públicos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, como ressaltamos diversas vezes. Essa é uma das explicações para a maneira como as travestis foram consideradas marginais na cobertura do Caso Ronaldo X travestis. Ainda relativamente à polifonia, em certas circunstâncias os veículos jornalísticos não conseguem trazer à baila vozes contraditórias por recusa de uma fonte importante para o esclarecimento de um determinado acontecimento a dar entrevista. Tanto no caso Ronaldo X travestis, quanto no dos sargentos gays, isso foi recorrente. No primeiro caso, pelo silêncio estratégico do jogador, cujos pontos de vista eram repassados pelo delegado responsável pela investigação da suposta extorsão, e mais raramente pela assessoria de Ronaldo. As travestis não tiveram suas vozes

silenciadas apenas pela substituição das suas opiniões diretas pelos relatos do delegado, mas porque teriam sido orientadas pelo advogado, principalmente Andréia Albertini, a não dar entrevistas, o que poderia prejudicá-las no desenrolar do acontecimento.

Os casos Ronaldo X travestis e sargentos gays expõem a homofobia de formas distintas, bem como distintas foram as formas como ela provocou os jornais: no primeiro caso, pelos esforços, desde o início, de desqualificar as travestis e apresentar Ronaldo como vítima. No segundo, pela cobertura que partiu do princípio de que a atitude do Exército foi tipicamente discriminatória e preconceituosa, por mais razões disciplinares alegadas para as prisões e outras sanções contra Laci Marinho e Fernando Alcântara. É possível indicar, assim, uma atitude de reforço da homofobia na cobertura do caso Ronaldo X travestis, inclusive pela *Folha de S. Paulo* e pelo *O Globo*, em contraste com a denúncia da sua prática, pelas duas publicações, no caso dos sargentos gays.

Como parte da elucidação de características dos jornais, identificamos informações desencontradas, não somente quando comparadas as coberturas de um e outro, mas no interior de um mesmo veículo, deixando claro o que se sabe: a apuração dos jornais é falha em muitos aspectos, colocando em xeque a capacidade de os mesmos relatarem os fatos com absoluta precisão. Mas é também reveladora de um outro limite, este mais complexo: como se evidencia nas situações que ressaltamos na análise, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nem sempre demonstram lerem a si próprios, ou indicaram fazerem de si leituras pouco atentas. No caso Ronaldo X travestis, *O Globo* produz textos informativos que não questionam as investigações feitas pelo delegado, mesmo após o colunista Artur Xexéo indicar incoerências entre o que ele afirma fazer e o que é possível constatar que ele fez, como a versão de fuga de Andréia da delegacia, logo após ser avisada de que poderia ser indiciada e presa por extorsão. Ainda em relação ao caso, ao tratar de forma estereotipada e preconceituosa as travestis, *O Globo* deixou de atender para texto anterior no qual chamava-se atenção para as dificuldades maiores enfrentadas por travestis e transexuais, vítimas mais constantes e contundentes da homofobia. A *Folha* não é boa leitora de si mesma quando da publicação de editorial sobre incidência do HIV entre HSH com argumentos que desconhecem artigo de representante de órgão da ONU publicado por ela mesma algum tempo antes. Assim, é preciso não pretender que os jornais sejam o tempo todo coerentes nas formas como lidam com as informações.

Como ator social que negocia com outros atores sociais sentidos possíveis da homofobia, os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* se apresentaram ambíguos, e mesmo contraditórios. Pelos problemas relativos à vocalização, fazendo com que emergja a “polifonia fraca”, eles se revelaram pouco democráticos em diversos momentos, ou pouco dinâmicos na promoção da democratização, entendida como a convocação de uma pluralidade de vozes, com seus pontos de vista “autônomos e imiscíveis”. Se os jornais nem sempre conseguiram captar as dimensões sociais implicadas na homofobia, e suas características também polifônicas, como vimos no capítulo 1, eles também nem sempre são atores que guardam de si próprios uma boa memória. Várias foram as ocasiões em que uma cobertura poderia ter se valido de informação já divulgada por eles mesmos, bastando uma consulta aos arquivos para melhor apreender a amplitude das dimensões sociais da homofobia, temas correlatos e implicações para pessoas e entidades por ela e nela direta ou indiretamente afetadas e/ou implicadas. Apesar dessas limitações, no entanto, aos dois jornais não restaria possível ignorar outros atores sociais, posto que estes foram fundamentais na composição negociada dos enquadramentos que prevaleceram em cada acontecimento por nós analisado.

Bibliografia

- AGEE, Warren K. & TRAQUINA, Nelson. *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Lisboa: Vega, s.d.
- ALLEN, Robert H. *The classical origins of modern homophobia*. North Carolina and London: Mc Farland & Company, inc., Publishers, 2006.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1989.
- ANTUNES, Elton. *Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico*. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 25-40, jan/jun 2007.
- ANTUNES, Elton. *Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico*. *Contemporanea*, vol. 6, nº 1. Jun.2008.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARQUEMBOURG, Jocelyne. *Entre facto e sentido: contar o acontecimento*. In: *Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- ARRUDA, Roldão. *Dias de ira: uma história verídica de assassinatos autorizados*. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. *Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina*. In: CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola & MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARBEIRO, Heródoto & LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual de Radiojornalismo – produção, ética e Internet*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.
- BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e homoerotismo masculino: perspectivas teórico-metodológicas e práticas críticas*. In: SOUZA JÚNIOR, José Luiz Foureaux de (org.). *Literatura e homoerotismo: uma introdução*. São Paulo: Scortecci, 2002.
- BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. In: BARTHES, Roland, et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BEZERRA, Paulo. *Polifonia*. In: BRAIT, Beth Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008. 4ª edição.
- BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- BON, Michel e D'ARC, Antoine. *Relatório sobre a homossexualidade masculina*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.
- BORILLO, D. *Homofobia*. Barcelona: Belaterra, 2001.
- BORRAT, Héctor & FONTCUBERTA, Mar de. *Periódicos: sistemas complexos, narradores em interacción*. Buenos Aires: La Crujía, 2006.
- BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.

BRANAMAN, Ann. Goffman's social theory. In: LEMERT, Charles and BRANAMAN, Ann (Ed.). *The Goffman Reader*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008. 4ª edição.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BREDIN, Jean-Dennis. *O caso Dreyfus*. São Paulo: Scritta, 1995.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos. In: BARTHES, Roland, et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos; conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CARLIN, Andrew P. 'Enquadrando' bibliografias – reflexividade, relevância e 'imaginação sociológica'. In: GASTALDO, Edson (org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2004.

CARRARA, Sérgio e VIANNA, Adriana R. B. "As vítimas do desejo": os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: CARRARA, Sérgio, GREGORI, Maria Filomena e PISCITELLI, Adriana. *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

CARRARA, Sérgio, et al. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 5ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: Cepesc, 2006.

CARRARA, Sérgio, et al. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006. Rio de Janeiro: Cepesc, 2007.

CARRARA, Sérgio, GREGORI, Maria Filomena e PISCITELLI, Adriana (orgs.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987*. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Jornalismo e reflexividade: algumas aproximações*. Porto Alegre: Revista Famecos, v.36, pp.77-83, 2008.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Premissas para o tratamento teórico-metodológico do acontecimento apanhado pela trama noticiosa. In: BRAGA, José Luiz, LOPES, Maria Immacolata Vassallo de, MARTINO, Luiz Claudio (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura – volume 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. 5ª edição.

CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola & MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHILAND, Colette. *O sexo conduz o mundo*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CORNU, Daniel. *Ética da informação*. Bauru: Edusc, 1998.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade – para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

- CORREIA, João. *O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público*. Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 2000. Organização de Nelson Traquina.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- DAVIES, Bob & RENTZEL, Lori. *Deixando o homossexualismo: uma nova liberdade para homens e mulheres*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1997.
- DOURADO, Luiz Angelo. *Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- DOVER, K. J. *A homossexualidade na Grécia antiga*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007.
- ECK, Marcel. *Sodoma – Ensaio sobre a homossexualidade*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- EKECRANTS, Jan. Espetáculos midiáticos e comunicações democráticas: entre a hegemonia global e ação cívica. In: CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola & MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FARRÉ, Marcela. *El noticiero como mundo posible: estrategias ficcionales em la información audiovisual*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa – Estudos sobre a Aids*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo de pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERNANDES, Adélia Barroso. *O papel reflexivo da mídia na construção da cidadania: o caso do Movimento Antimanicomial - 1897 a 1997*. 1999 enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- FERRARI, Maria Helena & SODRÉ, Muniz. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- FONSECA, Pedro Carlos Louzada. *Vozes da misoginia medieval: Aristóteles disseminado em Santo Isidoro de Sevilha, Santo Anselmo e São Tomaz de Aquino*. In: Notandum – São Paulo/Porto, Set/Dez/2009 – Ano XII Nº 21 – p. 01-138. (pág. 22-29).
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1 – a vontade de saber*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2 – o uso dos prazeres*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 3 – o cuidado de si*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: cursos no Collège de France (1975-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- FOUQUÉ, Charles. *Homossexualismo* (o amor que não ousa dizer seu nome...). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953.
- GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.
- GARCIA, José Carlos. *Problemáticas da identidade sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- GASTALDO, Édson (org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- GASTALDO, Édson. Erving Goffman, antropólogo da comunicação. In: GASTALDO, Édson (org.). *Erving Goffman: desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: BARTHES, Roland, *et all. Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GIDE, André. *Corydon: tratado de homossexualismo*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1969.
- GIMENO, Beatriz. La doble marginación de las lesbianas. In: SIMONIS, Angie (org.). *Cultura, homossexualidad Y homofobia – Vol. II: Amazonia: retos de visibilidad lesbiana*. Barcelona: Editorial Laertes, 2007.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1996. 7ª Edição.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOFFMAN, Erving. *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: los marcos de la experiencia*. Madri: Siglo XXI, 2006.
- GOMES, Wilson e MAIA, Rousiley C. M. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública. In: CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola & MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- GOMIS, Lorenzo. *Teoria del periodismo – cómo se forma el presente*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.
- GONTIJO, Fabiana. *O rei momo e o arco-íris: homossexualidade e carnaval no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramond, 2009.
- GONTIJO, Murilo Marques. *Contribuições à construção de uma perspectiva híbrida para o jornalismo contemporâneo*. Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. Setembro: 2002. In: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2GONTIJO.pdf. Consultado em 15/08/2008, às 10h54.
- GONZÁLES, Félix Rodríguez (org.). *Cultura, homossexualidad Y homofobia – Vol. I: Perspectivas*. Barcelona: Editorial Laertes, 2007.
- GREEN, Jamens, N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

- GREEN, Jamens, N. e POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- GREIMAS, A. J. Elementos para uma teoria da interpretação da narrativa mítica. In: BARTHES, Roland, et all. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GRITTI, Jules. Uma narrativa de imprensa: os últimos dias de um “Grande Homem” . In: BARTHES, Roland, et all. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUIMARÃES, Carmem Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- GUMBRECTH, Hans Ulrich. A teoria do efeito de Wolfgang Iser. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.
- HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade no estudo dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- HALLIN, Daniel. C. *We keep America on the top of the world: television journalism and the public sphere*. London and New York: Routledge, 2005.
- HART, John e RICHARDSON, Diane (orgs.). *Teoria e prática da homossexualidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par – gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- HILTON, Bruce. *A homofobia tem cura? O papel das igrejas na questão homoerótica*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1992.
- HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ISER, Wolfgang (a). Problemas da teoria da literatura atual: o imaginário e os conceitos-chave da época. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.
- ISER, Wolfgang (b). Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.
- JACOBSEN, Michael Hviid (Ed.). *The contemporary Goffman*. London and New York: Routledge, 2010.
- JAUSS, Hans Robert. O texto poético na mudança do horizonte da leitura. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.
- JENKINS, Richard. The 21st-Century Interaction order. In: JACOBSEN, Michael Hviid (Ed.). *The contemporary Goffman*. London and New York: Routledge, 2010.
- JOSEPH, Isaac. *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. – V. 1, n. 1 jul./dez. 2007). Natal: EDUFRN, 2007, pág. 167-192.
- KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997.
- KATZ, Elihu & DAYAN, Daniel. *A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva, 1999.

KATZ, Elihu. O acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LANÇA, Isabel Babo. *A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública*. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LEAL, Bruno Souza, CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar?. E-Compós (Brasília). , v.12, p.1 - 16, 2009.

LEAL, Bruno, VAZ, Paulo Bernardo, ANTUNES, Elton. *De quem é a agenda?* Perguntas sobre acontecimento jornalismo e agenda-setting. Artigo no prelo, 2010.

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César & FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEERS, Bernardino e TRASFERETTI, José. *Homossexuais e ética cristã*. Campinas: Editora Átomo, 2002.

LEMERT, Charles and BRANAMAN, Ann (Ed.). *The Goffman Reader*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

LEMERT, Charles. Goffman. In: LEMERT, Charles and BRANAMAN, Ann (Ed.). *The Goffman Reader*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Quatro mitos winnebago. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.

LIMA, Luiz Costa. Estruturalismo e crítica literária. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.

LOPES, Denilson. Por uma nova invisibilidade. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero*. São Paulo: Annablume, 1995.

MAIA, Rousiley C. M. (coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAIA, Rousiley C. M. e MARQUES, Ângela C. S. Apelo emocional e mobilização para a deliberação: o vínculo homoerótico em telenovelas. In: MAIA, Rousiley C. M. (coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAIA, Rousiley C. M. e REIS, Roberto Alves. Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays. In: MAIA, Rousiley C. M. (coord.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

- MAIA, Rousiley. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso político da razão. In: CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola & MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola & MAIA, Rousiley (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MASTERS, Willian H. e JOHNSON, Virginia E. *Homossexualidade em perspectiva*. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1979.
- MATOS, Carolina. *Jornalismo e política democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- MATOS, Marlise. *Reinvenções do vínculo amoroso – cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- MESQUITA, Mário e TRAQUINA, Nelson (orgs.). *Jornalismo cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- MESQUITA, Mário. *O jornalismo em análise: a coluna do provedor dos leitores*. Coimbra: Minerca, 1998.
- MÍDIA E HOMOFOBIA. Relatório de pesquisa. Universidade Federal de Minas Gerais/Ministério da Saúde/Esritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime: Belo Horizonte/Brasília, 2008.
- MISKOLCI, Richard. *Comentário. Cad. Pagu* [online]. 2007, n.28, pp. 55-63. ISSN 0104-8333
- MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- MORANDO, Luiz. *Paraíso das maravilhas: uma história do Crime do Parque*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- MORIN, Violette. A historieta cômica. In: BARTHES, Roland, *et all. Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOTT, Luiz Roberto. *Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas & travestis no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1997.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: BENETTI, Marcia & LAGO Cláudia. *Metodologias de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia – desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.
- NAPHY, Willian. *Born to be gay*. História da homossexualidade. Lisboa: Edições 70, 2004.
- NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003.
- OTOSSON, Daniel. *Homofobia do estado: uma pesquisa mundial sobre legislações que proíbem relações sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo*. Estocolmo: Södertörn University College, 2009. Retirado da base permanente de dados da Associação, em 31 de outubro de 2009, às 21 horas e 45 minutos, no endereço http://www.ilga.org/statehomophobia/Homofobia_do_Estado_ILGA_2009.pdf.
- PADILHA, Arlindo. *Homossexualismo tem cura! s/d*.

- PAIVA, Antonio Crístan Saraiva. *Reservados e invisíveis – o ethos íntimo das parecerias homoeróticas*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Campinas: Pontes Editores, 2007.
- PAIVA, Raquel & SODRÉ, Muniz. *Sobre o facto e o acontecimento*. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- PAPÍ, Juan Antonio Férriz. Homossexualidad Y religión. In: GONZÁLES, Félix Rodríguez (org.). *Cultura, homossexualidad Y homofobia – Vol. I: Perspectivas*. Barcelona: Editorial Laertes, 2007.
- PARKER, Richard. *Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PATTERSON, Thomas E. *Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?* In: Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D' Água Editores, 2000. Organização de Nelson Traquina.
- PÉREZ, Fernando Villaamil. *Homofobia/heteronormatividade e inequidade social como factores estruturales de riesgo*. Violencias y prácticas de riesgo frente al vih entre homosexuales. Disponível em <http://www.creacionpositiva.net/pdfs/PonenciaFernandoVillaamil.pdf>, consultado no dia 6 de março de 2010, às 19h12.
- PÉREZ, Fernando Villaamil. *Política del Armario: Políticas del Silencio, Políticas de la Autenticidad*. Revista psicología política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política – vol.4, nº8 – (Jul./Dez. 2004). – São Paulo: SBPP, 2001 – Semestral - ISSN 1519-549X – Pág. 279-306
- PÉREZ, Victoria A. Ferrer & FIOL, Esperanza Bosch. *Violencia de género Y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo*. In: Papeles del Psicólogo. Febrero, nº 75. Madrid, España, 2000 – PP. 13-19.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – linhas de análise do discurso*. Florianópolis: Insular, 2005a.
- PONTE, Cristina. *Media e acontecimentos (com)sentidos*. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005b.
- POSSO, Karl. *Artimanhas da sedução: Homossexualidade e exílio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo & MACHADO, Frederico Viana. *Preconceitos contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- PRIMO, Alex Fernando Teixeira e TRÄSEL, Marcelo. *Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias*. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/webjornal.pdf>.
- QUÉRÉ, Louis. *Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento*. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- REBELO, José. *Apresentação*. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.
- REBELO, José. *O discurso do jornal: o como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.
- REBELO, José. *Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento*. In: Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do

Trabalho e da Empresa. Nºs 8-9, Primavera-Outono de 2006.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo II. Campinas: Papirus, 1995.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

RIBEIRO, Irineu Ramos. *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*. São Paulo: GLS, 2010.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

SÁNCHEZ, Félix Lopes. *Homossexualidade e família: novas estruturas*. Porto Alegre: Atmed, 2009.

SANTOS, José Manuel. *Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos*. In: *Trajectos – revista de comunicação, cultura e educação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Nº 6, Primavera de 2005.

SCHEFF, Thomas. *Goffman, unbound! A new paradigm for social science*. Boulder/London: Paradigm Publishers, 2006.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *A epistemologia do armário*. *Cad. Pagu* [online]. 2007, n.28, pp. 19-54. ISSN 0104-8333.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Epistemology of the closet*. Los Angeles: University of California Press, 1990.

SELL, Teresa Adada. *Identidade homossexual e normas sociais (histórias de vida)*. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

SILVA, Alessandro Soares da. *As cores memoriais (e distorcidas) da (in)diferença: com que cores se colorem o passado no tempo presente da homofobia?!* Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. – V. 1, n. 1 jul./dez. 2007). Natal: EDUFRN, 2007, pág. 167-192.

SILVEIRINHA, Maria João. *O lançamento da moeda européia e seus enquadramentos na imprensa*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28º, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2005. In: <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18029/1/R0199-1.pdf>. Acesso em: 25/01/2007. Está na base permanente de textos do *site*

SIMONE, José Fernando e SOARES, Mariana Monteiro. *Jornalismo online – o futuro da informação*. Rio de Janeiro: Graflin, 2001.

SIMONIS, Angie (org.). *Cultura, homossexualidade Y homofobia – Vol. II: Amazonia: retos de visibilidad lesbiana*. Barcelona: Editorial Laertes, 2007.

SMIGAY, Karin Ellen von. “Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política”. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, V. 8. N. 11, p. 32-46, jun 2002.

SMITH, Greg. *Erving Goffman*. London and New York: Routledge, 2006.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Américo. *O estatuto da subjectividade no campo jornalístico*. BOCC, 2003. ISSN: 1646-3137. Disponível no acervo permanente da Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, no endereço <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-estatuto-subjectividade-campo-jornalistico.pdf>.

- SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.
- SOUZA JÚNIOR, José Luiz Foureaux de (org.). *Literatura e homoerotismo: uma introdução*. São Paulo: Scortecci, 2002.
- SOUZA JÚNIOR, José Luiz Foureaux de. *Herdeiros de Sísifo: teoria da literatura e homoerotismo*. Mariana: Aldrava Letras e Artes, 2007. (CDROM)
- SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SULLIVAN, Andrew. *Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TARGINO, Maria das Graças. *Jornalismo cidadão: informa ou deforma?* Brasília: Ibcit: Unesco, 2009.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. *Tríades galantes, fanchonos militantes: homossexuais que fizeram história*. São Paulo: Summus, 2000.
- TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo – volume I – por que as notícias são como são*. Florianópolis: Editora Insular, 2005.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000. (3ª edição revista e ampliada)
- TUCHMAN, Gaye. *Contando ‘estórias’*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.
- TUCHMAN, Gaye. *Making News: a Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press, 1978.
- VENTURA, Gustavo. *Intolerância e respeito às diversidades sexuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=1768>, consultado no dia 09 de fevereiro de 2010, às 23h51.
- VIDAL, Marciano, et al. *Homossexualidade: ciência e consciência*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- VIEIRA, Valdemiro. *Homossexualismo de corpo e alma*. São Paulo: Avelar, 2007.
- VIP, Angelo. e LIBI, Fred. *Aurélia, a dicionária da língua afiada*. São Paulo: Editora da Bispa, s/d.
- VOVELLE, Michel. *Ideologia e mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.
- WEILER, Luis Gustavo e GOLIN, Célio. *Homossexualidades, cultura e política*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- ZELIZER, Barbie. *Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa*. Revista de Comunicação e Linguagens – Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio D’ Água Editores, 2000. Organização de Nelson Traquina.

Textos noticiosos consultados na internet

ANDRADE, Claudia. *Plano de Direitos Humanos do governo para LGBT quer rever a proibição da doação de sangue por homossexuais*. Consultado em <http://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/15/ult5773u1199.jhtm> , em 15 de maio de 2009, às 18h10.

ANDRADE, Claudia. *Plano de metas do governo prevê fim da criminalização a militares gays*. Consultado em <http://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/14/ult5773u1190.jhtm> , em 14 de maio de 2009, às 19h27.

ANDRADE, Claudia. *Plano do governo defende adoção e direitos civis para casais homossexuais*. Consultado em <http://noticias.uol.com.br/politica/2009/05/14/ult5773u1188.jhtm> , em 14 de maio de 2009, às 18h45.

COELHO, Luciana. *Governo britânico pede perdão a matemático gay*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1209200901.htm>, em 12 de setembro de 2009, às 9h45.

COLLUCCI, Cláudia. *Maioria é contra adoção por casal gay no Brasil*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/745396-maioria-e-contra-adocao-por-casal-gay-no-brasil.shtml>, em 04 de junho de 2010, às 9h17.

COSTA, Gilberto. *Para presidente da CPI da Pedofilia castração química favorece criminoso*. Consultado em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/09/18/materia.2009-09-18.0192573385/view>, em 29 de setembro de 2009, às 11h15.

FILHO, Hélio. *Relatório aponta crescimento de mortes de LGBT no Brasil*. Consultado em <http://mixbrasil.uol.com.br/pride/relatorio-aponta-crescimento-de-mortes-de-lgbt-no-brasil.html>, em 14 de março de 2010, às 23 horas.

FOLHA ONLINE. *Nobel da Paz condena enforcamento de homossexuais no Irã*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u86191.shtml>, em 01 de outubro de 2009, às 9h26.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. *"É a Inquisição para héteros", diz terapeuta*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1407200915.htm>, em 30 de outubro de 2009, às 11h45.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. *Psicóloga que diz "curar" gay vai a julgamento em conselho*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1407200913.htm>, em 30 de outubro de 2009, às 11h45.

GLOBO.COM. *Irã condena à morte 20 por estupro, adultério e homossexualidade*. Consultado em [http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL66907-5602,00-](http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL66907-5602,00-IRA+CONDENA+A+MORTE+POR+ESTUPRO+ADULTERIO+E+HOMOSSEXUALIDADE.html)

[IRA+CONDENA+A+MORTE+POR+ESTUPRO+ADULTERIO+E+HOMOSSEXUALIDADE.html](http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL66907-5602,00-IRA+CONDENA+A+MORTE+POR+ESTUPRO+ADULTERIO+E+HOMOSSEXUALIDADE.html), em 01 de outubro de 2009, às 9h28.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Onda de assassinato de gays no Brasil*. Consultado em http://www.ggb.org.br/onda_de_assassinatos_2007.html, em 22 de agosto de 2008, às 18h07.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Relatório Anual divulga números de Homossexuais assassinados no Brasil em 2009*. Consultado em <http://www.ggb.org.br/dossier%20de%20assassinatos%20de%20homossexuais%20em%202009.html>, em 14 de março de 2010, às 23h15.

JB ONLINE. *CCJ adia votação da castração química para pedófilos*. Consultado em <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/16/e16095273.asp>, em 29 de setembro de 2009, às 23h11.

MONIER. *A proteção à união homossexual*. Consultado em <http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/07/02/a-protacao-a-uniao-homossexual/comment-page-1/>, em 03 de outubro de 2009, à 1h09.

NUBLAT, Johanna. *Congresso "empurra" para Justiça questões polêmicas*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0205201014.htm>, em 02 de maio de 2010, às 11h12.

NUBLAT, Johanna. *Justiça do Exército condena casal gay*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0906201021.htm>, em 12 de junho de 2010, às 13h06.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. *Islâmicos querem impedir entidade do Brasil de defender gays na ONU*. Consultado em <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/outubro-2008/islamicos-querem-impedir-entidade-do-brasil-de-defender-gays-na-onu/>, em 01 de outubro de 2009, às 9h56.

RIBEIRO, Lúcio. *Metrossexual, o novo "homem moderno", invade a cultura pop*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u40099.shtml>, em 3 de outubro de 2009, às 22h48.

SANTI, Alexandre de. *"Agora eles terão os mesmos direitos de outros filhos", diz casal gay que ganhou direito de adotar crianças*. Consultado em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/04/28/agora-eles-terao-os-mesmos-direitos-de-outros-filhos-diz-casal-gay-que-ganhou-direito-de-adotar-criancas.jhtm>, consultado em 29 de abril de 2010, às 20 horas.

SELIGMAN, Felipe. *STJ garante direito de adoção a casal gay*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2804201001.htm>, consultado no dia 28 de abril de 2010, às 11h33.

SWAN, Rhonda. *Homossexualidade não é a mesma coisa que pedofilia*. Consultado em <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/cox/2010/04/17/homossexualidade-nao-e-a-mesma-coisa-que-pedofilia.jhtm>, em 17 de abril de 2010, às 14h20.

UOL NOTÍCIAS. *Homossexualidade pode ser genética, diz estudo*. Consultado em <http://cienciaesaude.uol.com.br/ultnot/bbc/2007/10/26/ult4432u708.jhtm>, em 26 de outubro de 2007, às 8h45.

UOL NOTÍCIAS. *Oitenta países no mundo criminalizam a homossexualidade*. Consultado em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2009/05/14/ult1859u979.jhtm>, em 14 de maio de 2009, às 18h42.

UOL NOTÍCIAS. *Projetos vetam adoção por casais do mesmo sexo*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2804201003.htm>, no dia 28 de abril de 2010, às 11h36.

VASCONCELOS, René. *Direito dos gays divide Brasil e países islâmicos na ONU*. Consultado em <http://noticias.gospelmais.com.br/direito-dos-gays-divide-brasil-e-paises-islamicos-na-onu.html>, em 01 de outubro de 2009, às 9h53.

WIZIACK, Julio. *Entre o armário e o preconceito*. Consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2102201011.htm>, em 21 de fevereiro de 2010, às 12 horas.